

**BRUNO GAUDÊNCIO
ROBERTO JEFFERSON
[ORGANIZADORES]**

ENTRE LUTAS E RESISTÊNCIAS

**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E
PERSPECTIVAS DA ESQUERDA
EM CAMPINA GRANDE**





Universidade Estadual da Paraíba
Prof^a. Celia Regina Diniz | *Reitora*
Prof^a. Ivonildes da Silva Fonseca | *Vice-Reitora*



Editora da Universidade Estadual da Paraíba
Cidoval Morais de Sousa | *Diretor*

Conselho Editorial

Alessandra Ximenes da Silva (UEPB)
Alberto Soares de Melo (UEPB)
Antonio Roberto Faustino da Costa (UEPB)
José Etham de Lucena Barbosa (UEPB)
José Luciano Albino Barbosa (UEPB)
Melânia Nóbrega Pereira de Farias (UEPB)
Patrícia Cristina de Aragão (UEPB)



Editora indexada no SciELO desde 2012



Editora filiada a ABEU

EDITORA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
Rua Baraúnas, 351 - Bairro Universitário - Campina Grande-PB - CEP 58429-500
Fone: (83) 3315-3381 - <http://eduepb.uepb.edu.br> - email: eduepb@uepb.edu.br

BRUNO GAUDÊNCIO
ROBERTO JEFFERSON
(Organizadores)

**ENTRE LUTAS E
RESISTÊNCIAS:
Histórias, memórias e
perspectivas da esquerda em
Campina Grande**



Campina Grande - PB
2025



Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa (*Diretor*)

Expediente EDUEPB

Design Gráfico e Editoração

Erick Ferreira Cabral
Jefferson Ricardo Lima A. Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Revisão Linguística e Normalização

Antonio de Brito Freire
Elizete Amaral de Medeiros

Assessoria Editorial

Eli Brandão da Silva

Assessoria Técnica

Thaise Cabral Arruda

Divulgação

Danielle Correia Gomes

Comunicação

Efigênio Moura

Depósito legal na Câmara Brasileira do Livro - CDL

E61 Entre lutas e resistências [recurso eletrônico] : histórias, memórias e perspectivas da esquerda em Campina Grande / organização e apresentação de Bruno Gaudêncio e Roberto Jefferson. – Campina Grande : EDUEPB, 2025.
428 p. : il. color. ; 15 x 21 cm.

ISBN: 978-65-5221-049-4 (Impresso)

ISBN: 978-65-5221-050-0 (4.927 KB - PDF)

ISBN: 978-65-5221-048-7 (1.265 KB - Epub)

1. Ideologias Políticas - Comunismo. 2. Comunismo em Campina Grande/PB. 3. Esquerda Política. 4. Posicionamento Político. 5. Democracia Moderna. I. Gaudêncio, Bruno. 2. Jefferson, Roberto. III. Título.

21. ed. CDD 320.532

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Mirelle de Almeida Silva – CRB-15/483

Copyright © **EDUEPB**

A reprodução não-autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

A ESQUERDA EM CAMPINA GRANDE: O ANTES, O AGORA E O DEPOIS, 9

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

Roberto Jeferson Normando

PARTE I:

PIONEIRISMOS PROGRESSISTAS NA CIDADE DO TRABALHO

COMUNISTAS CAMPINENSES DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX, 17

Waldir Porfírio da Silva

HISTÓRIAS DE “RIBULIÇO E DE SILÊNCIOS”: MEMÓRIAS DE LUTAS PELA TERRA NOS ANOS 50 NO BAIRRO DE BODOCONGÓ -CAMPINA GRANDE, 39

Eronides Câmara de Araújo

PARTE II:

PERSONAGENS EM EVIDÊNCIA: TRAJETÓRIAS NO CAMPO POLÍTICO E SOCIAL LOCAL

“COMPARANDO MEMÓRIAS”: AS TRAJETÓRIAS DE FÉLIX ARAÚJO E JOSÉ PEBA PEREIRA DOS SANTOS ENQUANTO ESQUERDISTAS CAMPINENSES , 57

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio

ZEQUINHA, O VERMELHO, 69

Por Fidélia Cassandra

**O POETA-POPULAR MANOEL MONTEIRO VEREADOR
COMUNISTA VIU O SOL NASCER QUADRADO EM 1964, 75**

Xico Nóbrega

**“CHICO B CANDIDATO DOS HUMILDES”: A PRÉ-
CANDIDATURA PARA DEPUTADO ESTADUAL NA PARAÍBA
DE UM BARBEIRO COMUNISTA DE CAMPINA GRANDE – PB
(1961-1962), 87**

Gabriel Lopes Dantas

**MARCIO ROCHA: ATUAÇÃO POLÍTICA NAS DÉCADAS DE
1980 E 1990, EM CAMPINA GRANDE, 103**

Olímpio de Moraes Rocha

**UMA FÉ MISSIONÁRIA: CAMINHADA E ESPERANÇA DE UM
HOLANDÊS SERTANEJO EM CAMPINA GRANDE, 115**

Luciano Albino

**NA BAGAGEM DA MEMÓRIA E NOS ÁLBUNS DE
FOTOGRAFIA: LUIZA ERUNDINA DE SOUSA EM CAMPINA
GRANDE (1950 – 1964), 135**

Roger Camacho Barrero Junior

**EDGARD MALAGODI: A SINGELEZA DE UMA ESQUERDA
OTIMISTA DE QUE O MUNDO PODE SER MELHOR, 147**

Ronyone de Araújo Jeronimo

**COZETE BARBOSA: ASCENSÃO E QUEDA NA POLÍTICA
PARAIBANA, 157**

Jurani Clementino

**“EU SEMEIO A PRÓPRIA TEMPESTADE”: COZETE BARBOSA
E SUA HITÓRIA (DE VIOLÊNCIA) POLÍTICA, 171**

Paloma Leite Diniz Farias

**QUANDO UM(A) NOVO(A) SUJEITO(A) ENTRA EM CENA,
195**

Raimundo Augusto de Oliveira

UM FRAGMENTO DA MEMÓRIA DA ESQUERDA, 203

Socorro Ramalho

UMA HISTÓRIA DE MILITÂNCIA, 207

Davi Lobão

PARTE III:

LUTAS CONTRA A DITADURA CIVIL-MILITAR

**CAMPINA GRANDE: UMA CIDADE QUE JÁ FOI SINISTRA,
215**

Gilbergues Santos Soares

**ENTRE AS BANDEIRAS DE LUTA E A DITADURA MILITAR:
O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE –
PB (1964/1968), 231**

Erica Lins Ramos

**INTELECTUAIS, UNIVERSIDADE E RESISTÊNCIA:
DITADURA: CIVIL-MILITAR E ORGANIZAÇÃO SINDICAL
EM CAMPINA GRANDE-PB., 251**

Lauriceia Galdino dos Santos

**ANOS DE CHUMBO E O MOVIMENTO COMUNITÁRIO
CAMPINENSE: AS SABS E A UCES, 267**

Liélia Barbosa Oliveira

PARTE IV:

**ALGUMAS INSTITUIÇÕES NO DEBATE PÚBLICO
PROGRESSISTA**

**O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE ENQUANTO
ESPAÇO DE LUTA SOCIAL DOS ESTUDANTES (1930-1950),
291**

Ajanayr Michelly Sobral Santana

**O MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE EM
CENA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E DE RESISTÊNCIA, 311**

Ariosvalber de Souza Oliveira

**DA ASPMCG À FORMAÇÃO DO SINTAB: NOTAS DO
SINDICALISMO MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE (PB),
333**

Maria Jackeline Feitosa Carvalho

**PARTE V:
PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS: “A CIDADE QUE
TEMOS E A CIDADE QUE QUEREMOS”**

**MEMÓRIA, PRESENTE E FUTURO DAS ESQUERDAS DE
CAMPINA GRANDE , 355**

Roberto Jeferson Normando

**O QUE AS RUAS FALAM AO “BATER PERNA” EM CAMPINA
GRANDE , 381**

Valdênio Freitas Meneses

**SOLUM INTER PLURIMA:
CAMPINA GRANDE NA VANGUARDA BRASILEIRA DO
DISCURSO “BOLSOLAVISTA” , 395**

Fabiano Raposo Costa

**POR UMA PERSPECTIVA PROGRESSISTA PARA O
DESENVOLVIMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE,
413**

Demóstenes Andrade de Moraes

APRESENTAÇÃO

A ESQUERDA EM CAMPINA GRANDE: O ANTES, O AGORA E O DEPOIS

Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio
Roberto Jeferson Normando

É COM GRANDE SATISFAÇÃO QUE ENTREGAMOS AO PÚBLICO CAMPINENSE esta coletânea de ensaios, artigos, perfis, relatos e crônicas intitulada “Entre lutas e resistências: histórias, memórias e perspectivas da esquerda em Campina Grande”, constituída por vinte e seis diferentes textos, fruto de extensa pesquisa e dedicação de diversos estudiosos, entre pesquisadores acadêmicos, jornalistas, memorialistas, militantes sociais, todos comprometidos com a história progressista e política da cidade de Campina Grande.

Iniciada em 2022 e concluída só agora em 2024, desde seu início nosso compromisso foi organizar um livro dedicado a registrar uma tradição política de esquerdas na cidade de Campina Grande, em uma perspectiva de longa-duração, do início do século XX a contemporaneidade. Composta por diferentes gêneros, a obra pretendeu sistematizar os principais momentos da história campinense e o papel do pensamento progressista na formação de uma identidade política local.

Evidentemente que não foi possível dar conta de tudo. Muitos personagens, fatos, eventos, eleições e partidos ficaram de fora. Diversos colaboradores nestes mais de dois anos, envolvidos em campanhas e na militância direta, não conseguiram concluir os seus textos ou organizar suas memórias.

Desta forma, as páginas deste livro procuraram trazer a necessária reflexão sobre as esquerdas de Campina Grande, elaborando diversos

olhares sobre o seu passado, com uma visão crítica dos acertos, erros e adiamentos... Por isso, o fazer memória é um dos objetivos principais desta obra, revisitando o passado, seja na leitura de quem viveu os fatos pretéritos, seja por quem tem estudado e refletindo este passado.

Partindo da premissa de que entender o presente exige compreender o passado, esta coletânea mergulha, portanto, nas raízes da tradição progressista que moldou e colaborou para parte da identidade social desta cidade ao longo do século XX e continua a influenciar seu panorama contemporâneo, procurando desconstruir certa historiografia tradicional e anacrônica que afirma que a história de Campina Grande não possui raízes esquerdistas em sua trajetória.

Do antes, faz-se o agora. Não dá para afirmar se a Campina Grande que temos é conservadora tendo como base apenas o período recente. É necessário olharmos a fundo a nossa história, a caminhada feita até aqui. Ela não começou nos últimos 20 anos. Ela vem de longe, vem de uma Campina Grande de muitas organizações operárias, estudantis, progressistas. Vem de uma Campina Grande indígena, de uma classe trabalhadora que viveu várias fases neste chão, vem das lutas e manifestações contra as ditaduras, desde o espaço da rua, das organizações clandestinas, dos perseguidos e presos políticos, da campanha pelas Diretas Já no município, nas lutas pela moradia, lutas contra a carestia, no auge do movimento comunitário, das lutas e organizações sindicais aos partidos de esquerda e centro-esquerda, do forte movimento estudantil com os seus altos e baixos, nas organizações não governamentais e tantas outras formas de organização popular. Um exemplo é o nascimento da Articulação do Semiárido - ASA, nas terras do Planalto da Borborema, que hoje se espalha por todo o semiárido brasileiro. Mesmo que estas marcas sejam ou foram silenciadas, elas estão aí, fazem parte da nossa história.

Talvez, leitor, você já tenha Campina Grande como uma cidade conservadora e reacionária, mesmo assim, queremos te convidar a pôr em dúvida tal afirmação e a passear pela memória e reflexões sobre o presente e os desafios do futuro nas páginas do presente livro. Você vai encontrar opiniões diferentes, relatos que poderão reforçar ou mudar opiniões, percepções, ou até produzir novas opiniões, mas antes de tudo leia cada página deste livro-coletânea.

Um livro-movimento, um livro-militante, um livro para pensar novas formulações, um livro para uma outra Campina Grande possível.

Outro objetivo desta obra foi provocar a reflexão permanente sobre os rumos e caminhos das esquerdas campinenses ou como chamamos do Campo Democrático e Popular, um campo formado por organizações, movimentos, partidos, sindicatos, eleitores/as, ativistas... Um campo que vai além da formação múltipla de organizações, um campo que também corresponde pelo pensamento, escolhas, ações individuais ou coletivas de parte da sociedade, por isso restringir o julgamento sobre esquerda e direita apenas aos partidos políticos e organizações é reduzir em muito a análise sobre como a sociedade se move e forma as suas escolhas.

O campo democrático, popular e das esquerdas em Campina Grande precisa continuar a dialogar mais, pensando e agindo de forma conjunta. Já observamos isso no ensaio do Fórum Pró-Campina, com seus acertos, limites e desafios, como a superação do personalismo e do 'fogo amigo'. Há também o desafio de alinhar projetos individuais ao serviço e à conexão com projetos coletivos, além do desafio de construir um novo projeto político das esquerdas para Campina Grande.

Campina Grande, nos últimos 20 anos, é inegável o crescimento do campo conservador e reacionário, mas o que é mesmo ser conservador? Há diferenças entre ser de direita, ser conservador, reacionário e de extrema-direita? Sim! Há diferenças, nem todo mundo que tem uma visão e prática de direita, é reacionário; nem todo conservador é extremista, reacionário ou fascista. É muito importante termos cuidado com as palavras e classificações, não podemos banalizar os conceitos e chamar todo e qualquer adversário de conservador, reacionário e fascista. Há um crescimento do neofascismo? Há sim, setores da direita tradicional se renderam à extrema-direita e acabam atuando face ao crescimento da extrema-direita, não há dúvida. Porém, também é necessário reconhecer a necessidade de uma direita liberal, democrática e republicana (se é possível), até para ajudar a barrar o crescimento da extrem-direita.

Feitas estas reflexões, vamos como organizamos nosso livro.

Dividida em cinco partes, a obra abrange uma ampla gama de temas, desde o surgimento do movimento comunista em Campina Grande no início do século XX, passando pelas diversas lutas e resistências contra

a ditadura civil-militar, até chegar às trajetórias de figuras marcantes no cenário político e social local, muitas vezes apagadas ou silenciadas pela memória oficial do município.

A primeira parte, intitulada “Pioneirismos Progressistas na Cidade do Trabalho”, lança luz sobre os primórdios das ideologias de esquerda na região, destacando os esforços dos comunistas e as memórias das lutas pela terra que ecoaram, sobretudo, nos anos 1950. Temos então dois excelentes textos: “Os comunistas na Campina Grande da primeira metade do século XX”, de Waldir Porfírio e “Histórias de “Ribulição e de silêncios”: memórias de lutas pela terra nos anos 50 no bairro de Bodocongó - Campina Grande, da historiadora Nilda Câmara.

Na segunda parte, “Personagens em Evidência: trajetórias no campo político e social local”, a mais ampla e diversa de todas as seções, somos conduzidos por biografias instigantes que revelam a diversidade de vozes e trajetórias que contribuíram para a construção do cenário político e social de Campina Grande. Temos desde figuras conhecidas e monumentalizadas a exemplo de Félix Araújo e Luiza Erundina, como também diversos nomes pouco lembrados atualmente a exemplo de José Peba Pereira dos Santos, Zequinha e Márcio Rocha. Cabe destacar nomes recentes, como Cozete Barbosa, a única experiência de esquerda no executivo municipal, que recebeu dois perspicazes textos.

Cabe lembrar que muitos textos ganham destaque por sua atuação marcante e, por vezes, controversa, destes personagens nos cenários local e estadual. Nesta seção, temos as produções de Bruno Gaudêncio, Fidélia Cassandra, Xico Nóbrega, Gabriel Lopes Dantas, Olímpio Rocha, Luciano Albino, Roger Camacho, Ronyone Jeronino, Jurani Clementino, Paloma Farias, Raimundo Oliveira, Socorro Ramalho e Davi Lobão.

A terceira parte da obra, “Lutas Contra a Ditadura Civil-Militar”, lança luz sobre um dos períodos mais sombrios da história brasileira e seus reflexos na cidade de Campina Grande, através de relatos e análises que resgatam, entre outros, a resistência estudantil, a atuação de intelectuais e o movimento comunitário durante os anos de chumbo. Temos então pesquisas consistentes de autoria dos historiadores Gilbergues Santos, Erica Lins Ramos, Lauriceia Galdino e Liélia Oliveira.

Em seguida, na parte quatro, “Algumas Instituições no Debate

Público Progressista”, são exploradas as dinâmicas do Centro Estudantil Campinense, do Movimento Negro Campinense e do Sindicalismo Municipal, destacando seus papéis na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesta seção, encontramos as sólidas reflexões de pesquisadores como Michelly Santana, Ariosvalber Oliveira e Maria Jaqueline Feitosa Carvalho.

Por fim, na parte cinco, “Problemas Contemporâneos, Cidade que Temos e a Cidade que Queremos”, os autores nos convidam a refletir sobre os desafios atuais enfrentados pela cidade, seja na formação de uma unidade política, as vozes das ruas até os debates em torno do desenvolvimento urbano e das ideologias políticas emergentes. Temos então os instigantes textos de Roberto Jefferson Normando, Valdênio Freitas, Fabiano Raposo e Demóstenes Andrade de Moraes.

O caminho se faz caminhando, conversando e construindo pontes e alianças. É hora de o campo democrático, popular e das esquerdas curar feridas, reconciliar-se onde for necessário, e seguir no companheirismo. Um projeto político não é feito apenas de projeções e decisões políticas; também se constrói com confiança, amizades, afetos, solidariedade e presença nas horas de dor e tristeza, assim como nas de alegria e conquista dos(as) companheiros(as). É fundamental construir e refazer relações onde for preciso, pois só avançaremos de forma coletiva, em unidade, na nossa diversidade. As divergências devem ser enfrentadas por meio de debates sinceros e respeitosos, buscando convergências e decisões democráticas, enquanto endossamos entre nós a sociedade de bem viver, democrática, justa e solidária que desejamos construir — uma Campina Grande de Bem Viver, Democrática, Plural e Socioeconomicamente Justa. Por isso, este livro é um livro-movimento, um convite à reflexão e à ação.

Caminhemos!

Campina Grande, 03 de agosto de 2024.

**PARTE I:
PIONEIRISMOS
PROGRESSISTAS NA
CIDADE DO TRABALHO**



COMUNISTAS CAMPINENSES DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Waldir Porfírio da Silva'

Das ideias à organização

A vinda dos imigrantes ao Brasil, em especial, os europeus, trouxe as ideias de organização sindical e partidária para poder participar da luta de classes contra a nascente e crescente burguesia nacional. Não é sintomático que as greves de operários e outras categorias do proletariado tiveram presença marcante no tecido social no final da década do século XIX e nas três primeiras décadas do século seguinte.

No Estado da Paraíba, segundo o brasilianista soviético Boris Koval, em sua magistral obra “História do Proletariado Brasileiro – 1857 a 1967”, existiam algumas ideias socialistas a partir de grupo “autônomo” de militantes, carregadas de “ecletismo político” e “socialismo utópico”. Tanto que durante o II Congresso Operário realizado no Rio de Janeiro, em 1912, estava presente uma delegação do Partido Operário da Paraíba². Cinco anos após esse evento, foi criado, também no

1 Psicólogo e advogado, Mestre em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Cidadania pela UFPB, autor de várias obras, dentre elas: “Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960)”; “Anos de Luta: da intervenção no DCE à estadualização da URNe (1981-1987)”; biografias do líder camponês João Pedro Teixeira, Anacleto Vitorino (primeiro negro a ser deputado estadual na Paraíba), ex-deputado e escritor José Joffly, ex-seandor Argemiro de Figueiredo. Foi membro da Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba e é membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano.

2 KOVAL, Boris. História do Proletariado Brasileiro – 1857 a 1967. São Paulo/SP: Editora Alfa-Omega, 1982. p. 96

Rio de Janeiro, o Partido Anarquista Comunista com a participação de delegados anarquistas daquele Estado, da Paraíba, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco³.

Claro que essas agremiações não teriam surgido do nada. O proletariado paraibano vinha acumulando forças nas várias greves que promoveram nas duas primeiras décadas do século XX, como indica pesquisa do professor Ariosvaldo Diniz⁴, citada por Waldir Porfírio no seu livro “Bandeiras Vermelhas”:

Aqui na Paraíba, nos dois primeiros decênios do século passado, ocorreram 16 greves operárias, a maioria em 1917. Naquele ano, na Capital paraibana, operários das fábricas de cigarros e charutos, indústria de óleo, alfaiates, carroceiros, costureiros e trabalhadores de armazéns de couros e jornaleiros da empresa ferroviária Great Western, além dos operários têxteis da Fábrica Tibiry de Santa Rita, e estivadores de Cabedelo, entraram em greve reivindicando aumento salarial, redução da jornada de trabalho para oito horas, abolição do trabalho infantil e garantia da permanência de delegados do Sindicato Geral do Trabalho na fiscalização e controle do trabalho (Silva, 2003, p. 23).

Para um quadro pequeno de estabelecimentos industriais (251 estabelecimentos) e um contingente de operários diminuto (3.035 operários), pode-se constatar que o proletariado paraibano estava organizado, nos princípios da década de 1920⁵, e preparados para alçar outros voos, advindos da esperança trazida pela repercussão da revolução soviética

3 MENDONÇA, Elza Mariana Rodrigues Furtado de. O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926): Organização e Resistência. Universidade Federal de Pernambuco, p. 81. Recife, 2016.

4 DINIZ, Ariosvaldo da Silva. A maldição do Trabalho. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

5 SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; GURJÃO, Eliete de Queiroz; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro e CITTADINO, Monique. Estrutura de Poder na Paraíba. João Pessoa/PB: Editora Universitária-UFPB, 1999. Volume IV. p. 85.

na Rússia, onde se instalou o primeiro poder proletário no mundo: a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Aquele grande acontecimento influenciaria vários jovens paraibanos, os quais iriam promover debates, escrever artigos em jornais enaltecendo a grande transformação em andamento no mundo. O estudante de direito (e mais tarde desembargador da Paraíba), Antônio Bôtto de Menezes proferiu palestra sobre “O Ideal Socialista”, anunciando a fé por um mundo melhor. Enquanto outros jovens idealistas, como Mário Pedrosa, Ademar Vidal e Antenor Navarro escreviam nos jornais da época artigos enaltecendo a revolução socialista da Rússia (Silva, 2003, p. 23-24). Até o jovem estudante da Faculdade de Direito de Recife, José Lins do Rego, relatou que, no ano de 1920, “a revolução russa parecia um começo para a humanidade. Os dias que abalaram o mundo estremeciam em nossos sonhos de reformadores incipientes. E então corríamos para as greves operárias, enchíamos as ruas de gritos de liberdade, de igualdade social” (Diário de Pernambuco, de 11 de junho de 1950).

Era esse o nível de consciência política que entusiasmou vários grupos de operários e intelectuais, representantes dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal para fundar, em Niterói, durante o I Congresso em 25 de março de 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB). A notícia da criação do partido comunista e a abnegação de seus fundadores fizeram com que proliferassem o PCB pelos Estados.

Aqui na Paraíba, que não teve representante naquele Congresso, a criação do Partido Comunista do Brasil data de 1923, onde, após discussão sobre a importância e finalidade do PCB, foi eleita uma direção estadual do partido composta por Manoel Luiz Dias, Secretário Político; Manoel Ferreira de Castro, Secretário de Organização; Luiz Fonseca, Secretário de Divulgação e Propaganda; Mariniano Barbosa, Secretário Sindical, e José Leandro, Secretário de Finanças (Silva, 2003, p. 27).

Na cidade de Campina Grande, o jornalista Epaminondas Câmara aponta, na sua obra “Datas Campinenses”, que a pregação do comunismo aconteceu, desde 1927, pela Sociedade União Geral dos Trabalhadores, “dirigida por uns mecânicos e pedreiros do Recife” (Silva, 2003.

p. 28).

Em depoimento para o Projeto “Sindicalismo em Campina Grande: evolução histórica e política (1874-1983)”, orientado por Josemir Camilo, pesquisado por Leônidas Mendes Filho, e tendo como colaborador Raimundo Augusto de Oliveira, o sindicalista Eurípedes Floresta de Oliveira falou que, no município de Campina Grande, “em 1926/27, já atuavam grupos comunistas” que dirigiam o Sindicato Geral dos Trabalhadores, a primeira entidade sindical campinense (Silva, 2003, p. 28-29), que agregava, dentre outros, o Sindicato dos Empregados do Comércio, com 119 filiados (Gurjão, 2020, p. 147).

Há um vácuo sobre a militância dos comunistas campinenses em documentos históricos até 1932, quando o Departamento de Política e Ordem Social (DOPS) de Pernambuco produz um relatório sobre as atividades subversivas na Paraíba, o qual constata a existência de 118 filiados ao Partido Comunista do Brasil atuando nas cidades de Campina Grande, Santa Rita, João Pessoa, Mamanguape, Rio Tinto e Bananeiras, constituídos por “militares, domésticas, serralheiros, estivadores, pedreiros, mecânicos, carpinteiro, auxiliar de comércio, tipógrafo, chauffeur, oleiro, agricultor, alfaiate, metalúrgico, empresário de algodão, têxteis e célula participante” (Vale, 2018, p. 127).

Segundo Eltern Vale, no ano seguinte, em 1933, o DOPS pernambucano investigava a propagação do comunismo a partir de Campina Grande, sinalizando ter, esta cidade, uma organização comunista mais ou menos grande e sólida, formada pelo mecânico Severino de Brito, Aleixo, ferreiro Manoel Martins, Francisco Henriques e Florentino Cândido, de onde foi construída uma “uma teia de militância entre João Pessoa, Natal e Maceió”. Outros militantes vermelhos anotados nas fichas do DOPS daquele ano foram Carlos Passi (Secretário do Comitê Regional do PCB), Pedro Paciência (Secretário da Juventude Comunista) e Luiz Manoel dos Santos (Vale, 2018, p. 129-130).

Ainda no ano de 1933, visando as eleições à Assembleia Nacional Constituinte, o Partido Comunista do Brasil conseguiu reunir membros do espiritismo, evangélicos, maçons e outras correntes políticas e ideológicas para formar a Liga Pró-Estado Leigo, em oposição aos candidatos ligados à igreja católica, sendo escolhido como candidato para representá-los o advogado comunista João Santa Cruz. Segundo

Epaminondas Câmara, essa coligação foi dirigida no Estado por Osias Gomes, Horácio de Almeida e João Santa Cruz, e, em Campina Grande, pelo Dr. João Arlindo Correia, Pastor João Ximenes e o professor M. Almeida Barreto (Câmara, 1988, p. 120).⁶

A Constituição promulgada, em 1934, convocou as eleições para deputado federal e estaduais, tendo estes, entre outras finalidades, a de eleger os governadores dos Estados. Os comunistas, socialistas, sindicalistas, evangélicos e maçons registraram uma chapa intitulada de “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”. Epaminondas Câmara afirmou que “diversos rapazes da cidade” de Campina Grande “foram candidatos da legenda comunista” (Câmara, 1988, p. 147). Os rapazes, a que Câmara se referiu, foram o professor José Lopes de Andrade, o alfaiate Manoel Vianor de Freitas, Luiz Gomes da Silva, Cesário Gonçalves da Silva e o médico José Amorim.⁷

Nos primeiros meses de 1935, o Partido Comunista do Brasil articulou e criou a Aliança Nacional Libertadora (ANL), unificando comunistas, anarquistas, liberais e antifascistas. Esse movimento levou milhares de brasileiros às ruas que abraçaram o programa que resumia na palavra de ordem: “Paz, Pão, Terra e Trabalho”. O comunista e advogado sindicalista, João Santa Cruz, conseguiu reunir para a organização centenas de intelectuais, estudantes, professores, advogados, médicos, operários, comerciantes e comerciários, e autoridades⁸ (Silva, 2003, p. 46).

-
- 6 A Liga Pró-Estado Leigo não conseguiu eleger João Santa Cruz porque obteve apenas 412 votos, mas o deixou com grande prestígio na sociedade paraibana.
 - 7 Nenhum candidato foi eleito pela chapa “Trabalhador, Vota em Ti Mesmo”. Entretanto, um dos seus participantes, Anacleto Victorino, presidente do Sindicato dos Estivadores do Porto de Cabedelo, foi indicado pelos sindicatos como Deputado Estadual Classista, tornando-se o primeiro negro a ocupar um lugar na Assembleia Legislativa da Paraíba.
 - 8 João Santa Cruz de Oliveira foi eleito presidente da ANL, junto com Aderbal Jurema, na vice-presidência, e demais membros: Miranda Sá Júnior, Waldemar Trigueiro, Ademar Vidal, Manuel Florentino, Horácio Mesquita, Altino Macedo, Elias

O Diretório da Aliança Nacional Libertadora em Campina Grande era composto por Severino Alves de Albuquerque, Presidente; Manuel Pais, Vice-Presidente; Carlos Di Pace, 1º Secretário; João Correia de Melo, 2º Secretário; Cícero Brasil, Tesoureiro; Raimundo Gomes, Vice-Tesoureiro. A Comissão de Propaganda e Publicidade da ANL campinense era formada por Hélio Cunha, Dr. Severino Pimentel, Dr. Inácio Ramos, Antônio Fernandes de Oliveira, José Lopes de Andrade e José Guedes. Já da Comissão de Finanças daquele município faziam parte João Bento, Rodrigo Cavalcante Farias e Cesário Gonçalves. (*A IMPRENSA*, 6/03/1936).

Epaminondas Câmara escreveu que a ANL em Campina Grande tinha sede na Rua do Progresso e compunha de mais de cem membros, “entre os quais, algumas pessoas de destaque social – advogados, professores, intelectuais, comerciantes”. Para ele, “os comunistas locais eram atrevidos e provocadores – diferença que sentimos nos dias de hoje. Fomentavam arruaças e greves, lançavam bombas às altas horas da noite e promoviam passeatas meio-terroristas” (Câmara, 1988, p. 147).

A Aliança Nacional Libertadora foi crescendo como movimento e ganhou milhares de simpatizantes por meio das divulgações de boletins, atos públicos, debates e divulgação que participaram de todas as mobilizações. Para estancar o movimento, o presidente Getúlio Vargas baixou um decreto determinando o fechamento de todas as sedes no território nacional.

Outro momento importante para os comunistas paraibanos foram as sequências de greves operárias e de trabalhadores convocadas pelos sindicatos entre outubro e novembro de 1935. A orientação nacional do PCB aos seus militantes era organizar o proletariado a fazer greves por reivindicações específicas e gerais, avançando para “radicalizar o seu discurso, preparando o movimento sindical para, após as mobilizações (...) entrar na luta pela realização da revolução proletária que o partido pensava estar amadurecida” (Silva, 2003, p. 51).

Assim, greves começaram na Paraíba, em 1º de outubro daquele ano, envolvendo trabalhadores de armazéns, padarias, cais e trapiches, que reivindicavam aumentos de salários e jornada de 8 horas semanais. Essas greves iniciais foram vitoriosas, mas enfrentaram repressão

Araújo e Manoel Alves (Silva, 2003, p. 46).

do governo do Estado, administrado pelo campinense Argemiro de Figueiredo.

No mês seguinte, os comunistas e outros setores independentes promoveram a maior greve da história da Paraíba, até então. A primeira categoria a cruzar os braços foi a da construção civil, em 4 de novembro de 1935, seguida durante a semana por paralisações de empregados da empresa de telefonia, empregados de tabacarias, trabalhadores das fábricas de cimento, óleo e saboarias, ferroviários (liderada pelo comunista campinense Francisco Alves de Almeida).

Após negociações no Palácio da Redenção envolvendo representantes da força policial, Assembleia Legislativa e do Ministério do Trabalho, e do advogado João Santa Cruz, que defendia os sindicatos em greve, e do presidente da Federação Unitária Sindical, Francisco Xavier, ficou decidido pelo fim das paralisações para que fossem abertas as negociações com o setor patronal.

Os sindicatos de Campina Grande que estiveram nessa greve, muitos deles dirigidos por comunistas, foram: Sindicato dos Sapateiros, Sindicato dos Empregados do Comércio, Sindicato dos Trabalhadores de Curtume, Sindicato Têxtil da Fábrica de Bodocongó, Sindicato dos Operários em Indústria Têxtil (A IMPRENSA, 7/11/1935).

Em 26 de novembro de 1935, os comunistas, aproveitando do prestígio das greves que lideraram na Paraíba e em todo o Brasil, executaram um plano revolucionário, montado no final de outubro daquele mês, para tomada do poder em nosso país. A participação da Paraíba nesse processo era o de

[...] sublevar o Quartel do 22º Batalhão da Cavalaria, em Cruz das Armas; realizar greves nos principais centros operários do Estado (...) elaborar um levante camponês em Gramame; tomar alguns colégios e montar agitações em bairros operários como Jaguaribe e Cruz das Armas (Silva, 2003, p 73).

Como em Natal e Recife a situação estava mais propícia para o êxito da insurreição, principalmente pelo grande contingente de comunistas dentro do exército daquelas cidades, cabia aos militantes da Paraíba

neutralizar o exército e a polícia da Paraíba, gerando conflitos nas ruas para que as forças policiais não fossem a Natal e a Recife.

A reação dos governos federal e estaduais em todo o Brasil à insurreição foi terrível. Como em outros Estados, forças da polícia e do exército da Paraíba promoveram uma perseguição aos comunistas envolvidos, ou não, no plano de insurreição, bem como aos que participaram da Aliança Libertadora Nacional e das lideranças sindicais das greves de 1935.

Segundo o jornal católico “A Imprensa”, de 29 de janeiro de 1936, “Em todos os Estados foram detidos os elementos ligados ao comunismo até o término do inquérito” aberto pelo DOPS da Paraíba. Mesmo sem provas que comprometessem a participação de comunistas de Campina Grande naquele movimento insurrecional, foram presos Carlos Andrade Di Pace (bancário), José Augusto Amorim (médico), Manuel Bianor de Freitas (alfaiate), Nicolau, Francisco da Costa (negociante), Raimundo Gomes da Silva (marceneiro), Severino Alves Ribeiro (artista). Também foram detidos e depois postos em liberdade os campinenses Francisco Henrique Araújo (comerciante) e João Luís da Silva (jornaleiro).

Para o historiador Luciano Queiroz, esse evento histórico foi distorcido pelo Estado que manipulou no campo ideológico para tratar os comunistas como inimigos da pátria, “desapossando atores sociais do poder de narrarem a si próprio”. O outro lado da história é lembrado até hoje nos quartéis, a cada 27 de novembro, como o dia da “Intentona Comunista”, uma data que “foi se convertendo em abuso de memória, pois a busca da lembrança é a luta contra o esquecimento (...) Uma *memória-repetição* resistente à crítica, que à celebração de um lado corresponde à execração do outro” (Aires, 2012, p. 62). Luciano classifica essa situação como “abuso de memória” porque sempre “procurou impedir a memória dos vencidos”.

Fugidos do Rio Grande do Norte e de Pernambuco, muitos comunistas tornaram Campina Grande uma válvula de escape após a derrota da insurreição daquele ano. Alguns permaneceram até as coisas se acalmarem e partiram. Outros decidiram ficar em Campina Grande

como José Costa⁹ e João Fagundes de Almeida¹⁰. O operário e comunista histórico campinense José Peba Pereira dos Santos testemunhou esse drama:

Começaram a chegar fugitivos do movimento de Natal e do Recife, se hospedando no Hotel de minha tia. Por aqui passaram Luiz Rodrigues, Oscar Claudino, José Miguel, Luiz Pintor, Manoel Bernardo, Themóteo Mendes e outros. Aristides, que recebeu a tarefa de arrecadar dinheiro para ajudar nas fugas dos companheiros, criou uma comissão de finanças composta por ele, Pedro Guilherme, João Leôncio e eu. Para cumprir nossa missão fizemos rifas nas fábricas de calçados e bailes, tudo isso para pagamento da pensão e do transporte dos companheiros revolucionários. Quem tirava esses companheiros de Campina Grande era o Pedro Domingos, membro do Partido Comunista e motorista do DNOCS, que viajava constantemente para Fortaleza num possante caminhão Volvo. Eles viajaram como se fossem funcionários do DNOCS."

Mesmo sob forte repressão ao Partido, os poucos militantes

- 9 Em 30 de novembro de 1938, quando trabalhava no Departamento Estadual de Rodagens, José Costa foi preso e recolhido à Casa de Detenção, acusado e condenado a 6 anos e 6 meses de detenção pelo Tribunal de Segurança Nacional.
- 10 João Fagundes de Almeida estava escondido na cidade de Campina Grande quando foi preso, a 26 de abril de 1941, e condenado pelo TSN à pena de 3 anos e 4 meses de prisão. Foi recolhido à Casa de Detenção de João Pessoa, em 29 daquele mesmo mês, e seguiu para Natal, em 5 de maio de 1941, a fim de cumprir a pena que lhe fora imposta.
- 11 Entrevista de José Peba Pereira dos Santos ao autor, realizada em Campina Grande, em março de 2001, com a participação do historiador José Octávio de Arruda Mello. Na trajetória da sua militância política, Peba cumpriu tarefas do Partido Comunista do Brasil na Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Pernambuco, sendo preso e espancado várias vezes.

campinenses em liberdade ainda encontravam coragem para “recrutar” novos adesistas para a agremiação. É o caso específico de José Pereira dos Santos (Peba), que aderiu ao Partido Comunista em 1937:

Depois do golpe fascista de 1937 de Getúlio, chegou do Rio de Janeiro Horácio Marreira, que era também de Serra Redonda e tinha sido ex-Sargento *Músico do 1º RI do Rio de Janeiro. Ele era membro do Partido. Eu fui levado, por Horácio e Aristides Magalhães, para filiação do Partido, com um tal de Antônio, que veio do Recife para fazer as filiações do Partido aqui em Campina Grande.*¹²

Apesar da garra afiada da repressão do Estado Novo, em 18 de agosto de 1942, a população campinense saiu às ruas, em passeatas, durante o dia e à noite, para protestar contra os afundamentos dos navios brasileiros por submarinos alemães e exigir do governo Getulista que o Brasil entrasse na guerra contra o nazifascismo. Num momento de descontrole, eles incendiaram a casa comercial do italiano Antônio de Andréa, localizada na rua Cardoso Vieira. Outras lojas só não foram destruídas devido a ação do Exército, que dissolveu a multidão.¹³

Os líderes desse movimento antifascista e de outras manifestações na serra da Borborema eram o professor José Lopes de Andrade (ex-militante da Juventude Comunista e da Aliança Nacional Libertadora), e os comunistas Carlos Di Pace e Félix Araújo¹⁴. Este último atuando no movimento estudantil, era o grande orador que inflamava as massas e tornou-se numa das figuras das mais carismáticas da cidade. O movimento antifascista era conduzido pelo Comitê Democrático, localizado no Beco 31, tendo como relações públicas o militante comunista Uziel do Vale, e as reuniões aconteciam na Praça da Bandeira, em frente ao

12 Entrevista de José Peba Pereira dos Santos ao jornalista João Batista Barbosa, em 1985.

13 CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*, Campina Grande: Edições Caravela, 1988. p. 141.

14 Felix Araújo foi um dos pracinhas a ir ao campo de batalha da Segunda Guerra Mundial.

Edifício Esial.

Com o fim da Segunda Grande Guerra Mundial, o povo de Campina Grande foi comemorar na Praça da Bandeira, palco das tantas manifestações contra o nazifascismo. Naquele 8 de maio de 1945, oradores se revezavam na tribuna de várias tendências políticas, como João Santa Cruz, Manoel Formiga, Plínio Lemos, Alyrio Wanderley e Cristiano Pimentel.

As mudanças no mundo também passariam pelo Brasil. Naquele ano, o Estado Novo foi derrubado e Getúlio Vargas afastado por uma junta militar. Foram criados os partidos políticos, dentre eles, foi legalizado o Partido Comunista do Brasil, que concorreu às eleições para a Assembleia Nacional Constituinte. Mas, antes de conquistar o direito de organizar-se nos moldes da legislação eleitoral, em 1945, os militantes e aliados do comunismo paraibano lançaram um manifesto conclamando o povo a filiar-se à organização intitulada de “União Socialista da Paraíba”. Em Campina Grande, segundo Josué Sylvestre em seu livro “Lutas de Vida e de Morte”, esse manifesto era de autoria de um “Comitê Provisório” formado por Otávio Leal de Brito, Francisco de Andrade Lima, Cláudio Agra Porto, José Geraldo Pimentel, João Francisco de Macedo, Jerônimo Rodrigues da Silva, Lélío Joffily Pereira da Costa, Jacó Medeiros, Francisco Henriques e Severino Alves de Albuquerque.

Entretanto, em poucos meses, o Tribunal Superior Eleitoral recebeu e homologou a legalização do Partido Comunista do Brasil. Milhares de brasileiras e brasileiros assinaram a ficha de filiação do PCB, inauguraram as sedes dos Comitês Nacional, estaduais e Municipais, organizaram Células por categorias profissionais e os jornais comunistas por cada Estado.

Na capital paraibana, a sede do Comitê Estadual do Partido Comunista era no 2º andar de um edifício localizado na Rua Barão do Triunfo, nº 500, no Centro. Foi inaugurada no dia 21 de julho de 1945, decorada com bandeiras do Brasil, da União das Repúblicas Soviéticas Socialistas, dos Estados Unidos, França e Inglaterra, países vitoriosos na 2ª Grande Guerra Mundial. Dirigiram os trabalhos de inauguração o advogado João Santa Cruz, o operário Américo Pinheiro, os estudantes Hildebrando Espínola e Baldomiro Souto, Luíza Ramalho Clerot, o

dirigente comunista campinense Cláudio Porto.

Na cidade de Campina Grande, a sede do Comitê Municipal do PCB era no Edifício Esial, em frente à Praça da Bandeira. A composição do Secretariado daquele Comitê era formada por Cláudio Agra Porto, como Secretário Político; João Macedo, Secretário de Organização; Félix de Sousa Araújo, Secretário de Propaganda e Divulgação; Severino Ribeiro, Secretário Sindical; e Otávio Leal de Brito, Secretário de Finanças. Os militantes daquele lugar chegaram a montar uma biblioteca na sede do partido, a qual continha todas as obras de Lênin.

Chegadas as primeiras eleições pós-Estado Novo, os comunistas lançaram Yêdo Fiúza para presidente da República que obteve, na Paraíba 5.719 sufrágios, sendo 2.575 em João Pessoa e 1.454 de Campina Grande. Para a Assembleia Nacional Constituinte, o Comitê Estadual do PCB da Paraíba apresentou os candidatos Luiz Carlos Prestes¹⁵ e João Santa Cruz às duas vagas do Senado da República, e para Deputado Federal, concorreram pela legenda comunista os candidatos João Santa Cruz, Luiz Carlos Prestes, Félix de Sousa Araújo, Manuel Alves de Vasconcelos, Pedro Ferreira da Silva, Célio Di Pace, José Vandregíselo de Araújo Dias, Sabino Guimarães Coelho, Luíza Ramalho Clerot e Manoel Alves de Oliveira, nenhum conseguindo êxito pela Paraíba.

A pesquisadora Martha Lúcia Ribeiro, ao comentar sobre a votação dos comunistas na Paraíba naquele pleito, diz que o resultado foi reflexo das mudanças originárias da redemocratização do País:

É indicativo do processo de mudança da sociedade (paraibana), que os candidatos do PCB para a Presidência e para o Senado tivesse uma votação expressiva: Yêdo Fiúza, 1.454 votos e João S. Cruz 1.494 votos; Félix Araújo, candidato à Constituinte na chapa de deputados federais, obteve 727 votos em

15 A legislação eleitoral à época não proibia que um mesmo candidato pudesse concorrer ao cargo de senador ou deputado federal por vários Estados ou para vários cargos eletivos. Por isso, consta o nome de Luiz Carlos Prestes na chapa dos comunistas paraibanos, sendo eleito Senador pelo Distrito Federal e Deputado Federal por São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Obviamente, Prestes optou pelo cargo de Senador da República.

Campina Grande e 786 em todo o Estado.¹⁶ (Ribeiro, 2000, p. 82).

Passadas essas eleições, chegou o momento de escolher o governador da Paraíba e seus deputados estaduais no pleito de 1947. O Partido Comunista do Brasil lançou José Vandregíselo de Araújo Dias¹⁷ para governador e 35 candidatos à Assembleia Legislativa da Paraíba, dentre eles, os campinenses Félix de Sousa Araújo, Miguel Arcanjo de Medeiros e Cláudio Agra Porto.

Orador de prender a atenção das massas e fazê-las gritar de euforia, Félix Araújo era um dos principais trunfos dos comunistas campinenses. Foi residir em João Pessoa para estudar no Liceu Paraibano, no ano de 1942, indo residir na casa de Baldomiro Souto, maior liderança estudantil comunista da capital paraibana. Por conta dessa amizade, ingressou no Partido Comunista do Brasil e defendeu suas bandeiras, mesmo quando estava servindo ao exército na Segunda Guerra Mundial¹⁸. Quando estava na Europa, Félix Araújo escreveu para Baldomiro e demais camaradas:

Querido Baldomiro e demais camaradas.

A você – inesquecível Baldo – e, na sua pessoa, aos demais companheiros de lutas pela Pátria e pelo Povo, escrevo, agora, a minha primeira carta da Europa em guerra. Como não posso me dirigir a cada um, saúdo – em você – todos os meus amigos do Centro Estudantil do Liceu, da Sociedade

16 ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro, Capítulo “A Ciranda da Política Campinense”, do livro *Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande*.

17 José Vandregíselo é o pai do compositor e cantor Geraldo Vandré.

18 Félix Araújo desfilou-se do PCB em 4 de outubro de 1948, após vários debates internos e externos de posições contraditórias de militantes da minoria partidária do Comitê Municipal e Estadual. Mais tarde, fevereiro de 1950, o Comitê Estadual do PCB cometeu um erro político ao editar uma nota expulsando de suas fileiras, Félix Araújo e mais seis ex-comunistas. Ora, nunca poderiam expulsar quem já não mais pertencia à agremiação. Esse equívoco entrou para a história como uma vingança malsucedida da direção estadual do PCB.

da Cultura Musical e da Associação Paraibana de Imprensa. Vocês encarnam o melhor de nossa terra; a tradição de sua cultura e continuidade do sagrado pensamento da Revolução de 1930. Etc., etc., Félix, 22 de dezembro de 1944”. (Araújo, 1964, p. 209)¹⁹

Os comunistas conseguiram eleger o deputado estadual João Santa Cruz, com 1.654 votos. Em Campina Grande, a votação do PCB nessa eleição alcançou 7% do eleitorado, demonstrando a grande liderança de Félix Araújo que obteve 1.516 sufrágios, ficando na primeira suplência na Assembleia Legislativa da Paraíba.

A repercussão internacional do papel da URSS na vitória dos países aliados sobre os nazistas e fascistas não tardou para que os Estados Unidos declarassem uma Guerra Fria, em que deveriam enfrentar agora os inimigos externos e internos em todos os países, ou seja, os comunistas.

Em nossa pátria, a primeira vítima desse conflito foi o Partido Comunista do Brasil, que teve seu registro cancelado pelo Tribunal Superior Eleitoral em abril de 1947. A argumentação para essa decisão é hilária: “Em primeiro lugar, a descoberta de que os estatutos do partido diferiam ligeiramente daqueles originalmente submetidos ao Tribunal Superior Eleitoral; em segundo lugar, o nome do partido (“do Brasil” em lugar do “brasileiro”) significava que era estrangeiro” (TSE, 1947).

A segunda vítima da perseguição ao “inimigo interno” pelas classes dominantes foram os mandatos dos congressistas e deputados estaduais comunistas. Protestando contra esse “golpe branco”, o deputado estadual João Santa Cruz discursou da tribuna da Assembleia Legislativa da Paraíba mostrando um telegrama de Campina Grande, contendo “130 assinaturas de cidadãos pertencentes a todos os credos políticos os quais protestavam contra o movimento que visa cassar os mandatos dos deputados comunistas”. Afirma que a posição do TSE na questão “é uma intromissão irritante e errônea do poder judiciário, pois o tribunal não tem autoridade para cassar

19 Félix Araújo, em *Obras Poéticas*. Campina Grande: Edições da Comissão de Cultura do Centenário, Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1964, p. 209. Citado por Alcides de Albuquerque do Ó. “Campina Grande: história & política – 1945-1955”. Campina Grande/PB. Edições Caravela. 1999. p. 21.

mandatos conferidos livremente pelo povo” (Ata da Assembleia Legislativa da Paraíba de 19 de junho de 1947, s/p.)

Ganhou muita força nos meios de comunicação anticomunista, em especial dentro da igreja católica, a posição do senador comunista Luiz Carlos Prestes, quando aceitou uma provocação de um senador da direita, afirmando “se o Brasil entrasse em guerra contra a U.R.S.S., ele ficaria com os soviéticos”. Constata Waldir Porfírio que:

Na Paraíba, os padres de várias paróquias aproveitaram os sermões de suas missas para envenenar os fiéis católicos contra os partidários do marxismo-leninismo. Vários militantes comunistas paraibanos endereçaram cartas ao jornal “A Imprensa” comunicando suas desfiliações do Partido Comunista, face à indignação contra o posicionamento do senador Luiz Carlos Prestes no que se refere a uma possível guerra entre a U.R.S.S. e o Brasil. O comerciante de Campina Grande Francisco Henriques de Araújo, que havia se filiado ao Partido Comunista do Brasil no Estado do Rio de Janeiro, em 1928, pelas mãos do dirigente nacional do Partido, jornalista Octávio Brandão, foi um dos militantes comunistas que comunicou ao Presidente do Comitê Municipal do PCB de Campina Grande, Cláudio Porto, a sua desfiliação (Silva, 2003, p. 141, grifo do autor).

Com o registro do Partido Comunista do Brasil cancelado e os mandatos dos parlamentares comunistas cassados, a agremiação retornou à clandestinidade, perdendo muitos de seus filiados. O jornal ‘O Povo’, criado pelo PCB para abordar os problemas e as lutas do proletariado paraibano, mudava constantemente de local para evitar os frequentes ataques da polícia, que chegava destruindo as máquinas e destruindo jornais e papéis.

Mesmo na clandestinidade, informou o veterano comunista José Peba Pereira dos Santos que o PCB conseguiu organizar algumas células

por bairro e uma formada por mulheres, conforme quadro abaixo:

Quadro 1 – Células comunistas por bairros em Campina Grande segundo José Peba Pereira dos Santos

Nome da Célula	Bairro onde funcionava	Integrantes
Miguel Cardoso	José Pinheiro	Nicomedes Vasconcelos, Joaquim Tavares, João da Mata, Edvaldo Souto Câmara, Luiz do Peixe, Celestino Garçom.
Frei Caneca	Bairro de Monte Castelo	Antonio Bodoco, Gabriel Nunes, Orlando Bocaleri, Sebastião Gonçalves.
Nicolau da Costa	Prata	Chico Lima, Francisco Pereira, José Pereira de Araújo, Francisco dos Reis, José Praxedes, José Guedes, Joaquim Dantas, Miudo Guedes.
Dr. José Amorim	Centro	Carolino, Felipe Gusmão, Uziel do Vale, José Peba Pereira, Oliveiros Oliveira, Figueiredo Agra, Eraldo Cunha, Otávio Leal de Brito, Nicodemos Henrique e Agnelo Amorim.

Fonte: Waldir Portírio, 2003.

Pebe ainda contou que existiu em Campina Grande uma base feminina que tinha uma importante responsabilidade nos momentos cruciais das greves operárias daquela cidade. Essa célula de mulheres era formada por:

Tina, irmã de Chico Lima, a mulher de Otávio Leal, a mulher de Honório, a mulher de Euclides Carolino, a minha mulher, Maria Lalá da Costa. Essa base funcionou com muita eficiência. Quando nós fizemos aqui

uma greve muito pesada, formamos uma comissão de finanças com elas e nós conseguimos o pagamento de todos os empregados da empresa (Santos apud Portfólio, 2003, p. 47).

Os militantes comunistas aproveitavam algumas datas para fazer comemorações festivas e provocativas. O 1º de maio, Dia Internacional do Trabalho, sempre aglutinou muitos trabalhadores sejam em festas no Paulistano Esporte Clube, cujo presidente era o militante comunista Francisco Pereira da Silva, seja em atos públicos na Praça da Bandeira. Durante o aniversário de Luiz Carlos Prestes, os comunistas campinenses aprontavam com os agentes da polícia. Colocavam barcos com fogos durante a noite no Açude Velho ou estouravam fogos em vários pontos da cidade na madrugada.

Mesmo na clandestinidade, o Partido Comunista do Brasil esteve na frente dos movimentos operários e de trabalhadores, no final da década de 40 e a seguinte, para conquistar o “abono natalino” – hoje 13º salário. A luta se dava especificamente entre os trabalhadores do estabelecimento industrial ou comercial e os patrões. Numa dessas greves, o comunista José Peba Pereira dos Santos foi agredido por policiais e precisou ser levado ao hospital para ser operado.

Começamos com os trabalhadores do construtor Celso Cirne, na construção do prédio da Escola Técnica, atrás dos Correios, na Avenida Getúlio Vargas. Mobilizamos 80% da classe por aumento salarial e padronização de preço de empresa por empresa. Depois de 8 dias de greve, a polícia foi mobilizada. (...) Com a chegada de Luiz de Barros e sua volante, conseguiram me prender. Começaram a me agredir ali mesmo, na frente dos meus companheiros. Caí com uma pancada na cabeça. Prostrado no chão, iniciaram uma série de pancadas na minha cabeça com uma pistola 45. Todo ensanguentado me jogou na carroçaria de um caminhão da polícia e me levaram ao Hospital Pedro I e, depois que os cortes foram costurados sem

anestesia, me levaram para a cadeia, onde fiquei juntamente com os companheiros Cícero Manoel de Freitas e Edvaldo Souto, que eram do comando da greve. Passamos 30 dias presos. Só um advogado aceitou nos defender, o Dr. Everaldo Luna (Silva, 2003, p. 208.).

Os comunistas campinenses também estavam presentes na “Campanha do Petróleo é Nosso”, levantada em todo o país pela União Nacional dos Estudantes (UNE), Liga da Defesa Nacional, Clube Militar e o Centro de Estudos de Defesa do Petróleo e da Economia Nacional, numa unidade política e ideológica em que misturavam comunistas, militares, intelectuais e parlamentares democratas e progressistas. Muitos intelectuais estiveram em Campina Grande nessa campanha nacionalista, dentre outros, o vereador do Rio de Janeiro, Henrique Miranda, e os professores Josué de Castro e J. Boerchat. Complementa o pesquisador Josué Sylvestre que também estiveram palestrando na Rainha da Borborema os intelectuais Gláucio Veiga e Osny Duarte Pereira.

Referindo-se à luta pelo monopólio do petróleo, o comunista Uziel do Vale lembrou de uma das atividades ousadas pelo partido na Rainha da Borborema:

O Partido, no dia 7 de setembro, num golpe de audácia, colocou uma torre de petróleo na Praça da Bandeira, em Campina Grande, como símbolo da campanha do “Petróleo é Nosso”. Aquela campanha mobilizou as massas campinenses para as dezenas de comícios e centenas de conferências em colégios, clubes etc. Uma das estrelas daquela campanha era os estudantes Raimundo Asfora, que, com seus discursos que empolgava o povo, levava os campinenses ao delírio. Também tiveram papel importante Oliveiros Oliveira, Figueiredo Agra, José Joffily, Agnelo Amorim (Silva, 2003, p. 213, grifo do autor).

Campina Grande também foi sede de um importante evento que antecedeu o surgimento do movimento das Ligas Camponesas no

Nordeste. Trata-se da 1ª Conferência dos Assalariados Agrícolas e Camponeses Pobres do Nordeste ocorrida no início de 1954, numa iniciativa do Partido Comunista do Brasil. Conforme relatou o veterano comunista Oliveiros Oliveira, a Conferência

[...] aconteceu com delegações de todo o Nordeste. Hospedamos mais de 300 delegados e encerramos com um comício, na Praça da Bandeira, cercado pela Polícia. Falamos eu, Peba, Cabral Batista, Zé Trombador e as representações camponesas (Silva, 2003, p. 219).

Como se pode notar, o Partido Comunista do Brasil estava decidido a entrar na luta contra o latifúndio no Brasil, em especial, no Nordeste, região de oligarquias mantenedoras de relações de trabalho semifeudais, com pessoas negras após o fim da escravidão. O acordo entre o proprietário de terra e seus ex-escravos, ou descendentes destes, era de que eles poderiam morar num casebre e plantar alimentos para a subsistência da família tendo, como contrapartida, o dever de trabalhar gratuitamente para o patrão por três, quatro ou cinco dias. As ligas camponesas surgiram para combater esse tipo de relação de trabalho que era chamado de “cambão” e conseguiram extingui-lo nas lutas de 1955 a 1961. A partir desta última data, as ligas camponesas levantaram a bandeira da reforma agrária, especialmente, quando os camponeses conseguiram a sindicalização, em 1962, por lei sancionada pelo presidente João Goulart.

São histórias de luta como estas que merecem ficar no registro da história para serem lembradas na memória do povo de Campina Grande, quando dezenas de militantes comunistas colocaram suas vidas em perigo, ou foram presos e espancados, para defender um bem coletivo que são os direitos da classe trabalhadora.

Referências

Arquivos

- Assembleia Legislativa da Paraíba

- Jornal A Imprensa

ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro. “A Ciranda da Política Campinense”. In: GURJÃO, Eliete de Queiroz (Org.). **Imagens Multifacetadas da História de Campina Grande**. João Pessoa: A União, 2000.

AIRES, José Luciano de Queiroz. **Cenas de um espetáculo político: poder, memória e comemorações na Paraíba (1935-1945)**. Recife/PE, 2012. (Doutorado, UFPE).

CÂMARA, Epaminondas. **Datas Campinenses**. Campina Grande: Edições Caravela, 1988.

DINIZ, Ariosvaldo da Silva. **A maldição do Trabalho**. João Pessoa: Editora Manufatura, 2004.

GURJÃO, Eliete de Queiroz; SILVEIRA, Rosa Maria Godoy; ARAÚJO, Martha Lúcia Ribeiro e CITTADINO, Monique. **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa/PB: Editora Universitária-UFPB, 1999. Volume IV.

KOVAL, Boris. **História do Proletariado Brasileiro – 1857 a 1967**. São Paulo/SP: Editora Alfa-Omega, 1982.

MENDONÇA, Elza Mariana Rodrigues Furtado de. **O Partido Comunista de Pernambuco (1922-1926): Organização e Resistência**. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

Ó, Alcides de Albuquerque do. **Campina Grande: história & política – 1945-1955**. Campina Grande/PB: Edições Caravela, 1999.

SILVA, Waldir Porfírio da. **Bandeiras Vermelhas: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960)**. João Pessoa/PB: Textoarte, 2003.

SYLVESTRE, Josué. “**Lutas de vida e de morte; fatos e personagens da História de Campina Grande (1945/1953)**”. Brasília, Senado Federal,

1982.

VALE, Eltern Campina. “**Operários! Uni-vos!**”: experiência e formação de classe na Fábrica de Tecidos Rio Tinto (Paraíba, 1924-1945). Recife, 2018. (Doutorado, UFPE).

HISTÓRIAS DE “RIBULIÇO E DE SILÊNCIOS”: MEMÓRIAS DE LUTAS PELA TERRA NOS ANOS 50 NO BAIRRO DE BODOCONGÓ -CAMPINA GRANDE

*Eronides Câmara de Araújo*²⁰

Introdução

*Eu fui feliz lá no Bodocongó
Com meu barquinho, de um remo só
Quando era lua, com meu bem, remava à toa
Ai, ai, ai que vida boa lá no meu Bodocongó
Eu fui feliz lá no Bodocongó*

*Bodocongó, bodó, Bodocongó
Meus canário verde, ai meus curió
Bodocongó, bodó, Bodocongó
Minha Campina Grande
Eu vivo aqui tão só*

*Quando era lua, com meu bem, remava a toa
Ai, ai, ai que vida boa lá no meu Bodocongó
Bodocongó, bodó, Bodocongó
ó*

*Bodocongó, bodó, Bodocongó
Meus canário verde, ai meus curió
Bodocongó, bodó, Bodocongó*

²⁰ Professora de História pela UFCG. Doutora em Ciências Sociais pela UFCG; Mestre em Sociologia Rural pela UFPB e graduada em História pela UFPB.

Minha Campina Grande

*Meus canário verde, ai meus curió
Bodocongó, bodó, Bodocongó
Minha Campina Grande
Eu vivo aqui tão só*

*Trecho da composição Bodocongó
de
Humberto Teixeira /
Cicero Nunes*

ESTE TEXTO É UM RELATO MEMORIAL DE PARTE DE MINHAS EXPERIÊNCIAS como militante do Partido dos Trabalhadores nos anos 80 do século XX, junto aos TRABALHADORES SEM TERRA nas pontas de rua da cidade de Campina Grande. Em 1982, filiei-me ao PT e participava ativamente do núcleo do Partido no Bairro de Bodocongó. Entre intelectuais, donas de casas e estudantes participavam também trabalhadores agrícolas. Este texto é um extrato da minha dissertação de mestrado defendida em 1995.

Estou reescrevendo um dos itens daquele texto para constituição desse livro por dois motivos: primeiro para publicar essa pesquisa inédita sobre a história desses trabalhadores no Bairro de Bodocongó e segundo para fazer um registro memorial das minhas atividades como militante de esquerda em Campina Grande nesse período.

O bairro de Bodocongó foi cenário de muitas histórias e até de composições musicais, como a que abre este texto. Optamos por destacar as lutas narradas nas memórias dos agricultores dos anos 1950 para evidenciar a importância da relação entre militância e produção acadêmica. Parte desses trabalhadores fazia parte do núcleo do PT no bairro. Minha pesquisa, realizada entre 1990 e 1993, utilizou técnicas de história de vida, acompanhou romarias de agricultores e baseou-se em pesquisa documental. Para este texto, enfatizamos as histórias de vida.

Acompanhamos, inicialmente, as lembranças que o Sr. Zé Rita guarda do passado no bairro do Serrotão que nesse período tinha uma grande fazenda do então Major Juvino do Ó

onde dezenas de agricultores na condição de moradores foreiros trabalhavam no espaço representado como Serrotão:

O Serrotão é uma história, porque quando nós chegamos aqui, começamos a plantar cultura de fumo, batata-inglesa, feijão, milho... isso era trancado de uma ponta a outra. O caminhão rodava duas vezes por semana: na sexta e no sábado pra feira. Os compradores do Sertão, Alvinho, Argemiro Ambrosio e outro, e outros por aí... ficava por aqui dentro tirando carga daqui pro Sertão. Isso era milho, era feijão... um caminhão de batatinha inglesa, a gente tirava pra Fortaleza, pro Recife, Campina Grande... sempre dizia; (se referindo ao patrão dele) “olha, enquanto eu for vivo, vocês trabalha aqui até o fim da minha vida”. Ai, ele também já meio velho, e nós fomos trabalhando, com o maior prazer do mundo... as casas de farinha daqui era cheia, direto, plantando roça, eu tinha uma gangorrazinha de casa de farinha, com dois fornos. Trabalhava de sábado a domingo. Vinha gente de Bodocongó com farinha pra fazer aqui. Toda sexta e todo sábado, o caminhão levava uma carga de farinha daqui, da casa de farinha. Num era só minha não, era da redondeza. Então, aqui era uma beleza. Depois que Juvino do Ô enfraqueceu, aí tomou conta os filhos dele, e veio o ribuliço”... (Zé Rita, comunicação pessoal, 1993).

Esses anos marcam a história do grupo, sendo lembrados na memória social como um período de ruptura e descontinuidade nas relações de trabalho. Trata-se da memória do trabalho, do silêncio que precisa ser revelado, dos conflitos, e da continuidade de antigas e novas experiências de trabalho e de vida, refletindo situações específicas de um momento histórico. Foi um tempo de ‘fartura e de ribuliço’, de confiança e desconfiança, de negociação e expulsão, e do medo de perder e de ganhar. Afinal, foi um período em que homens de carne e osso

– trabalhadores e proprietários de terra – se enfrentaram na luta social.

1962: O “ribuliço”: lembranças escondidas, silêncios e medo

Vejamos o que o Sr. Zé Rita narra como início de um ‘ribuliço’. Ele lembra um diálogo que teve com o primeiro proprietário; era uma memória de fartura e harmonia e depois com os herdeiros que a ordem era não plantar mais a mandioca:

Proprietário: Voce de agora em diante so vai plantar batatinha e feijao. Mandioca, voce nao planta um palmo.

Sr. Ze Rita: Sr. Rodrigues...

Proprietario: Sr. Rodrigues nao. Eu estou dizendo que nao é para plantar nao.

Sr. Ze Rita: O negócio é o seguinte: mulher! chame esse magote de neguim que tem ai...ai os meninos chegaro tudo, uns nu da cintura pra cima, outros de calção, e era menino que friviava, ai eu disse: o Sr. td vendo ai? Bem nunca passaram nao, agora o recurso que nos tem é um palmo de roça. Quando nao tem nada eu vou no roçado, a mulher vai no roçado arranca um pedago de macaxeira, arranca um pouco de mandioca, ela vai la, faz beiju e nós come, eles vao dormir com o bucho cheio. Mas, se por acaso um dos meus filhos morrer de fome...

Proprietario: O que o Sr. vai fazer? vai me matar?

Sr. Ze Rita: Eu nao sei, sei que meus filhos nao vai passar fome ... e de agora em diante eu vou plantar maniva ate por riba das pedras, ate por riba das pedras...

Proprietario: No meu terreno?

Sr. Ze Rita: No seu terreno mesmo. É sua a terra, mas o beneficio é meu, eu comprei. Tenho aqui os meus recibos que eu venho pagando tudo diretinho. Ai deu a gota, nos fomos tres vezes na policia, ai foi

no tempo que esses dois homens ai (outros herdeiros) loteou, ficou rateando um pedacinho de terra, ai eu peguei e comprei, e muitos outros (moradores) ainda estao bolando.

A memória do Sr. Ze Rita sobre o trabalho é também uma memória política. São as lembranças dos conflitos. Neste diálogo com o proprietário, aparecem as lembranças do conflito que se instaura depois da morte do ‘Major’. Este diálogo aponta uma das formas de resistência ao processo de expropriação dos moradores na fazenda Serrotão, mostrando a força da lembrança sobre a posição dos envolvidos no conflito, pelo menos do ponto de vista dos entrevistados.

Esse consegue não só recordar suas próprias palavras e posicionamentos, mas também as do proprietário, refletindo sobre a relação de poder entre ambos. Nessa dinâmica, o Sr. Zé Rita apela inicialmente à solidariedade do proprietário para que ele entenda a importância da mandioca como fonte de renda familiar. Ele pressiona o proprietário, lembrando que o cultivo da mandioca é crucial para a sobrevivência de seus muitos filhos. Na narrativa do entrevistado, vemos duas demonstrações de poder expressas em tom de ameaça: a primeira é um aviso — ‘... Se por acaso meus filhos morrer de fome...’ — e a segunda uma afirmação determinada — ‘de agora em diante eu vou plantar maniva até por riba das pedras’”.

A firmeza e a “teimosia” em “continuar plantando a mandioca”, transparentes na fala do Sr. Zé Rita, possivelmente, estão fundamentadas na compreensão que ele tem dos direitos construídos. Observemos a expressão: “é sua a terra, mas o benefício é meu, eu comprei”. Nela, percebemos que o entrevistado apresenta noções dos direitos que tem sobre a terra do proprietário, ou seja, os benefícios construídos. Nessa interpretação, o entrevistado apresenta uma imagem de quem tem noções sobre os direitos conquistados sobre o espaço, ou seja, a terra. É uma identidade política, através da qual ele quer ser percebido como cidadão.

A noção de cidadania, conforme representada pelo entrevistado, manifesta-se no uso da categoria ‘direito’. Este conceito vai além de simplesmente ter permissão para continuar plantando mandioca. Afirmar

que possui direitos sobre a terra implica reconhecer suas necessidades de continuar cultivando-a, e, do seu ponto de vista, essas necessidades são partes integrantes do conceito de direito. O conhecimento sobre esses direitos pode ter sido adquirido por meio das interações que esses trabalhadores tiveram com representantes das Ligas Camponesas e do Sindicato durante a década de 1960.

O mais provável, entretanto, é que o tenham ‘adquirido a partir das discussões que iniciaram com seus mediadores sobre o Estatuto da Terra. Se essa conjectura tiver sentido, as lembranças de Sr. Zé Rita sobre o diálogo que teve com o proprietário foram elaboradas a partir de um período mais recente. As imposições do proprietário para os trabalhadores não plantarem a mandioca ganha um outro aliado – a polícia. Esta é também reconhecida por seu Zé Rita como inimiga, pois contribui para negar os direitos de cidadão.

Descobrimos os silêncios e o medo das Ligas Camponesas

A nossa curiosidade em conhecer o significado dos conflitos neste período no Serrotão aumentava cada vez mais durante a pesquisa. As informações que tínhamos eram dispersas. Os proprietários haviam afirmado que a terra tinha de ser desocupada para criarem gado, argumento desmistificado pelos entrevistados. Segundo eles, os proprietários criaram apenas algumas cabeças de gado, quantidade ínfima para a totalidade dos 1.300 hectares de terra.

Numa conversa informal com uma moradora do bairro e também agricultora, cautelosamente e de forma sutil, olhando de um lado para outro, apontava a primeira pista para compreendermos a razão de tantos trabalhadores terem sido expulsos naquele momento: “Eles, os doutores, queriam deixar a terra comum”. Quem seriam esses doutores que queriam socializar a terra? E de que forma? Quando começamos entrevistar o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, constatamos que os proprietários, na época, afirmavam que os moradores precisavam sair para eles criarem gado.

Entretanto, a terra precisava ficar desocupada porque, segundo ainda esses entrevistados, “a lei” estava para chegar. Essa lei, segundo eles, vinha para garantir a vida dos moradores na terra. Na sua representação, era a “lei sindical”, era a “lei do governo”. Antes do uso do Código

Civil e do Estatuto da Terra, o proprietário podia 'jogá-los' fora da terra.

Foi essa a interpretação que os ex-moradores do Serrotão desenvolveram acerca da legislação aplicada aos trabalhadores rurais no início da década de 1960. A partir dessa indicação, começamos a desvendar os detalhes que envolviam os conflitos ocorridos em 1962, no Alto Serrotão. Os 'doutores' mencionados pela ex-moradora eram os advogados das Ligas Camponesas.

Particularmente, ela se referia a Ofélia Amorim e à Langstein de Almeida, nomes que no decorrer da pesquisa foram aparecendo. Estes últimos tiveram uma participação importante na organização das Ligas Camponesas no município de Campina Grande. As reuniões programadas por eles e presenciadas por alguns agricultores do Serrotão eram realizadas em Lagoa de Dentro, área vizinha ao Serrotão. Também, nesse momento, estava em processo de formação o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. Foi, portanto, um momento de efervescência da organização dos trabalhadores rurais.

Os trabalhadores entrevistados mostraram-se desconfortáveis ao discutirem as Ligas Camponesas. O que pode ter levado esses trabalhadores a permanecerem em silêncio sobre a presença das Ligas no Serrotão? Esse silêncio parece surgir por uma variedade de razões. Os principais mediadores para esses trabalhadores foram membros da Igreja Católica que, na época, tinha uma visão sobre a Reforma Agrária muito diferente daquela promovida pelas Ligas. A Igreja defendia que os conflitos entre trabalhadores e proprietários deveriam ser resolvidos por meio de acordos ou judicialmente. Em contraste, as Ligas Camponesas, embora inicialmente compartilhassem esse objetivo, passaram a defender uma reforma agrária radical entre os anos de 1960 e 1961, como aponta Azevedo (1982, p. 85). Assim, para os proprietários, o projeto das Ligas representava uma ameaça de perda de suas terras, e eles empregaram diversas estratégias para facilitar a saída dos trabalhadores das fazendas.

Nesse contexto, o silêncio dos trabalhadores deve ser compreendido. Poucos estavam dispostos a abordar o assunto, o que exigiu buscar depoimentos de pessoas que não foram moradores-foreiros do Serrotão. Essa postura cautelosa suscita algumas reflexões: do que ou de quem os trabalhadores do Serrotão tinham medo de falar sobre as Ligas? Eles

buscavam proteger ou silenciar algo? Tinham receio de desagradar setores da Igreja, que na época divergiam do projeto das Ligas?

O que primeiro nos chamou a atenção foi que a memória sobre as Ligas foi silenciada, mas não esquecida. Segundo Pollak (1989, p. 5), “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”.

Aqui reconhecemos, como oficial, não só o discurso dos proprietários do Estado, mas da própria Igreja. Passamos a palavra a um outro agricultor, o Sr. Paizinho que, na época, era membro do Sindicato dos trabalhadores Rurais de Campina Grande.

Isso foi no início de 62. Foi quando começou o trabalho de organização sindical... por motivo que naquela época não existia Sindicato. Então as Ligas Camponesas se envolveram tanto que ela ame-drontou até a igreja católica. E eles (os membros das ligas) dentro daquelas associações deles, eles achavam que não tinham espaço dentro da justiça, porque a justiça já estava de olho neles... e a luta deles é mais tribal, como se diz, é a luta da violência. Então eles vendo que não tinham muita chance na justiça, eles procuraram fazer com que formasse a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campina Grande. E quando eles lançaram aquele edital e tudo mais, da fundação do Sindicato, foi quando a Igreja se despertou para isso. Então naquela época era D. Manoel, era o Bispo de Campina Grande, então ele convocou os vigários e disse: “- Olhe, é importante que vocês padres das paróquias, organizem o povo, principalmente aqui em Campina Grande, que as ligas estão crescendo de maneira tal que agora chegaram ao ponto de fundar um sindicato” (Paizinho, comunicação pessoal, 2003).

Durante este período, a reação dos mediadores, membros da Igreja Católica na região, foi impedir a aproximação dos trabalhadores com as Ligas Camponesas, que, segundo o depoente, eram associadas à violência e à guerra. Assim, o primeiro passo foi convocar os trabalhadores para participar da formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o objetivo de assumir a diretoria e afastar os membros das Ligas. Segundo Azevedo (1982, p. 91), ‘A reforma agrária era condenada pelo clero conservador, sob o argumento de que a família e a propriedade são inseparáveis como valores cristãos.

As ligas era o meio deles apoiarem a terra da agricultura, mas era um meio que o Estado se agarra para jogar os trabalhadores dentro de uma luta quente... ou morrer ou matar. Naquela época, as leis eram mais socialmente deles, eles entendiam mais das leis do que a gente. Naquele tempo, o governo era João Goulart, e o governo apoiava mais as Ligas do que os Sindicatos” (Paizinho, comunicação pessoal, 2003).

No depoimento acima, as Ligas Camponesas são concebidas por seu Paizinho como aliadas do Estado. Conforme seu ponto de vista, as Ligas, na medida em que apoiavam os trabalhadores para ficar na terra, conduzia-os, com sua prática, para o enfrentamento com o seu aliado – o Estado. A proposta de “reforma agrária” de João Goulart é visivelmente confundida como de parceria com a proposta das Ligas Camponesas. Do ponto de vista do entrevistado, o Estado comungava das mesmas práticas das Ligas, e a Igreja tinha que intervir em defesa dos trabalhadores do campo.

Aí quando surgiu as primeiras causas, porque as ligas já estavam começando a lutar junto aos moradores da terra. Porque aqui, acolá botavam um morador para fora... aí foi quando eu entrei, quer dizer, entrei pra tirar as ideias das ligas e incentivar o povo de outra maneira, que lutava dentro da justiça. Agora aquilo que fosse dentro da justiça, eu dava minha vida por

eles, eles não tivessem medo... aí naquela época, não só lá no Serrotão, mas como também começou acontecer várias causas. Aconteceu aqui no Marinho... se não me engano... lá houve mortes, duas ou três mortes em pouco tempo. Quer dizer agitação das Ligas Camponesas... que se juntava lá em Langstein de Almeida e fazia aqueles discursos, aquelas frentes, frente-popular, que a gente chamava, mas uma frente popular de agitação, ...no brejo arranjaram mais de 500 ou 600 pessoas... fazia aquela multidão, aí desacatava proprietário pra briga, pra violência, pra o que quisesse, era para o que der e vier. Ali o que acontecia num tiroteio, que acontecesse ali ... então quando morriam um, dois, a culpa era do povo. Ali era o povo quem recebia a culpa. Aí, era por isso que a Igreja, quer dizer, começou a temer aquela situação... e haja camponeses sendo perseguidos” (Paizinho, comunicação pessoal, 2003).

A segurança que os agricultores sentiam em cultivar a terra na época do Major foi posta em xeque, na medida em que a partilha entre os herdeiros se concretiza. Momento histórico marcado pelo “início” dos primeiros direitos estendidos aos trabalhadores rurais através do Código Civil, e que passaram a ser fiscalizados pelas Ligas Camponesas e pelos Sindicatos em formação, para que fossem cumpridos. O fato de o discurso dos representantes das Ligas refletir o desejo de uma Reforma Agrária “ou da terra ficar comum” provocou um verdadeiro pânico para os proprietários de terra no Serrotão e para os membros da Igreja.

Com a partilha da terra, não apenas os proprietários mudavam, mas também as regras que regiam a relação entre proprietário e morador. O ‘protetor’ dos moradores, o Major, havia falecido, e agora seus herdeiros estabeleciam novos padrões de comportamento com os residentes. Desse modo, os entrevistados passaram a ver as leis que regulamentavam essas relações como ‘um presente dos Deuses’. Para o narrador citado, as Ligas simbolizavam a possibilidade de enfrentamentos até a morte, representando uma abertura para conflitos.”

Na sua memória, ficou registrado o discurso dos membros da Igreja, na época, que viam nas Ligas Camponesas um perigo para os agricultores. A “metodologia” das Ligas, segundo o narrador, era tribal, violenta, enquanto a da Igreja era mais “maneira” para o agricultor, não os jogava no enfrentamento direto com os proprietários. Vejamos uma compreensão diferenciada da explicitada pelo narrador acima. São as interpretações do Sr. Zé Rita e do Sr. Benedito, nas respostas das perguntas feita por nós: “Os agricultores gostavam da lei?”

Sr. Benedito: Da lei de João Goulart? Gostaram.

Sr. Zé Rita: Oh! sr. ... aquelas leis dessa Liga Camponesa não veio com... não foi daquele, que era comunista, Luis Carlos Prestes?

Sr. Benedito: Não, foi o quê! E não foi por causa disso que João Goulart foi cassado, foi por mode dessa liga...

Sr. Zé Rita: Porque naquele tempo Luis Carlos Prestes tentou esse movimento de Liga, não foi?

Sr. Benedito: Das Ligas? Não sei, sei de João Goulart. Ele foi cassado, processado e retirado do país... João Goulart foi cassado.... Dr. Lagnstein. Foi um bocado deles aí... porque eu penso assim: que naquele tempo de João Goulart se ele domina o Brasil, o Brasil hoje era outro, porque tudo que ele projetou foi em bem da nação, mas quando ele enfrentou a posse, ele enfrentou logo de vez... agora eu sei que a Igreja tinha uma combinação nisso aí...

Sr. Ze Rita: Era, porque naquela época que nós era ... padre Cristiano, aqueles outros padres tudo, a Igreja era a favor da gente, só não das Ligas.

Pesquisadora: Das Ligas não, por quê? As Ligas não vinham dividir as terras?

Sr. Benedito: A Igreja não. O sindicato rural não era pra dividir as terras... era pra ficar pagando o foro. E se ele quisesse tirar qualquer um proprietário, se fosse pra botar um filho; agora, se o morador não pudesse comprar, ele tinha que indenizar o morador com quanto ele pudesse se localizar em outro lugar, pra poder vender...

Pesquisadora: E vocês achavam melhor a ideia da Igreja ou das Ligas?

Sr. Benedito: Eu achei melhor a ideia da Igreja, veio mais maneira.... porque com as Ligas ia ser um derramamento de sangue muito grande, né? (Zé Rita e Benedito, comunicação pessoal, 1993).

No diálogo acima (com nossa intervenção), podemos observar a maneira como os entrevistados recordam suas memórias. O Sr. Zé Rita, ao tentar lembrar, faz referência ao Sr. Benedito, trazendo à tona lembranças que ambos compartilharam. Conforme Halbwachs (1990, p. 54), a memória individual está intrinsecamente ligada à memória coletiva; como ele afirma: ‘Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros’. Quando o Sr. Zé Rita enfrenta dificuldades para lembrar os nomes de pessoas associadas às Ligas Camponesas, ele recorre às memórias do Sr. Benedito, e juntos eles reconstróem as representações.

Para o Sr. Zé Rita e o Sr. Benedito, a noção de lei foi construída como algo dado. Para eles, as leis foram “dadas” por João Goulart, com a participação de Luis Carlos Prestes, embora seja o nome de João Goulart que aparece como a pessoa responsável, já que era ele o Presidente da República na época. A representação gravada na memória dos entrevistados acerca de João Goulart é que ele tinha um grande projeto que beneficiaria a nação, caso não tivesse sido

cassado e “retirado” do país. O que aparece como falta de estratégia de Goulart, do ponto de vista dos entrevistados e que “ele enfrentou a posse logo de vez...”, referindo-se à modalidade de atuação das Ligas na luta pela terra.

Os sindicatos, criados com o apoio da Igreja também tinham este objetivo, mas eram mais “maneiros “ e se preocupavam em não derramar sangue. Esse discurso difere um pouco do anterior, na medida em que vê nas Ligas uma possibilidade de ter a posse da terra, mas condena também a forma de luta dessa organização. A maneira de resgatar o passado foi marcada pela representação, segundo a qual apenas “um” homem tinha um projeto para intervir na realidade do trabalhador rural, criando condições jurídicas e políticas para transformar aquela realidade.

Tanto as Ligas Camponesas como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais competiam palmo a palmo pela direção da luta dos trabalhadores no Serrotão. Foi, nessa disputa, que os trabalhadores entrevistados negam suas identidades como participantes das Ligas Camponesas. No seu ponto de vista, elas representavam a violência, e neste sentido foi mais importante construir uma imagem de si, como homem pacífico, que não se envolve em lutas que derramam sangue, mesmo que alguns trabalhadores do Serrotão, na época, tenham se filiado às Ligas e ao Sindicato simultaneamente, fazendo-se representar através do símbolo da carteira de associados.

Considerações Finais

As memórias dos agricultores sobre o conflito no Serrotão, na época, têm na nossa opinião a representação das suas condições como moradores foreiros que pagavam pelo benefício de plantarem para sua subsistência. Para os moradores foreiros, esse era o tempo de fatura. Na relação desses moradores com o proprietário Major Juvino do Ô, na década de 50, é representado como harmonioso, diferente da relação com os herdeiros na década de 60. Na condição de morador foreiro, nos estudos de Rangel (2006, p. 463), ela esclarece:

O pagamento do foro, o compromisso de estar sempre à disposição e a obediência às regras dos acordos

de moradia. Eram esses acertos que definiam o tamanho da área concedida, a autorização para plantar lavouras específicas, para criar ou não animais, as taxas pelo uso da casa de farinha e ainda estabelecia os dias de cambão. Enfim, um sem-número de negociações cotidianas condicionavam a experiência dos moradores foreiros. Uma experiência que, apesar do cumprimento das regras e dos compromissos, era constantemente ameaçada pelo imperativo da prerrogativa legal da propriedade, que garantia ao dono da terra, como estabelecido no Código Civil o direito de usar, gozar e livremente dispor de seus bens.

A morte do ‘major’ coincidiu com mudanças estruturais no uso da terra, pois a fazenda deveria ser loteada para expansão urbana, desestruturando a vida dos trabalhadores rurais. Sem terra e sem onde plantar para sua subsistência, restava-lhes lutar na justiça pelos direitos, como recomendava a Igreja Católica na época, ou batalhar pelos direitos defendidos pelo pagamento do foro e pela reforma agrária, conforme desejavam as Ligas Camponesas. A forma como os entrevistados representavam as Ligas Camponesas remetia às orientações da Igreja Católica daquele período. As ideias das Ligas eram vistas como radicais, o que sugere que, na época, esse grupo não tinha entendimento profundo sobre a reforma agrária. No final dos anos 80, alguns desses trabalhadores ocuparam as terras que haviam sido loteadas para construção de casas no Serrotão e fundaram o Condomínio Rural do Serrotão. Esse grupo participou ativamente de um curso de alfabetização pelo método Paulo Freire no Clube de Mães de Bodocongó, onde eu era presidente e militante do Partido dos Trabalhadores. Essa relação entre militância e academia nos ajuda a refletir sobre a multiplicidade do fazer e do saber dos trabalhadores.

Referências

AZEVEDO, Fernando Antonio. **As Ligas Camponesas**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

HALBAWCHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Editor a Revista dos Tribunais, 1990.

JORNAL DA PARAIBA, “Invasores continuam no Serrotão” em 26 de fevereiro de 1986, Campina Grande - Pb.

LUZ, Valdemar P. da. **Estatuto da Terra**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

JULIÃO, Francisco. **Que são as Ligas Camponesas?** Rio de Janeiro, Ed. Brasiliense, 1962.

MOSCOVICI, Serge. **Textos em Representações Sociais**. Prefácio. (Orgs.) Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOURA, Margarida. “**Os deserdados da Terra**”: A lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bertrand (Col. Corpo e Alma) Brasil, 1988.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história. A problemática dos lugares. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos de Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP, São Paulo, 1981, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, Vértice, Vol. 5, N. 10, 1992. _____
Memória, Esquecimento, Silêncio. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vertice, Vol. 2, N. 3, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro Rangel. **Medo da Morte, esperança de vida**. História das Ligas Camponesas na Paraíba. Dissertação de mestrado defendida pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas - São Paulo: 2000.

**PARTE II:
PERSONAGENS
EM EVIDÊNCIA:
TRAJETÓRIAS NO
CAMPO POLÍTICO
E SOCIAL LOCAL**



“COMPARANDO MEMÓRIAS”: AS TRAJETÓRIAS DE FÉLIX ARAÚJO E JOSÉ PEBA PEREIRA DOS SANTOS ENQUANTO ESQUERDISTAS CAMPINENSES

*Bruno Rafael de Albuquerque Gaudêncio*²¹

Introdução

A ascensão do bolsonarismo no Brasil, com boa recepção em Campina Grande, trouxe à tona, sobretudo no contexto das eleições de 2018 e 2020, um debate sobre o caráter conservador, liberal ou antiesquerdista da cidade paraibana. Instituições como Instituto Borborema e a ONG da Consciência Cristã são apenas duas que procuraram, reivindicando em textos e imagens a ideia de uma *Cidade de Direita*. Dentro desta mesma lógica, a Câmara Municipal de Campina Grande aprovou a nomeação de ruas e praças com nomes locais ou “estrangeiros” dentro desta esfera ideológica, a exemplo do escritor paulistano Olavo de Carvalho.

Tal política da memória empreendida por diversas instituições, sejam elas partidárias, culturais e religiosas na cidade, visa visibilizar determinados valores e concepções em detrimento de outros e pode ser pensada como uma ação contínua ao longo do tempo, visto que os principais monumentos, ruas, escolas, bairros, por exemplo, são quase sempre nomeados com nomes direcionados ao campo das elites locais, regionais e nacionais e expressam os interesses destas mesmas em diferentes temporalidades. A nomeação dos espaços urbanos, portanto, são sinais políticos de um

21 Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Membro da Academia de Letras de Campina Grande. Professor da rede pública estadual e da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

tempo, expressam não só *políticas da memória* dentro de projetos elitistas e excludentes, como também anunciam *práticas conscientes de esquecimento*, e servem ao jogo em que as sucessivas gerações procuraram monumentalizar ícones de uma época com objetivos de imortalização do futuro.

Essa introdução é apenas um *pontapé* no sentido de analisar as memórias de dois diferentes personalidades, que são recorrentemente lembrados ou esquecidos quando se fala no campo das esquerdas em Campina Grande ao longo do século XX. Na verdade, no campo ideológico da esquerda campinense diversos nomes surgiram no ambiente público desde os anos 1930 até a atualidade, atuando em diferentes partidos, sindicatos e grupos sociais, a exemplo de Cláudio Porto, Félix de Sousa Araújo, Luiza Erundina, Figueiredo Agra, José Peba, Zequinha, Márcio Rocha, Cozete Barbosa, Hermano Nepomuceno, Jô Oliveira, entre outros.

Desta forma, enquanto recorte escolhemos dois nomes dos citados acima como forma de medir as relações de memória e esquecimento no âmbito de Campina Grande. O primeiro escolhido foi o poeta e político paraibano Félix de Sousa Araújo. O segundo foi o sapateiro e militante José Peba Pereira dos Santos. Ambos nascidos no Cariri paraibano, o primeiro, em 1922, em Cabaceiras, o segundo, em 1917, em São João do Cariri; portanto, sujeitos de uma mesma geração; ambos filiados ao maior partido comunista brasileiro, o PCB, entidade atravessada por intervenções e bloqueios, mas com longa atuação política em todo o Brasil. O primeiro filiado entre os anos de 1942 a 1948; o segundo de 1937 a 1963. Ambos eleitos vereados em Campina Grande em diferentes momentos de suas vidas. Nenhum deles pelo PCB. Ambos, romperam com o partido em algum momento de suas histórias. Ou seja, trajetórias que se distanciam e se aproximam de uma rica teia ideológica e partidária, e que continuam mobilizando algum tipo de ideia em Campina Grande nos dias atuais (Porfírio, 2003).

Se o primeiro teve a sua trajetória interrompida em 1953, com apenas 31 anos de idade, o outro faleceu com quase 100 anos no início do século XXI. Ambos em Campina Grande. Se o primeiro é recorrente lembrado como ícone para a cidade, reivindicado por diferentes grupos

e temporalidades; o segundo é recorrentemente apagado e pouco lembrado no âmbito da cidade. E é justamente esses mecanismos de memória e apagamento que pretendemos refletir neste artigo: comparando as trajetórias de ambos, a partir principalmente de suas atuações enquanto membros do PCB.

Para isso, vamos utilizar, sobretudo, dois livros como esteiras deste entendimento sobre as relações entre memória e esquecimento. O primeiro é a coletânea de artigos e ensaios “Centenário de Félix Araújo” (RG editora, 2022), organizado por José Edmilson Rodrigues e Fred Ozanan e o segundo é o estudo “O sapateiro militante: José Peberreira dos Santos”, de Bernardete Wrublewki Aued (EDUEP, 2006). Ambos serão guias e indícios das problematizações que pretendemos desenvolver.

O mártir do dever: a política da memória sobre Félix Araújo

Durante todo o ano de 2022, Félix de Sousa Araújo foi recorrentemente lembrado devido ao seu centenário. Foram dezenas de homenagens realizadas tanto pelo poder público, como por instituições culturais e universidades, a exemplo do Instituto Histórico de Campina Grande (IHCG) e a Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Uma comissão foi criada como forma de comemorar o centenário formado pelas mesmas instituições. O maior exemplo foi a já citada publicação, “Centenário de Félix Araújo” (RG Editora, 2022), organizado por José Edmilson Rodrigues e Fred Ozanan.

O livro-homenagem apresenta um quadro de monumentalização de Félix Araújo, com textos que reforçam um discurso único, linear e contínuo, marcado pela repetição dos mesmos dados. Segundo os organizadores, o livro é uma “homenagem à memória de alguém que passou, mas que deixou grande legado, deposita com alma fragmentos de uma profícua existência” (Rodrigues & Ozanan, 2022, p. 7). Pelo título da apresentação do livro fica muito claro: *Lugar de memória - o centenário de Félix de Sousa Araújo*.

Vamos incursionar brevemente sobre a trajetória de Félix de Sousa Araújo, observando as ênfases em que os diversos biógrafos e memorialísticas traçaram do mesmo.

Félix Araújo nasceu em 22 de dezembro de 1922, no município de Cabaceiras, no Cariri paraibano, sendo o primogênito de Francisco Virgolino de Souza e Nautilia Pereira de Araújo. Iniciou seus estudos na pequena cidade onde nasceu. Aos quinze anos, mudou-se para Campina Grande, Paraíba, em busca de educação, vivendo na casa de Maria Otilia de Araújo Lima, viúva de seu tio materno João Gomes Henriques de Araújo.

Segundo seus biógrafos, estudante do ginásio do Colégio Diocesano Pio XI, seus textos sempre destacaram sua inteligência e capacidade retórica. Além disso, há uma ênfase em muitas das narrativas biográficas sobre um Félix Araújo precoce, um aluno diferenciado, uma inteligência acima da média, ao ponto de seus textos serem elogiados pelo famoso crítico literário Alceu Amoroso Lima, quando ainda era um adolescente. Nas palavras de Iêda Lima, na coletânea citada acima: “precoce, intenso e visionário” (Lima, 2022, p. 39).

Outro ponto destacado pelos biógrafos de Félix Araújo são suas sucessivas dificuldades financeiras e as suas consecutivas interrupções nos estudos devido a esta situação, além da doença e da morte de seu pai, bem como quando serviu ao Exército Brasileiro. Félix Araújo, desta forma, é moldado como um sujeito vocacionado para a intelectualidade, bem como para vencer intermináveis desafios.

Entretanto, a abordagem memorialística mais recorrente sobre Félix Araújo evidencia a sua volta para Campina Grande logo após a Segunda Guerra Mundial, quando seu nome começa a se destacar na vida cultural e política do município. É como se o personagem encontra o seu melhor cenário, casado para um destino fatal e eterno. Tal destino, também precoce e cheio de desafios, é moldado como uma aptidão para combate as injustiças sociais.

Nesta construção biográfica, o Félix Araújo de esquerda é abordado de diferentes maneiras. Filiado ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), disputando, pelo partidão (como era chamado) duas eleições: em 1946, para Deputado Federal e 1947 para Deputado Estadual. Não chegando a eleger-se em nenhum dos dois casos. Nesta ancoragem, Félix Araújo é quase sempre apresentado como um jovem idealista e ainda imaturo, que se filiou a um pequeno partido. Alguns biógrafos chegam sempre a deixar uma ressalva: “Embora alojado na legenda do PCB, Félix Araújo

não era um marxista avant la lettre. Tratava-se mais de um humanista de esquerda que se retirou do partido antes de por ele ser expulso” (Ar-ruda, 2022, p. 69) “O comunismo que ele abraçou temporariamente não era o comunismo ateu, mas a expressão do seu “sensus justiae” (Rietveld, 2022, p. 58).

Entretanto, quando os relatos recaem para sua saída do PCB em 1948, a memória sobre Félix Araújo ganha uma nova dimensão simbólica, desta vez mais acolhedora. A depender do lugar social dos seus biógrafos ou memorialísticas, há uma ênfase maior na ruptura de Félix Araújo ao PCB do que seus momentos de adesão. Temos aqui um verdadeiro enquadramento da memória. Segundo Jurani Clementino (2022, p. 77): “Em outubro de 1948, Félix pede afastamento do PCB alegando desavenças internas que ganharam a mídia. Foi expulso dois anos depois, em fevereiro de 1950, no Manifesto do Partido Comunista do Brasil ao povo paraibano”.

Félix Araújo acaba a partir de 1948 por se aproximar das elites políticas e econômicas locais. Na realidade, isso se deve pelo fato que, em 1947, Félix Araújo liderou a campanha do médico Elpídio de Almeida a prefeito de Campina Grande. Eleito, foi empossado como secretário da Câmara Municipal de Vereadores, depois Assistente da Secretaria de Educação e Cultura deste governo, onde introduziu o “Cinema Educativo”. Esta aproximação com Elpídio de Almeida, segundo o pesquisador Faustino Teatino, passou a dar mais visibilidade política a Félix Araújo, “dispondo de uma tribuna livre em diversos comícios, o que facilitou sua aproximação com as massas e favoreceu suas aptidões de orador e líder popular”. Foi assim que se elegeu vereador mais votado de Campina Grande no ano de 1951, pelo PL (Partido Libertador), integrando as comissões de Justiça, Legislação e Redação e de Educação e Cultura, entre os anos de 1951 a 1953.

Félix Araújo além de mentor e articulador da campanha para Prefeito de Elpídio de Almeida em 1948, foi coordenador da campanha eleitoral em Campina Grande de José Américo de Almeida a governador da Paraíba, em 1950. Todavia, pouco tempo depois, Félix Araújo teve um desentendimento com este último, rompendo com o governador definitivamente, quando publica o manifesto “Acuso” em 1953.

Quase na mesma época, seja na Câmara de Vereadores, ou em programas de Rádio, Félix Araújo denunciou atos de corrupção praticados pelo Prefeito de Campina Grande, na época, Plínio Lemos, o qual rompeu depois de apoiar sua candidatura em 1951.

Em 13 de julho de 1953, ao sair da Câmara Municipal, onde levava alguns documentos a serem averiguados, dirigia-se a um ponto de táxi, quando foi abordado pelo guarda-costas do prefeito, conhecido como João Madeira, que tentou arrebatar os documentos do vereador. O conflito entre os dois resultou numa troca de tiros, sendo João Madeira atingido na coxa e Félix Araújo na coluna vertebral. Resultado: o primeiro sem muitas consequências, enquanto o segundo passou quatorze dias na Casa de Saúde Dr. Francisco Brasileiro. Não conseguindo resistir aos ferimentos, Félix Araújo faleceria em 27 de julho de 1953, o que causou sendo o cronista Cristino Pimentel lamentações, desmaios, gritos de revolta em toda a cidade.

O caráter celebratório então surge e de forma contínua e permanecerá até os dias de hoje: Félix Araújo “é um daqueles seres humanos que nasceram com um destino traçado e que fatalmente se cruzam com o inesperado que interrompe as suas trajetórias, deixando para traz um rastro de trabalho, de força, de determinação e de honradez” (Rodrigues, Ozanan, 2022).

Félix Araújo faleceu naquele ano de 1953. Justamente a partir daí sua memória foi se fortalecendo como um bem público e bastante mobilizado em diferentes momentos. Sua história acabou sendo demarcada em vários “lugares de memória” que foram sendo criados ao logo destes mais de 60 anos de morte na cidade de Campina Grande. São escolas, rua, creche, a Câmara Municipal e a Biblioteca Municipal de Campina Grande, entre outros espaços, que a todo o momento relembram sua trajetória exemplar.

Quando falamos em “Lugares de Memória”, conceito desenvolvido por Pierre Nora, um historiador e intelectual francês, estamos buscando compreender e explorar as complexas interações entre a memória, o espaço e a identidade a partir deste movimento de nomeação de Félix Araújo pelos diferentes espaços da cidade. Desenvolvido na década de 1980, esse conceito inovador propõe uma abordagem interdisciplinar para analisar como a memória coletiva se manifesta e é preservada em

diferentes lugares (Nora, 1993).

A noção central de “lugares de memória” sugere que certos locais físicos se tornam símbolos de memória coletiva ao longo do tempo. Estes lugares podem ser monumentos, edifícios, praças, ou até mesmo objetos que evocam narrativas significativas e conexões emocionais com o passado. Nora (1993) argumenta que esses lugares desempenham um papel crucial na construção da identidade cultural de uma sociedade, fornecendo ancoragem e continuidade histórica. Entendemos que Félix Araújo foi escolhido para expressar essa identidade cultural. Um modelo de homem correto, anticorrupção, intelectualizado, revoltado com as injustiças sociais, exemplar, sobretudo, em seu período não comunista. Sua memória, portanto, foi sendo ajustada e apropriada aos interesses das elites locais.

Desta forma, Pierre Nora (1993) enfatiza que os lugares de memória não são apenas depósitos inertes do passado, mas sim espaços ativos onde a memória é constantemente reinterpretada e renegociada. Nesse processo, compreendemos que o Félix Araújo de esquerda é pouco mobilizado, enquanto um Félix Araújo liberal e domesticado pelas elites locais é o mais enfatizado.

Assim, ao instituir e nomear tantos espaços em homenagem a Félix Araújo, intitulados entre as décadas de 1950 até recentemente, através de leis municipais e estaduais, as elites locais procuraram ver em Félix Araújo um modelo de político e intelectual. Uma política de memória pautada em um culto à personalidade. Um mártir rebelde, mas dentro do sistema.

O sapateiro militante: a tentativa de apagamento de José Peba Pereira dos Santos

Enquanto Félix Araújo foi monumentalizado pelo poder público, José Peba Pereira dos Santos possui uma memória bem pouco mobilizada pela opinião pública. A posição radical junto ao PCB no segundo talvez explique essa diferença latente. Peba pode ser considerado uma figura marcante na história de Campina Grande, que viveu uma vida entrelaçada entre a atividade de sapateiro assalariado e o engajamento político.

Sua única biografia, “José Peba Pereira dos Santos”, de Bernardecete Wrublevki Aued (2006), procura deixar claro que sua adesão ao

comunismo lhe impôs um preço muito alto, refletido em inúmeros desaparecimentos temporários, fugas da polícia e prisões, que deixaram marcas indeléveis em sua trajetória. A autora, uma socióloga catarinense, procura compreender que as dores que sua família experimentou não eram originadas de gestos impensados, mas sim eram reflexo da sociedade em que viviam, configurando-se como uma dor social.

A construção biográfica de Bernardete Wrublevki Aued (2006) expressa que, desde a infância, José Peba trabalhou arduamente, inicialmente auxiliando seu pai em tarefas rurais aos seis anos. Com pouca frequência escolar, sua vida foi moldada pela necessidade de sustentar os dez irmãos após a incapacitação temporária do pai. O período de 1940 a 1964, interrompido pelo golpe civil-militar, testemunhou a irreverência e descoberta de José Peba ao migrar para Campina Grande. Além da imagem de alguém que sofreu bastante, Wrublevki Aued (EDUEP, 2006) apresenta um José Peba ousado e inquieto, que confrontava lideranças tradicionais no sindicato e no partido político, levando consigo a política no sangue, herança familiar.

Entretanto, dentro da construção biográfica de Wrublevki Aued (2006) sobre José Peba acaba por recair em certos preconceitos, naturalizações e visões estereotipadas de lugar. Podemos encontrar em diversos momentos da narrativa. Por exemplo, a descrever fisicamente José Peba como uma típica figura humana que nasceu na região Nordeste, ou quando caracteriza as suas roupas: “A sua forma de vestir não difere muito da de um nordestino comum” (Aued, 2006, p. 47) ou quando relata a infância do mesmo: “(...) percebi que José trabalhou num contexto rural onde desempenhou atividades próprias do sertão nordestino” (Aued, 2006, p. 57).

A biografia escrita por Wrublevski Aued (2006) apresenta vários problemas de ordem epistemológica. Um desses problemas é a nomenclatura utilizada. A autora define seu trabalho como uma ‘biografia contextualizada’, com o objetivo de analisar uma trajetória profissional a partir de um ponto de vista sociológico e por meio de um estudo etnográfico. No entanto, em muitos momentos, o texto recai em julgamentos morais e foca excessivamente nos depoimentos do biografado, sem realizar uma análise documental abrangente (como o uso de jornais, livros e documentos da época). Além disso, falta uma melhor

contextualização dos ambientes vividos pelo biografado, o que prejudica significativamente a compreensão do personagem em foco.

José Peba, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) de 1937 a 1963, empenhou-se, segundo sua biógrafa, em integrar sua militância ao seu cotidiano, lutando incansavelmente pelo ideal de uma sociedade comunista. Este ideal se insere no que o historiador Jorge Ferreira (2002) descreve como “prisioneiros do mito”, um conjunto de práticas e representações frequentemente promovidas pelos comunistas no Brasil durante o século XX. Muitos seguidores adotaram diretrizes com uma forte tendência moral, e Peba exemplifica essa inclinação, como demonstra seu culto à personalidade de Stalin e Luiz Carlos Prestes. Isso se reflete até na escolha dos nomes de seus filhos — Lígia, Anita e Leocádia — em homenagem à mãe, ao filho e às irmãs do líder revolucionário gaúcho Luiz Carlos Prestes, então Secretário-Geral do PCB.

O golpe de 1964 inaugurou uma era sombria de clandestinidade, perseguições e torturas, que constitui a parte mais impactante e comovente da biografia de José Peba. Ele foi uma das maiores vítimas dos estados de exceção no Brasil, desde o Estado Novo (1937-1945) até o período militar (1964-1985).

Na década de 1970, após divergências internas, José Peba foi afastado do PCB, mas segundo sua biógrafa, “seu coração continuava comunista”. A autora recai em certa naturalização; na primeira parte, essa naturalização é geográfica e até certo ponto étnica, apresentando José Peba como nordestino. Ao longo da narrativa, a biógrafa sugere que Peba teria uma predisposição inata para o comunismo, decorrente das injustiças sociais que enfrentou ao longo de sua vida.

Na parte final, temos informações relevantes: com a distensão política e a anistia, José Peba ressurgiu como líder comunista, candidatando-se a vereador em 1983, sendo eleito com expressiva votação. Desta forma, o discurso biográfico exalta um retrato de um lutador incansável, um sapateiro militante destemido e, por fim, um pesquisador entusiasta que, aos 83 anos, rompeu barreiras de uma escolarização interrompida e que dentro de uma lógica explicativa da longa resistência se aposenta como sapateiro, tornando-se pesquisador, guardando cadernos do PCB desde os anos 1950. Isso fica ainda mais evidente quando

a biógrafa relata que mesmo quase cego, sua sede de conhecimento persistiu, transformando a mesa da cozinha em mesa de estudos. Peba, simbolizaria, portanto, um signo da resistência.

Para Michael Pollak (1989), existem duas formas de memória: uma memória oficial dominante, de uso coletivo, e uma memória subterrânea, que se encontra à margem do uso geral. A primeira tem um caráter uniformizador, integrando as pessoas em uma unicidade, como a memória nacional. A memória subterrânea, por outro lado, “vive de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados” (Pollak, 1989, p. 4). É esse o caso da biografia “José Peba Pereira dos Santos”, de Bernardete Wrublevski Aued (2006), que se tornou um dos raros documentos sobre o comunista, permitindo que Peba surja e ressurgja através de sua leitura.

Se Félix Araújo é exaltado pelas elites, que se apropriaram de sua “memória redentora” e centenária como uma espécie de mártir do dever — celebrada por meio de diversos monumentos na cidade, como ruas, escolas, bibliotecas e até a câmara municipal —, José Peba permanece com poucas memórias preservadas em Campina Grande. Uma delas é a Rua José Peba Pereira dos Santos, localizada no bairro periférico da Ramadinha. A outra é justamente a biografia de Aued, que, apesar de suas falhas, ainda se destaca como uma memória subterrânea do “sapateiro militante”. Sua memória não é reivindicada por nenhum movimento social, partido ou agremiação de esquerda.

Enquanto os descendentes de Félix Araújo conseguiram se destacar no campo político de Campina Grande ao longo do século XX, assumindo postos importantes — como Mário de Sousa Araújo, vereador por diversas legislaturas desde a década de 1950; Félix Araújo Filho, vereador e prefeito de Campina Grande entre as décadas de 1980 e 1990; e Félix Araújo Neto, secretário em várias gestões recentes —, José Peba Pereira dos Santos não teve descendentes na política. A maioria de seus descendentes são professores, vivendo em diferentes cidades.

Referências

LIVROS

AUED, Bernardete Wrublevki. **O sapateiro militante**: José Peba Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEPB, 2006.

FERREIRA, Jorge. **Prisioneiros do Mito**: cultura e imaginário dos comunistas no Brasil (1930-1956). Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

LIMA, Iêda. A genialidade do soldado 6362. In: **Centenário de Félix Araújo**. Campina Grande: RG editora, 2022.

MELO, José Octávio de Arruda. O centenário de Félix Araújo. In: **Centenário de Félix Araújo**. Campina Grande: RG editora, 2022.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aum Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORFÍRIO, Waldir. **Bandeiras vermelhas**: a presença dos comunistas na Paraíba (1900-1960).

RIETVELD, João Jorge. Félix Araújo: raízes cabaceirenses. In: **Centenário de Félix Araújo**. Campina Grande: RG editora, 2022.

RODRIGUES, José Edmilson & OZANANM Fred. Lugar de memória - o centenário de Félix de Sousa Araújo. In: **Centenário de Félix Araújo**. Campina Grande: RG editora, 2022.

LINKS:

<https://agendapolitica.polemicaparaiba.com.br/>

bruno-sanciona-projetos-que-nomeiam-praca-e-avenida-de-campina-
-grande-com-nome-de-olavo-de-carvalho/
<https://www.camaracg.pb.gov.br/camara-promove-sessao-especial-alusiva-ao-centenario-de-felix-de-souza-araujo/>

<https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/12/23/centenario-de-felix-araujo-veja-a-trajetoria-de-um-dos-principais-nomes-da-politica-e-da-poesia-de-campina-grande.ghtml>

ZEQUINHA, O VERMELHO

Por Fidélia Cassandra²²

PEDIRAM-ME PARA ESCREVER SOBRE MEU PAI E SEU CAMINHO NA LUTA para que todos tivessem escola, moradia, saúde e alimentação. Uma luta acreditava profundamente e pela qual dedicou toda sua vida: a libertação da classe operária.

A demora que se deu na entrega desse texto, certamente, foi pela angústia que é trazer à tona essa história lá do mais profundo subterrâneo da minha memória. Dói demais, pelos fatos que se sucederam durante sua luta e de seus camaradas e, principalmente, quando vemos o retrato do Brasil atual.

Abaixo transcrição de arquivo encontrado no DOPSE, com prontuário nº 1037, datado de 19.03.69

Delegacia Especial de Ordem Política Social e Econômica – DOPSE - Arquivo Geral – SEGURANÇA POLÍTICA

Nome: José Pereira de Araújo

Filiação: Cícero Pereira de Araújo e Belina Pereira de Araujo

Naturalidade:

Residência:

Profissão:

Histórico

Fichado de acordo com a relação do pessoal atuante na Revolução de 31-3-64, conforme consta da relação nominal, enviada a esta DOPSE,

22 Poeta e professora. Graduada em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Campus II, Campina Grande-PB. Autora de quatro coletânea de poemas.

pela Polícia Militar da Paraíba – Segunda Seção, Quartel em João Pessoa, 2 de janeiro de 1969.

José Pereira de Araújo, cujo apelido era Zequinha, nascido em 02/08/1938, em Campina Grande, era um mecânico de carros, fez curso de torneiro mecânico no SENAI, e trabalhou por mais de quarenta anos, sem nunca tirar férias, na Oficina Mecânica de Paulo Martins, onde era mestre na arte de retificar motores. A oficina funcionou até o ano de 2020, na Rua João Suassuna, número 243, centro, Campina Grande. Antes, porém, com apenas quinze anos, com a morte prematura, aos quarenta anos, de seu pai Cícero Pereira de Araújo que era sapateiro e motorista, teve que dirigir o caminhão com o qual meu avô transportava lenha. Assim, Zequinha tomou para si a responsabilidade de cuidar e alimentar seus quatro irmãos menores ajudado por sua mãe Belisarina Pereira de Araújo que trabalhava como costureira. Uma família de trabalhadores que sonhava com dias melhores, quando o pão não custasse tanto sangue. Nos anos sessenta, a situação dos trabalhadores brasileiros era difícil, mas a dos trabalhadores rurais era gritante. Homens e mulheres que trabalhavam de sol a sol e mal tinham o que comer, mesmo, muitas vezes, sendo produtores de alimentos. O feijão não dava para as famílias que, à época, eram bastante numerosas.

Zequinha cursou até o segundo ano do Clássico à noite, no Estadual da Prata. Esse curso era mais focado em Letras, Línguas e disciplinas como História e Geografia. No entanto, devido às muitas responsabilidades, ao trabalho e ao casamento, em 1961, com Maria Betânia Pereira, minha mãe, ele não conseguiu concluir o que hoje seria equivalente ao Ensino Médio.

Porém, Zequinha era um homem dado às letras, à música e, claro, à política. Devorava livros, todos sempre emprestados por companheiros com mais condições financeiras, já que o salário era mirrado e, além disso, divido para duas famílias: minha avó e seus irmãos e a nossa. Isso, porém, não o impedia doar roupas e até o velho paletó de cáqui ao filho de um velho camarada que concluía um curso superior. Zequinha era assim. Dava carona a pessoas doentes da redondeza, no velho jipe da oficina que o patrão o deixava usar. No caminho de um hospital, certa vez, parou e ofereceu carona a um homem que saía a pé, apoiando-se no ombro da mulher, tendo a perna engessada. Não se furtava a dividir

o pouco que tinha. Tínhamos uma lavadeira, e Zequinha a convidava, sempre, a se sentar conosco à mesa. A luta pela igualdade começava em casa e nós, eu e meu irmão, aprendemos essa lição dentre tantas outras. Àquela época, Zequinha já possuía consciência de raça. Proibia-nos de chamar as pessoas de negros/neguinhos. Dizia que deveríamos sempre chamar as pessoas pelo nome.

Zequinha era um comunista de legítima cor vermelha, daqueles que nunca traiu seus companheiros, afinal como bem disse Noaldo Ribeiro em artigo publicado no Jornal da Paraíba, em 14/11/1996, em homenagem a Zequinha falecido em 28/10/1996, “sonhadores não podem trair sonhadores”.

Zequinha não era um homem que amava somente a luta. Amava o samba, o tango, o clássico, do choro, enfim da música popular brasileira. Cultuava Noel, Pixinguinha, Ismael Silva e tantos outros. Possuía uma voz firme e de timbre agradável e marcante, além de grande fluência na língua portuguesa e de uma pronúncia irrepreensível.

Chegou a fazer parte da direção do Sindicato dos Metalúrgicos, biênio 63/65. Gostava de discursar nas reuniões do partido (PCB – Partido Comunista Brasileiro) e nos vários trabalhos que, juntamente com seus camaradas, fazia nas comunidades pobres e nas ligas camponesas. Quando viajava a Sapé, Alagoa Grande e outras cidades, Zequinha sempre dizia em casa que ia fazer serão, ninguém em casa sabia que, na realidade, meu pai ia trabalhar, orientar, ensinar companheiros agricultores sobre a importância da luta para que eles alcançassem uma vida digna, onde o pão fosse farto. Que eles não precisavam andar de roupas rasgadas.

Nosso pai sempre nos instruí a não o chamar de ‘pai’ em público. Na época, não compreendíamos o motivo, mas Zequinha vivia na clandestinidade e seu objetivo era nos proteger. Ele estava ciente de que muitas crianças, filhos de comunistas, eram forçadas a testemunhar as torturas e violências sexuais infligidas a seus pais nos porões da ditadura.

Meu pai e seus camaradas frequentavam as sociedades de bairros – antigas SABs onde conversavam com o povo, na tentativa de ensinar seu direito ao pão, ao vinho, à liberdade. Estava sempre emprestando livros que lhe emprestavam a trabalhadores do comércio ao redor da

oficina e a alguns de seus amigos mecânicos que se interessavam pela luta. Até hoje, encontro pessoas que ele emprestava livros, conversava, ensinava. Um revolucionário não deixa de ser um professor, assim como um professor não deixa de ser alguém que pode tirar a venda dos olhos daqueles a quem ensina.

José, ocasionalmente, recebia visitas de camaradas que traziam um projetor para assistirem a filmes que eu não compreendia, além de manterem longas conversas. Recordo-me de estar presente na sala durante algumas dessas ocasiões. Aquelas pessoas com sotaques diferentes me fascinavam.

Nasci em 1962, portanto, em 1964, quando estoura o golpe, eu tinha apenas dois anos e não tenho memórias dessa época. O que vou relatar foi passado a mim por familiares. Zequinha não falava comigo dos fatos ocorridos naquele momento, embora, depois, conversaríamos muito sobre política e sobre o que se passou com ele anos depois. Zequinha tinha apenas vinte e seis anos quando do início da “caça às bruxas”. Foi obrigado a se desfazer de seus livros, jornais, documentos. O seu primo Djalma das Chagas recebeu o pedido para vir pegá-lo. Na época, grande parte da família de meu pai morava em sítios no Cariri. Djalma levou dois caçuás, no lombo de um burro, abarrotados de livros para o sítio do seu tio Zé Paulino, onde se esconderia por um bom tempo durante a caça que se daria naquele ano. Por algumas vezes, durante esse período no sítio, tinha informações de que havia policiais sondando a área, mas não conseguiram localizar onde ele se escondia. Ainda não seria desta vez.

Em um mês do qual não recorde, no ano de 1974, Zequinha foi sequestrado, encapuzado na oficina onde trabalhava, e levado num Opala preto para local ignorado. Começa aí a procura de minha mãe e minha avó que, desesperadas, apelaram para alguns locais onde poderia estar preso, como o Quartel do Exército na Palmeira. Chegando lá, elas ouviram uma fala desdenhosa: “minhas senhoras! As senhoras devem procurar nos hospitais, nos necrotérios... Por que haveria de estar aqui?”

Foram semanas após semanas e nada sabíamos. Crescia o medo dentro de nós, já sabíamos o que acontecia com comunistas. Eram torturados, mutilados e assassinados. Tinham seus corpos desovados em florestas, lixões e até jogados no mar. Que dias de terror aqueles. Onde

procurar?

A quem procurar? Não sabíamos. Sentia a angústia e o medo de minha mãe. À época, ela fazia um cursinho supletivo e, ao sair, dizia para que não abrissemos sequer a janela. Meu irmão Bolívar é mais novo que eu, talvez não entendesse direito o que se passava. Ficamos sem energia e sem água, cortados por falta de pagamento. O patrão de meu pai pagou a conta de luz para que não ficássemos no escuro, mas a água conseguimos com um amigo de meu pai que morava a um quarteirão. O aluguel da casa da Delmiro Gouveia ficou atrasado também e, todas as manhãs, o dono da casa, que morava na casa vizinha, jogava urina e fezes no terraço para sairmos da casa. Ninguém nos visitava, nenhum vizinho próximo nos ajudou, éramos filhos e mulher de um comunista preso pelas forças repressivas. Na escola, éramos xingados de “filhos de comunista”.

Uma de minhas tias alugou uma casa na Marechal Deodoro e mudamos para lá. Até hoje não sei como conseguiu alugar essa casa e como pudemos fazer a mudança. Muitos acontecimentos desse período desapareceram da minha memória e das que me lembro me fazem sofrer muito.

Uma noite, meu pai apareceu. Estava extremamente abatido, magro, os cabelos grandes e desarrumados, como nunca tinha visto. Os olhos que eram grandes, pareciam estar meio esbugalhados. Estava cansado. Chamou a mim e meu irmão para pegarmos vários livros e jornais e documentos que queimamos no quintal. Depois, chegou um companheiro, Genival Praxedes, e eles conversaram longamente. Ovi palavras como “pau de arara” coisa que eu não conseguia entender. Falou de choque nas partes íntimas como ânus e testículos e também de um tonel cheio de água onde passava a noite mergulhado com uma luz fortíssima no rosto e um pingo d’água na cabeça que não parava. Depois, soubemos que ele ficou alguns dias num “aparelho” – como eram chamados os locais onde os presos políticos eram levados e torturados; esse em particular era de um comerciante da cidade que emprestava sua fazenda para que pais de família, jovens e mães de família sofressem suplício e tormento. Depois, Zequinha foi levado para um quartel de João Pessoa. Foi um relato doloroso, mas não entendia muito bem. Eu estava feliz, meu pai, finalmente estava em casa.

Numa noite chuvosa, encapuzado, meu pai foi jogado num terreno baldio próximo à rodoviária velha de João Pessoa. Ao sentir o gosto da liberdade, saiu correndo sentindo a chuva escorrer no seu rosto. Correu, correu até chegar na rodoviária. Não sei como consegui pegar um ônibus para voltar para Campina Grande.

Alguns dias depois, Zequinha que já sofria de uma leve falta de ar, começou a se sentir sufocado. Ao ser atendido por um médico, o mesmo falou que ele não teria uma vida muito longa, pois tinha problemas respiratórios e o coração estava crescendo. Depois dessa sentença, a vida de meu pai foi de momentos de angústia e também de impaciência e agressividade. Tratamento de saúde e tentativa de ter uma vida de qualidade. Os homens e mulheres que passaram pelos porões da ditadura e dele escaparam deveriam ter, pelo menos, assistência médica e psicológica. Era o mínimo que a nação devia ter feito por eles e por elas.

Em 28 de outubro de 1996, tendo vivido apenas doze anos depois da prisão, Zequinha faleceu de diversas complicações da doença cardíaca e outros problemas. Mesmo nesses doze anos, Zequinha nunca deixou de ajudar quem dele precisava nem de lutar por um país onde a igualdade de direitos deveria ser uma constante. Seu companheiro de luta José Peba Pereira dos Santos em seu discurso disse em uma parte algo muito significativo para todos nós “Zequinha não se enterra, se planta”. E muitos Zequinhas surgiram e surgirão no mundo ávidos de justiça social para todos, porque a revolução só poderá vir do povo. Zequinha, o vermelho, presente!

O POETA-POPULAR MANOEL MONTEIRO VEREADOR COMUNISTA VIU O SOL NASCER QUADRADO EM 1964

*Xico Nóbrega*²³

O POETA-CORDELISTA MANOEL MONTEIRO (1937-2014), NATURAL DE Bezerros - PE, viveu em Campina Grande - PB, durante mais de 60 anos. Chegara à cidade em 1953, atraído pela sua pujante feira, assim como muitos outros folheteiros e cantadores de viola do seu tempo. Consagrar-se-ia um dos maiores nomes da Literatura Popular do Brasil de todos os tempos. Em número de títulos de folhetos publicados, na qualidade da sua obra poética, autodenominada de “o novo-cordel”, e como grande difusor do gênero.

A sua grande obra poética, de conteúdo lírico, satírico, humorístico, telúrico, filosófico, político e crítico-social, variando do romance à história, da biografia à política, comportamento, além de temas ingentes da humanidade, como ecologia, saúde pública, direitos civis, escrita em sextilha, o padrão clássico do gênero, mas também aparecendo estrofes em quadra, oitava, décima, obra essa lavrada na perfeição do mestre em oração, métrica e rima, a tríade estrutural da estrofe.

Além de renovar a literatura de cordel na passagem dos séculos XX/XXI, Manoel Monteiro expandiu-a ao máximo em Campina Grande, na Paraíba, no Nordeste e pelo Brasil, na mídia em geral, nas escolas,

23 Francisco Antônio Vieira da Nóbrega, Xico Nóbrega, norte-rio-grandense, vive em Campina Grande, PB, desde 1979. Jornalista dedicado a Luiz Gonzaga, autor de obras inéditas sobre o assunto. Como repórter na sucursal campinense do jornal A União, fez algumas matérias com o poeta Manuel Monteiro, além de gravações extras realizadas em sua cordelaria.

universidades, em eventos de toda ordem, influenciando uma geração de admiradores e seguidores do seu estro. O editor consumado, além de editar a sua própria obra, relançou clássicos e novos cordelistas.

Derrubei sextilhas à laço,
À fórceps saquei oitava
Para expelir uma décima
O esforço redobrava;
Numa agonia diária
De parto feito à “cesárea”
A prole lúdica aumentava.

O autor de *Salvem a Fauna, Salvem a Flora, Salvem as Águas do Brasil, Maria Garrafada Mestra do Amor, Pecadora e Santa, A Mulher de Antigamente e a Mulher de Hoje em Dia*, e de dezenas de outros títulos cordelísticos emergiu na militância política, no início dos anos 1960, como sindicalista gráfico ligado ao Partido Comunista Brasileiro, PCB, então na clandestinidade.

Eleito vereador 1º suplente, Manoel Monteiro seria preso no início do governo militar (1964-1985), sob acusação de insuflar o comunismo. Essa faceta singular da biografia do imortal cordelista, pensador e crítico literário é o que vamos relatar neste artigo, cujas fontes primárias são o seu próprio depoimento, a mim concedido em dezembro de 2013, na Cordelaria Poeta Manoel Monteiro, na Rua Vigário Virgínio, Nº 52, no Bairro de Santo Antônio, em Campina Grande, além de dois dos seus folhetos.

Em seu discurso-em-verso de posse na Academia Brasileira de Literatura de Cordel, ABLC, na cadeira 38, cujo patrono é Manoel Tomaz de Assis, seu mestre, publicado no folheto de título *Uma Longa Viagem - De Campina à Santa Tereza* (2003), Manoel Monteiro dedica estrofes memoráveis a sua iniciação na poesia popular.

Revela que aprendeu a ler através dos cordéis trazidos pelo pai da feira de Bezerros, onde bebeu nas vertentes de Leandro Gomes de Barros, Zé Duda, Zé Camelo. Menino prodígio leitor de cordel. Em sua juventude, sonhava ser cantador de viola, frequentando o Mercado de São José do Recife e viajando pelo interior de Pernambuco. Fez-se

amigo dos violeiros, mas, sem vocação, sem convite, sem parceiro, “... Mergulhei com todo empenho/ Na vida de folheteiro...”.

Em 1953, Manoel Monteiro chegou a Campina Grande, tendo as primeiras impressões da amenidade climática da urbe, sobre o Planalto da Borborema, e da presença de um grande nome da poesia popular, como autor e editor, que vivia na cidade: “...Aquela paisagem fria/ Abrigava a poesia/ Na sua máxima expressão...”, o proprietário da tipografia Manuel Camilo do Santos, o célebre autor de *Viagem ao País de São Saruê*:

Poeta de mente sã
Manoel Camilo fazia
Um parnaso Campinense
Na sua tipografia
Aproximando os obreiros,
Escritores, folheteiros,
Quem comprava, quem vendia.

Em um ano morando na cidade Rainha da Borborema, o poeta-cordelista realizou feito singular, escrevendo e publicando, em apenas vinte e quatro horas, o seu folheto sobre a morte de Getúlio Vargas, circulando na feira campinense na manhã de 25 de agosto de 1954, vendendo feito farinha. Outros colegas pelo Nordeste, e até no Rio e em São Paulo, também prestaram os seus tributos à tragédia nacional, que fora o suicídio do “pai dos pobres”, porém nenhum desses folhetos, acredito, lançado no tempo recorde como foi o caso de Manuel Monteiro.

Casado com paraibana, logo constituiu família. Nesse tempo, com a urbanização da população rural brasileira e o advento do rádio e da televisão, a poesia popular nordestina, o cordel e a cantoria de viola, outrora veículos seculares de informação e entretenimento, entraram em declínio.

O poeta-cordelista teve de procurar outro meio de vida para sustentar a sua família. Felizmente conseguiu emprego fixo na gráfica da Livraria Pedrosa. À noite, fazia bicos como revisor do *Diário da Borborema*, e produtor de programas na Rádio Caturité, por exemplo, *A Crônica do Meio Dia*, chegou a ser escrita e apresentada por Manoel

Monteiro.

O gráfico da Pedrosa debutou na militância política no sindicato da sua categoria. Admitiria que menos por convicção ideológica de esquerda, nem de direita, mas pelo ideal de lutar pela classe trabalhadora. No princípio, teve conflitos com os colegas sindicalistas, todos comunistas aguerridos, como José Costa, funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), José Pereira dos Santos (Zé Peba), e outros.

Em 1961, houve uma reunião no Sindicato dos Comerciários de Campina Grande, quando circulou uma lista pró-legalização do Partido Comunista Brasileiro, PCB. Manoel Monteiro se negou assiná-la, justificando que não haver necessidade de partido político, já que havia muitos, e os problemas da Nação continuavam os mesmos. Essa posição criou mal-estar e animosidade no grupo, acusando-o de “inimigo da classe operária”.

José Costa, com quem mantinha estreita amizade, findou convencendo-o a ingressar no PCB, na clandestinidade nesse tempo, sob argumento de que as siglas partidárias vigentes defendiam os interesses dos comerciantes e industriais, sem abrigar as demandas dos trabalhadores.

Manoel Monteiro passou a embasar mais e mais a sua ideologia política, através da leitura de formação incessante, convivendo e aprendendo com os colegas sindicalistas mais instruídos e militantes, sobretudo com os bancários. O seu prestígio e confiança elevou-o ao cargo de tesoureiro do Sindicato dos Gráficos de Campina Grande. Portanto, no início da década de 1960, era presença relevante na militância sindical na cidade.

Em 1962, viajou ao Rio de Janeiro e a São Paulo a serviço do seu sindicato, quando foi convidado para uma palestra clandestina com o proscrito Luiz Carlos Prestes e participação de chineses. Todos foram introduzidos ao local, de um em um, de dois em dois, para não chamar a atenção. “Eu não sabia da importância, e também do perigo daquela reunião a que me expunha, já que naquele tempo denotava perigo até falar no nome de Prestes”. Manoel Monteiro falou em nome dos trabalhadores paraibanos.

Outro fato marcante da sua vida sindical, e também dos colegas Borges, Jason e José Lira do Banco do Brasil (“Nós aprendíamos com eles, mais letrados e com maior capacidade intelectual”), quando estiveram

à frente da comissão de trabalhadores em recepção ao presidente João Goulart, em sua visita a Campina Grande, um ano antes de sua deposição. Todos com direito a crachá de livre acesso às autoridades visitantes.

Em 1963, houve uma reunião clandestina no bairro do Alto Branco para escolher os candidatos de ideologia comunista para concorrerem à eleição municipal. Na ocasião, lançou-se a candidatura de Manoel Monteiro para vereador, que a aceitou na condição de não pedir voto algum, sequer para si.

Assim mesmo o grupo do PCB campinense, Manoel Monteiro, José Pereira dos Santos (Zé Peba), Orlando Tejo, passou maus bocados para registrar as suas candidaturas, tidos “perigosos agitadores comunistas”. O advogado Agnello Amorim, “na época homem de esquerda”, defendeu as causas deles.

Os comunistas não haviam chegado a um consenso em torno da candidatura única, Zé Peba seguira caminho próprio, à revelia do PCB. Manuel Monteiro foi eleito 1º suplente a vereador de Campina Grande, com 576 votos. Com os 140 do dissidente, teria ocupado uma cadeira na Câmara de Vereadores. “E foi bom que isso tivesse acontecido, como vereador suplente eu passei três meses preso, imagine se tivesse sido tomado posse teria ficado três anos detido. Analisando bem, a dissidência de Peba me beneficiou” (depoimento oral).

Naquele ano, Newton Rique foi eleito prefeito com o apoio “dos esquerdistas”, inclusive dos comunistas. Em reconhecimento, Manoel Monteiro foi convidado a participar do seu governo como chefe do DVOP, o órgão que cuidava da limpeza e obras públicas da cidade. O convite deu-se de modo inusitado. O vereador suplente criticara, em programa na Rádio Caturité, a inépcia da administração pública no recolhimento do lixo da cidade, “uma porcaria”.

Dias depois, em reunião com a participação do prefeito e sindicalistas, Newton Rique ao invés de reclamar de Manoel Monteiro, fez-lhe uma proposta inesperada: “Muito bem, rapaz, você criticou dizendo que a cidade estava suja. Então nós vamos resolver o problema: Eu vou lhe nomear diretor do Departamento de Viação e Obras Públicas”. Surpreso, agradeceu o convite, pedindo uns dias para pensar.

Depois de averiguar que nenhum funcionário da limpeza pública ganhava o salário mínimo, Manoel Monteiro retornou ao prefeito para

dizer-lhe que por esse motivo não aceitava o cargo. A cidade estava suja sim, mas podia ficar pior se assumisse a função, já que não mandaria ninguém trabalhar ganhando tão pouco. Preferiria mandar o funcionário descansar em casa, dormir a esperar o fim do mês para receber a titica de salário.

Newton Rique riu dele, assim mesmo nomeou-o para a comissão de compras do Município, um cargo político de confiança para um membro do PCB, decorrente da coligação que o elegera prefeito. Uma função pública importante para quem se considerava de pouca letra (o que não era verdade, ele escrevia bem), que nunca pensara em ser alguém na vida, exceto gráfico, mero poeta popular e pequeno sindicalista.

Embora animado pelo salário razoável na prefeitura, concluiu que não devia pedir demissão da tipografia Pedrosa, emprego fixo e garantido. O prefeito interferiu pessoalmente no caso, seu Pedrosa liberou meio expediente de trabalho do seu gráfico. O outro ficando à disposição da comissão de compras. Havia duas fontes de renda, e a possibilidade de Manuel Monteiro assumir cadeira na Câmara de Vereadores. Aí veio a revolução de 1964, mudando drasticamente, do dia para a noite, a vida dos comunistas campinenses.

Ele e outros, em destaque na militância política de esquerda em Campina Grande, só podiam esperar que o pior lhes acontecesse com a instauração do governo militar. Manuel Monteiro passou os primeiros dias escondido em um quatinho, na Rua Quebra Quilos, cedido por um amigo, com medo de ser preso pela Polícia Militar. O seu temor tinha fundamento. Diversos comunistas já estavam recolhidos em selas no quartel de Campina Grande, inclusive José Peba, e um homem que sairia louco do quartel.

Esse ferreiro que enlouqueceu morava aqui perto de Fagundes. Ele fabricava espingardas sovaqueiras. Parece que Langstein Almeida fizera uma reunião de camponeses na casa dele, por isso ele foi denunciado como fabricante de armas e preso. Contaram-me que de dois em dois minutos retiravam o homem da cela, expunham a armas e lhe perguntavam grosseiramente quais delas ele fabricara. Um homem simples, analfabeto, pai de família, deram-lhe um caldo psicológico que ele enlouqueceu. Viram que ele estava insano, mandaram-no ir embora, e ele não quis mais sair do quarto (Monteiro, 2013).

Manoel Monteiro queria fugir, mas não tinha para onde ir, não tinha dinheiro, muito menos coragem de deixar a sua família – a esposa e três filhinhas. Desse modo, em pânico, por precaução continuou no vão do amigo, um vendedor de aguardente, que toda noite ia levar-lhe comida. Em silêncio absoluto na escuridão, ouviu rumores lá fora.

Um papo rápido entre dois populares sacudiu as convicções político-ideológicas de Manoel Monteiro. Um deles soltou: ‘Tem um tal de João Gulá que parece qu’ele fugiu...’. O outro retrucou: ‘Quem é esse João Gulá?’. Manoel ficou matutando: ‘De que adiantou todo meu empenho pela causa do povo? A população tá nem aí, nem sabe o nome do presidente do país, que dirá ter noção da crise política braba que tá rolando’.

Na primeira semana, achando que estava correndo perigo, Manoel decidiu dar no pé para o Recife, onde um irmão dele morava. Depois de mais de um mês, morrendo de saudade de casa, da patroa e das filhas pequenas, ele caiu na real que não dava mais para ficar naquela situação. As notícias no rádio e nos jornais, nada animadoras, falavam da ‘faxina’ que o exército estava fazendo nas repartições públicas e nos partidos políticos. Mesmo assim, Manoel criou coragem e disse para si mesmo: ‘Vou ter que dar um jeito nessa encrenca do meu jeito’.

Voltou imediatamente para Campina Grande, indo direto ao encontro do prefeito Newton Rique, que estava ausente. Foi recebido pelo seu assessor, o jornalista Epitácio Soares, a quem revelou o seu drama, vivendo sobressaltado, escondendo-se. Tinha criado o problema, havia de resolvê-lo, por isso iria ao quartel falar com o comandante, esclarecer tudo, só não queria ser preso pela polícia.

Eu conhecia o comandante do Exército em Campina Grande, o coronel Otávio Queiroz. Antes da revolução de 1964, estivera com ele em várias reuniões. Era cortês, falava comigo, jovem dirigente sindical, de certa importância, fazendo carreira política. Epitácio Soares ligou para o subcomandante, lá fui. Quando cheguei fui logo mal recepcionado no portão, sequer o guarda mal-encarado respondeu minha saudação. Quando um deles me perguntou o que eu desejava,

respon-di-lhe, em tom de brincadeira, que queria ficar preso uns dias. O soldado, que não gostou disso, me encaminhou para um cabo, depois um sargento, este me levando ao oficial do dia, que me fez chegar ao subcomandante, de apelido Pé de Burro (Monteiro, 2013).

Quando Manoel Monteiro chegou à antessala de Otávio Queiroz, que lhe fora atencioso em reuniões pretéritas, o comandante passou sem dirigir-lhe palavra. O primeiro sinal de que a coisa não estava nada boa para ele. O segundo sinal estava ao canto da sala, uma placa de metal da qual ele se orgulhava, por conter o seu nome gravado.

O sindicalista fora patrono de umas das primeiras turmas de engenharia civil da antiga Escola Politécnica (UFCEG), representando o trabalhador brasileiro. Eram dezessete formandos, sendo quinze civis e dois militares. O paraninfo da turma, o então governador de Pernambuco, Miguel Arraes.

O convite honroso deixara Manoel Monteiro felicíssimo, mas também preocupado pensando no que iria explanar na solenidade, no Centro Pastoral da Diocese de Campina Grande, atrás da catedral. Fez o discurso escrito, pôs no bolso do paletó (que comprara para a campanha eleitoral), sentou-se no meio dos togados, entre eles, o reitor Mário Moacir Porto. Depois das autoridades, o sindicalista pediu a palavra, que lhe foi negada, sob argumento de que não estava no protocolo da cerimônia.

Assim mesmo o patrono decidira quebrá-lo. Confidenciou a sua insatisfação ao orador da turma, dizendo que o reitor lhe vetara discursar. O jovem formando, solidário, disse que Manoel Monteiro tinha direito à voz sim, ou todos os seus colegas sairiam do recinto para ouvi-lo lá fora, extra cerimônia oficial. A estratégia funcionou, o sindicalista finalmente puxou do bolso o seu discurso.

A placa metálica alusiva dessa cerimônia acadêmica, pois, com o nome do patrono Manoel Monteiro, que fora recolhida pelo exército do *hall* da Escola Politécnica, foi a primeira coisa que ele viu jogada no recanto da sala do subcomandante do quartel de Campina Grande. Começaram então os transtornos. A sua mulher e uma filhinha foram

impedidas de o visitar. Não houve tortura física, certamente psicológica.

Eu não apanhei no quartel, apesar dos constrangimentos e ameaças. Poderia dizer hoje, como alguns dizem, que fui massacrado para dizer que fui *um* Cristo e tal da causa. Não, isto não aconteceu. Mas eu sabia que a minha vida estava em jogo. Isso me custaria três meses de cadeia. Na mesma hora me puseram num beco estreito do quartel onde havia um colchão, anunciando a minha prisão por ser comunista e agitador, conforme os registros do inquérito instaurado contra mim na 4ª Região Militar no Recife (Monteiro, 2013).

Os comunistas presos em Campina Grande, entre eles, além de Manoel Monteiro, detido no quartel, Zé Peba e Oliveiros Oliveira, recolhidos na polícia, foram levados para o quartel do Exército de Cruz das Armas, em João Pessoa, donde foram reconduzidos a depor no quartel de engenharia.

Nas primeiras horas de detenção na capital da Paraíba, inundaram-no sentimentos misto de solidão, desilusão do mundo, nostalgia da família, incertezas com o futuro da esposa e das filhas menores, e a infeliz sensação de continuar respirando e vendo o sentido das coisas. Pensou então em ação política extrema.

“Eu lera muito sobre Mahatma Gandhi, a sua figura me tomava”. O libertador indiano dominara pacificamente os inimigos da pátria fazendo greve de fome. Manoel Monteiro chegou a pensar nesse sacrifício. O seu afã de martírio, porém, findou em peça de humor.

No primeiro dia de detenção, trouxeram-no a bandeja de comida, com feijão, arroz, um pedaço de carne e uma banana verdoxa, o preso virou as costas. Sozinho, decidiu fazer meia greve de fome, comendo a banana. Foi o suficiente. Traído pelo estômago faminto, devorou o restante da bandeja. Depois, sem ter a quem pedir água, matou a sua sede em torneira gotejante com uma caneca que haviam lhe dado.

Os interrogatórios em João Pessoa eram feitos por um oficial muito educado e compreensível, segundo o poeta-cordelista, dando a impressão de que fazia a coisa por pura obrigação, sem estar convencido da

realidade das acusações aos depoentes.

Manoel Monteiro chegou a responder dois processos na 4^o Região Militar, em Recife, o centro das ações de todo o Nordeste e parte do Norte, por ameaçar a segurança nacional e a estabilidade política do Brasil. “Quando eu li aquilo eu não sabia que era importante. Achava que eu era um zé-ninguém, diretor de um sindicato com 50 associados, suplente de vereador sem cargo, e ainda morando em um beco. Não sabia que era tão perigoso assim”.

Os inquéritos iniciados em Campina Grande tomavam corpo em João Pessoa, depois seguindo para a 4^a Região, onde o acusado iria ser julgado para saber os anos de cadeia que iria cumprir. Numa dessas idas de Manoel Monteiro ao Recife, deparou-se com William Arruda (vice-prefeito substituto de Newton Rique), Zé Peba e Figueiredo Agra, e outros mais, os quais também “sujaram seus polegares de tinta”.

No final da vida, ele fez um balanço crítico e bem-humorado desse tempo, sem autocomiseração, como sindicalista militante de esquerda, representante da classe operária no Rio e São Paulo, na visita do presidente João Goulart a Campina Grande, e vereador comunista suplente, os motivos que o levaram a ser enquadrado pela revolução de 1964.

Tudo isso eu paguei com três meses de cadeia e dois processos na 4^o Região Militar, onde eu dizia uma coisa, e o oficial mandava escrever outra, me condenando. Eu fazia um sindicato cidadão, me dava bem com os proprietários das gráficas. Ele dizia: “O indiciado Manoel Monteiro...”. Eu o interrompendo: “Coronel, eu não disse isso...”. Eu conseguia modificar o texto. Em certo momento eu disse: “O senhor está na profissão errada, é muito criativo, poderia ser um bom escritor, porque está fazendo um romance do pouco que eu digo (Monteiro, 2013).

Enfim soltos, Manoel Monteiro, José Costa, sindicalista do DER, e mais dois outros presos políticos, liberados do quartel de Cruz das Armas, em João Pessoa, às 11 horas da noite. Todos estavam naturalmente ansiosos por reencontrar os seus familiares. Só que achavam estranha a

hora avançada da liberdade deles.

Sabiam do caso de Fuba, um sindicalista do setor da cana-de-açúcar (onde mataram o sindicalista Pedro Teixeira), um homem simples que queria uma vida digna para o camponês: carteira de trabalho assinada, seguridade social, fora solto em determinada hora da noite, aparecendo morto debaixo de uma ponte na estrada de Caruaru. Por isso, os comunistas campinenses se negaram a sair do quartel naquele horário.

Essas coisas que se passaram em nossas vidas foram uma escola, hoje lembranças, que me deram experiência de vida, e até que me ajudaram, e ainda hoje me ajudam, a escrever as minhas coisas. Quando preciso de retornar ao passado político do Brasil, eu posso dizer que tive uma pequena, humilde, simples, apagada participação da qual eu não me envergonho. Ao sair da prisão, desempregado, ninguém queria conversa com preso político e diabético. Um dia, passando em frente à sua livraria, seu Pedrosa me perguntou se eu estava trabalhando. Disse que não. Ele me convidou a voltar ao posto no dia seguinte (Monteiro, 2013).

A atitude do patrão de Manoel Monteiro foi excepcionalmente generosa e digna. Naquela época, era praticamente unimaginável que um empregador contratasse um comunista recém-saído da cadeia. No entanto, ele não apenas manteve o emprego de Manoel por seis meses, mas também lhe deu tempo para estabelecer, clandestinamente, uma sociedade em uma sapataria. Essa nova empreitada, batizada de fábrica Combate, tinha como ambicioso objetivo produzir o melhor sapato masculino da região.

Décadas depois dos acontecimentos, o ex-sindicalista gráfico e vereador suplente do PCB foi indenizado com 15 mil reais, por perseguição política e detenção no tempo da ditadura militar. Volume de dinheiro este jamais visto em suas mãos, pelo menos de uma vez. A ponto de Manoel Monteiro agradecer da sua condição de vítima: “Fiquei três meses na prisão e ganhei esse valor, teria sido melhor ter ficado preso muito mais tempo (risos)”.

Ele pouco faria menção de sua ideologia política e da sua atuação como militante do Partido Comunista Brasileiro. Silencia sobre o tema no citado folheto-autobiográfico-discurso de posse na ABLC. Mas se revela no cordel *Vamos Protestar? – Mas, Protestar Contra o Quê?* (2013), sobre a série de mobilizações de massa ocorridas simultaneamente em mais de 500 cidade brasileiras, em junho de 2013, em protesto ao aumento da tarifa no metrô, etc., com ocorrências de vandalismos.

“Sempre fui homem de esquerda/ (O que para alguns é falha)/ Sempre achei justo pagar/ Bem aquele que trabalha/ E acho que escravizar é/ Uma conduta canalha” (Monteiro, 2013 ,s.p). Admite que a democracia, mesmo com altos e baixos, é bem melhor do que poderá advir desses “protestos” insanos:

(...)

Assaltam lojas e alegam
Que é para o preço baixar
E incendeiam os ônibus
Pra o transporte melhorar,
É uma lógica sem lógica
Dar remédio pra matar.

(...)

Em 64 estive
Vendo o sol nascer quadrado
E respondi dois processos
Pelo “crime” praticado
De defender os direitos
Do pobre assalariado.
(Monteiro, 2013, s.p).

“CHICO B CANDIDATO DOS HUMILDES”: A PRÉ-CANDIDATURA PARA DEPUTADO ESTADUAL NA PARAÍBA DE UM BARBEIRO COMUNISTA DE CAMPINA GRANDE – PB (1961-1962)

Gabriel Lopes Dantas²⁴

Introdução

Este artigo explora a trajetória política de Francisco Almeida Batista, originado nesse contexto de crise de hegemonia. Inicialmente, foca em sua pré-candidatura a Deputado Estadual na Paraíba em 1961-1962. O objetivo é compreender e explorar sua trajetória política em Campina Grande – PB durante o recorte temporal citado.

Francisco Almeida Batista, conhecido como Chico B, nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 30 de maio de 1904, e faleceu em 26 de novembro de 1997, filho de Vicente Almeida Batista e Vitoriana Almeida Barreto. Originário de uma vida humilde, ele se profissionalizou como barbeiro e tinha uma barbearia bem localizada na Rua Afonso Campos, no centro da cidade de Campina Grande - PB.

Chico B tornou-se amplamente reconhecido na cidade, no primeiro trimestre de 1961, como o “Fenômeno Chico B”. Durante sua

24 Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB. Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal de Campina Grande - PPGH-UFCG, na linha História, Cultura e Cidade e bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba, FAPESQ, Brasil. Presidente estadual (Paraíba) e Dirigente Nacional da União da Juventude Socialista (UJS), membro do Comitê Municipal de Campina Grande e estadual (Paraíba) do Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

pré-campanha para o cargo de deputado estadual nas eleições do ano seguinte, ele mobilizou as ruas de Campina Grande, atraindo multidões, como documentado no Programa Diversidade (2010) da TV Itararé, disponível em plataforma digital, e em um vídeo no canal do YouTube chamado “Retalhos Históricos de Campina Grande”. O blog Retalhos Históricos de Campina Grande, idealizado por Emmanuel S. Nascimento, resgatou uma filmagem pertencente ao Pastor José Laidimar, mostrando uma passeata liderada por Chico B na cidade, conforme discutido por Emmanuel S. Nascimento em entrevista ao Programa Diversidade (2010).

A metodologia desta pesquisa é bibliográfica e documental, fundamentada no materialismo histórico e dialético, concebido por Karl Marx e Friedrich Engels, inicialmente explorado em “A Ideologia Alemã” (1932). Essa abordagem permite a compreensão de que nada surge do nada. O materialismo histórico e dialético oferece uma análise da realidade por meio do exame histórico dos seres humanos, considerando as condições materiais e as movimentações contraditórias do sistema vigente através da dialética. Conforme José Paulo Netto (2011), essa abordagem evidencia a totalidade da problemática emergente, identificando os sujeitos históricos e examinando a origem do problema. Sobre referencial teórico embasado em Edward Palmer Thompson (2014) sob ótica da História Vista de Baixo, Walter Benjamin (1985) com as Teses sobre a História e Antônio Gramsci com o conceito de Crise de Hegemonia (2007).

Chico B: a ascensão do nome na disputa eleitoral da Assembleia Legislativa da Paraíba para a eleição de 1962

A candidatura de Chico B ganha forma por meio de um diálogo franco com seus camaradas do Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo vigorosamente respaldada pelo segmento juvenil, especialmente entre os estudantes. Essa realidade é explícita de maneira elucidativa na entrevista fornecida pelo próprio Chico B, mencionada na Revista Tudo (1988)

RD – Chico, houve uma época, quando você ainda era barbeiro, que um grupo de amigos seus o lançaram

para a política. Gostaria que você contasse p'rá gente como se deu essa sua entrada para a política naquela época, e porque teve vida efêmera?

CB – Foram os amigos da boemia que criaram a minha candidatura e a levaram para conhecimento do povo. Esses amigos eram: Verinha, Ariosto Sales, finado Louro, Zeca Chabo, Uziel do Vale, Laelson de Castro e outros. Essa minha candidatura começou a tomar impulso, tendo repercussão nacional, principalmente aqui na Paraíba. Lembro-me bem quando sai em passeata pelas ruas de Campina, tendo recebido na época verdadeira ovação por parte da população campinense [...] (Revista Tudo, 1988).

No artigo de sua coluna “Rosa dos Ventos”, publicado no Diário da Borborema em 11 de julho de 1961, o renomado economista Stenio Lopes declara de forma intrigante: “CHICO BARBEIRO surgiu de uma brincadeira de estudantes – e é o que se diz”. De acordo com as observações de Sylvestre (1988), Chico B foi selecionado por um grupo composto por profissionais liberais, pequenos comerciantes e líderes estudantis (Sylvestre, 1988, p. 327). Milton Coura, em uma reportagem intitulada “Um Novo Chico Empolga o Nordeste”, publicada em 15 de setembro de 1961, aborda esse fenômeno de maneira abrangente:

Tudo começou pelo aumento dos subsídios dos deputados estaduais. Era uma conversa entre estudantes onde se lembrava a atitude dos povos de 46 Pernambuco e São Paulo, elegendo o respectivamente, o Bode Cheiroso e o Cacareco, entrosados hoje na história do Brasil. Um dos 6 ou 7 que estavam à mesa propôs que se repetisse os movimentos anteriores na capital econômica da Paraíba -Campina Grande - onde estavam. E aí surgiu o voto dissidente: «Vamos votar em um homem pobre, conhecido de todos nós. Não vamos votar em animais. Será a

melhor solução». E foi então que apareceu o nome de Chico Barbeiro (O SEMANARIO, 1961).

Milton Coura (1961) destaca que a escolha de Chico B como candidato nas eleições para a Assembleia Legislativa da Paraíba, em 1962, foi estrategicamente planejada, alinhada a um movimento nacional de descontentamento com políticos tradicionais devido à falta de políticas públicas eficazes para a classe trabalhadora. Esse fenômeno é evidenciado pelos casos do Bode Cheiroso em Pernambuco e da Cacareco em São Paulo, indicando uma Crise de Hegemonia.

A candidatura de Chico B emerge como resposta a esse cenário, refletindo a preferência da população por votos de protesto, como representado pelos animais nos casos citados. Milton Coura (O SEMANARIO, 1961) destaca a necessidade, na Paraíba, de um voto de protesto representado por um “trabalhador do povo”, escolhendo Chico B. O apoio à sua candidatura envolveu estudantes, pequenos comerciantes, profissionais liberais e camaradas do PCB. Essa dinâmica revela a busca por uma mudança significativa, rompendo com a tradição política ineficaz, é sobre esses apoios que será destacado daqui em diante.

Inicialmente, Chico B revela, em uma entrevista à Revista Tudo (1988), que sua candidatura nasceu como um grito de rebeldia da juventude da época, liderada pelos estudantes da Escola Politécnica. Indivíduos como Laelson de Castro, Josemir de Castro, Alfredo Machim e outros foram fundamentais nesse apoio. Destaca-se a importância do respaldo dos estudantes da Escola Politécnica de Campina Grande – PB, cujas lideranças desempenharam um papel crucial na sustentação da candidatura de Chico B. Vale ressaltar o papel significativo de Josemir de Castro, um dos professores fundadores da Escola Politécnica em Campina Grande, que possivelmente mobilizou os estudantes em torno da campanha.

O suporte do PCB na construção da campanha de Chico B fortalece ainda mais o respaldo dos estudantes, evidenciando uma colaboração essencial para o êxito do movimento, haja vista que o PCB liderava as principais entidades estudantis na cidade de Campina Grande – PB, como discorre Santos (2015);

No movimento estudantil, os estudantes ligados ao PCB, participaram seguidamente de diretorias do Centro Estudantil Campinense entre 1955 e 1964, bem como de diretórios acadêmicos universitários, como o da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Nordeste (URNE) onde, segundo o odontólogo e ex-militante do PCB Antônio Arroxelas, dispunha-se de um núcleo bem organizado para liderar atividades políticas (Santos, 2015, p. 149).

Outro aspecto crucial é a participação de militantes do PCB na campanha de Chico B, destacando que foram amigos da boemia que criaram e divulgaram sua candidatura. Esses amigos, incluindo Verinha, Ariosto Sales, o finado Louro, Zeca Chabo, Uziel do Vale, Laelson de Castro, entre outros, eram membros engajados do PCB que operavam clandestinamente na época (Revista Tudo, 1988). Entre esses colaboradores, nomes como Figueiredo Agra, José Peba, Uziel do Vale, Oliveiros Oliveira, José Vasconcelos, Agnello Amorim, entre outros, integravam a célula do PCB chamada “Frei José Amorim”. Essa rede de apoio comunista, com membros como o comerciário Oliveiros Oliveira, o advogado Agnelo Amorim e o sapateiro José Peba, desempenhou papel fundamental na promoção da candidatura de Chico B.

Chico B em ação: estratégias e táticas da coordenação de campanha nas eleições de 1963

Como desdobramento, alguns desses companheiros do PCB formalizaram o que Sylvestre (1987) denomina como “staff”, embora utilizemos aqui o termo “coordenação de campanha”, ambos referindo-se à gestão e organização da candidatura de Chico B. Dentre os mencionados, destacam-se “Agnello Amorim, Josemir de Castro, José Domingos Chabo (Zeca), e os irmãos Lourival (Louro) e Sebastião (Basto) Lima” (Sylvestre, 1988, p. 328). A entrevista concedida por Chico B à Revista Tudo (1988) acrescenta alguns nomes importantes, como “Verinha, Ariosto Sales, Uziel Vale, Laelson de Castro”.

Entretanto, em uma reviravolta inesperada, Chico B revela, na mesma entrevista, que alguns de seus próprios amigos, provenientes da

coordenação de campanha, começaram a sabotar sua campanha. Esse episódio é detalhadamente narrado por Chico B, trazendo à tona os desafios enfrentados internamente durante o processo eleitoral:

RD – Chico, você disse ai que teve amigos seus que também participaram do boicote a sua candidatura. Que amigos foram esses?

CB – O finado Louro foi um deles, Zeca Chabo, Verinha e outros. Eles queriam que eu fizesse as vontades deles, mas não tinha compromisso com eles, meu compromisso era com o povo, o povo eu não poderia trair de jeito nenhum, já que minha formação política de comunista não dava para essas coisas; daí o nosso rompimento com essas “aves de rapina”, que aparecem no momento histórico da vida política campinense (Revista Tudo, 1988).

Nesse contexto, também são destacadas traições, desmotivações e o surgimento de conflitos na coordenação de campanha de Chico B, conforme relata Sylvestre: “Alguns integrantes do comitê cansavam, outros eram chamados de ‘traidores’, de aproveitadores e até de ‘malversação dos fundos partidários’; alguns foram acusados” (Sylvestre, 1988, p. 328). Isso evidencia a falta de coesão na formação da equipe que coordenava a campanha de Chico B, algo essencial diante da concorrência eleitoral acirrada para a Assembleia Legislativa da Paraíba, com outros pré-candidatos já consolidados na política estadual e munidos de recursos financeiros.

Apesar dos desafios enfrentados na coordenação de campanha de Chico B, as atividades e esforços prosseguiram. Era crucial angariar recursos financeiros para sustentar a mobilização em torno do pré-candidato. A equipe desenvolveu uma estratégia para arrecadação: depositar garrafões vazios, alguns de água mineral com capacidade de 20 litros, identificados com o nome “CHICO, em pontos estratégicos de Campina Grande, como o Largo da Flórida (hoje Calçadão), Maciel Pinheiro, entrada dos cinemas Capitólio e Babilônia, e na Praça da Bandeira” (Sylvestre, 1988, p. 328). Esses garrafões circulavam entre esses locais,

permitindo que a população contribuísse com valores compatíveis com seus orçamentos, reforçando o apoio ao candidato que representava os interesses da comunidade humilde.



Figura 1 - Chico B em passeata - 1961

Fonte: Sylvestre, 1988, p. 332.

Na fotografia retratada na Figura 1, é registrada uma vibrante passeata de Chico B no espaço entre a prefeitura e a câmara municipal de Campina Grande – PB em 1961. Chico B destaca-se, de pé em um carro aberto, cumprimentando a multidão com o chapéu erguido em saudação ao público presente. A imagem revela nitidamente os garraões designados para arrecadação de doações financeiras com finalidade eleitoral. Um indivíduo de óculos escuros (da direita para a esquerda) é visto fazendo uma contribuição, enquanto uma considerável quantidade de pessoas acompanha a carreata. Nessa perspectiva, as mobilizações ganharam impulso, adquirindo uma significativa proporção nas ruas.

O movimento foi crescendo e ganhou as ruas do centro da cidade, agitando pelas passeatas e pelos

comícios que atraíram centras de pessoas convocados por caminhonetes de propaganda, pelas buzinas dos automóveis que acompanhavam o carro-aberto do candidato e pelos panfletos e manifestos que circulavam quase todas as semanas. Certa ocasião, o grupo dirigente do movimento soltou um folheto de um avião “teco-teco” do aeroclube local (Sylvestre, 1988, p. 328, grifos do autor).

A mobilização proveniente da campanha de Chico B também favorecia o PCB, uma vez que, como afirmou Krupskaya (1939), “A agitação ajuda as massas a se organizar, coesiona-as e ajuda-as a atuar em unísono” (Krupskaya, 1939, s.p.). Através dos discursos eloquentes de Chico B, a classe trabalhadora era estimulada, mantendo-se informada sobre eventos cotidianos que impactavam a dura realidade enfrentada pelos trabalhadores na Paraíba. Seu discurso abordava de maneira incisiva a brutalidade experimentada pela classe trabalhadora.

Chico B fora do pleito: o obstáculo à candidatura para deputado estadual da Paraíba em 1962

Inicialmente, é crucial introduzir um documento de extrema importância para esta pesquisa, que será apresentado na Figura 2 neste tópico. Este documento, intitulado “Ao Povo Paraibano” e com o subtítulo “A verdade nua sobre a candidatura – CHICO BARBEIRO”, foi redigido pelo Comitê Popular (coordenação de campanha) “Chico Barbeiro”, sem datação específica. Conforme indicado por Sylvestre (1988, p. 329), a redação do texto foi liderada principalmente por Agnello Amorim.

A candidatura estava ganhando força, com todo o ímpeto desde o início de 1961 até o primeiro semestre de 1962. No entanto, surgiu um obstáculo: para que Chico B pudesse participar da disputa eleitoral, era necessário que ele se filiasse a um partido, conforme estabelece a Lei Nº 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o Código Eleitoral vigente até 1965. O Art. 47 dessa Lei declara: “Somente podem concorrer às eleições candidatos registrados por partidos ou alianças de partidos”. Diante desse desafio, a coordenação de campanha teve que se organizar

em torno dessa busca de um partido no ano de 1962.²⁵

Ao Povo Paraibano

A verdade nua sobre a candidatura — CHICO BARBEIRO

Consumado o esboço à vontade popular pela oposição dos partidos políticos a candidatura de Francisco de Almeida Bastos (Chico B), se faz necessário denunciar à tribuna, sobretudo no exame do povo, que sabera julgar, seu compromisso os seus artigos.

ANTECEDENTES

Há um ano e oclodia, espontaneamente, a candidatura Chico Barbeiro. Surgiu à luz da política livre, despidida das limitações e que conduziu o profissionalismo político. A descrença popular nos seus representantes gerou o fentido. O seu de sua humildade barbeiro, a quem o povo arranjou a prepotência e lucraia dos homens públicos, elevados as massas, fêlas tomar consciência de sua força apontando-lhes o curso que a história lhes reserva. Isto despoçou os políticos e as cúpulas partidárias, vazio de progresso e divorciadas das massas. E ante à ameaça de modesto barbeiro aos seus privilégios odiosos, se uniram, mais uma vez, contra o povo.

O POVO NÃO TEM PARTIDO

Quando os facinoras da política paraibana se aperceberam da liberdade que Chico Barbeiro lhes arrebatava, concluíram-se para negar, pelas ligaduras partidárias que monopolizam, o seu registro no Tribunal Eleitoral. Reuniram em conselho oclodia, todas as siglas, PSP, PTB, UDN, PDC, PSP, PRP, PR, PSB, PL, os grandes partidos e pequenos, estes, verdadeiras arapucas para candidatos mullaveis, objetos das associações mais fôras. E armaram o jogo, ANSAlto Bonifácio (que nos perdemos os zom) comandou como «ista de ferro», trepaca. Comprometete-se a registrar a candidatura javencivel, e chegou até a enviar um telegrama dando ciência de registro. Furo Nieta de jogador em escrupulos. O dispositivo anti-popular estava montado e irredutível. O partido do ANSAlto bloqueou seriamente a tentativa de registro. Fomos às outras legendas. Não alimentávamos mais ilusões porém

queríamos ver até que ponto chegava a farsa e engodo dos demagogos. O senador de Igarassu, em princípio, quanto ao registro pela sua legenda, da candidatura popular, insensível aos anseios coletivos, no espaço de uma madrugada mudou de opinião. O PSD, pelos seus carcomidos chefes e cheletes, negou-se em acuitar a evidência de pronunciamento do povo. Houve porém, manifestaram-se demais partidos, todos, dos paraibanos. O último a ser consultado foi o líder de massas, e nunca dialética chitro, opte-se se registrar.

Assim, mais uma vez ficou provado que o povo não tem partido. As agremiações partidárias são simples instrumentos nas mãos do poder econômico, dos peléjos e dos trapaceiros.

A RESPOSTA DO POVO

Uma vez que o povo não tem partido, não dispõe de um organismo a fim de objetivas as suas aspirações, concretizar os seus anseios, não tem obrigação de votar nos seus anseios, não democracia sob a qual vivemos é uma, mentira democraticamente enganosa. Os candidatos anulativos. Para li somente vão os profissionais da justificação. Os fraudadores da vontade do povo. Os magnatas ou os seus sequeiros. As massas não...

Advertimos, porém, que o fanatismo «Chico Barbeiro não se diluiu por entre as brumas da mente desta democracia de jagatária. O fentido não se dissipou ao sobre da traxão dos chefes, cheletes, sub-lacaios e arautos dos partidos políticos. E juramento, pois seus caixas não desapareceram. O povo continuará sem representação, «enfrentado por quem, não podendo educar seus filhos, não tendo lugar para sair vivo, porque para quem morre todo sítio é bom.

Um dia rairá a aurora do povo, e os seus algozes serão justicados. E não está distante esse dia.

ass. COMITÊ POPULAR «CHICO BARBEIRO»

Ninguém deve votar em ninguém. As cúpulas negaram o direito do povo de eleger seu deputado à Assembléa Estadual e não têm direito de exigir que o povo vote em candidatas que éle não escolheu. Próximo às eleições serão distribuidas por toda Paraíba, eschapas de «Chico Barbeiro», a fim de que o povo possa demonstrar nas urnas que pobre pode e deve também ser eleito.

25 O PCB foi forçado à clandestinidade no Brasil em 1947. O processo iniciou-se em março de 1946, quando o Deputado Federal do Distrito Federal, Barreto Pinto, do Partido Trabalhista Brasileiro, enviou ao Tribunal Superior Eleitoral um pedido de cassação do registro partidário do PCB. A alegação baseava-se nos supostos vínculos internacionalistas do partido com a União Soviética, argumentando que, em caso de guerra entre o Brasil e os soviéticos, o PCB apoiaria os comunistas. Este processo culminou na Resolução nº 1.841, de 7 de maio de 1947, que efetivamente cassou o registro do PCB. É importante notar que, mesmo neste contexto de ilegalidade, a coordenação de campanha do partido não foi necessariamente lenta em buscar filiações partidárias para as eleições de 1962. De acordo com a Lei nº 1.164, de 24 de julho de 1950, que instituiu o código eleitoral vigente na época, o Art. 48 estabelecia que 'O registro dos candidatos far-se-á até 15 dias antes da eleição'. Portanto, o partido ainda dispunha de tempo legal para organizar suas candidaturas, mesmo operando na clandestinidade.

Figura 2 - Material do Jornal: Ao Povo Paraibano – A verdade nua sobre a candidatura – CHICO BARBEIRO

Fonte: Sylvestre, 1988, p. 331.

Houve a tentativa de dialogar com todas as lideranças partidárias possíveis, porém foi perceptível pela coordenação de campanha que havia um motim nas cúpulas partidárias contra a candidatura de Chico B.

Aí, então, o “jogo de empurra” começou. Todos os chefes partidários procuravam ganhar tempo. No íntimo, todos repeliam aquela candidatura nascida do protesto, do deboche, da contestação e da denúncia aos métodos tradicionais de condução dos partidos. Passavam-se as semanas, o dia fatal se aproximando e o “staff” de “Chico B” numa exaustiva peregrinação, recebendo o “cha de cadeira” nas ante-salas dos dirigentes partidários (Sylvestre, 1988. p. 328, grifos do autor).

Diante desse cenário de negação e negociação, a coordenação de campanha, em conjunto com Chico B, mobilizou seus apoiadores para pressionar os partidos a aceitarem a candidatura. A equipe entrou em contato com diversos dirigentes partidários estaduais da Paraíba:

1. Argemiro Figueiredo e Petrônio Figueiredo, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB);
2. Álvaro Gaudêncio, da União Democrática Nacional (UDN);
3. João Pedrosa, do Partido Socialista Brasileiro (PSB);
4. Ismael Marinho, do Partido Republicano Progressista (PRP);
5. Arnaldo Bonifácio, dirigente estadual do Partido Republicano Trabalhista (PRT).

Essa estratégia visava ampliar o apoio político e aumentar as chances de aceitação da candidatura proposta.

De acordo com o artigo intitulado “Ao Povo Paraibano”, com o subtítulo “A verdade nua sobre a candidatura – CHICO BARBERIO”, sem datação, posto na Figura 2, é alegado o diálogo com outros partidos,

como Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Social Progressista (PSP) e Partido da República (PR), mas todos não aceitaram a filiação partidária de Chico B.

O processo começou com o PRT, representado por seu dirigente estadual, Arnaldo Bonifácio. Este último assegurou resolver a questão mediante a filiação de Chico B ao PRT, conforme expresso no telegrama enviado por Arnaldo Bonifácio a Chico B:

DEPARTAMENTO DOS TELEGRAMAS E TELEFONIA	
RECEBIDO:	CABIMU DA ESTACAO
h... horas	RESTAURANTE BOLETA PARA CHICO B
por	C GRANDE P3
PREMIUM	DE JOAO PESSOA PB 9737 46 22 11
<small>Atentado contra as seguintes indicações de serviço: espécie de telegrama, estação de origem, número de telegrama, número de palavras, data e hora de apresentação. Habitue-se a indicar no recibo do seu telegrama a hora em que o receber. Com essa providência, auxiliará o Departamento na Fiscalização da entrega dos Telegramas.</small>	
INFIRMO QUE DEI ENTRADA SEU NOME LEGENDA PR TENDO ENTR DO HOJE TRE PARA REGISTRO PT VOCEH SEMPRE REPRESENTANDO NUS A LEGENDA PRT PT POU FICAR TRANQUILIS EN AVISAR NOSSOS AMIGOS QUE VOCEH ESTA REGISTRADO VG ALRARD S ARNALDO BONIFACIO PRESIDENTE PRT RESTAURANTE BOLETA PARA CHICO B C GRANDE P3 <	

Figura 3 - Telegrama de Arnaldo Bonifácio confirmando a filiação de Chico B ao PRT, enviado para o próprio Chico B

Fonte: Sylvestre, 1988, p. 331.

A informação contida no telegrama inicialmente trouxe alívio à ordenação de campanha e ao próprio Chico B, pois afirmava que sua filiação ao PRT já havia sido enviada ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Contudo, essa tranquilidade foi efêmera. Conforme revelado no documento da Figura 2, o telegrama foi logo classificado como um ‘puro blefe de jogador sem escrúpulos’. Essa reviravolta ocorreu quando o PRT anunciou a desistência da filiação de Chico B. Arnaldo Bonifácio, representante do partido, alegou que ‘[...] não houve consenso na comissão executiva do partido’ (Sylvestre, 1988, p. 329). Este incidente

evidenciou à coordenação de campanha de Chico B as dificuldades que enfrentariam para consolidar sua candidatura em qualquer partido.

O PSD, quando procurado, negou diretamente a candidatura de Chico B. O último partido abordado foi o PSB, cuja defesa do socialismo em suas teses parecia alinhar-se perfeitamente com as ideias de Chico B, ex-membro do PCB. A coordenação de campanha entrou em contato com o Deputado Federal José Joffily, uma das lideranças do PSB. Entretanto, segundo Sylvestre, Joffily apresentou propostas alternativas:

“[...] José Joffily, líder estadual do Partido Socialista e candidato ao Senado e à Câmara²⁶, chegou a admitir a candidatura de Chico para deputado federal, o que seus amigos não aceitaram porque toda a mobilização havia sido feita em função da Assembleia Legislativa²⁷ e eles tinham certeza da vitória (Sylvestre, 1988, p. 329, grifo do autor).

Nesse cenário, uma movimentação incomum se destaca,

26 Disputar em dois cargos na câmara legislativa era possível em decorrência do Código Eleitoral de 1950, através da LEI Nº 1.164, DE 24 DE JULHO DE 1950, com base em seu Art. 46, parágrafo § 3º, que afirma: “Quando os lugares a serem preenchidos nas câmaras legislativas forem dois, serão distribuídos pelo sistema previsto neste Código para a distribuição das sobras e quando forem três ou mais, serão eles distribuídos pela forma estabelecida no art. 58.”

27 A medida da coordenação de campanha gira em torno da candidatura de Chico B, que todas as mobilizações realizadas na pré-campanha em 1961, girou em torno do cargo da Assembleia Legislativa. Para adentrar a Câmara dos Deputados do Brasil é necessária uma votação mais expressiva, em relação à votação da Assembleia Legislativa como, por exemplo: o Deputado Estadual eleito em 1962 que ficou em último lugar na disputa foi o Otacilio Jurema do PSB que foi eleito com 2.203, já o último Deputado Federal eleito em 1962, Bivar Olyntho de Melo e Silva da UND teve numa votação de 5.834. A diferença entre ambos é pouca, mas sustenta a base da distribuição de cargos para os partidos de forma proporcional com base no Código Eleitoral de 1950 que era vigente na época, a maioria dos Deputados Federais da Paraíba eleitos, em 1962, possuíam mais de 20 mil votos.

evidenciando um boicote. Torna-se evidente que qualquer partido teria interesse em aderir a um pré-candidato capaz de mobilizar uma considerável parcela da classe trabalhadora em suas passeatas. Mesmo que não fosse eleito, Chico B poderia contribuir significativamente com votos para a legenda partidária. No entanto, Chico B era um pré-candidato que denunciava veementemente os partidos políticos e seus conchavos, o que aparentemente se tornou um dos principais motivos para o boicote à sua candidatura. Os partidos se recusaram a conceder a legenda a Chico B, impossibilitando assim sua candidatura para as eleições da Assembleia Legislativa em 1962.

Considerações finais

A trajetória política de Francisco Almeida Batista, conhecido como Chico B, durante os anos de 1961 a 1962 em Campina Grande, Paraíba, revela um episódio marcante na história política local. Sua pré-candidatura para Deputado Estadual nas eleições de 1962, embora tenha mobilizado as ruas e despertado o entusiasmo de uma considerável parcela da população, enfrentou desafios significativos que culminaram na impossibilidade de sua participação efetiva no pleito.

O “Fenômeno Chico B” emergiu como resposta a uma conjuntura política permeada pela Crise de Hegemonia, refletindo um descontentamento geral com os políticos tradicionais e a falta de políticas públicas eficazes para a classe trabalhadora. Sua candidatura, inicialmente encarada como uma iniciativa de protesto liderada pelos estudantes, rapidamente ganhou adesão popular, especialmente entre os mais jovens e setores progressistas da sociedade campinense.

No entanto, a dificuldade em encontrar um partido que aceitasse sua filiação revelou-se um obstáculo insuperável. O “jogo de empurra” nas cúpulas partidárias, a recusa de legendas e até mesmo sabotagens por parte de alguns membros da própria coordenação de campanha evidenciaram a resistência da classe política tradicional à ascensão de um candidato comprometido com as causas populares e crítico do sistema. A recusa dos partidos em conceder a legenda a Chico B, mesmo diante da possibilidade de contribuição expressiva de votos, indica uma resistência explícita à penetração de elementos críticos e contestadores no sistema político. A negação da filiação por parte dos partidos, em

última análise, impossibilitou a participação efetiva de Chico B nas eleições de 1962.

Assim, a trajetória de Chico B evidencia não apenas as complexidades e desafios do cenário político da época, mas também ressalta a resistência das estruturas estabelecidas à entrada de candidatos oriundos de movimentos sociais e comprometidos com uma agenda de transformação. O “Candidato dos Humildes” teve sua caminhada interrompida, mas seu legado permanece como um capítulo marcante na história política de Campina Grande, representando a luta por uma representação autêntica e comprometida com as necessidades da população.

Referências

BENJAMIN, W. **As Teses sobre o Conceito de História**. In: Obras Escolhidas, Vol. 1, p. 222-232. São Paulo, Brasiliense, 1985.

CAVALCANTE NETO, Faustino Teatino. **O PCB paraibano no imaginário social: O caso Félix Araújo na fase da “redemocratização” (1945-1953)**. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade) - Universidade Estadual da Paraíba, 2006.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, 3ª edição.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo & Coronelismo: Fatos e Personagens da História de Campina Grande e Paraíba (1954-1964)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

FIGUEIRÊDO, Wallace. **Chico é líder!** O rebate. 08 jul. 1961. n.p.

LOPES, Stênio. **Chico Barbeiro**. Diário da Borborema. Campina Grande, 11 jul. 1961. p. 7.

LOPES, Stênio. **Desagregação dos Partidos**. Diário da Borborema. 18 jul. 1961. p. 7.

BLOG RETALHOS HISTÓRICOS DE CAMPINA GRANDE.
Chico B. YouTube. Campina Grande, 10 de set. 2010. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=buJD3vAk9UQ> . Acesso em: 05 abr. de 2023.

MARCIO ROCHA: ATUAÇÃO POLÍTICA NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990, EM CAMPINA GRANDE

*Olimpio de Moraes Rocha*²⁸

CAMPINA GRANDE TEM SIDO “MACULADA”, AO LONGO DAS ÚLTIMAS DÉCADAS, com uma pecha difícil de engolir pela esquerda progressista local: analistas políticos, imprensa especializada e cidadãos interessados pelo debate público, no geral, considerando o quase inquebrantável domínio eleitoral da oligarquia Cunha Lima na cidade, desde 1983, costumam vaticinar que a cidade é um “oásis conservador”, em que o assistencialismo coronelista moderno é levado a cabo por agentes políticos, muitas vezes, ligados a pautas retrógradas, pouco afeitas à luta de classes ou a questões humanistas e identitárias, como as que rechaçam, por exemplo, recortes de gênero, de raça e a comunidade LGBTQIA+, as quais são veementemente combatidas pela maioria dos vereadores e deputados com base de votos por aqui.

Entretanto, como toda regra comporta exceções, Campina Grande igualmente é berço de figuras públicas que – ao contrário de seus contendores – têm sua vida pautada pela defesa intransigente de temas como a Reforma Agrária, o respeito aos Direitos Humanos e a luta pela inclusão social dos conterrâneos em situação de vulnerabilidade social, para além do mero uso da máquina pública em torno da troca de favores característica da maioria dos políticos locais. Entre essas figuras excepcionais, destaca-se o ex-vereador Marcio Tarradt Rocha, de quem se trata neste artigo, que ocupou o parlamento mirim da cidade de

²⁸ Advogado, Professor, Mestre em Ciências Jurídicas (UFPB), Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba.

1983 a 1997, e que fez de seus mandatos verdadeiras trincheiras contra o capitalismo selvagem e contra a pauperização cada vez maior das comunidades periféricas campinenses.

Marcio Rocha, nascido em 22/08/1958, em Campina Grande, é filho do comerciante e industrial gráfico Olimpio Rocha (1921-1993) e da dona de casa Fátima Tarradt Rocha (1928-2022). Do lado paterno, tem ascendência sertaneja. Seu pai, nascido em Santa Luzia, era filho de Otilio Julio da Rocha e Josefa Medeiros da Rocha. Ainda criança, em busca de melhores condições de vida, Olimpio migrou com a família para o Paraná, onde sua mãe acabou falecendo cedo, fato que motivou a volta da família à Paraíba. Olimpio, então, passou a trabalhar desde muito cedo, começando como faxineiro na histórica Livraria Pedrosa, até chegar a se consolidar na profissão de comerciante, sendo proprietário da Papelaria Rocha, na Rua João Pessoa, e da Gráfica e Editora Rocha, na Feira da Prata, empresas que geraram centenas de empregos em Campina Grande.

Dona Fátima, mãe de Marcio, era filha do muçulmano Yousseff Taha, brasileiroado “José Tarradt”, ou “Zé Arabe”, como passou a ser conhecido. Nascido em Jerusalém, na Palestina, Taha chegou ao Brasil em meados de 1917, fugido da Primeira Guerra Mundial, que assolava seu país natal, então possessão inglesa. Desembarcou no Recife e virou mascate, sertões adentro, onde contraiu núpcias com Severina Guedes, em Brejo do Cruz, tendo depois se fixado como comerciante em Puxinaná e, em seguida, em Campina Grande. Olimpio e Fátima, casados em 1948, além de Marcio, sétimo filho, teve, nesta ordem, Marcelo, Marcos, Marcone, Mércia, Raline, Eliane, Raniere e Márcia, todos campinenses. A maioria dos irmãos e irmãs concluiu estudos primários e ginasiais no tradicional Colégio Alfredo Dantas, tendo profissões variadas.

Marcio começou sua militância no Movimento Estudantil da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), onde cursou Medicina, de 1978 a 1982. Laureado orador da turma, proferiu o discurso “Lutemos pela vida”, na solenidade de formatura. Foi tesoureiro e depois Presidente do Diretório Acadêmico Francisco Brasileiro, onde se consolidou como liderança político-estudantil. É que foi justamente durante a gestão dele à frente

do D.A., em 1979, que a Faculdade de Medicina de Campina Grande foi federalizada, ou seja, deixou de ser particular e passou a ser pública, liberando os estudantes do pagamento de altas mensalidades e permitindo, portanto, a popularização do curso, que passou a ter ingressos de pessoas mais pobres, oriundas de todo o Nordeste.

É claro que a federalização do Curso de Medicina não foi uma conquista exclusiva de Marcio Rocha, mas, sim, fruto da luta do Movimento Estudantil organizado que, ao lado de gestores públicos da estirpe de Lynaldo Cavalcanti, ex-reitor da UFPB, conseguiram aquele feito histórico para a cidade, ajudando a transformar Campina no polo universitário que hoje é. Inegável, porém, que a posição veemente do futuro parlamentar, então Presidente do D.A., chamou a atenção da comunidade acadêmica, que passou a vislumbrar naquele líder estudantil a capacidade de representá-la politicamente, o que se configurou como um dos motivos principais para que Marcio viesse a ser eleito vereador no pleito municipal de 1982, assumindo a cadeira de edil em 1983, na Câmara Municipal de Campina Grande.

Em paralelo à atuação estudantil no Diretório Acadêmico, Marcio Rocha também atuava em Projetos de Extensão Universitária nas comunidades periféricas da cidade, notadamente no Distrito de São José da Mata, onde atendia pessoas graciosamente, ao lado de companheiros e companheiras de faculdade – inclusive da estudante Luísa Marillac, com quem namorava e se casou em 1983, ele já vereador. Sempre com muita dedicação, ouvindo todos e todas que traziam reclamações que iam desde as péssimas condições de saneamento básico até a falta de medicamentos, que deveriam ser disponibilizados pelo Município, mas que nunca chegavam por lá, Marcio e os colegas procuravam atender as demandas da comunidade e, por isso, tornou-se campeão de votos no Distrito, ao qual prestou especial atenção durante os mandatos que exerceu.

Assim, passou a consolidar uma liderança natural, ainda como universitário, aliando sua capacidade de aglutinar forças em torno da federalização da faculdade com sua atuação dedicada junto aos bairros, tendo sido apelidado de “médico dos pés descalços”, pelo desprendimento com que dava seus primeiros passos na Medicina, sempre buscando orientar os doentes da melhor maneira possível, dentro dos ditames do

Juramento de Hipócrates, o qual médicos e médicas prometem cumprir com fidelidade, ao se formarem. Em paralelo, participava de reuniões de formação política e discussão de textos políticos e acadêmicos – muitas vezes de forma clandestina, haja vista a proibição do regime ditatorial vigente – o que acabou fazendo surgir simpatia nele à ideologia comunista, então praticada na União Soviética.

Àquela altura, a vida política do Brasil era extremamente conturbada, posto que o país era governado por uma Ditadura Militar – que durou de 1964 a 1985 – como sabido. Ditadura inegavelmente eivada de ataques às liberdades democráticas, apesar das tentativas “pós-modernas” da extrema-direita de apagar a história e negar o óbvio. Naquele contexto, foi justamente em razão de se identificar com as demandas mais populares da cidade que Marcio Rocha passou também a ser um quadro militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma das mais combativas organizações políticas que se colocavam contra o Regime Militar. Para entender melhor a doutrina comunista, ele chegou a ser aluno do Curso de Ciências Sociais da UFPB, de 1980 a 1982, o qual acabou não concluindo, justamente por ter assumido o cargo de vereador na cidade, em 1983.

Como o PCB ainda não era legalizado no país, posto que os únicos partidos oficiais eram a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) – berço dos conservadores – e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) – que congregava os opositores da Ditadura – foi pelo instituto da filiação democrática, através da qual os militantes comunistas conseguiam se candidatar às Casas Legislativas do país, que Marcio concorreu pelo MDB, apesar de continuar nos quadros do proscrito PCB. Eleito vereador aos 24 anos de idade, recém-formado em Medicina e ainda aluno do Curso de Ciências Sociais, prometia um mandato aguerrido, como de fato foram todos os anos em que ocupou uma cadeira no Parlamento campinense, sendo desde logo reconhecido como um dos mais preparados vereadores do Estado da Paraíba e do Nordeste.

Já no primeiro ano da legislatura, Rocha foi eleito vice-presidente da Câmara Municipal – a Casa de Félix Araújo – onde passou a se destacar como ardoroso defensor da Democracia e das demandas mais populares, junto à população em situação de vulnerabilidade. Marcio transformou seu gabinete em ponto de encontro da esquerda local,

formada pelos militantes do PCB, de outros partidos progressistas e Movimentos Sociais do campo e da cidade, onde começou a organizar localmente o Movimento pelas “Diretas Já!”, nacionalmente liderado por Ulysses Guimarães. Em Campina, ao lado de vereadores como José Peba, João Dantas, entre outros, inclusive com apoio do então Prefeito Ronaldo Cunha Lima, formou-se relevante Comitê Pró-Diretas, o qual Rocha presidiu, liderando comícios e atos diversos que mobilizavam a cidade contra a Ditadura.

Outra bandeira abraçada com altivez pelo vereador Marcio Rocha, logo nos primeiros anos de mandato, foi a denúncia contra o famoso grupo de extermínio “Mão Branca”, espécie de esquadrão da morte formado por policiais corruptos que eram contratados como pistoleiros e jagunços para tirar a vida de desafetos dos contratantes, ou simplesmente assassinando suspeitos de crimes “famosos”, praticando a desarrazoada e ilegal “justiça com as próprias mãos”. A advogada popular Tereza Braga, membro da Comissão Justiça e Paz, da Diocese local, que depois viria também a ser vereadora na cidade, foi igualmente uma das mais importantes vozes contra o Mão Branca, tendo sido alvo de ameaças de morte, as quais também chegaram ao vereador Marcio, na forma de cartas anônimas dirigidas ao seu gabinete.

Em 1985, Marcio Rocha assumira a liderança da bancada da situação na Câmara Municipal de Campina Grande, por indicação direta do Prefeito Ronaldo Cunha Lima, que tinha no edil uma das vozes mais fortes na defesa da Administração Municipal, a primeira eleita diretamente após os “anos de chumbo” no país. Porém, no mês de setembro do mesmo ano, Marcio tomou uma das decisões mais cabais e simbólicas da sua trajetória política: com a recém-legalização do PCB, do qual era militante, resolveu declinar da posição de líder do Governo e assumiu a presidência da agremiação comunista, sendo o primeiro parlamentar do PCB paraibano pós-redemocratização. Se tivesse ficado no MDB, certamente teria seguido um caminho “mais fisiológico”, que o faria alçar voos mais altos, mas que o afastaria da crença política à qual sempre foi fiel.

Em 12/09/1985, da tribuna da Câmara, Marcio fez histórico discurso instalando a bancada comunista no parlamento campinense. Porém, aquele ato de bravura não agradou ao pai dele, o velho Olimpio, que

cioso da segurança do filho – já que o fantasma militar ainda rondava o país – entendia que ele deveria ficar no MDB, mais seguro e menos visado pelas “viúvas da ditadura”, o que os fez discutir asperamente naquela semana. O curioso é que Marillac, esposa de Marcio, estava grávida do primeiro rebento do casal, este autor. O garoto iria se chamar Yasser, em homenagem ao líder palestino Yasser Arafat, conterrâneo de Zé Arabe, avô do vereador. Eis que, por sugestão de Ubirajara de Moraes, pai de Marillac, o bebê acabou batizado Olímpio, em homenagem ao avô paterno, o que pôs fim à contenda entre Marcio e o velho Rocha, 15 dias após aquele discurso histórico.

É dizer, Marcio Rocha fez uma opção ideológica indubitável: deixou as hostes do MDB, partido pelo qual fora eleito, para assumir o Partido Comunista Brasileiro, no qual militava há quase uma década. Seguiu lutando pela volta da democracia no país, a partir de Campina Grande, e assumiu pautas que o fizeram ser cada vez mais respeitado pela inteligência campinense, assim como angariava a simpatia popular, chegando a ter seu nome lançado para a Câmara Federal, candidatura da qual declinou porque, no grupo do qual fazia parte, decidiu-se pelo nome do futuro deputado Cássio Cunha Lima, filho do Prefeito Ronaldo, que acabou eleito constituinte, em 1986. Depois, em 1988, o mesmo Cássio foi eleito Prefeito de Campina, sucedendo ao genitor, algo que, hoje, por mudanças nas regras eleitorais, não poderia mais acontecer.

Em 1989, o Partido Comunista Brasileiro resolveu se desligar da chamada Coligação Democrática Campinense (CDC), que reunia partidos que faziam parte da base de apoio do Governo Ronaldo e, posteriormente, do Governo Cássio. O rompimento dos comunistas com as hostes emedebistas foi bastante repercutido pela imprensa paraibana, em razão de que as alegações para tal ruptura foram no sentido que o “cassismo” começava a se entranhar de forma muito veemente na administração municipal, através do assistencialismo e do inchaço da máquina pública tão característicos das práticas políticas do então jovem alcaide campinense. À época, Marcio Rocha acabou naturalmente assumindo a proeminência da oposição, já que se mantinha altivo na Casa de Félix Araújo, não cedendo às pressões do Palácio do Bispo, sede da prefeitura.

Ao longo do primeiro mandato de Cássio Cunha Lima à frente da

Prefeitura de Campina Grande, Marcio Rocha foi líder da oposição e, ao lado de outros vereadores de destaque, como Ivam Freire (PC do B) e Assis Costa (PFL), seguiu apresentando proposições importantes e fiscalizando fortemente a gestão municipal, sempre com uma postura bastante combativa, sendo muitas vezes laureado pela imprensa especializada como melhor parlamentar da cidade. Destacou-se, por exemplo, colocando-se contrário a um projeto que buscava a construção de um shopping center no lugar do espelho d'água do Açude Velho, cartão postal da cidade, algo que, se tivesse sido concretizado, certamente desvirtuaria totalmente a região central de Campina, beneficiando poucos empresários forasteiros, em detrimento do povo campinense.

Em 1990, Marcio Rocha decidiu-se lançar candidato a deputado estadual, pela primeira vez. Na oportunidade, candidatou-se pelo Partido Popular Socialista (PPS), agremiação na qual tinha se transformado o antigo PCB. Obteve 2.306 votos por toda a Paraíba, os quais, infelizmente, não foram suficientes para elegê-lo. Acabou ficando na terceira suplência da coligação, que elegeu o Deputado Estadual Simão Almeida (PC do B). Curiosamente, naquele pleito, Marcio teve mais votos que o companheiro de chapa Ricardo Coutinho (PT), que conseguiu 1.934 votos, tendo sido depois eleito vereador e prefeito de João Pessoa, como também Governador da Paraíba, entre 2011 e 2018, tornando-se um dos mais importantes nomes da esquerda paraibana. Aquela foi a única vez que Rocha disputou pleito que não fosse para o legislativo campinense.

Em 1992, ainda no PPS, Marcio foi reeleito, pela terceira vez, vereador em Campina Grande. Naquela disputa, foi eleito o Prefeito Félix Araújo Filho (MDB), ex-colega de Rocha no Parlamento, apoiado por Cássio Cunha Lima, que deixou a Prefeitura para assumir a Superintendência da SUDENE, em Recife. Fato curioso é que, em 1990, o vereador comunista tinha ingressado no Curso de Direito, da UEPB, onde era aluno do Prefeito Félix, contra o qual exercia fortes críticas na Câmara e, por conseguinte, em sala de aula. Durante a Administração de Araújo, Rocha permaneceu na liderança combativa da oposição, alinhando-se com as demandas do SINTAB (sindicato dos servidores) e, inclusive, ainda fazendo denúncias contra o ex-prefeito Cássio, como a que tratava de alegado superfaturamento nas obras do Canal do Prado,

entre outras.

Naqueles anos, já começava a aumentar na cidade um sentimento de insatisfação com as sucessivas administrações geridas pelo Grupo Cunha Lima, então há mais ou menos 10 anos no poder. O desgaste político próprio, aliado a denúncias da oposição sobre a falta de transparência nos governos de Cássio e Félix, o inchaço da máquina pública com apaniguados, entre outras críticas à má gestão, deram o *start* para o chamado Movimento “Acorda Campina”, cujo objetivo era eleger um candidato apoiado pela oposição unida, em 1996. Na tentativa de derrotar Cássio Cunha Lima, que já se preparava para suceder Félix Araújo, buscando voltar à Prefeitura – o que acabou acontecendo – o Movimento Acorda Campina resolveu apoiar a candidatura de Enivaldo Ribeiro, que tinha sido antecessor de Ronaldo, mas não obteve êxito.

Naquela altura, Marcio tinha saído do PPS, em razão de divergências com a ala do partido que não tinha aceitado, no primeiro momento, o rompimento com o Governo Cássio, em 1989, e ainda compunha o Governo Félix, em cargos de primeiro e segundo escalões. Recém-filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), Rocha resolveu se candidatar novamente à Câmara Municipal, mas não obteve êxito naquela que seria sua quinta e última disputa eleitoral. Uma série de causas podem ser apontadas como responsáveis pela derrota, porém uma das mais cabais razões para o insucesso foi, certamente, o fato de que o mandato de Marcio Rocha virou alvo da fúria situacionista, que resolveu que o combativo socialista não deveria voltar à Câmara Municipal, pelo que muitas das bases eleitorais dele foram minadas, em favor de outros candidatos.

Naquelas eleições, em 1996, a despeito da derrota eleitoral de Marcio Rocha, foram eleitos nomes importantes para a Câmara Municipal de Campina Grande, os quais acabaram assumindo a liderança das oposições ao novo governo Cássio, que sucedia a Félix. Veneziano Vital do Rêgo, que viria a ser eleito prefeito, em 2004, atual Senador da República, era um daqueles novos nomes. Cozete Barbosa, líder sindical, ex-presidenta do SINTAB, que protagonizou grande polêmica quando, no ano 2000, aceitou ser vice de Cássio, declinando de uma candidatura própria de esquerda, foi também eleita vereadora e teve importante atuação na legislatura, principalmente no tocante ao debate acerca da

venda da CELB (Companhia Energética da Borborema), privatizada por valores baixíssimos, longe dos números de mercado, conforme os críticos da operação.

Pois bem, a atuação política de Marcio Tarradt Rocha na Câmara Municipal de Campina Grande durou 14 anos, de 1983 a 1997, quando ele deixou o parlamento. De lá para cá, não se candidatou mais a nenhum cargo político. Em 1998, chegou a ser convidado pelo Deputado Estadual Gilvan Freire, que foi candidato a governador pelo PSB, para concorrer na vaga de vice, mas declinou do convite. Ato contínuo, ocupou espaços importantes no Poder Executivo Estadual, primeiro a convite do Governador José Maranhão (MDB), quando assumiu, em 1999, a Superintendência do Núcleo Regional da Secretaria de Saúde do Estado, em Campina Grande, e depois sendo o primeiro Diretor Geral do Hospital Regional de Urgência e Emergência Dom Luiz Gonzaga Fernandes, noscômio de grande importância para a cidade e toda a região.

A partir de 2004, com a ascensão de Veneziano Vital (MDB) ao cargo de Prefeito de Campina Grande, após histórica disputa com Rômulo Gouveia (PSDB), que venceu por apertados 791 votos – no segundo turno – pondo fim a 22 anos de gestões ligadas ao Grupo Cunha Lima, Marcio Rocha foi convidado pelo emedebista a ocupar a função de Diretor de Atenção à Saúde, na Secretaria de Saúde de Campina, onde permaneceu durante os 8 anos da Administração, tendo chegado a ocupar, em alguns momentos, de forma interina, a titularidade da Secretaria. Na condição de Diretor de Atenção à Saúde, Marcio foi o responsável direto pela implementação e modernização do Programa de Saúde da Família (PSF) na cidade, fazendo algo que sempre fez desde os tempos de estudante de Medicina: sendo o “médico dos pés descalços”.

Na seara familiar, Marcio completará 40 anos de casamento com Luísa Marillac Leal de Moraes Rocha, pediatra de renome na cidade, reconhecida como profissional dedicada e incansável trabalhadora. É pai de 3 filhos: Olímpio de Moraes Rocha, 36 anos, Advogado, Professor universitário, ex-candidato a Prefeito de Campina, em 2020, pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), e atual Presidente do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da Paraíba; Lívia de Moraes Rocha, 35 anos, Enfermeira do Governo do Distrito Federal, em Brasília,

onde vive desde 2009; e Tâmara de Moraes Rocha, 31 anos, Diretora em Arte e Mídia e Esteticista, atualmente morando em Estocolmo, capital da Suécia, para onde se mudou em 2021. É avô de Marcinho, 4 anos, filho de Olímpio, e de Maria Eduarda, 7 anos, e Gabriel, 3 anos, filhos de Livia, netos que são seus xodós.

Em paralelo à atividade política, Marcio Rocha nunca deixou de clinicar como médico generalista: atendeu em comunidades carentes durante a vida toda, atuou no Programa Mais Médicos, durante os governos Lula/Dilma e foi médico do Programa Saúde da Família em vários municípios paraibanos, tais como Alagoa Nova, Aroeiras, Matinhas e, claro, em Campina Grande, onde é servidor público concursado desde 2008. Também atuou no setor empresarial, chegando a ser sócio-gerente da Gráfica e Editora Rocha, empresa familiar que assumiu após a morte do pai, Olímpio Rocha, em 1993, e que tocou até 2008, ano em que a empresa fechou as portas. Durante sua trajetória política, publicou centenas de artigos, ensaios e diversos textos de opinião em periódicos como o Diário da Borborema, Jornal da Paraíba e Gazeta do Sertão.

Atualmente, Marcio é lotado no Centro de Saúde Francisco Pinto, na Rua Venâncio Neiva, no centro da cidade, onde continua atendendo as pessoas em situação de vulnerabilidade social com as quais se identificou e às quais tem se dedicado profissional e ideologicamente durante toda a vida. Nos momentos de lazer, aprecia bons filmes e séries, principalmente os que têm temática histórica. Na música, é fã de MPB, de cantores como Fagner, Elba Ramalho e Geraldo Azevedo, como também é fã de forró, como bom campinense, da terra do Maior São João do Mundo. Como avô coruja, adora conviver com os netos, sendo que, nos fins de semana, está sempre com Marcinho, que vive com os pais em Campina, e viaja a Brasília quando possível, para ver os candanguinhos Duda e Gabriel, junto com a esposa Marillac.

A história política do ex-vereador Marcio Tarradt Rocha se confunde com um período bastante importante da história brasileira: primeiro, a redemocratização, que se deu após a longa noite de 21 anos que foi a Ditadura Militar, regime sanguinário que tirou a vida de centenas de brasileiros e brasileiras, torturou outras centenas e que, até hoje, não obteve uma justiça de transição condigna. Enquanto militante

comunista, é verdade, Marcio não chegou a ser preso por conta da sua atuação política, mas foi fichado pela polícia e constantemente monitorado, recebendo recados diretos e indiretos das autoridades então constituídas, que procuravam intimidá-lo de diferentes formas, sem sucesso. Foi um parlamentar como raramente se viu na Paraíba: ativo, destemido e, acima de tudo, comprometido com o bem comum.

O estudante idealista, o médico dos pés descalços, o vereador de verdade, cujo compromisso de luta foi cumprido fielmente ao longo de 14 anos de mandato na Câmara de Campina Grande, foi o primeiro parlamentar comunista na Paraíba pós-ditadura, defendeu com ardor o Governo Ronaldo Cunha Lima, que localmente simbolizava a volta da democracia, até que, a partir do Governo Cássio, percebeu que o fisiologismo grassava no grupo de que fizera parte, quando passou a fazer oposição ferrenha a ele. Relatou e presidiu Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), como a que investigou doações ilegais de terrenos, apoiou a criação do bairro-cidade Malvinas, organizou marchas contra a carestia, cobrou transparência nas contas públicas e foi várias vezes homenageado e premiado pela imprensa, inclusive com um cordel de autoria do Poeta Zé Laurentino.

Permitam-me os leitores finalizar este artigo em primeira pessoa: Marcio Rocha sempre foi exemplo para mim, que me miro na figura do meu pai como modelo de atuação política e, por isso mesmo, resolvi também me tornar um militante contra as injustiças sociais, como advogado popular, lutando pelos Direitos Humanos, o que me levou a ser candidato a prefeito de Campina, em 2020, eleição na qual tive a honra de ser o mais votado da história do PSOL na cidade e, proporcionalmente, na Paraíba. O amor que nutrimos pela cidade, a percepção de que é possível fazer cada vez mais por nossos conterrâneos e a convicção de que os oligarcas não podem continuar se arvorando continuamente no poder são sentimentos que nos movem, pela Paraíba e por Campina. Painho será sempre lembrado por quem ama e estuda Campina, não tenho dúvidas.

UMA FÉ MISSIONÁRIA: CAMINHADA E ESPERANÇA DE UM HOLANDEZ SERTANEJO EM CAMPINA GRANDE²⁹

Luciano Albino³⁰

Introdução

De uma perspectiva sociológica, não estaria a religião exclusivamente preocupada com o sobrenatural. Embora seja este seu aspecto mais visível, enquanto empreendimento que busca a reaproximação do homem com o sagrado, outra dimensão lhe particulariza como fonte de sociabilidade. Para Max Weber³¹, a ação religiosa diz respeito a uma ação racional comunitária que se orienta pelas regras da experiência. Significa dizer que os agentes religiosos atribuem sentido aos seus atos a partir de vivências e representações subjetivamente definidas por este mundo. Seja no plano das ideias ou das ações, a religião se estabelece no plano das ações cotidianas, cujos desdobramentos têm, na maioria das vezes, contornos e finalidades semelhantes às de natureza econômica, no sentido de sua objetividade.

Os iniciados na ação religiosamente motivada possuem

29 Este texto foi elaborado com base em uma entrevista realizada com o Padre Cristiano Joosten, membro da Congregação do Santíssimo Redentor (Redentoristas), e em documentos de sua autoria. Esses materiais refletem as memórias e a história de vida pessoal do Pe. Joosten, focando especialmente em suas experiências como religioso na Paróquia de Bodocongó, localizada em Campina Grande, Paraíba.

30 Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba.

31 WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

conhecimento perito para manusear forças extraordinárias que os diferenciam das pessoas comuns. Neste caso, a presença do carisma criador de relações arregimenta processos sociais e particulariza, assim, a ação de personagens especialmente capazes ao estado de trânsito, entre o sagrado e o profano, entre o divino abstrato e a política cotidiana. O leigo só eventualmente experimenta o êxtase espiritual, cabendo ao sacerdote este ofício de disciplinar os acessos transcendentais. Em resumo, o religioso é um pedagogo do sagrado, aquele que conduz o fiel ao campo do mistério, segundo processos ritualizados do ponto de vista da construção simbólica, pois seu agir não ocorre com base em inspirações aleatórias ou surtos candentes de espíritos em euforia. Há enredo, processualidade, burocracia, disciplina rigorosa.

Embora o poder carismático seja uma característica típica entre os religiosos, há também uma presença significativa da tradição e da racionalidade. As instituições religiosas carregam uma história acumulada e documentada, cuja carga normativa influencia seus representantes. Assim, quando um padre, pastor ou outra liderança se pronuncia, é a história e a tradição de suas igrejas de origem que sustentam suas posições. No campo mágico/religioso, no entanto, é o carisma individual de cada pessoa que lhe confere destaque e visibilidade.

Portanto, mais do que apenas investigar dogmas e processos históricos, compreender a vida particular no universo religioso envolve captar as motivações que levam os indivíduos a agirem de determinadas maneiras. Isso inclui entender as subjetividades éticas específicas de um contexto histórico que certos indivíduos adotam para agir. Em resumo, investigar a trajetória de vida de lideranças religiosas pode revelar não apenas a complexidade espiritual da comunidade, mas também aspectos do contexto social mais amplo, incluindo a política e a economia.

Este texto se propõe a realizar esse exercício, lançando um olhar interpretativo sobre um processo histórico e entendendo as condutas dos indivíduos definidas por essas motivações. A compreensão histórica e as subjetividades individuais são, portanto, indispensáveis ao exercício analítico de uma realidade social específica. Nesse caso, examinar a presença da Congregação Redentorista em Campina Grande, PB, a partir dos anos 1950, com destaque para a vida do Padre Cristiano Joosten, permite explorar os carismas e as condutas peculiares de sua trajetória

religiosa em conexão com seu cotidiano e o contexto em que atuou. Isso nos leva a refletir sobre o impacto dessas experiências em Campina Grande e a considerar como essas lições podem oferecer insights sobre o fazer político no contexto atual.

Missionários Redentoristas na Diocese de Campina Grande³²

A chegada dos Redentoristas em Campina Grande se deu no ano de 1952, quando receberam da autoridade episcopal da época a tarefa de cuidar da paróquia de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro que compreendia a vila operária do bairro de Bodocongó e o distrito de São José da Mata. A escolha de Campina Grande pela Congregação ocorreu devido às condições geográficas favoráveis em relação à boa localização no Nordeste, a pujança econômica que lhe caracterizava, além do acesso rápido favorecido por estradas bem conservadas e um clima ameno.

A capela de Bodocongó passou a ser o vértice das atividades Redentoristas, a partir de onde as missões foram bastante difundidas pelas demais localidades da paróquia. A Novena de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro começou a ser realizada, em 1956, e teve bastante procura por parte dos fiéis, transformando-se em movimento religioso importante para toda a cidade, com a afluência de muitas pessoas.

Naquele contexto dos anos de 1950, havia grandes carências sociais, principalmente para educação e saúde. O bairro de Bodocongó estava na periferia da cidade e bem distante de qualquer atuação ou atendimento por parte das políticas para essas áreas. Assim, os párocos fundaram escolas primárias, como a Escola São Clemente, em São José da

32 As informações históricas apresentadas neste texto são fundamentadas na história de vida do Padre Cristiano Joosten, membro da Congregação Redentorista. As fontes utilizadas incluem documentos escritos sobre o Padre Joosten, textos de sua própria autoria e entrevistas conduzidas pessoalmente com ele. Grande parte deste artigo baseia-se em uma publicação interna da Congregação Redentorista Nordeste, escrita pelo próprio Padre Joosten: JOOSTEN, Cristiano. *Dom Manuel Pereira da Costa - Bispo de Campina Grande (1962 - 1981): uma história de Evangelização libertada e libertadora, custosa e arriscada*. Publicação interna da Congregação Redentorista, 2006. Esta obra oferece uma perspectiva única sobre a história da evangelização na região, vista através dos olhos de um participante ativo desse processo.

Mata, e a Escola Santa Rita de Cássia, em Bodocongó. Na sequência, fundaram a Escola de Capim Grande, a Escola de Economia Doméstica, a Escola Santa Catarina e a Escola Cenecista São José, em São José da Mata. Posteriormente, na década de 1970, foi criada a Escola Técnica Redentorista, para formação qualificada, em nível médio, de técnicos em eletrônica e telecomunicações. Pode-se dizer que os Redentoristas sedimentaram as bases da educação naquela zona periférica da cidade, cujos desdobramentos vieram a ser sentidos por várias gerações formadas naqueles espaços. Com o passar dos anos, as escolas foram assumidas pelo poder público municipal ou estadual, ou, no caso da Escola Técnica, encerradas as atividades com a justificativa de que Campina Grande, nos dias de hoje, conta com uma arrojada infraestrutura de ensino.

A chegada da organização católica de enfermagem Cruz Branco e Amarela, composta por enfermeiras holandesas altamente qualificadas, possibilitou a introdução de um trabalho de atendimento voltado aos mais necessitados. Apesar das barreiras linguísticas, foi possível estabelecer ambulatórios em diversas localidades: Bodocongó, São José da Mata, Massaranduba, Pocinhos, Queimadas, Galante e Fagundes. Essa iniciativa pioneira deu origem a vários outros projetos, incluindo a criação do Hospital Escola da FAP e a formação de profissionais capacitados para cuidar da saúde dos mais pobres nos bairros e áreas rurais. Assim, criaram-se as condições para oferecer cuidados de saúde à população carente e desassistida, combinando conhecimento prático, solidariedade e sabedoria popular.

A abordagem da educação e saúde sob uma perspectiva solidária e popular também abriu espaço para discussões sobre questões fundiárias, a necessidade de organizações populares e a conseqüente formação política. Na década de 1980, a Diocese de Campina Grande adotou o projeto das Comunidades Eclesiais de Base, priorizando a opção pelos pobres e incentivando uma maior participação dos leigos, visando a uma Igreja mais cristã, popular e socialmente justa. Esse movimento foi possível graças à formação de mais de 700 animadores e animadoras pelas enfermeiras e padres, que atuavam não apenas em Campina Grande e nas cidades já mencionadas, mas também em Cabaceiras, Pocinhos e Alagoa Nova.

O empenho de indivíduos dedicados e motivados religiosamente foi fundamental para o sucesso dessas iniciativas. Destacam-se as senhoras Pasmans e Werner, da Cruz Branco e Amarela, o Dr. Cornélio de Ruyter, a irmã Maria de Groot, a irmã Maria das Mercês, Maria Paulo da Silva, Rosilene Silva e, a partir de 1999, a AMAS (associação independente que opera em São José da Mata). Juntos, esses atores viabilizaram grandes feitos na área de assistência à saúde e organização social, transformando significativamente a realidade local.

Todo o turbilhão social do pós-segunda guerra, com ênfase para o que se constatou no campo das transformações sociais, também chegou à Igreja Católica. Assim, os sinais dos tempos induziram releituras e atualizações, com desdobramentos importantes, principalmente, nos anos de 1960, com o Concílio Vaticano II. O Papa João XXIII literalmente abriu as cortinas do Vaticano e permitiu a entrada das luzes daquele cotidiano. No âmbito religioso Redentorista em Campina Grande, isto significava um novo momento, cuja motivação primeira da ação missionária estava em torno de uma nova forma de ser igreja, quer dizer, Igreja, Povo de Deus. Em outras palavras, há profunda mudança de polarização, sendo o povo, os humildes e necessitados os protagonistas desse contexto, com os religiosos e animadores em fraternidade no sentido de assumirem responsabilidades religiosas e sociais.

A Ação Missionária, alinhada com o Concílio Vaticano II e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), esteve direcionada pelas seguintes ações: 1. A Bíblia na mão do povo – ciclos bíblicos, formação; 2. Estímulo à participação dos leigos nas celebrações litúrgicas e não litúrgicas; 3. Engajamento nos movimentos sociais e políticos. Essas iniciativas, vistas a partir de hoje, podem parecer tranquilas no sentido de não trazerem risco para os seus participantes. No entanto, uma vez preocupada em criar condições que cuidassem da alma e também do corpo, estavam esses religiosos mudando a forma de ser igreja no Brasil e em Campina Grande, particularmente. Nunca é demais lembrar que o lugar permitido à igreja dizia respeito à caridade por um lado, e à benção aos privilégios das elites brasileiras por outro. Assim, tomar posição em favor dos pobres significou uma decisão profética e perigosa, tendo em vista o que se mostrou na sequência como perseguição e violência a tais iniciativas, principalmente no Nordeste, região

marcada pelas tradicionais formas de exploração do trabalho e opressão de movimentos sociais, a exemplo do que ocorreu com a Guerra de Canudos, Massacre do Caldeirão, Ligas Camponesas, perseguição e morte de líderes sindicais como Margarida Maria Alves.

Enquanto a Igreja Católica assumia a opção pelos pobres, a elite brasileira, apoiada por procissões de devotos com terço na mão e pelos Estados Unidos, entregou em 1964 os destinos do país aos militares. Passou a ser essa mesma igreja, nos quase trinta anos seguintes, um dos poucos espaços de resistência e defesa da democracia, com figuras importantes, em termos específicos de Nordeste, a animar as dimensões profética e libertadora. Para registro, cito alguns desses missionários: Cristiano Joosten, Cornélio van der Poel, Pio Hensgens, Timóteo Veltman, Bento Dashorst, Teofânio Stallaert, Eurico Kea, Gabriel Hofstede, Ricardo Hesseling e Humberto Plummen, além de outros, com atuação em Campina Grande, com o Irmão Urbano e Padre Pitíá.

A história de vida de cada religioso acima citado é fonte para muitos livros e teses. De modo particular eu gostaria de fazer um destaque sobre alguns episódios ou experiências do Padre Cristiano Joosten, no intuito de evidenciar momentos importantes de sua biografia na Diocese de Campina Grande, e, sobretudo, para ilustrar o que vem sendo posto neste artigo que é a relação entre o fazer religioso, as escolhas pessoais e o contexto histórico e político. Essa tensão entre indivíduo e sociedade, mais ainda entre condutas subjetivamente motivadas com orientações éticas particulares nos dizem muito sobre a história e, mais objetivamente, sobre a formação de certa dinâmica política de base popular e progressista em Campina Grande.

Pe. Cristiano Joosten: um holandês sertanejo³³

Gilberto Freyre certa vez chamou os holandeses de caranguejos por terem limitado sua colonização ao litoral, não se preocupando com o sertão, ao contrário do que fizeram os portugueses, mais plásticos e aclimatados aos trópicos³⁴. Bem, com pretensões missionárias, os ho-

33 RIETVELD, Pe. João Jorge; MEDEIROS, Jean Luís Gomes de; MEDEIROS, Sonia Vieira de (Org.). **Os passos de um Missionário**: escritos de Padre Cristiano Joosten, redentorista. Campina Grande: Cópia e Papéis, 2017.

34 FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o

landeses católicos Redentoristas que chegaram ao Nordeste, no século XX, tinham outros propósitos e desbravamentos. Os padres Cristiano Joosten, Gabriel Hofstede, Gilvan Liefpink, Irmão Urbano e tantos outros fixaram residência no Nordeste mais profundo, entre sertanejos mais típicos, pessoas do povo.

No esforço de compreender a trajetória de vida de Pe. Cristiano Joosten, em particular, na linha sociológica que destaquei anteriormente, três dimensões precisam ser levadas em consideração. A primeira refere-se ao seu campo congregacional, Redentorista, cujas orientações já foram brevemente apresentadas. A segunda diz respeito ao contexto histórico e eclesial favorecido pelo Concílio Ecumênico Vaticano II, com alguns apontamentos também realizados. E, terceiro, a atmosfera episcopal da Diocese de Campina Grande, com destaque para o que foi definido a partir de Dom Manoel Pereira da Costa, bispo de 1962 a 1981, quando sucedido por Dom Luiz Gonzaga Fernandes.

Foi a convite de Dom Manoel Pereira que Pe. Cristiano participou de uma equipe de orientação sindical para trabalhadores rurais na diocese. É bom lembrar que, até os anos de 1960, não havia o reconhecimento legal desses sindicatos e a formação de lideranças significava o enfrentamento das tradicionais oligarquias latifundiárias. O seu objetivo era levar o Evangelho para o meio do povo, segundo o método e as orientações da Ação Católica (*Ver, Julgar e Agir*) e do Papa João XXIII.

Tais influências diziam respeito à atuação de religiosos e leigos para a formação de lideranças nos movimentos sociais, neste caso, no meio rural. Dom Manuel e Pe. Cristiano entendiam a necessidade de organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo por direitos, sem perder de vista os princípios do Evangelho: vida comunitária, solidariedade, justiça e paz. Foi a Ação Católica a responsável pela organização, no Brasil, de vários grupos importantes de participação e mobilização político social (JUC - Juventude Universitária Católica; JEC - Juventude Estudantil Católica; JOC - Juventude Operária Católica). A partir do apoio e estímulo de Dom Helder Câmara, as ações desses grupos se

regime da economia patriarcal. 23ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

tornaram espaços políticos decisivos de reivindicação³⁵.

Oportuno se faz lembrar que a modernidade trouxe para o ethos religioso ocidental enormes desafios. Por um lado, o processo de secularização iniciado com o Iluminismo e que tomou força com a Revolução Francesa e a Industrial, cada vez mais presente em decorrência de um modo de vida hedonista, pautado em valores do mercado e do individualismo. Por via oposta, outro processo de secularização se definiu a partir de valores socialistas, de inspiração metodológica baseada no materialismo histórico e dialético que identificava na Igreja uma fonte de alienação. Em termos nacionais, cabe destacar também o papel das oligarquias herdeiras da tradição escravocrata que sempre negligenciaram aos mais pobres qualquer possibilidade de direitos ou a divisão de riquezas e redução de privilégios. Para esse cenário político, a Igreja tinha o papel de conciliar, conter as aspirações de revoltas e contribuir com o processo colonizador sobre a terra e suas gentes. Ter a coragem, nos anos de 1960, de assumir uma postura condizente com a Doutrina Social da Igreja, de mudança pacífica e institucionalizada, mobilizando e organizando o povo, era algo desconhecido por aquelas outras orientações. Em outras palavras, um trabalho difícil porque não caberia aos padres falarem sobre política. A Igreja não é lugar de política. Este era o pensamento comum.

A proposta assumida pelos Redentoristas visava romper com tal postura, colocando a Bíblia na mão do pobre, para mostrar que a história do povo de Deus era a da predileção desse mesmo Deus aos mais sofridos e marginalizados e que a caminhada, como ocorreu no Êxodo, ainda continuava, tendo em vista as novas formas de opressão. Em resumo, a “novidade” consistiu em mostrar às pessoas carentes o Jesus perseguido e de morte na cruz pelos poderosos. Não estava Jesus com a elite. Ele era da periferia, filho de um carpinteiro. Enfim, o Reino de Deus, a Terra Prometida, deve ser algo conquistado pela caminhada coletiva, dura, no deserto, mas possível de conseguir neste mesmo mundo.

O Concílio Vaticano II, concluído em 1965, inaugurou novos caminhos para a Igreja, sobretudo pela mudança na postura, de condenação,

35 SOUZA, Ney. **AÇÃO CATÓLICA, MILITÂNCIA LEIGA NO BRASIL: MÉRITOS E LIMITES**. Revista de Cultura Teológica - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

para a de missão pastoral e ecumênica. Em outras palavras, promoveu o diálogo necessário no campo religiosos cristão, tendo em escala global o Papa João XXIII como o grande articulador, além de figuras como Dom Hélder Câmara e, em Campina Grande, alinhado com os “novos ares”, Dom Manoel Pereira e, claro, na linha de frente, Pe. Cristiano Joosten. Foi o compromisso social assumido no Pacto das Catacumbas a animação pastoral necessária para evangelizar no meio popular.

No entanto, com o fim do Concílio, em 1965, o Brasil já se encontrava em pleno golpe militar, no endurecimento dos aparelhos de controle e repressão. Para citar exemplos emblemáticos desse contexto autoritário, basta lembrar que Josué de Castro, Celso Furtado e Paulo Freire foram perseguidos e exilados. Era um momento de perseguição para quem defendia causas sociais. Mais uma vez, foi a Igreja Católica, nesta linha do Concílio Vaticano II, que construiu espaços de resistência democrática e pacífica.

O Pacto das Catacumbas³⁶ representou o compromisso assumido pelos Bispos, principalmente da América Latina, na defesa de uma igreja dialogal, a serviço do povo pobre, sem privilégios e em oposição aos abusos promovidos pelas elites. Caberia à Igreja organizar e ensinar o povo sobre seus direitos para não mais ser vítima de políticas assistencialistas e de esmolas humilhantes. Em Campina Grande, foi o Pe. Cristiano um fiel defensor desses princípios e compromissos.

Do ponto de vista dos grandes debates ideológicos do pós-Segunda Guerra, cabe destacar que o cenário era definido em torno da Guerra Fria, com Estados Unidos e União Soviética presentes em tudo o que era espaço de tensão e foco de interesse geopolítico e riquezas mundo afora, inclusive na América Latina. Assim, Capitalismo e Comunismo se tornaram fontes de embate que polarizaram as discussões. No Brasil, a postura conservadora de negar qualquer avanço no campo social cuidou em classificar de comunista qualquer iniciativa divergente, tanto das arcaicas, quanto das novas formas de exploração dos trabalhadores.

36 Para maiores informações sobre o Pacto das Catacumbas: VEIGA, Edson. O que foi o Pacto das Catacumbas, que mudou os rumos da Igreja Católica? Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/16/o-que-foi-o-pacto-das-catacumbas-que-mudou-os-rumos-da-igreja-catolica.htm>. Acesso em: 09/02/2022.

Um dos muitos exemplos dessa tradição anticomunista vem antes da Guerra Ria, com o Massacre do Caldeirão³⁷, ocorrido no Cariri do Ceará, no Crato, quando fiéis liderados pelo religioso paraibano José Lourenço foram barbaramente assassinados pela Polícia e pelo Exército, acusados de comunistas. Do mesmo modo, nos anos de 1950, com as Ligas Camponesas, quando João Pedro Teixeira³⁸ foi assassinado por reivindicar para o campo os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos (salário mínimo, décimo terceiro, férias). Em outras palavras, comunista era sinônimo de contestador e crítico.

Mesmo para Pe. Cristiano, seguidor atento do Concílio Vaticano II, obediente à ordem clerical vigente e às normas constitucionais brasileiras, o fato de se reunir com trabalhadores rurais para organizar com eles um instrumento legítimo como o sindicato, era considerado comunista e subversivo. O foco sempre esteve definido em torno de saídas pacíficas e em concordância com a Lei, daí o conhecimento da legislação ser uma importante ferramenta, junto com as ações coletivas sindicais para fixação do homem na terra.

Se para aquele contexto de Guerra Fria essa classificação de *comunista* era arbitrária, imagina nos dias de hoje, com a queda do Muro de Berlim e os desdobramentos das economias do Leste Europeu e da China em tempos de Globalização? Falar em comunismo, nos dias de hoje, revela como, no Brasil, essa palavra não tem o mesmo significado que em outros lugares. Como já disse, aqui, ela serve como lugar comum para abrigar qualquer abordagem divergente dos novos coronéis. Em outro artigo, tive a oportunidade de falar a esse respeito, sobre um coronelismo que se renova³⁹. Isto é o que deve ser chamado de conser-

37 Disponível em: <https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/massacre-do-caldeirao-ceara/>. Acesso em: 25/01/2022.

38 SILVA, J. C. L. da. **Vida, luta e morte de João Pedro Teixeira**: o mártir latifundiário e as tessituras das Ligas Camponesas na Paraíba. 2015. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/8864>. Acesso em: 01/02/2022.

39 ALBINO, Luciano. **Furtado e a educação pela pedra, entranhada**. In: MORAIS, THEIS, ALBINO (Orgs) **Celso Furtado**: a esperança militante. Vol. 1. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

vador: quem chama de *comunista* qualquer um discordante do plano desigual, opressor e violento que se tornou visceral e naturalizado no Brasil. Talvez este seja o nosso grande desafio classificatório sociológico, assumir que não temos, na íntegra, nem esquerda ou direita, nem capitalista ou comunista, mas, simplesmente: coronel ou cabroeira. Estas são categorias polares mais condizentes com o nosso contexto barroco, místico e periférico.

No caso ainda da ação da Diocese entre os trabalhadores rurais, o caminho foi sendo construído a partir de grupos de evangelização, com a Bíblia no meio do povo, conhecimento da legislação do campo e a recuperação dos sindicatos rurais, além de uma assessoria jurídica atuante, tendo em vista a ação permanente dos donos das terras para despejar os *comunistas*. A reação a esse processo violento, em plena Ditadura Militar, no final dos anos de 1970, foi a posição **Não Violência Ativa**, quer dizer, demarcando espaço a partir do suporte Legal, da força coletiva comunitária e, claro, da animação esperançosa irrigada pela evangelização libertadora.

O amadurecimento desse processo político carecia ainda mais de assessoria jurídica. As reivindicações a esse respeito fizeram com que Dom Manuel criasse uma Comissão de Justiça e Paz, semelhante ao que já ocorria em algumas dioceses do sul do país. Coube ao Pe. Cristiano encontrar um ou dois advogados para o trabalho. Assim, falou com o Dr. Manuel Figueiredo, um antigo amigo que o ajudara à época de formação do sindicato rural, e ele lhe indicou a Dra. Tereza Braga. Outras pessoas foram convidadas para compor a Comissão: Orlando Villarim, Hermano Nepomuceno, Arli Brito Maia e Pe. Carlos Beylier. Havia cinco áreas de conflito que a Comissão passou a acompanhar em Alagoa Nova, Barra de Santa Rosa e Lagoa Seca. Um exemplo exitoso do trabalho realizado se deu com o acesso à terra no Sítio Geraldo, em Alagoa Nova, quando a mais de 500 famílias foi garantida a posse de pequenas propriedades, no governo de João Figueiredo. Segundo Pe. Cristiano, houve a presença da Polícia Federal, violência da Polícia Militar, prisões e ameaças. Mas, a organização do povo no sindicato, mais o apoio da Comissão favoreceu a vitória dos trabalhadores.

A Comissão de Justiça e Paz realizou importantes trabalhos sobre o direito à terra e à Reforma Agrária em um contexto de ditadura militar.

Padre Cristiano esteve em companhia do povo pobre e trabalhador, trabalhando em comunidade, segundo princípios pacíficos, legais e democráticos, em defesa da pequena propriedade e da agricultura familiar.

O caso “Mão Branca”

Na infância, ouvi histórias sobre dois eventos em Campina Grande que só compreendi melhor anos depois. Ambos pareciam envoltos em mistério e fantasmas, pelo menos para nós, crianças do início dos anos 1980. O primeiro era o movimento messiânico dos Borboletas Azuis⁴⁰, caracterizado pelas roupas azuis e brancas dos seus adeptos que desfilavam pelas ruas da cidade. O segundo era o enigmático caso Mão Branca. Meu pai, com sua habitual mania de brincar, sempre fazia piadas quando alguém da família vestia algo que lembrasse as cores dos Borboletas Azuis, perguntando: ‘Você é um borboleta azul?’. Da mesma forma, quando me viu numa atividade escolar, onde tínhamos que pintar as mãos e marcar uma cartolina, ele brincou: ‘Pensei que o Mão Branca estava aqui em casa’.

Deixando as memórias de lado, tive a oportunidade de conhecer melhor a história de Mão Branca ao estudar Direitos Humanos com o saudoso professor Fábio Freitas, durante meu curso de Ciências Sociais no antigo Campus II da Universidade Federal da Paraíba. Durante minhas pesquisas, encontrei registros do trabalho da Comissão de Justiça e Paz, particularmente do Pe. Cristiano e do professor de Ciência Política, Hermano Nepomuceno.

Segundo as memórias do Pe. Cristiano⁴¹, em 1980, o Diário da Borborema publicou uma lista na primeira página com os nomes de 115 pessoas acusadas de crimes, junto com suas fotos e antecedentes. Essas pessoas estavam ameaçadas de morte por alguém que se autodenominava Mão Branca. Espalhou-se pela cidade a notícia de que um homem havia telefonado para a Central de Polícia, afirmando ser Mão

40 ARAÚJO, Lidiane Cordeiro Rafael de; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. “Borboletas Azuis” de Campina Grande: crenças e lutas de um movimento milenarista. In: Horizonte, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 46–61, jun. 2009.

41 JOOSTEN, Cristiano. **Dom Manuel Pereira da Costa - Bispo de Campina Grande (1962 - 1981):** uma história de Evangelização libertada e libertadora, custosa e arriscada. Publicação interna da Congregação Redentorista, 2006.

Branca, com o objetivo de eliminar criminosos. Curiosamente, várias pessoas assassinadas pouco depois dessa publicação estavam na lista, indicando que Mão Branca, de alguma forma, tinha acesso aos arquivos da polícia. No dia seguinte à publicação, Pe. Cristiano se encontrou no Colégio das Damas com Irmã Etiene e a advogada Tereza Braga. Ao conversarem sobre o teor da matéria do jornal consideraram que, mesmo para o contexto de Ditadura vivido, com sua bandeira de “Segurança Nacional”, aquilo tinha ido longe demais e não poderia ser aceito. Foram então para a casa do Bispo quando o encontraram lendo “Meu depoimento sobre o esquadrão da morte”, de Hélio Bicudo⁴². O Bispo decidiu que iria se pronunciar sobre aquela aberração e deveria a Comissão articular uma “plataforma cívica” para apoiar uma Representação Pública, reivindicando do Estado ação administrativa urgente contra o Mão Branca.

Com a morte de Paulo Roberto do Nascimento, conhecido por Beto Fuscão, publicada nos noticiários locais, ficou claro para todos que a lista não se tratava de um blefe. A fala do Bispo foi categórica, dizendo que Mão Branca era mais um nome para grupos conhecidos como *esquadrão da morte*, uma grande vergonha nacional⁴³. Quer dizer, ação realizada por membros das forças policiais e outros simpatizantes que faziam justiça com as próprias mãos. A Comissão de Justiça e Paz redigiu o documento de Representação Pública e procurou o apoio da sociedade civil.

O trabalho da Comissão que até então estava focado no meio rural havia sido demandado para a cidade, ao contexto urbano de outras complexidades. Isto se revelou já no processo de coleta de assinaturas e à busca por apoio popular, tendo em vista as razões óbvias de medo para não se tornar um possível membro da lista. O que parecia a ação de um justiceiro se revelou organização criminosa, que assassinava e extorquia suas vítimas. Mesmo com as dificuldades, a Representação Pública foi entregue ao governador Tarcísio de Miranda Burity, que

42 BICUDO, Hélio. Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte. São Paulo: Martins Fonte, 2002.

43 Para maiores esclarecimentos sobre Mão Branca, consultar informações disponíveis em: <http://informatus.blogspot.com/2017/08/o-mao-branca-na-historia-de-campina.html>. Acesso em 08/08/2022.

nomeou o Dr. Agnelo Amorim como procurador de justiça para o caso. Com o andamento das investigações, vendo-se ameaçados diante dos inquéritos, os participantes do Mão Branca perseguiram os integrantes da Comissão de Justiça e Paz. Uma carta foi entregue na Catedral com ameaças de morte a Dom Manuel a aos membros da Comissão.

A perseguição ao Bispo gerou na população e no clero estadual um sentimento de apoio ao trabalho que a Diocese de Campina Grande e sua Comissão de Justiça e Paz vinham fazendo. Dom Manuel, em viagem a João Pessoa, solicitou proteção do governador diante da situação de perigo. Na verdade, o que estava ocorrendo era o que a Comunicação Pastoral dos Bispos da Paraíba classificou de *Terrorismo Institucionalizado*. Com as investigações, cinco membros da Polícia Civil foram presos, o que caracterizou ser, de fato, uma organização criminosa dentro da estrutura administrativa da Paraíba. Na sequência, mais cinco policiais militares foram presos.

Como resultado, houve o desmascaramento público de marginais que usaram as polícias, disfarçados de justiceiros, com o propósito de toda trama criminosa. Graças aos depoimentos de apenados ameaçados e de muita investigação, o desfecho de tudo caminhou para mostrar a hipocrisia daqueles que se diziam defensores da Pátria, da família e da sociedade, mas que não passavam de uma gangue de assassinos.

O importante neste caso consiste em evidenciar que a justiça não se deu pela simples aplicação da Lei. Mas pela combinação de fatores sociais próprios, como a ação da Comissão de Justiça e Paz, do apoio popular e da liderança de Dom Manuel para a eficácia do Direito. É mais um caso histórico que demonstra a necessária participação social. Não se pode esperar justiça com a formulação de mais leis, tal como pensam muitos. A justiça, do ponto de vista sociológico, é um fato social total, nos termos colocados por Marcel Mauss⁴⁴. Neles, tudo se mistura: religião, economia, política, fatores psicológicos. Assim mesmo é a justiça, o resultado e desdobramento de decisões coletivas. Isto consistiu na principal resposta aos tempos sombrios de ditadura, latifúndio, assassinato, tortura e perseguição: ação não violenta ativa. Justiça, racionalidade e espírito comunitário diante da brutalidade e da ignorância.

44 MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. *Sociologia e Antropologia*. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

Ouvir os clamores do povo

Pode-se afirmar que o Concílio Ecumênico Vaticano II é a principal referência para as transformações ocorridas na Diocese de Campina Grande sob a liderança de Dom Manuel Pereira. No que diz respeito ao Padre Cristiano, se me pedissem para resumir sua vida religiosa em poucas palavras, eu diria que ele, assim como o grupo ao qual esteve vinculado, encarna o espírito do Concílio em uma única pessoa.

É importante observar que o Concílio não foi o único motor das mudanças, como se fosse um gênio saindo de uma lâmpada mágica do Vaticano. Em vez disso, ele representa a expressão de uma época marcada por renovações e expectativas. Assim como a Segunda Guerra Mundial foi uma consequência da Primeira e esta surgiu do contexto imperialista industrial do século XIX, o século XX realmente começou com os julgamentos de Nuremberg. Estes julgamentos buscaram punir os horrores do Holocausto e dar um novo impulso ao projeto civilizatório moderno.

Embora, como bem destacou Hannah Arendt⁴⁵, a Igreja não tivesse noção de quem estava colocando à frente do papado ao eleger Giuseppe Roncalli, a partir de então, João XXIII, foi a coragem desse papa, de quem a cúpula romana não esperava tanto, que se deu início ao Concílio inovador, tornando possível a presença de ares tolerantes, dialogais e, sobretudo, de comprometimento com os mais pobres. Não sei das outras, mas desta vez o Espírito Santo parece que atuou na escolha. Assim, a partir do Concílio aberto por ele e que não conseguiu ver o término em decorrência de sua morte, João XXIII fez a diferença, sendo como Pedro, o detentor da chave, não do céu, mas da própria casa, que abriu a Igreja Católica para um mundo de novos sinais, o século XX.

Como estudioso e defensor do Concílio Vaticano II, Pe. Cristiano e seus confrades e colegas religiosos dinamizaram em solo campinense projetos significativos no campo da organização social, do fortalecimento da sociedade civil e, principalmente, na condição de missionário da esperança, da justiça e da paz. Diante da situação tensa e violenta

45 ARENDT, Hannah. Homens em Tempos Sombrios. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4419740/mod_resource/content/1/AREN-DT%2C%20Hannah.%20Homens%20em%20tempos%20sombrios.pdf. Acesso em: 08/11/2021

dos anos de 1970, com a radicalização dos aparelhos de repressão da Ditadura, foi a Igreja o espaço de publicação de documentos como “Eu ouvi os clamores do meu povo”⁴⁶, quando, em 1973, bispos do Nordeste se posicionaram contra a Ditadura Militar.

Proposta para um caminho: ouvir os clamores do povo

Qual foi a principal atitude daqueles jovens holandeses quando chegaram ao interior do Nordeste brasileiro? Ensinar, dizer o que deveria ser realizado? Liderar, como heróis populistas e ilustrados? Não, não e não. A história mostra que foi encontrar entre os mais humildes o povo de Deus. Foi o de reconhecer nesse povo a imagem da caminhada do êxodo. Esteve suas lidas orientadas pela solidariedade e vida comunitária, na divulgação de valores democráticos e na busca pela solução pacífica dos problemas.

Quantas histórias de pessoas ajudadas individualmente, com emprego, orientação e formação? Muitas. Gerações. Um sacerdócio da paciência e do silêncio. Melhor dizendo, da não pirotecnia e dos louvores intimistas e efusivos para plateias midiáticas. Um fazer litúrgico pedagógico, periférico, perto das pessoas e para longo prazo.

Essa experiência individual e coletiva ficou muito bem alicerçada na memória e em obras na cidade de Campina Grande e região. Existe, por assim dizer, um mesmo solo carente de novas árvores e cultivo daqueles valores. Será que os dias atuais são mais desertos do que nos anos de 1950? Acredito que não. Muito Campina avançou no fortalecimento da sociedade civil, na educação e na saúde, sendo tais conquistas resultado de mobilizações populares, tanto em escala local, quanto nacional.

Na linha da educação de base, carecemos de animadores políticos, não necessariamente religiosos, mas, sobretudo, comprometidos com um viés progressista, no sentido de não se contentar com o atual quadro de concentração de riqueza e destruição de direitos e de recursos naturais. Nosso momento exige de todos, mas, principalmente, de estudantes e professores comprometidos com esta causa, a capacidade de

46 Ver: COSTA, Iraneidson Santos. Eu ouvi os clamores do meu povo: o episcopado profético do Nordeste brasileiro. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461>> Acesso em: 01/02/2022.

organização para induzir o pensamento crítico, livre, contestador das renovadas formas de opressão.

Que a história de vida de Padre Cristiano, o holandês sertanejo, seja para nós, neste momento de tantos desafios, uma inspiração para definirmos, em Campina Grande e no país, novas metodologias ao enfrentamento de misticismos e injustiças. Tenhamos a coragem para criar renovados espaços de Justiça e Paz.

Referências

ALBINO, Luciano. Furtado e a educação pela pedra, entranhada. In: MORAIS, THEIS, ALBINO (Orgs) **Celso Furtado: a esperança militante**. Vol. I. Campina Grande: EDUEPB, 2020.

ARAÚJO, Lidiane Cordeiro Rafael de; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. “Borboletas Azuis” de Campina Grande: crenças e lutas de um movimento milenarista. In: **Horizonte**, Belo Horizonte, v. 7, n. 14, p. 46–61, jun. 2009.

ARENDDT, Hannah. **Homens em Tempos Sombrios**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4419740/mod_resource/content/1/ARENDDT%2C%20Hannah.%20Homens%20em%20tempos%20sombrios.pdf>. Acesso em: 08/11/2021.

BICUDO, Hélio. **Meu depoimento sobre o Esquadrão da Morte**. São Paulo: Martins Fonte, 2002.

COSTA, Iraneidson Santos. **Eu ouvi os clamores do meu povo: o episcopado profético do Nordeste brasileiro**. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2013v11n32p1461>> Acesso em: 01/02/2022.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 23ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984.

JOOSTEN, Cristiano. **Dom Manuel Pereira da Costa - Bispo de Campina Grande (1962 - 1981):** uma história de Evangelização libertada e libertadora, custosa e arriscada. Publicação interna da Congregação Redentorista, 2006.

_____. Publicação interna da Congregação Redentorista Nordestina. JOOSTEN, Cristiano. **Dom Manuel Pereira da Costa - Bispo de Campina Grande (1962 - 1981):** uma história de Evangelização libertada e libertadora, custosa e arriscada. Publicação interna da Congregação Redentorista, 2006.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva:** Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: _____. Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp, 1974.

O Massacre do Caldeirão, Ceará. Disponível em: <<https://ensinarhistoria.com.br/linha-do-tempo/massacre-do-caldeirao-ceara/>>. Acesso em: 25/01/2022.

RIETVELD, Pe. João Jorge; MEDEIROS, Jean Luís Gomes de; MEDEIROS, Sonia Vieira de (Org.). **Os passos de um Missionário:** escritos de Padre Cristiano Joosten, redentorista. Campina Grande: Cópia e Papéis, 2017.

SOUZA, Ney. AÇÃO CATÓLICA, MILITÂNCIA LEIGA NO BRASIL: MÉRITOS E LIMITES. **Revista de Cultura Teológica** - v. 14 - n. 55 - abr/jun 2006.

SILVA, J. C. L. da. **Vida, luta e morte de João Pedro Teixeira:** o mártir latifundiário e as tessituras das Ligas Camponesas na Paraíba. 2015. 21f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/8864>>. Acesso em: 01/02/2022.

VEIGA, Edson. **O que foi o Pacto das Catacumbas, que mudou os**

rumos da Igreja Católica? Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/16/o-que-foi-o-pacto-das-cacumbas-que-mudou-os-rumos-da-igreja-catolica.htm>> Acesso em: 09/02/2022.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

NA BAGAGEM DA MEMÓRIA E NOS ÁLBUNS DE FOTOGRAFIA: LUIZA ERUNDINA DE SOUSA EM CAMPINA GRANDE (1950 – 1964)

*Roger Camacho Barrero Junior*⁴⁷

LUIZA ERUNDINA DE SOUSA NASCEU EM UIRAÚNA – PB, EM 30 DE NOVEMBRO DE 1934. SEUS PAIS (ENEDINA DE SOUSA CARVALHO E ANTÔNIO EVANGELISTA DE SOUSA) ERAM TRABALHADORES RURAIS QUE MIGRAVAM SAZONALMENTE DEVIDO À SECA. ENTRE IDAS E VINDAS À REGIÃO DO CRATO – CE, ERUNDINA REALIZOU O CURSO PRIMÁRIO EM UIRAÚNA E TEVE DE IR MORAR COM SUA TIA PARA DAR PROSSEGUIMENTO À ESCOLA. EM ENTREVISTA CONCEDIDA À FGV NO ANO DE 2002, ELA EXPÔS SUAS MEMÓRIAS SOBRE ESSE FATO:

Quando terminei o último ano do primário, meu pai não tinha condições econômicas de me mandar para outro lugar a fim de continuar os estudos; tive que esperar um ano continuando a frequentar a escola. A

47 Doutor em História pelo PPGH do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (IFCH - UFRGS) (2021). Mestre em História pelo PPGH da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo (EFLCH - UNIFESP) (2015). Bacharel (2012) e Licenciado (2013) em História pela UNIFESP. Participou do Programa de Educação Tutorial (PET) do Departamento de História da UNIFESP, tendo permanecido na condição de aluno voluntário de 2009 a 2011 e bolsista de 2011 a 2013. Atuou em um Projeto de Extensão (2009 - 2010) e como Monitor do Curso de História (2010 - 2011). Tem interesse pelas seguintes áreas: Estudos de Gênero, História das Mulheres, Branquitude, Biografias e Trajetórias de Vida, História Social do Trabalho, História Oral, Memória e Patrimônio.

solução veio de tia Tina Rosa, a irmã mais nova de mamãe. Era viúva e tinha uma filha mais velha (...). Essas duas mulheres moravam em uma outra cidade do nosso Estado, Antenor Navarro, sede do município ao qual o nosso distrito pertencia. Foram muito generosas comigo, compreenderam a sede que tinha de estudar e me acolheram compartilhando comigo o que tinham (...) passamos para Campina Grande, e lá terminei o ginásio. Já podia começar a trabalhar e a frequentar o colégio (SOUSA, 2002, p. 4).

Luiza ressalta a presença de mulheres em sua trajetória. Apesar de compreender que a possibilidade de ter estudado lhe auxiliou a realizar outros projetos, ela não nega as dificuldades para realizá-los. Tal visão foi moldada a partir dos repertórios que ela construiu anos mais tarde em sua militância como sindicalista, membro de partidos de esquerda, prefeita e parlamentar (BARRERO JUNIOR, 2021). Mas, voltando no tempo, é importante lembrar que Erundina saiu de Uiraúna para morar em Patos (1947) e, posteriormente, em Campina Grande (1950). Nesta última cidade que ela concluiu o Curso Colegial, o Magistério e começou a ter contato com grupos progressistas católicos e movimentos estudantis. Ao se recordar daqueles anos, ela responde:

Minha família nunca foi uma família, assim, de prática religiosa, nós tínhamos muita liberdade, não havia nenhuma obrigação de ir à igreja, de fazer isso ou aquilo. (...) Mas o que foi forte para mim, na minha formação, foi minha militância na Ação Católica. Como adolescente, frequentei a JEC – Juventude Estudantil Católica – e ali foi o forte da minha formação. (...) Antes do colegial, já era da JEC. Estava no curso ginásial. (...) O colegial eu fiz num colégio público. Mas o ginásio, fiz metade dele em Patos, que era um colégio de freiras, e a outra metade fiz num colégio particular, com bolsa – minha prima conseguia bolsa. Fiz os dois últimos anos ginásiais neste

colégio particular, que era o Colégio Alfredo Dantas, em Campina Grande. O dono do colégio era uma pessoa extraordinária e eles me deram bolsa. (...) Já no colegial fiz no colégio estadual de Campina Grande, à noite. Eu trabalhava de dia e estudava à noite.

E o que fez você ingressar na JEC? Como foi esse primeiro contato?

Foi no ginásio, através dessa minha prima. Embora frequentássemos um colégio leigo, particular, o movimento estudantil católico, a JEC, agregava a juventude de todos os colégios, e não só o pessoal dos colégios católicos. Era uma religiosa, das Damas, que era uma congregação... Havia uma religiosa desse colégio que coordenava a Juventude Estudantil Católica e veio muita influência daí. Eu estudava em colégio particular e frequentava o movimento que era orientado pelas freiras (Sousa, 2002, p. 5-6).

Erundina costura as suas memórias por meio de um viés matrilinear/feminino. Tal perspectiva, contudo, não se deu por acaso, mas foi moldada a partir de experiências posteriores. Longe de contestar a sua trajetória, vale lembrar que a memória, de forma geral, é produzida posteriormente aos fatos, o que faz com que repensemos e reinterpretamos aquilo que ocorreu, adaptando nossas lembranças ao presente (Portelli, 1997). Da mesma forma, ela sofre com o acúmulo de outras lembranças e conhecimentos adquiridos no decorrer de nossas vidas, os quais passam a servir de complemento ao nosso ponto de vista (Amado, 1996; Costa, 2014; Thomson, 1997). Nesse sentido, é importante notar que Luiza deu esse depoimento em 2001, logo, bem depois de ter se mudado para São Paulo (1971), ingressado em associações profissionais de assistentes sociais e servidores públicos (1978) e ter passado por dois partidos políticos (PT e PSB) (1980, 1997). Da mesma forma, é importante dizer que ela construiu laços com militantes de grupos feministas quando foi prefeita (Delgado, 2007), o que provavelmente impactou

na construção do seu ponto de vista.

De qualquer forma, é interessante notar que ela teve contato com a Juventude Estudantil Católica (JEC) em Patos e em Campina Grande e, posteriormente, ingressou na Juventude Universitária Católica (JUC). Se pensarmos no início de sua carreira política, não temos como omitir essas experiências, pois serviram para a construção dos repertórios e da visão de mundo dessa militante. Esses grupos nasceram como um braço da Ação Católica no início da década de 1950 e, a princípio, voltavam-se para a criação de núcleos que propagariam a doutrina católica nos meios estudantis. Contudo, a partir dos anos 1960, eles passam a se voltar para a politização de suas bases, o que provoca mudanças significativas na sua estrutura e modelo de atuação (Maciel, 2018). Eles foram se desfazendo aos poucos e, em 1968, muitos dos seus membros migraram para a Ação Popular (AP) (Sá, 2015).

Mas, retornando para Campina Grande, é pertinente dizer que esses grupos tiveram núcleos significativos nas principais cidades do Nordeste, o que provavelmente foi o que possibilitou que Erundina criasse laços com seus membros. Após terminar o seu Magistério, Luiza passou a trabalhar como professora e, posteriormente, como servidora na Secretaria Municipal de Educação e Saúde de Campina Grande, no período em que esta era gerida por Edvaldo de Sousa do Ó. O contato com ele a possibilitou trabalhar com setores populares da região da serra da Borborema e a ter contato com outros migrantes e camponeses do interior paraibano (Barrero Junior, 2021). Sobre esses fatos, ela disse:

Tive um contato decisivo com numerosos aspectos do meu Nordeste quando trabalhava como assessora, em Campina Grande, do secretário municipal de Educação e depois como funcionária do Departamento de Serviço Social. Em 1958, ano de terrível seca, viajei por todo o estado da Paraíba acompanhando o governador José Américo de Almeida. (...) As cenas que vi naquela ocasião me marcaram por toda a vida. Tentei, com certo sucesso, fundar em Campina Grande, ao lado de um grupo de fortes amigas, a Escola de Serviço Social, dependente da Universidade Estadual

da Paraíba. Pessoalmente, procurava uma faculdade mais estruturada, com métodos científicos mais atuais (Bimbi, 1996, p. 27).

Esse trabalho a fez atuar em projetos de intervenção social no interior paraibano e, posteriormente, na instalação da Escola de Serviço Social de Campina Grande (ESSCG), no ano de 1958 (Barrero Junior, 2021). Devemos lembrar que apesar de não dizer respeito necessariamente à sua atuação em grupos de esquerda, é importante atentar para a maneira como esses fatos permaneceram nas memórias de Luiza, fazendo-a compreender os caminhos que trillhou e o seu próprio presente. Naquele momento, ela havia terminado o Colegial, mas somente ingressou no Ensino Superior em 1963, quando começou a cursar Serviço Social na ESSCG.

A Escola surgiu em meio a um processo de atualização metodológica do Serviço Social que deu origem posteriormente ao Movimento de Reconceituação. De acordo com Marilda Yamamoto e Raul de Carvalho (2006), os cursos de Serviço Social brasileiros sofriam a interferência de religiosos que prezavam por um viés apostolar, rechaçando uma intervenção efetiva nos problemas sociais. Tal ponto de vista passou a ser questionado, na segunda metade dos anos 1950, por meio de profissionais que defendiam a cientificidade da área. Luiza não deixou de construir sua visão de mundo também a partir dessas discussões. Mais tarde, ela assumiu por alguns meses a Secretaria de Municipal Educação de Campina Grande interinamente (1958), trazendo muito desse debate para o seu trabalho. Sobre aquele fato, ela disse:

(...) minha ligação com a educação no município foi decorrência de um trabalho mais administrativo do que propriamente... Foi através de uma religiosa, a irmã Porto, muito amiga minha. Era uma irmã de caridade que conseguiu trabalho para mim na prefeitura. Eu me destaquei naquele trabalho e cheguei ao ponto de assumir essa diretoria no afastamento do secretário. Por um período, eu cheguei a assumir a Secretaria. (...) Tinha 24 anos. (...) Então comecei a ter

uma experiência de trabalho social. (...) Fui me engajando em programas, em órgãos públicos em busca de assistência social (Sousa, 2002, p. 7-8).

Erundina tenta se dissociar da imagem da elite política campinense ao reforçar o seu posto técnico e, ao mesmo tempo, compreende que a sua amizade com as irmãs vicentinas lhe permitiu se inserir na administração pública. Paralelamente, ela explica que o seu trabalho foi o que lhe permitiu ascender ao posto de Secretária Municipal. Em seu acervo pessoal, podemos ver como seu trabalho foi registrado pelos fotógrafos da prefeitura de Campina Grande.



Figura 1– Encontro com o prefeito Elpídio Josué de Almeida

Fonte: CPDOC-FGV.



Figura 2 – Equipe do SAMDU de Campina Grande

Fonte: CPDOC-FGV).

Erundina pôde de fato atuar próxima ao gabinete da prefeitura. Se atentarmos para as imagens acima, vemos encontros com a participação do prefeito Elpídio Josué de Almeida ou seu trabalho no Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). Entretanto, não há como complementar o seu relato com essas fontes, as quais nos ajudam a refletir sobre os espaços ocupados por ela, mas não como prova de mérito ou de sua relação com as irmãs vicentinas. Mesmo assim, o arquivo de Erundina possui outras imagens, as quais mostram Luiza como professora na Escola das Damas e como estudante do *Curso Collegial*. Há ainda registros familiares, mas, para fins de delimitação, não convém analisá-las aqui.



Figura 3 - Erundina na época de estudante em Campina Grande
Fonte: CPDOC-FGV.



Figura 4 – Erundina ministrando aula de canto em Campina Grande
Fonte: CPDOC-FGV).

Sua atuação na cidade continuou até 1964, quando decidiu se mudar para João Pessoa e se transferir para a UFPB. Tal *metamorfose* de seus projetos (Velho, 1999) pode ter ocorrido devido ao falecimento do seu pai, ocorrido naquele mesmo ano, o que fez com que sua mãe e irmãos deixassem Uiraúna definitivamente para morar na capital paraibana. Erundina terminou sua graduação em 1966 na UFPB. Entre 1967 e 1969, Luiza viveu em São Paulo para realizar o seu Mestrado, realizado na Fundação Escola de Sociologia e Política (FESP – SP). Sua dissertação foi intitulada *Integração em Serviço Social* (Sousa, 1969, p. 2). Após a sua defesa, Erundina retornou a João Pessoa, mas foi impedida de assumir um cargo na UFPB devido ao seu histórico de participação em movimentos políticos, em meio à conjuntura de perseguições perpetradas pelo regime autoritário vigente no Brasil (1964 -1985).

Coagida por ameaças, Luiza retornou a São Paulo, em 1971, e passou a morar na Zona Sul da cidade. Nessa nova conjuntura, ela se tornou servidora pública municipal e passou a atuar junto a moradores da periferia e em favelas. Em 1978, ela participou da reestruturação da Associação Profissional dos Assistentes Sociais de São Paulo (APASSP) e a presidiu até 1981. Luiza ainda participou da fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980 e foi eleita vereadora em 1982, cargo que exerceu até 1986, quando se tornou deputada estadual.

Em 1988, foi eleita prefeita de São Paulo (Barrero Junior, 2021). Ao terminar o seu mandato (1993), foi nomeada Ministra da Administração Pública Federal pelo presidente Itamar Franco, cargo que ocupou por alguns meses. No ano de 1998, ela migrou do PT para o Partido Socialista Brasileiro (PSB), agremiação pela qual foi eleita deputada federal naquele ano e em 2002, 2006, 2010 e 2014. Em 2015, ela participou da fundação do *Raiz: Movimento Cidadanista*, mas acabou se filiando ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) em 2016, sendo eleita para a Câmara dos Deputados mais duas vezes (2018 e 2022). Em 2019, Luiza doou o seu arquivo pessoal para o CPDOC da FGV. Esse material foi aberto ao público em 2023. Suas fotografias foram digitalizadas e podem ser acessadas pela internet na página da instituição.

Fontes

Arquivo do CCHLA, Fundo Escola de Serviço Social.

UNIVERSIDADE da Paraíba. Escola de Serviço Social. Lista de Formandas do ano de 1966.

CPDOC – FGV

Erundina na época de estudante em Campina Grande (LES foto 014_2)

Erundina ministrando aula de canto em Campina Grande (LES foto 013_1)

Encontro com o prefeito Elpídio Josué de Almeida (LES foto 010_2)

Equipe do SAMDU de Campina Grande (LES foto 008_2)

FESP-SP

SOUSA, Luíza Erundina. Integração em Serviço Social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP – SP). São Paulo, 1969.

Relatos

SOUSA, Luíza Erundina. Relato. In: BIMBI, Linda. Uma veia de utopia: a trajetória de Luiza Erundina de Sousa. São Paulo: Brasiliense, 1996.

_____. Luiza Erundina (depoimento, 2001). Rio de Janeiro, CPDOC/Ministério da Previdência e Assistência Social – Secretaria de Estado de Assistência Social, 2002.

Referências

AMADO, Janaína. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. Projeto História, São Paulo n. 14, 1996.

BARRERO JUNIOR, Roger Camacho. **Entre lágrimas, sorrisos e muita luta:** a inserção das mulheres nos espaços políticos do Brasil por meio das trajetórias de três militantes de esquerda – Lélia Abramo (1911 –2004), Luíza Erundina de Sousa (1934 –) e Irma Passoni (1943 –). Tese (Doutorado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2021.

BIROLI, Flávia. Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

COSTA, Cléria Botelho da. **A escuta do outro:** dilemas da interpretação. História Oral, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 47-65, jul./dez. 2014.

DELGADO, Maria do Carmo Godinho. **Estrutura de Governo e Ação Política Feminista: A experiência do PT na Prefeitura de São Paulo.** São Paulo: Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Departamento de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela; DE CARVALHO, Raul. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez [Lima, Peru] CELATS, 2006.

MACIEL, Carolina Maria Abreu. **“Instruir-se para instruir”:** a Ação Católica Brasileira e a formação da Juventude Estudantil Católica no Brasil (1935-1966). Crítica Histórica. Ano IX, n. 18, dezembro/2018.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

SÁ, Karolina Kneip de. **Ação Popular do Brasil:** Da JUC ao Racha de

1968. Dissertação (Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

THOMSON, Alistair. **Recompondo memórias**: questões sobre as relações entre a História Oral e as memórias. Projeto História, São Paulo, Vol. 15, 1997.

VELHO, Gilberto. **Projeto e metamorfose**. Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

EDGARD MALAGODI: A SINGELEZA DE UMA ESQUERDA OTIMISTA DE QUE O MUNDO PODE SER MELHOR

*Ronyone de Araújo Jeronimo*⁴⁸

ESCREVER SOBRE A VIDA E A OBRA DE UM SUJEITO NUNCA É UMA TAREFA das mais simples, principalmente quando o biografado tem uma carreira extensa: intelectual e politicamente. Seria um engano da minha parte, e até um erro, imaginar que uma vida possa ser fracionada em algumas páginas, em um livro ou até mesmo em uma enciclopédia. Pois, compreendo que o que será exposto aqui se trata apenas de fragmentos de uma existência que será norteada por uma escrita que elegeu alguns pontos significativos para se produzir essa narrativa. Dessa maneira, o que torna uma pessoa interessante literariamente? Os historiadores Justo Serna e Analet Pons (2003, p. 7) apontam que existem muitas possibilidades, das quais se destaca a identificação com uma comunidade ou “uma personalidade específica que o distingue”. No caso do sujeito que pretendo abordar, destacarei a importância que ele desenvolveu na política de Campina Grande, objetivando as ações que este realizou nesse campo, em especial, na esfera da esquerda desta localidade.

Consequentemente, essa abordagem apresentará alguns elementos que tornaram Edgard Malagodi uma personalidade relevante para o

48 Ronyone de Araújo Jeronimo é doutorando do programa de pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas. É mestre e graduado em História pela Universidade Federal de Campina Grande. Suas pesquisas estão ligadas ao estudo da História da Educação, com ênfase em narrativas produzidas por professores que contribuíram para a educação campinense.

ativismo social de Campina Grande. Em especial, nas lutas que desenvolveu para fortalecer a esquerda no cenário campinense, desde a sua chegada à cidade em 1980, sendo responsável pela fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) na referida localidade naquele mesmo ano. Segundo o próprio Edgard Malagodi em entrevista a mim concedida⁴⁹, este nunca imaginara que teria as terras campinenses como destino, nem tão pouco que atuaria ativamente no campo ideológico da esquerda. Para este, tudo se tratou de um processo em que o ambiente social e político do Brasil da sua infância e juventude prevaleceria nos direcionamentos que posteriormente tomara, tanto na sua vida política, quanto na intelectual.

Os rumos que Edgard Malagodi seguira foram intensamente influenciados por uma vivência religiosa na igreja católica. Sua infância e a juventude foram carregadas por leituras bíblicas, e sua preferência eram os evangelhos, pois era nessas escrituras que os valores deixados por Jesus Cristo eram evidenciados. Nesse sentido, seria por intermédio deste domínio que Edgard Malagodi seria introduzido nos movimentos sociais, a princípio, para dificultar o acesso orgânico dos militantes comunistas nestas organizações. Haja vista que este era membro da Juventude Estudantil Católica (JEC), apostolado da Igreja que arregimentava leigos, neste caso nos ambientes escolares, para propagar e defender a doutrina nestes espaços, considerados lugares propícios para o desenvolvimento de ideias contrárias ao interesse da Igreja. Conforme Malagodi, a proposta deste apostolado era anticomunista, contudo, muitos dos membros desta vertente seriam absorvidos pelo campo ideológico da esquerda, muitos em razão do cenário político brasileiro evidenciado na década de 1950 e 1960.

Como discorre o pesquisador Eder Paula (2007), a partir de 1958, haveria um processo de radicalização dentro da JEC que levaria alguns líderes e membros deste movimento a aderirem a mobilizações políticas seculares, como a UNE, UBES e PCB. Edgard Malagodi não se distanciaria deste caminho, pois, segundo seu relato, a sua adesão a estes movimentos seculares foi devido aos valores pregados, que para ele eram semelhantes aos propostos por Jesus Cristo. Apesar de uma

49 Entrevista com Edgard Malagodi, cedida a Ronyone de Araújo Jeronimo em 20 de fev. 2024.

vivência religiosa, desde cedo demonstraria um gênio questionador, o que, muitas vezes, foi alvo de repreensões por parte dos seus familiares. Uma lembrança significativa que caracterizaria este ímpeto, e que talvez permearia a vida do nosso biografado, é uma recordação na fazenda do tio de sua genitora, na cidade de Piraju-SP (cidade natal do nosso personagem) onde Edgard Malagodi aos oito anos presenciaria uma conversa do seu tio-avô pelo telefone, em que este atribuía um valor monetário de uma possível venda de uma família.

O fato de ter testemunhado este diálogo exporia para ele uma problemática que tomou o seu íntimo: como pode uma família ser negociada como se fosse uma mercadoria? Essa interpelação ecoaria no pequeno Edgard Malagodi, que não conseguiria fazer uma análise apurada em virtude da sua pouca idade. Porém, observaria um problema social que abriria os seus olhos para as desigualdades existentes em sua cidade, que tinha no cultivo do café sua principal fonte de renda (inclusive seu tio-avô tinha esta cultura como principal base de ganhos). Logo, era comum em sua cidade presenciar a chegada de famílias advindas do interior do Paraná para trabalharem nas fazendas de café. A necessidade destes trabalhadores para sobreviverem por intermédio de um trabalho precarizado era observada por nosso biografado. Assim, a injustiça social presenciada neste ambiente levaria Edgard Malagodi a simpatizar com os ideais de esquerda, quando foi colocado pela JEC nos movimentos estudantis.

Posteriormente, a instauração da ditadura civil militar, em 1964, e a promulgação do AI-5, em 1968, produziriam efeitos significativos na vida de Malagodi, colocando este no destino que o tornaria alvo desta escrita. Em particular, a cassação dos professores da USP, em 1968, pelo regime ditatorial faria com que Edgard Malagodi e outros companheiros que, na época, estudavam na USP, deixassem a referida instituição, buscando no ano posterior um projeto de viver fora do Brasil. A Alemanha seria o seu destino, em virtude de um amigo da época da universidade ser natural desse país e fazer um convite para uma possível retomada dos estudos em território alemão.

Na Alemanha, entre 1969 e 1977, Malagodi conseguiu retomar seus estudos em Filosofia e Sociologia. Durante esse período, fez apenas uma visita ao Brasil, em 1972, quando foi profundamente impactado

pela notícia da prisão e assassinato de colegas e conhecidos de sua época na USP. Ele explicou que essas informações tornaram sua estadia no Brasil quase um martírio, pois passou quatro meses isolado em casa, deprimido com a situação de seu país natal. Esse choque de realidade motivou Malagodi, ao retornar à Alemanha, a se dedicar ao estudo da história brasileira, buscando maneiras de problematizar e enfrentar a realidade vigente no Brasil.

Neste contexto, Edgard Malagodi mergulhou profundamente nos escritos de Karl Marx. Inicialmente, seu interesse foi impulsionado por razões financeiras, já que ele recebeu a encomenda de traduzir para o português o livro “Contribuição à Crítica da Economia Política” em 1975. A tradução dessa obra despertou seu interesse em explorar todos os escritos de Marx, sem se limitar às obras consagradas, incluindo até mesmo suas correspondências.

Este mergulho efetuado por Malagodi nos pensamentos de Marx não tinha, a princípio, interesses políticos ou de luta de classe, mas era motivado pela busca de compreender o modo pelo qual ele resolvia certos problemas. Nessa perspectiva, a voracidade que empreendia por ler tudo que Marx escreveu era a mesma que Edgard Malagodi desenvolveu na infância e juventude lendo os evangelhos, buscando explicações para o mundo nas escrituras, tal qual buscava em Marx compreender a sociedade. Foi influenciado pelos ideais propostos por Karl Marx, que o nosso biografado voltaria ao Brasil em 1977, já com a graduação concluída e o título de mestre conquistado na Alemanha. Em solo brasileiro, Edgard Malagodi conseguiu a vaga de professor na Universidade de Viçosa em Minas Gerais. Nesta instituição, ficaria até 1979, quando foi desligado de uma maneira conflituosa que chamou atenção de outras instituições universitárias do Brasil, recebendo o convite da UFPB, Campus de Campina Grande.

Os interesses de pesquisas, aliados à oportunidade de permanecer no Magistério Superior, levariam Edgard Malagodi a desembarcar em Campina Grande em 1980. Em pouco mais de alguns meses, fundaria em território campinense o Partido dos Trabalhadores (PT) com outros professores do Campus de Campina Grande. O momento era de reabertura política no Brasil e havia novamente a liberdade para criação de novas legendas que nasceriam com o objetivo de novamente criar um

espaço democrático no país. Segundo Malagodi, as articulações que ele mantinha com as lideranças do ABC paulista facilitaram os arranjos que levaram a fundação do PT na cidade de Campina Grande. Ele destaca que, nos primeiros anos do partido em solo campinense, não houve uma adesão expressiva, e isso o motivou para a campanha de 1982, na qual seria alçado como candidato a prefeito de Campina Grande.

Entre seus concorrentes nas eleições, estavam Ronaldo Cunha Lima e Vital do Rego, figuras com forte capital político que eram consideradas favoritas para vencer. Edgard Malagodi descreveu a eleição de 1982 como uma tentativa de plantar uma semente para o futuro. No entanto, para o Malagodi de hoje, essa jornada não foi bem-sucedida. O partido não conseguiu nem mesmo mobilizar a comunidade acadêmica de Campina Grande, que encarava suas campanhas de panfletagem e diálogo no centro da cidade com desdém. Era comum ouvir a pergunta: “O que fazem esses maltrapilhos por aí?”, proferida por alguns professores que queriam se distanciar dessa representação. Assim, os 571 votos obtidos e o quarto lugar nas eleições não proporcionaram a visibilidade que o partido precisava.

Embora a campanha de 1982 não tenha atingido os objetivos do PT, a participação nos movimentos sociais que levaram à ocupação dos bairros das Malvinas e da Ramadinha, na década de 1980, fez o partido ganhar certa relevância em Campina Grande. As eleições de 1989 também foram importantes, pois ajudaram o PT a ganhar admiradores e eleitores em nível nacional, resultando em novas filiações por todo o Brasil, incluindo Campina Grande.

Assim, o PT entrou, na década de 1990, como a principal liderança da esquerda local, apesar de todas as dificuldades. Em 1996, Edgard Malagodi novamente se candidatou a Prefeito de Campina Grande pelo PT, mas, para ele, essa e outras campanhas subsequentes foram marcadas por uma “ingenuidade” prejudicial. Ele ainda estava focado nos princípios fundadores do PT, enquanto percebia que a legenda estava se transformando.

Segundo Malagodi, os membros do partido não buscavam mais o engajamento em mobilizações sociais, mas sim construir carreiras políticas, alinhando-se aos comportamentos dos políticos de outras legendas. Edgard Malagodi revela um constante sentimento de ingenuidade

transposto até no lema de sua campanha que trazia referência à letra dos músicos Ivan Lins e Vitor Martins “depende de nós” inspirado no sentimento de fazer um mundo melhor, começando por Campina Grande, que dava a tônica de sua campanha. A música também o inspirava na confiança do poder de convencimento de que se poderia conquistar os votos dos eleitores através das ideias e do contato com a multidão. De fato, essa convicção pode parecer ingênua, se pensarmos as demais candidaturas que estavam no páreo, como a de Cássio Cunha Lima (PMDB) e a de Enivaldo Ribeiro (PPB) que possuíam mais capital político, tendo ambos ocupados o cargo de Prefeito de Campina Grande em outras gestões. Conforme o nosso personagem, como competir com ideias quando esses candidatos possuíam toda uma estrutura econômica predominante, em uma época em que os eleitores estavam mais preocupados em receber, por exemplo, dos políticos, materiais de construção ou até uma prótese dentária. Ingênuo ou não, o PT obteve um apoio significativo que resultara numa boa votação alcançando quase 13 mil votos, o que ajudaria a eleger dois vereadores: Cozete Barbosa e Antonio Pereira.

Se este perfil está sendo apresentado, muito se deve a esta campanha, embora não se deva ignorar a representatividade de Edgard Malagodi dentro do PT e das lutas de classe em Campina Grande. Mas, para o próprio biografado este nunca se considerou uma liderança de esquerda no cenário campinense, pelo motivo de nunca ter ocupado um cargo político. Para Edgard Malagodi, em Campina Grande, você só se torna uma liderança reconhecida se tiver ocupado um cargo no legislativo ou no executivo. E como este nunca obteve êxito de vencer em suas campanhas, não atingira esse *status*, o que conquistara foi reputação, muito em razão da campanha de 1996. É claro que, se o prestígio conquistado tivesse sido mais bem aproveitado, segundo Malagodi, ele teria obtido êxito nas campanhas para Deputado Federal em 1998 e para Vereador em 2000.

O triunfo eleitoral poderia ter ocorrido em ambos os pleitos, se não fosse a constante “ingenuidade” destacada pelo nosso biografado, que destaca repetidamente essa característica. Segundo Edgard Malagodi, este deveria ter se lançado a Deputado Estadual em 1998 e não a Federal, pois haveria mais chances de vitória neste pleito devido a influência

que conquistara com as eleições de 1996. Além disso, ele enfatiza que recebeu um bom apoio no Cariri paraibano, tendo na cidade de Teixeira o suporte do prefeito da época, que resultaria em uma boa votação na localidade. Dessa maneira, se o cargo fosse diferente, haveria uma oportunidade maior de vitória. Dessa maneira, Edgard Malagodi alega que o convencimento para se registrar a este cargo, foi da então vereadora de Campina Grande Cozete Barbosa, que buscava com essa astúcia beneficiar outro correligionário, imaginando que Edgard Malagodi poderia tirar votos deste.

Ainda que o próprio Edgard Malagodi tenha se inclinado a disputar ao cargo de Deputado Federal, este atribui a Cozete Barbosa a responsabilidade pelo seu fracasso eleitoral. O que ficaria mais evidente, em 2000, quando o diretório estadual do PT da Paraíba aceitou a coligação com o PMDB em Campina Grande, que na época tinha o atual prefeito da cidade Cássio Cunha Lima como principal liderança. Essa coligação geraria várias cisões e disputas no diretório campinense do PT, tanto de cunho político, quanto judicial. Conforme Lucas Viana (2021), essa aproximação com a família Cunha Lima se iniciou ainda em 1998, tendo a figura de Júlio Rafael como principal interessado nessa articulação que dividiria o partido no Estado. Algumas pessoas, a exemplo de Edgard Malagodi, preferiam manter uma postura independente, já outros acreditavam que aproximação com o PMDB e Cássio Cunha Lima produziria frutos para o sucesso do partido em Campina Grande.

De fato, a coligação ocorreu e Cássio Cunha Lima foi reeleito, tendo Cozete Barbosa enquanto sua vice. Edgard Malagodi concorreu ao pleito a vereador, evitando subir no mesmo palanque que Cássio Cunha Lima, e isto lhe custou uma maior visibilidade para vencer, obtendo quase 1200 sufrágios. Conforme o nosso personagem, esta coligação foi nociva para o partido em Campina Grande, enfraquecendo uma liderança que tinha se constituído, e minando a esquerda no cenário campinense. Edgard Malagodi ainda seria candidato a Deputado Estadual, em 2002, pelo PT. O malogro dessa nova investida e a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para presidente, mostraria para o nosso biografado que o PT tinha se distanciado do seu espectro político. Nesse sentido, voltaria a sua dedicação a sua carreira acadêmica atuando enquanto

professor e pesquisador, funções que dividira com sua vida política, sendo bem-sucedido na área das Ciências Sociais.

Edgard Malagodi, contudo, seria convencido por um amigo a se filiar ao PSOL, não encontrando nesse partido os valores que buscava. Mesmo assim, ainda foi candidato a Senador no ano de 2010, tendo mais de 20 mil votos. Todavia, sua candidatura foi impugnada em vista de irregularidades na conta de um suplente. Dessa maneira, esse problema legitimara a opinião de Edgard Malagodi de que as legendas de esquerda não estavam mais preocupadas com as questões ideológicas, pois aceitavam todo tipo de pessoa, sem analisar a história de cada sujeito. E esse foi um dos motivos para que ele não mais se aventurasse na vida política, mas permanece atuante no campo das ideias.

Desde 2012, Edgard Malagodi não reside mais em Campina Grande, e retornou para seu estado natal, após a sua aposentadoria da UFCG. Este permanece otimista com a vida e até mesmo com a política, acreditando que o processo democrático brasileiro possa fazer ressurgir novamente forças de esquerda independentes. Esse otimismo destacado pelo próprio Edgard Malagodi pode ser controverso, pois esse utilizou na entrevista várias vezes que foi ingênuo. Contudo, sua permanente ingenuidade moldou pessoas que acreditaram que se todos dessem as mãos poderiam construir um mundo melhor, semelhante à música de Ivan Lins e Vitor Martins.

Referências

DEPENDE DE NÓS. [Compositor e interprete] Ivan Lins e Vitor Martins. Universal Music International, 1986.

PAULA, Eder Coelho. **Leigos engajados na política**: um olhar interdisciplinar sobre a juventude estudantil católica enquanto movimento social (1958-1966). Dissertação (Mestrado em História das sociedades Ibéricas e Americanas) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SERNA, Justo; PONS, Anaclet. Em seu Lugar. Uma reflexão sobre história local e microanálise. **Contribuciones desde Coatepec**, Toluca,

México, v.2, n. 4, p.35-56, jan/ jun. 2003.

VIANA, Lucas Tadeu Borges. **A lógica do transformismo:** o caso histórico do partido dos trabalhadores de Campina Grande-PB (1981-2000). Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2021.

COZETE BARBOSA: ASCENSÃO E QUEDA NA POLÍTICA PARAIBANA

*Jurani Clementino*⁵⁰

Introdução

Esse texto foi pensando e elaborado depois que eu publiquei uma espécie de crônica, no portal de notícias Paraíba Online, no mês de setembro de 2021. Nele, eu fazia uma espécie de análise crítica/contextual sobre a figura política de Cozete Barbosa em Campina Grande entre os anos 2000 e 2020. Não se tratava de um estudo metodologicamente científico. Eram apenas as impressões de alguém, vindo de outro estado (Ceará), que chegou a Campina Grande para estudar Comunicação Social e que, de certa forma, acompanhou um pouco o final da trajetória política da sindicalista, mulher e petista Cozete Barbosa. Naquela época (2001), ela era vice-prefeita de Campina, pelo Partido dos Trabalhadores (PT) numa aliança com o PMDB de Cássio Cunha Lima. Em seguida, (ano de 2002), com o licenciamento de Cássio para concorrer ao governo do Estado (e como parte do acordo entre essas duas legendas), Cozete assumiu a prefeitura e viveu um governo bastante conturbado, marcado por denúncias e ameaças. Dois anos depois, com a imagem bastante desgastada, em meio a processos judiciais, Cozete tentou, sem sucesso, a reeleição. E dali em diante praticamente sumiu da política.

Portanto, esse artigo, reelaborado (embora a crônica a que me refiro

50 Jurani O. Clementino é jornalista; Especialista em Comunicação e educação; Mestre em Desenvolvimento regional pela Universidade Estadual da Paraíba UEPB e Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ; Doutor em Ciências Sociais – UFCEG; Professor universitário, escritor, poeta e cronista. Membro da Academia de Letras de Campina Grande – PB e colunista do portal de notícias Paraíba Online.

apareça no final) procura explicar ou problematizar os motivos e/ou as razões que levaram ou culminaram com esse afastamento de Cozete da cena política paraibana. Para isso, fez-se necessário a consulta de pesquisas anteriormente realizadas sobre a ex-parlamentar, entrevistas concedidas por ela a sites e blogues, notícias de jornais da época e relatos de pessoas que viveram aquele momento político da esquerda aqui em Campina Grande. O texto foi dividido em três momentos: prólogo, ato e epílogo. A referência ao teatro grego foi proposital. Entendemos que a carreira política de Cozete (bem como sua própria vida pública e social) tiveram uma estrutura clássica de uma tragédia grega, com um desfecho trágico. A parte final do texto tem uma característica de pesquisa etnográfica pelo fato de que, naquele início dos anos 2000, já na condição de jornalista quase formado, eu estagiava num veículo de comunicação aqui da Paraíba, e pude acompanhar de perto um pouco dessa história.

Prólogo – “Eu semeio tempestade”

Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 25 de fevereiro de 1956. Ela descreve sua origem como sendo de classe média alta, mencionando que seu pai era industrial e que estudou nos melhores colégios. Porém, optou por lutar em favor dos mais pobres⁵¹. Ainda durante seus anos escolares, Cozete se envolveu no Movimento Estudantil. Após concluir o Ensino Médio, tornou-se professora do Ensino Básico e se destacou como militante, sindicalista e defensora dos profissionais da educação. Ela foi membro ativo da Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande (ASPMCG). Entre 1984 e 1985, liderou a associação em significativas mobilizações para reivindicar melhores salários para a categoria.

(...) me nomearam relações públicas da ASPMCG, eu tinha esse cargo lá, era um sindicato bem arcaico, (...) foi quando Ronaldo (Cunha Lima) entrou (prefeito de Campina Grande), que tava havendo a redemocratização do país e... aí agente fez um grande movimento por salário... e no final das contas era num teatro e no teatro deu 3 mil pessoas, os garis paravam

51 Entrevista concedida em 23 de maio de 2011, para o blog “A Palavra”.

espontaneamente os carros na porta do teatro e entravam. Foi o maior movimento de massa que já houve nessa cidade (...) (Bezerra, 2019, p. 25).

Perseguida por seus atos devido a sua atuação junto à ASPMCG, Cozete Barbosa disse em entrevista, datada de 30 de setembro de 2019, que foi demitida do cargo de professora, pelo então prefeito de Campina Grande Ronaldo Cunha Lima.

Ele chegou a me demitir, eu fui demitida. Antes de 88 eu fui demitida. E me lembro demais como se fosse hoje, eu fui para a secretária de finanças, o camarada demitiu e aí o camarada me chamou lá e aí disse: você está demitida. Aí quando eu fui saindo, ele disse: moça! Eu olhei para trás, aí ele disse: quem semeia vento, colhe tempestade. Eu olhei para ele e disse: eu não semeio vento, eu semeio a própria tempestade (Bezerra, 2019, p. 28).

Com o apoio da Central Única dos Trabalhadores e de alguns “camaradas” que questionaram a postura do gestor municipal, Cozete disse que foi readmitida. É sempre bom lembrar que esses fatos aconteceram antes de 1988, portanto a estabilidade de funcionários públicos ainda não era garantida pela Constituição Federal. E que, até então, os políticos que tivessem sido eleitos para algum cargo público, poderiam demitir funcionários quando quisessem.

Certamente motivada pelo processo de redemocratização, pela garantia de direitos constitucionais e com o intuito de promover a mudança social e alcançar os objetivos tantas vezes difundidos em suas reuniões com os educadores, Cozete Barbosa tentou entrar para a política, ainda nos anos de 1980, quando disputou, em 1988, o cargo de vereadora pela cidade de Campina Grande. Não conseguiu ser eleita. Nesse período, a sindicalista já recebia as suas primeiras “ameaças de morte”, como apontam os jornais da época.

No Jornal da Paraíba, datado em 05 de abril de 1988, vem dizendo: “*Em reunião, ontem, a diretoria, da Associação dos Servidores Municipais*

de Campina Grande (ASPMCG), resolveu criar uma comissão de sindicância, para [...] procurar saber quem são os prováveis autores de ameaças de morte contra a presidente, Cozete Barbosa”. (JORNAL DA PARAÍBA, datado em 05 de abril de 1988 in Bezerra, 2019, p. 32).

Ao lembrar esse caso, Cozete disse que os jornais da época noticiaram que essa “ameaça de morte” teria sido por conta de “desfalques nas contas da Associação”. Coisa que nunca aconteceu. Que seria o que hoje nós chamamos de fake-news. Que as contas da ASPMCG eram muito transparentes e que nunca houve nada que as colocassem em xeque (Bezerra, 2019).

Em 1989, Cozete deixou a presidência da ASPMCG e iniciou os primeiros confrontos mais intensos com a família Cunha Lima. Naquele período, Cássio Cunha Lima havia sucedido o pai na prefeitura de Campina Grande. Os movimentos grevistas, que se tornaram a marca de Cozete como sindicalista à frente da Associação dos Profissionais da Educação, continuaram fortes. Mesmo fora da presidência, Cozete permanecia uma figura ativa na militância e era vista como uma verdadeira pedra no sapato da família Cunha Lima, conforme destaca Bezerra (2019, p. 39).

Esse período também marcou o primeiro ano de mandato de Cássio Cunha Lima como prefeito de Campina Grande. Após ter enfrentado Ronaldo Cunha Lima, Cozete passou a confrontar Cássio diretamente. Embora não ocupasse mais a presidência da associação, ela continuou a atuar ativamente, levantando reivindicações importantes. Para muitos, Cozete era considerada uma verdadeira “pedra no sapato” dos Cunha Lima.

Ela continuou participando dos movimentos grevistas organizados pelo sindicato e tentando uma vaga para ocupar algum cargo no poder legislativo. Em 1990, pleiteou, em vão, uma vaga para Deputada Federal. E, em 1994, novamente sem sucesso, concorreu a uma cadeira na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Só conseguiu finalmente ser eleita vereadora de Campina Grande em 1996, com 3.870 (três mil, oitocentos e setenta votos). Foi a segunda vereadora mais votada naquele ano, ficando atrás de outra importante figura política da Rainha da Borborema, Rômulo Gouveia, que conquistou pouco mais de quatro mil votos. Em 1998, Cozete Barbosa

disputou uma vaga para o Senado Federal. Na disputa, conquistou o terceiro lugar. Na frente dela, estavam Ney Suassuna e Tarcísio Burity. Naquele ano, a expressiva votação de Cozete para uma cadeira no Senado Federal, com mais de cem mil votos, deu a parlamentar uma força local para disputar a prefeitura de Campina. O que ela não imaginava era que as decisões do partido iriam trazer sérias consequências a sua vida política e/ou pessoal.

Ato – Os ventos mudam de direção

Para as eleições municipais de outubro do ano 2000, o Partido dos Trabalhadores analisou diversas possibilidades de alianças. Duas delas ganharam as páginas dos jornais. Em 09 de março de 2000, o jornal “Correio da Paraíba” publicava, no Caderno de Política, a seguinte manchete “Vital Filho tentará aliança com PT de Campina Grande”. Naquela época, Vitalzinho encabeçava aqui no Estado o Partido Democrático Trabalhista - PDT. Cinco dias depois, em 14 de março daquele ano, o jornal Diário da Borborema trazia a seguinte manchete estampada em letras maiúsculas “Cássio se reúne com executiva petista”. Os Cunha Lima eram do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

Contudo, para o Partido dos Trabalhadores (PT), uma legenda em ascensão em todo o país, nada estava definitivamente decidido. Assembleias, reuniões e deliberações sobre o destino de uma possível aliança (ou não) em Campina Grande para a disputa municipal do ano 2000 ainda estavam em curso. Em 22 de março, o Diário da Borborema noticiou que o PT realizaria uma plenária para definir se lançaria candidato próprio à prefeitura de Campina Grande ou se consolidaria uma aliança com o PMDB.

Até mesmo Luiz Inácio Lula da Silva, liderança nacional do PT, com vistas às alianças que o conduziriam à presidência da república em 2002, teria se envolvido nessas articulações para a formação de uma aliança PT-PMDB em Campina Grande. Conforme citado por Bezerra (2019, p. 46), a expectativa era de que ‘Nosso partido terá a oportunidade de avançar no que tange a uma proposta administrativa e social de governo no município’.

Lula, que havia sido derrotado nas eleições presidenciais de 1989,

1994 e 1998, via nessas alianças locais uma forma de fortalecer sua candidatura à presidência em 2002.

A decisão sobre a aliança PT-PMDB só foi possível através de um plebiscito realizado em 25 de março de 2000. A coligação entre as duas legendas foi aprovada por 173 votos favoráveis (63%) a 102 contrários. Dois dias depois, em 27 de março daquele ano, o Jornal Correio da Paraíba traz a seguinte informação: “PT aprova coligação com o prefeito Cássio em Campina - Vereadora Cozete Barbosa deverá ser candidata e vice-prefeita”. Ela não sabia, mas aquela união carimbaria o começo do fim. Seus dias na política estavam contados. E tudo começa quando ela, pressionada pelo partido, compõe a Coligação Democrática Campinense como vice-prefeita da cidade de Campina Grande, ao lado do nome mais improvável que você possa imaginar: Cassio Cunha Lima. Filho de Ronaldo, desafeto político.

Estaria o Partido dos Trabalhadores temendo que Cozete ficasse maior do que a própria legenda? Por que não lançaram Cozete Barbosa como candidata a prefeita de Campina Grande e optaram pela aliança com os Cunha Lima? Os jornais da época especulavam que essa candidatura não interessava a ala do partido. Diziam que se a petista se elegeisse, ficaria com o comando do PT nas mãos e, naquele momento, importava apenas que ela fosse somente a vereadora mais votada de Campina Grande.

A postura combativa de Cozete Barbosa à frente da ASPMCG e, posteriormente, no Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste e da Borborema (SINTAB) conferiu-lhe visibilidade e notoriedade significativas. Entre as décadas de 1980 e 1990, ela se tornou uma das figuras mais proeminentes na política campinense, sendo sua trajetória frequentemente associada ao enfrentamento das estruturas oligárquicas locais.

Cozete construiu uma reputação baseada na luta contra a oligarquia, angariando o apoio da população mais humilde, que ela representava em sua jornada como figura pública. Sua história como militante pavimentou o caminho para um crescimento ainda maior na política. Em 1998, alcançou o terceiro lugar nas eleições para o Senado, um feito que chamou a atenção dos políticos contemporâneos, especialmente de uma figura com quem ela viria a se aliar posteriormente (Bezerra,

2019, p. 41).

Sua trajetória exemplifica como o ativismo sindical pode servir de trampolim para uma carreira política mais ampla, especialmente quando aliado a uma conexão genuína com as bases populares. A ascensão de Cozete na política local e sua quase-vitória na eleição senatorial demonstram o poder da mobilização popular e da representatividade autêntica em desafiar estruturas políticas estabelecidas.

Ela construiu uma história de combate à oligarquia. Tinha ao seu lado a população mais humilde, que era quem ela representou durante sua jornada enquanto figura pública. Por sua história como militante a sua tendência era crescer mais ainda na política, em 1998, ficou em terceiro lugar nas eleições para o senado, o que fez chamar a atenção dos políticos de seu tempo, em especial uma pessoa a quem ela se aliaria (Bezerra, 2019, p. 41).

Na época, não havia consenso entre os filiados do PT sobre a aliança entre os dois partidos, dadas as histórias e ideais bastante distintos de cada legenda. Lula, mais uma vez, desempenhou um papel crucial nessa decisão. Ele esteve em Campina Grande antes do plebiscito, e todas as pessoas que participaram desse momento histórico concordam que a decisão não foi exclusivamente de Cozete Barbosa. Em novembro de 2019, ela mesma admitiu a pressão interna do partido: ‘Meu posicionamento foi pela coligação. Quis, se eu não quisesse eu não teria sido candidata’. Cozete também refletiu sobre a dificuldade de se aliar a um desafeto político, Cássio Cunha Lima, em entrevista à pesquisadora Mylla Bezerra em 2019, dizendo: ‘Eu pensei muito, foi um drama muito grande, a partir daí eu comecei até a engordar, fiquei muito deprimida, tive muito conflito, muito conflito’ (Bezerra, 2019, p. 44).

Essa decisão partidária exigia duas contrapartidas de Cássio Cunha Lima: apoiar Lula para a presidência em 2002 e a reeleição de Cozete Barbosa à prefeitura de Campina Grande em 2004. No entanto, Cássio não cumpriu nenhuma delas. Quando Lula se candidatou à presidência em 2002, Cássio já havia deixado o PMDB para se juntar ao PSDB,

apoiando o candidato José Serra. Nas eleições municipais de 2004, Cássio já havia rompido com Cozete e apoiou Rômulo Gouveia para prefeito de Campina Grande. Naquela época, a imagem de Cozete estava tão desgastada que ela terminou em terceiro lugar na disputa.

Epílogo – o trágico fim da “tempestade”

A posse de Cozete Barbosa à frente da Prefeitura de Campina Grande, em 05 de abril de 2002, traz muitas expectativas para a esquerda campinense. Primeiro porque era uma Petista no comando da segunda maior cidade do estado da Paraíba, não era apenas um importante nome do PT, era uma mulher, sindicalista e militante das causas sociais. Da mesma forma, a ascensão de Cozete Barbosa à prefeitura de Campina era vista com certa desconfiança por setores conservadores dessa cidade como empresários, comerciantes e industriais que mantinham seus negócios na Rainha da Borborema. Nacionalmente, a possibilidade de Lula assumir a presidência do país causava um desconforto geral nesses setores economicamente privilegiados.

A edição do Diário da Borborema de 6 de abril de 2002 destacou a imagem de Cozete Barbosa chegando ao Teatro Municipal de Campina Grande para tomar posse como a primeira prefeita da segunda maior cidade da Paraíba. A manchete sugeria os desafios que Cozete enfrentaria: “Pela primeira vez na história, representante do sexo frágil assume a prefeitura de Campina Grande”. O jornal também mencionou a presença de Ronaldo Cunha Lima na cerimônia, o mesmo que, menos de quinze anos antes, havia demitido Cozete em retaliação à sua liderança na ASPMCG.

A posse de Cozete não foi tranquila. Horas antes de assumir o cargo, uma denúncia de ameaça de bomba no local da cerimônia circulou pelos jornais. A suposta bomba estava programada para explodir exatamente durante a solenidade no Teatro Municipal. O Correio da Paraíba relatou naquele momento que:

Cerca de sete horas antes da petista Cozete Barbosa ser oficializada prefeita de Campina Grande, a Polícia Federal foi acionada para inspecionar as instalações do Teatro Municipal Severino Cabral, local onde

supostamente uma bomba explodiria durante a solenidade de posse. A ameaça, via telefone, teria sido Feita a Polícia Federal (...) toda a área ao redor do teatro foi interditada. Sensores e aparelhos não identificaram a presença de bomba no local. (Correio da Paraíba, 6 de abril de 2002, s/p.)

Durante a concorrida cerimônia de posse, onde muitos ficaram de fora devido à lotação do teatro, Cozete Barbosa enfrentou, desde o início, um processo de deslegitimação e linchamento público por parte da mídia e de vários setores sociais. Um dos primeiros ataques veio após ela cortar o cabelo, gerando uma reação adversa que questionava sua feminilidade e personalidade. Em entrevista de 1º de setembro de 2019, Cozete relatou: “Foi uma reação muito negativa quando eu cortei o cabelo... eu tive uma rejeição enorme, como se eu tivesse mudado completamente, não era mais feminina, tinha mudado minha personalidade, tinha deixado de ser aquela lutadora, tudo. Porque eu cortei o cabelo” (Bezerra, 2019, p. 55).

Além disso, Cozete enfrentou protestos de camelôs no centro da cidade, que se manifestavam contra os valores cobrados pelo uso do espaço no shopping Edson Diniz. A mídia criticava sua mudança de comportamento, acusando-a de ter “esquecido as origens” por andar com seguranças. As acusações se ampliaram para sua família, com denúncias de corrupção: “Calúnias sem provas, sem gravação, sem papel, sem assinatura minha. Houve um desrespeito ao meu pai, aos meus filhos, pessoas inocentes. Meus filhos e meu pai nunca se meteram em nenhuma transação da prefeitura. Denunciam que tenho dinheiro, mas onde está esse dinheiro?”⁵²

Cozete também enfrentou processos legais, incluindo acusações de desvio de dinheiro, emissão de cheques sem fundo e aquisição de imóveis com recursos públicos. Ela afirmou ter sido alvo de mais de oitenta processos, nos quais foi absolvida na maioria: “Fui absolvida no caso dos vales... o próprio promotor pediu minha absolvição. Fui absolvida no caso dos cheques sem fundo... Nunca desviei dinheiro da prefeitura, nunca se encontrou um centavo desse dinheiro em conta minha. Não

52 Entrevista concedida em 23 de maio de 2011, para o blog “A Palavra”.

tenho um único imóvel, não tenho carro. Estou à disposição da justiça, presto meus depoimentos, nunca fiz nenhuma manobra para correr desses processos”.

Diante desse cenário desfavorável, Cozete decidiu disputar a reeleição em 2004, principalmente para servir ao partido, apesar de não desejar um novo mandato. Ela explicou: “Eu não queria a reeleição. Tentei conversar com os aliados e não consegui dialogar isso. Fui para a reeleição muito mais para servir ao partido... Não queria disputar a reeleição, porque tinha um cenário muito desfavorável: não tinha recursos, não tinha um nível de alianças razoável. Havia uma rejeição muito forte das elites e da classe média contra mim. As pessoas não me conheciam – e continuam não me conhecendo”.⁵³

Cozete refletiu sobre a percepção pública equivocada de sua origem e trajetória: “Pensam que eu vim da classe C ou D, o que não é verdade. Eu vim da classe média alta, meu pai era industrial, estudei nos melhores colégios... E fiz uma opção de entrar na luta pelos mais pobres. Mas, as pessoas diziam: ‘Cozete veio da classe C ou D, se elege prefeita e agora se acha a ‘bam bam bam’’. E pessoas das classes C e D diziam: ‘Essa menina vivia ocupando casa, terra e agora é prefeita’. Isso gerava uma rejeição. Essa história nunca foi bem contada.”⁵⁴

Durante a concorrida cerimônia de posse, onde muitos ficaram de fora devido à lotação do teatro, Cozete Barbosa enfrentou, desde o início, um processo de deslegitimação e linchamento público por parte da mídia e de vários setores sociais. Um dos primeiros ataques veio após ela cortar o cabelo, gerando uma reação adversa que questionava sua feminilidade e personalidade. Em entrevista de 1º de setembro de 2019, Cozete relatou: “Foi uma reação muito negativa quando eu cortei o cabelo... eu tive uma rejeição enorme, como se eu tivesse mudado completamente, não era mais feminina, tinha mudado minha personalidade, tinha deixado de ser aquela lutadora, tudo. Porque eu cortei o cabelo” (Bezerra, 2019, p. 55).

Além disso, Cozete enfrentou protestos de camelôs no centro da cidade, que se manifestavam contra os valores cobrados pelo uso do

53 Entrevista concedida em 23 de maio de 2011, para o blog “A Palavra”.

54 Entrevista concedida em 23 de maio de 2011, para o blog “A Palavra”.

espaço no Shopping Edson Diniz. A mídia criticava sua mudança de comportamento, acusando-a de ter “esquecido as origens” por andar com seguranças. As acusações se ampliaram para sua família, com denúncias de corrupção: “Calúnias sem provas, sem gravação, sem papel, sem assinatura minha. Houve um desrespeito ao meu pai, aos meus filhos, pessoas inocentes. Meus filhos e meu pai nunca se meteram em nenhuma transação da prefeitura. Denunciam que tenho dinheiro, mas onde está esse dinheiro?”

Sobre a aliança PT-PMDB, partido dela com o partido do Cássio Cunha Lima, Cozete diz que foi ingênua, que todas essas articulações políticas visavam à eleição do Lula, em 2002, e que caiu “*numa armadilha*”. Distante daquele ano 2000, Cozete reconhece “que todas as negociações que foram feitas, acabaram quebradas”. E que “a política é um campo minado”.

Cozete afirmou que era muito ingênua, assim como o PT local. Naquela época, havia uma necessidade urgente de eleger Lula, que estava em sua quarta campanha presidencial, e era importante demonstrar que o PT podia formar alianças nos Estados. A coalizão com o PMDB, então partido de Cássio, foi aprovada inclusive pelo diretório nacional. Muitas vezes, as pessoas dizem que Cozete fez a aliança por vontade própria. No entanto, este acordo foi votado pela base do partido em Campina Grande, pelo diretório estadual e, finalmente, pelo diretório nacional. “Embora eu tenha aceitado, essa aliança foi uma decisão do PT. Não me arrependo porque me proporcionou experiência, mas não posso mudar o passado. Com a experiência que tenho hoje, se pudesse voltar atrás, certamente não aceitaria essa aliança. Agora entendo que caí em uma armadilha; todas as negociações feitas acabaram sendo desfeitas. A política é um campo minado. Ainda assim, não gosto de me ver como vítima. Fomos ingênuos ao acreditar em um Cássio progressista, capaz de superar divergências, um Cássio que nunca existiu”.⁵⁵

O “suicídio” de Cozete Barbosa

Setembro foi escolhido como o mês para discutir e prevenir casos de suicídio, o que não é por acaso, dado que parece ser um período com alta incidência desses eventos. Existe um consenso no jornalismo de

55 Entrevista concedida em 23 de maio de 2011, para o blog “A Palavra”.

não noticiar casos de suicídio ou tentativas, com a preocupação de que a divulgação possa encorajar outras pessoas a fazerem o mesmo. Assim, esses casos só se tornam notícia quando envolvem figuras públicas, e mesmo assim, são relatados com muito cuidado.

Nesta semana (entre 12 e 18 de setembro de 2021), ocorreu um caso desses em Campina Grande. A ex-prefeita Cozete Barbosa tentou tirar a própria vida usando uma dose excessiva de medicamentos⁵⁶. No entanto, pode-se argumentar que, de certa forma, Cozete não tentou se matar nesta semana; sua destruição começou há quase vinte anos. Naquela época, eu estava chegando a Campina Grande, e Cozete era uma influente líder sindical entre os trabalhadores da educação. Filiada ao PT, ela foi eleita vereadora e tinha grandes chances de disputar a prefeitura. No entanto, o poder parece ter subido à sua cabeça, ou talvez ela tenha sido usada como bucha de canhão pelo próprio partido. Ela formou alianças questionáveis e conseguiu se tornar a primeira mulher a ocupar a prefeitura da segunda maior cidade da Paraíba.

Entre os anos 80/90, Cozete Barbosa se destacou como uma das mulheres públicas de renome no Estado. Especialmente em virtude das paralisações e greves que comandou quando foi presidenta do que hoje conhecemos como O Sindicato dos Trabalhadores Públicos do Agreste da Borborema - SINTAB. Durante anos, Cozete lutou contra a oligarquia dos Cunha Lima, mas acabou se aliando a eles, em 2000, para concorrerem a Prefeitura Municipal de Campina Grande. (Ah, a política). A mulher foi rapidamente engolida por este ambiente conservador, machista e reacionário. Espaço onde poucas mulheres tinham ousado entrar e participar como protagonista. Mas Cozete tombou. E tombou feio.

Ali (ou meses antes?), começou a sua morte. Foi um suicídio longo e doloroso. Em praça pública. Quando prefeita de Campina Cozete, aliada a velhas raposas políticas da Rainha da Borborema, comeu o pão que o diabo amassou. Logo foi acusada (ou teria feito mesmo?) por vários

56 Essa não teria sido a primeira vez que a parlamentar teria atentado contra a própria vida. Em entrevista concedida em 23 de maio de 2011, ao jornalista Lenildo Ferreira do blog A Palavra, Cozete Barbosa admitiu que já havia cometido esse ato dois anos antes: “Sei que fui internada e as pessoas dizem que houve uma tentativa, por meio de comprimidos. Mas, não foi uma coisa consciente”.

atos de corrupção. Não foram apenas dois ou quatro processos que ela enfrentaria. Somados todos seriam 42 inquéritos judiciais. Dos mais variados tipos. Seu governo virou uma lástima. Crucificaram a mulher. Julgaram e a esquartejaram em praça pública.

E não era apenas um esquartejamento nas praças tradicionais como Calçada da Cardoso Vieira, Praça da Bandeira ou Clementino Procópio. Cozete foi aniquilada com o apoio da mais temida praça pública do mundo moderno: os holofotes da mídia. Foi ali que Cozete perdeu a vida.

Naquela época, eu era estudante de jornalismo e tinha acabado de ser contratado para o meu primeiro estágio num veículo de comunicação. Cozete era diariamente capa de jornais, matérias de tevê, pautas de programas radiofônicos. Seu rosto bastante conhecido como de uma mulher batalhadora, militante e defensora das causas sociais, logo foi sendo corroído por uma sucessão infinita de denúncias, acusações de roubo do erário público, tramoias, corrupção.

Parece que ela havia se tornado o símbolo da corrupção na política paraibana. Muitas vezes, eu ligava para Cozete para averiguar novas denúncias contra ela. Era parte do meu trabalho como estagiário, mas também era uma tarefa desoladora. Eu me sentia constrangido em ter que fazer isso. Sempre que ela atendia e eu me identificava, dizendo (sou eu novamente, da emissora tal, do jornal tal), ela desabafava: 'Jurani, vocês estão destruindo minha vida. O que estão fazendo comigo não se faz a ninguém.'

Eu ouvia suas lamentações com o coração apertado. Embora lhe desse atenção, no dia seguinte, voltava a ligar para buscar explicações sobre novas denúncias. E, novamente, ela desabafava. Fui quase um terapeuta para Cozete, testemunhando o massacre pela mídia e pelo sistema judiciário. Esses eram seus últimos suspiros. Cozete nunca mais foi a mesma. Desapareceu.

A notícia desta semana de que ela teria atentado contra a própria vida trouxe Cozete de volta aos holofotes, ainda que brevemente. Um último suspiro de resistência antes de partir para sempre. Mas, de certa forma, Cozete já não estava entre nós há quase vinte anos. Mataram, sepultaram, enterraram Cozete. Foi por ser mulher? Por ser petista? Por ser sindicalista? Por ser prefeita? Ou foi Cozete quem se perdeu quando

caiu na armadilha das raposas da política paraibana?”

O fato é que Cozete Barbosa experimentou um movimento de perseguição social, midiático e, (por que não?) religioso. Algo semelhante ao “Caça às bruxas” ocorrido na Europa entre os séculos XVI e XVIII. Pasmem, meus senhores, nós não estávamos na idade média, nem na Europa, nem na idade das trevas... Nós todos estávamos aqui, em Campina Grande, observando os primeiros raios de luz do promissor Século XXI.

Eu não sei. Mas sei que acompanhei (e até certo ponto e de forma indireta), participei desse ritual macabro (quase medieval) para retirar de cena a figura política, feminina e sindicalista de Cozete Barbosa. A primeira e única mulher a ocupar o cargo de prefeita de Campina Grande. Talvez eu ainda devesse ligar para ela pedindo desculpas.

Referências

BEZERRA, Mylla Christtie Montenegro. **A construção de Cozete Barbosa enquanto figura pública pela imprensa da cidade de Campina Grande (1980-2000)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2019, p. 70

COZETE BARBOSA - “**Tem muita coisa que eu vou escrever que só vão publicar quando eu morrer**”. Entrevista concedida, em 23 de maio de 2011, ao jornalista Lenildo Ferreira do blog A Palavra. Disponível em: <https://apalavraonline.com.br/entrevista/63/>. Acesso em: 27 de setembro de 2021.

Jornais

Diário da Borborema.

Jornal da Paraíba.

Correio da Paraíba.

“EU SEMEIO A PRÓPRIA TEMPESTADE”: COZETE BARBOSA E SUA HITÓRIA (DE VIOLÊNCIA) POLÍTICA

*Paloma Leite Diniz Farias*⁵⁷

Introdução

Homens brancos, apesar de não representarem a maior parte da população brasileira, seguem ocupando a maior porcentagem dos cargos eletivos, no Brasil, em qualquer das esferas do poder republicano, fenômeno que explica, em parte, a atual crise de representatividade política.

Mesmo tendo conquistado o seu direito ao voto há quase um século, as brasileiras lidam com as mais diversas barreiras para disputarem lugar nos espaços de poder e lá permanecerem. Do descrédito social geral acerca dos seus interesses, da falta de investimento nos respectivos projetos, da operacionalização de suas candidaturas, o que se vê é uma intensa deslegitimação da presença feminina na política. Para o contraponto ao arquétipo viril do político e gestor, o castigo, que se manifesta desde em insultos sexistas até a violência letal.

Nos anos 2000, na contramão dessas estatísticas, uma mulher chegou a ocupar a Prefeitura da segunda maior cidade do Estado da Paraíba e uma das maiores do interior do Nordeste. Cozete Barbosa se destacou politicamente ainda no seu envolvimento com o movimento sindical, em Campina Grande, e conseguiu, apesar dos poucos recursos

⁵⁷ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos da Universidade Federal da Bahia (PPGNEIM/UFBA). Mestra em Ciências Jurídicas, na área de concentração em Direitos Humanos, pela Universidade Federal da Paraíba (PPGCJ/UFPB). Especialista em Direito Público. Analista Judiciária. Professora.

destinados às suas campanhas, bons desempenhos eleitorais. No entanto, ao deixar o cargo de Prefeita, foi acionada na justiça em dezenas de processos e não pôde mais se candidatar.

A experiência política de Cozete reúne diversos episódios de violência, dos mais variados tipos e todos praticados em razão de sua condição de mulher. As memórias que serão aqui reproduzidas, recuperadas a partir de uma entrevista narrativa, realizada com ela própria, em março de 2023, revelam dores profundas, mas também e, sobretudo, uma consciência de que a sua história vale ser contada e jamais esquecida.

De que vale uma feminista consciente?

Quando perguntada sobre o que seria “ser feminista”, Lélia González não titubeou: “é tomar consciência de sua condição de mulher” (González, 2020, p. 299), no sentido freireano mesmo de, ao compreender o papel que desempenha ou é levada a desempenhar, a mulher se dispõe a desafiar o que a submete, tomando posse da realidade.

Conscientizar-se transcende o simples conhecimento ou percepção de questões específicas em discussão; exige uma criticidade em relação ao patriarcado vigente e ação política para combatê-lo, num processo de retroalimentação contínua, pois, como se afirma: ‘a militância é [também] importante para despertar a conscientização e permitir a crítica’, González (2020, p. 298) enfatiza: ‘somos nós, mulheres, que precisamos tomar uma iniciativa para mudar a situação’ (2020, p. 298).

A frase de Freire, ‘Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho[a]: os homens [e as mulheres] se libertam em comunhão’ (Freire, 1987, p. 29), serve de inspiração pedagógica para a tradição feminista militante. O apelo à organização política das mulheres não se alinha ao individualismo nem se limita a uma agenda restrita, mas busca a emancipação de todas, que, na sua diversidade, são subalternizadas pela máquina.

Essa mesma razão fundamenta a inclusão, entre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) – adotados pela Cúpula das Nações Unidas em 2015 – do objetivo de alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas (ODS 5), considerado uma verdadeira promessa civilizatória global.

Alterar a realidade é, portanto, o objetivo final de quem questiona a

hierarquia de gêneros, que privilegia alguns indivíduos em detrimento de sexualidades divergentes, excluindo-as dos espaços de poder e relegando-as à subcidadania. É crucial reconhecer a cooperação de algumas mulheres que, ao aceitarem e reproduzirem a opressão, perpetuam essas desigualdades.

Enquanto sujeito alijado do processo decisório, a condição das mulheres decorre, ainda que não totalmente, dos interesses de um sistema de produção que instrumentaliza o seu corpo, sob o pretexto de uma natural inferioridade, para estruturar e manter uma sociedade classista e, apesar de a questão da subalternidade feminina ser muito mais antiga do que o próprio capitalismo e enredar, em maior ou menor grau, os modos de vida que experimentam as mulheres, conforme se interseccionam outros fatores,

[...] a sociedade de classes privou a mulher da igualdade com os homens, discriminando-a não somente de fato, mas também no plano formal do Direito, quando foi ela própria quem, pelo recurso à técnica e à máquina, eliminou, antes que qualquer outra sociedade o fizesse, uma real desvantagem do elemento feminino diante do masculino: a da força física (Saffioti, 2013, p. 108-109).

A democracia liberal e sua legislação supostamente universal, portanto, não garantiram ao feminino relevância jurídica, porque, se por um lado, o próprio sistema se baseia em um modelo de exploração da pessoa humana e dos recursos ambientais, por outro, as mulheres se constituem na grande massa de sujeitos históricos não efetivamente integrada ao sistema político. É certo que o trabalho assalariado lhes oportunizou relativa autonomia, contudo, ainda que sejam poucos, são os homens aqueles que se privilegiam com a cultura socioeconômica vigente.

Considerando que a dimensão simbólica da exclusão feminina das arenas públicas é um projeto que complexifica ainda mais as dinâmicas relacionais que estruturam a sociedade capitalista e também precisa ser enfrentada, para a efetiva superação das injustiças materiais e

simbólicas.

Por isso, é crucial que mulheres com consciência feminista ocupem espaços institucionais. Elizabeth Lima destaca que ‘uma mulher no poder pode introduzir muitas pautas até então ausentes nos espaços de diálogo e nas propostas legislativas e de gestão pública’. Sua presença não se limita às necessidades específicas das mulheres; ela tem o potencial de ‘abalar as estruturas do machismo, do patriarcado e da dominação masculina’, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa em termos de direitos e deveres entre os gêneros” (Lima, 2021, p. 71).

Mas em que consistiria exatamente a consciência feminista?

A consciência feminista consiste (1) na compreensão das mulheres de que elas pertencem a um grupo subordinado e que, como parte desse grupo, sofreram injustiças; (2) no reconhecimento de que essa subordinação não é natural, mas determinada pela sociedade; (3) no desenvolvimento de um senso de irmandade; (4) na definição autônoma, por parte das mulheres, de suas metas e estratégias para mudar essa condição; e (5) no desenvolvimento de uma visão alternativa de futuro (Lerner, 2022, p. 335).

Acrescente-se, ainda, a urgência de uma prática militante que incorpore em seu repertório o entendimento conceitual sobre raça, classe, sexualidade, geração e outras categorias analíticas/condições de existir, perceber como as experiências identitárias são diversas e essenciais à construção de uma justiça social efetiva. Tal consciência feminista, pois, será capaz de devolver à humanidade sentido comunitário e ética solidária.

As barreiras estruturais

No tempo presente, após uma campanha pública de entrega do poder às mãos do mercado, o Estado se enfraqueceu, revelando-se incapaz de cumprir promessas governamentais de bem-estar universal, notadamente, pela insuficiência de seus próprios recursos, impulsionando um movimento de transferência de bens e obrigações sociais.

Em outras palavras, a nova forma de organização do capital no mundo retirou as possibilidades de ação do Estado, enfraquecendo-o política e economicamente, pois incapaz de levar a cabo as medidas necessárias para satisfação dos interesses do povo sob sua jurisdição, mesmo ainda exercendo uma função regulatória da economia, que o próprio mercado admite como necessária.

Desse estado de coisas, é forjada uma quimera neoconservadora e autoritária, sustentada no moralismo religioso, na financeirização do capital, em que os lucros bancários importam mais que investimentos sociais, e na tentativa de apagamento institucional da diversidade e do pluralismo político. Notadamente, essa força política reage às conquistas das últimas décadas em relação ao reconhecimento normativo das identidades de gênero e desmedicalização/descriminalização de práticas sexuais e reprodutivas.

Por se tratar de grupo vulnerabilizado que se pretende integrar aos poderes democráticos, num contexto marcado pela insegurança coletiva e a crise de representatividade, é preciso dizer que feministas, ao lado dos LGBTQUIAP+, costumam ser o alvo dileto dos defensores do *status quo* e seus direitos políticos não passam incólumes às investidas reativas desse projeto de preservação da dominância familista e masculinista.

Diante dessa mobilização, a violência política de gênero é um obstáculo tão real quanto persistente. Françoise Vergès alerta:

A análise das violências de gênero e sexuais não pode desconsiderar as profundas transformações que produziram o mundo no qual vivemos – aumento das desigualdades, concentração de riquezas nas mãos de poucos, destruição acelerada das condições de vida, políticas de assassinato e devastação (Vergès, 2021, p. 24).

Tanto quanto na esfera doméstica e familiar, a violência promovida nos espaços públicos, inclusive virtuais, também se destina ao controle das mulheres, dissuadindo-as de participar da militância política, partidária ou não.

A mulher – cis e trans – é desde cedo excluída do lugar de fala da política, dos espaços de poder, é negado a mulher a possibilidade de durante a socialização apropriar-se das regras e dinâmicas do jogo político (Amorim; Contast, 2019, p. 447).

A precarização real das suas condições de disputar esses espaços, porém, desde o início, fora questionada e combatida; nunca aceita, sem resistência.

Já no início do século XIX, mulheres inspiradas pelo ideário iluminista lutavam pelo direito à candidatura e ao voto femininos. Em 1881, na esteira do movimento sufragista que se organizava na Europa, Estados Unidos e chegava também ao Brasil, “a dentista gaúcha Isabel de Sousa Matos requereu, com base em uma lei que facultava o voto aos portadores de títulos científicos, o direito de se alistar” (Pinto, 2003, p. 15). Na época, a demanda pelo voto das mulheres foi levada ao debate constituinte, mas o projeto não logrou aprovação e a ausência de menção ao direito político das mulheres era proposital:

A não-exclusão da mulher do texto constitucional não foi mero esquecimento. A mulher não foi citada porque simplesmente não existia na cabeça dos constituintes como indivíduo dotado de direitos. A Constituição [de 1891] estabeleceu que eram cidadãos brasileiros aqueles nascidos no Brasil, e eram eleitores os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos. Conforme o senso comum da época, quando o legislador usou o substantivo “cidadão” no masculino, não estava se referindo ao termo universal que abrange homens e mulheres, mas exclusivamente aos homens (Pinto, 2003, p. 16, grifo da autora).

Demorou até que fosse aprovada lei federal, permitindo o sufrágio feminino. No que se pode considerar um movimento centrípeto, a primeira lei a reconhecer tal direito foi do Estado do Rio Grande do Norte. Celina Guimarães Viana se tornou a primeira eleitora brasileira,

após seu alistamento ter sido deferido, em 25 de novembro de 1927, enquanto Luíza Alzira Soriano Teixeira, com 60 % (sessenta por centos) dos votos, elegeu-se e tomou posse no cargo de Prefeita de Lajes/RN, em 1º de janeiro de 1929, tornando-se a primeira do Brasil e da América Latina.

Com o advento no Código Eleitoral de 1932 (Decreto 21.076), que incluiu a mulher como detentora do direito de votar e ser votada, e a incorporação dessa norma à Constituição de 1932, reconheceu-se, em nível federal, antes mesmo da própria capacidade para a prática dos atos da vida civil, a cidadania política feminina no país.

No entanto, a chefia do Executivo de um Estado só seria ocupada por uma mulher em 1983, por Iolanda Fleming, no Acre, e a Presidência do Brasil, por Dilma Vana Rousseff, já no século XXI, no ano de 2010.

Mesmo que os dados revelem que o número de eleitoras já representa 52,65% (cinquenta e dois inteiros e sessenta e cinco décimos por cento) do total de votantes e apesar das políticas institucionais de estímulo à participação feminina na política partidária, as mulheres continuam sub-representadas. Nas Eleições Gerais de 2022, segundo apuração do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), 15% (quinze por cento) dos/ as eleitos/as eram mulheres.

É notório o quanto, em relação aos homens, as mulheres ainda não foram integradas ao sistema político representativo, com a presença devida. Igualmente verdadeira é a afirmação de que existem barreiras outras entre as próprias mulheres para que se efetive a sua participação no processo eleitoral.

Em sua maioria, as candidatas mulheres possuem entre 35 (trinta e cinco) e 59 (cinquenta e nove) anos e quase a metade é branca, referência que exclui, em consequência, aquelas que são pobres, pois, embora mulheres pretas e pardas representem 28,7% (vinte e oito e inteiros e sete décimos por cento) da população total, são também o grupo mais numeroso entre as pessoas em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Segundo o TSE, o Brasil ocupa o 129º (centésimo vigésimo nono) lugar no ranking geral global sobre o percentual de mulheres que ocupam um lugar de representação na política institucional, explicitando a

desigualdade que macula e enfraquece a democracia brasileira.

A Lei 13.165, de 29 de setembro de 2015, promoveu alterações nas leis eleitorais vigentes, para fins de redução dos gastos das campanhas eleitorais e simplificação da administração dos Partidos Políticos, dispondo também sobre medidas de incentivo à participação feminina na política. No entanto, a violência política persiste, não só no Brasil, como fator social incontestável de reação contra a atuação e permanência das mulheres em espaços de poder.

Dados de pesquisa da União Parlamentar Internacional (IPU) que entrevistou diversas parlamentares de diferentes países revelou que 82% delas relataram já ter sofrido violência psicológica; 44% receberam ameaças de morte, estupro, espancamento ou sequestros; 26% sofreram violência física no parlamento; e 39% afirmaram que a violência política minou a implementação de seus mandatos e sua liberdade de expressão (Aflalo, 2017, p. 163).

Recentemente, foi promulgada a Lei nº 14.192, de 04 de agosto de 2021, a qual representa um marco legal para a prevenção, repressão e combate a violência política contra a mulher, alterando o Código Eleitoral, a Lei dos Partidos Políticos e a Lei das Eleições, para dispor sobre os crimes de divulgação de fato ou vídeo com conteúdo inverídico no período de campanha eleitoral, para criminalizar a violência política contra a mulher e para assegurar a participação de mulheres em debates eleitorais proporcionalmente ao número de candidatas às eleições proporcionais. De acordo com o art. 3º, *caput* e parágrafo único, da referida norma, considera-se violência política contra a mulher toda ação, conduta ou omissão com a finalidade de impedir, obstaculizar ou restringir os direitos políticos da mulher, bem como qualquer distinção, exclusão ou restrição no reconhecimento, gozo ou exercício de seus direitos e de suas liberdades políticas fundamentais, em virtude do sexo.

Tornam-se crimes a conduta: a) que deprecie a condição de mulher ou estimule sua discriminação em razão do sexo feminino, ou em relação à sua cor, raça ou etnia; b) de assediar, constranger, humilhar,

perseguir ou ameaçar, por qualquer meio, candidata a cargo eletivo ou detentora de mandato eletivo, utilizando-se de menosprezo ou discriminação à condição de mulher ou à sua cor, raça ou etnia, com a finalidade de impedir ou de dificultar a sua campanha eleitoral ou o desempenho de seu mandato eletivo.

Com a nova lei, renova-se a esperança de que, com a nomeação da violência e o seu reconhecimento institucional, possam ser criados mecanismos e programas de ação capazes de enfrentamento, criando condições reais para a representatividade feminina no ambiente político.

Entretanto, com a adoção do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero, publicado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e apresentado como resultado das atividades do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ nº 27, de 2 de fevereiro de 2021, em atendimento à necessidade de formulação de políticas públicas judiciárias para o alcance da igualdade de gênero, o Poder Judiciário negligenciou a abordagem institucional devida à violência política de gênero.

O referido documento está dividido em três partes, sendo que a Parte I cuida da explicação dos conceitos mais básicos, como gênero, sexualidade e identidade de gênero, bem como da definição dos tipos de violência com esse recorte. A Parte II do Protocolo do CNJ relaciona, em rol não exaustivo, algumas ferramentas úteis para se aplicarem durante o processo decisório, a saber: aproximação com o processo, acesso à justiça, medidas protetivas, instrução probatória, fatos e valoração das provas. Contudo, a Parte III, que se dedica a questões de gênero específicas dos ramos da Justiça, silencia quanto ao processo e julgamento de casos que envolvam violência política.

Reconhecem-se os avanços significativos que o compromisso judiciário documentado no Protocolo pode representar para o sistema de proteção aos direitos da mulher. No entanto, é lamentável que, apesar de algumas condutas terem sido criminalizadas apenas meses após sua implementação, tenha-se perdido a oportunidade de abordar questões tão urgentes e relevantes como a responsabilização, além do sistema eleitoral, de agentes que perpetram diversas violações à dignidade e à vida das mulheres no contexto do embate político.

As representações de violências e dores

São casos de reconhecida violência política de gênero praticada contra brasileiras durante o exercício de mandato parlamentar, na Câmara dos Deputados, os de Maria do Rosário Nunes (PT-RS) e Jandira Feghali (PC do B - RJ).

A primeira, que é professora especialista em violência doméstica e natural de Veranópolis/RS, está no exercício do seu 7º (sétimo) mandato como Deputada Federal e foi autora, entre outros, dos projetos da Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer), que visa coibir a prática de atos atentatórios à dignidade da vítima e de testemunhas, e da Lei 14.022/2020, que dispõe sobre medidas de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher e de enfrentamento à violência contra crianças, adolescentes, pessoas idosas e pessoas com deficiência durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Em 9 de dezembro de 2014, após fazer a defesa da punição de torturadores que agiram durante a ditadura militar, em defesa da memória, da verdade e da justiça de transição, a deputada foi agredida pelo seu colega, o então deputado Jair Messias Bolsonaro, que subiu à tribuna e disparou: “Não saia, não, Maria do Rosário, fique aí. Fique aí, Maria do Rosário. Há poucos dias você me chamou de estuprador no Salão Verde e eu falei que eu não estuprava você porque você não merece. Fique aqui para ouvir”.

Por seu turno, Jandira Feghali, médica fundadora da União Brasileira de Mulheres, foi eleita Deputada Federal pela primeira vez, em 1991, sendo autora do projeto de lei, transformado em norma jurídica, a Lei nº 14.454/2022, que alterou a Lei nº 9.656/1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, para estabelecer hipóteses de cobertura de exames ou tratamentos de saúde que não estão incluídos no rol de procedimentos e eventos em saúde suplementar. Em 06 de maio de 2015, foi envolvida no violento episódio em que dois dos seus colegas a agrediram: Roberto Freire (PPS-SP) a agarrou pelo braço e, em seguida, Alberto Fraga (DEM-DF), em apoio ao primeiro, afirmou: “Mulher que participa da política e bate como homem, deve apanhar como homem!”.

Nos parlamentos regionais e locais, a violência política contra a

mulher também é habitual.

Isadora Maritinatti Penna, advogada trabalhista, que se define como feminista, bissexual e militante dos direitos LGBTQIA+, foi eleita Deputada Estadual pelo PSOL-SP, em 2019. Em março de 2022, anunciou sua filiação ao PT para concorrer à reeleição ao cargo, mas não teve êxito. Durante o exercício do seu mandato, na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, Isa Penna foi vítima de importunação sexual praticada pelo seu colega Fernando Henrique Cury (Cidadania-SP), que, por ocasião da votação para o orçamento do Estado para 2021, em sessão plenária e gravada, apalpou a parte lateral do seio da parlamentar. Após a denúncia, foi aplicada pena de suspensão ao agressor, que também não conseguiu se reeleger para a legislatura seguinte.

Havia poucos anos que a sua correligionária, mulher negra, periférica e vereadora do Município do Rio de Janeiro, Marielle Francisco da Silva ou Marielle Franco (PSOL-RJ), como se tornou mais conhecida, foi assassinada, ao lado de Anderson Pedro Mathias Gomes, em decorrência da sua atividade política. A cientista social, que tinha Mestrado em Administração Pública, iniciou sua militância como assessora parlamentar do então Deputado Estadual do Rio de Janeiro Marcelo Freixo, com quem trabalhou por 10 (dez) anos. Eleita em 2016, com destacado desempenho eleitoral, chegou a presidir a Comissão de Defesa da Mulher da Câmara Municipal. Seu assassinato, ocorrido em 14 de março de 2018, tipificado como feminicídio, ganhou ampla repercussão nacional e internacional. Os supostos executores do crime, Ronnie Lessa e Élcio Vieira de Queiroz foram presos quase um ano depois, mas os/as mandantes, até o momento, não foram identificados/as. Devido à demora na conclusão das investigações, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública, em 22 de março de 2023, determinou reforço pela Polícia Federal, embora sem implicar em federalização do caso, cuja ação penal persiste com a titularidade do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Marielle deixou uma filha, uma companheira, mãe, pai, irmã – a Ministra da Igualdade Racial Anielle Franco – e um vasto legado para formação política de mulheres, articulada pelo instituto que leva o seu nome.

Os jogos do poder gendrificado também não pouparam a primeira, e até o presente, única mulher a ocupar a Presidência da República.

Dilma Vana Rousseff, economista filiada ao PT, já possuía uma experiência partidária e administrativa larga, quando se elegeu, em 2010, aos 63 (sessenta e três) anos de idade. É preciso lembrar que, durante a campanha, houve exploração da controversa temática da autonomia reprodutiva, quando um dos seus adversários, com intenção de desqualificá-la, provocou, a um só tempo, desgaste com o grupo de apoiadores alinhados à agenda antiaborto e com as feministas. Nos primeiros anos do seu mandato, foi muito bem avaliada e contava com a aprovação de 65% (sessenta e cinco por cento), terceiro maior índice em comparação com outros mandatários no período pós-redemocratização. A imagem pública da chefe de Estado, porém, logo passou a ser brutalmente vilipendiada, num processo iniciado pela imprensa, ainda em 2013, no contexto das manifestações de junho. Ainda assim, com vitória apertada, Dilma foi reeleita, em 2014. Daí em diante, a desconstrução midiática da credibilidade da Presidenta passou a ganhar contornos sexistas, principalmente ao colocar em questão a sua competência para administrar o país, enunciando o *impeachment*. Segundo Elizabeth Lima (2018, p. 29):

A representação social de Dilma Rousseff como uma mulher sem competência e experiência políticas, como mera extensão malfadada de seu criador, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pode ser observado nas duras narrativas construídas, principalmente pelas revistas hegemônicas: Veja, IstoÉ e Época, vejamos alguns desses enunciados: Hoje ela é um arremedo de mandatária que nada manda. Figura decorativa odiada pela sociedade. (Revista IstoÉ. 23 de março de 2016, p. 21). Lula já foi capaz de eleger postes como Dilma Rousseff, mas não é curandeiro de pacientes desenganados. (Revista Época, 20 de abril de 2016, p. 50). Se nunca se deu ao trabalho de distribuir os pequenos mimos que tanto aquecem o coração dos políticos, não foi apenas porque isso não é do seu feitio, mas porque os atalhos que a levaram à Presidência permitiram-lhe pular certas etapas.

“Dilma nunca disputou uma prévia, nem tinha enfrentado uma campanha antes de virar presidente da república. Recebeu o cargo numa bandeja. Não teve de aprender a seduzir.” Afirma um de seus ministros mais próximos (Revista Veja. 11 de maio de 2016, p. 52). (Grifo da autora).

No período, quando houve alta gradual dos preços de combustíveis, chegou a ser confeccionado e distribuído para comercialização adesivo para ser colocado na entrada do tanque de gasolina dos carros, em que a imagem dela era colocada com as pernas abertas, sugerindo um ato sexual (estupro).

Depois de um longo processo de desqualificação e ataque, motivados por interesses dos poderes constituídos e setores econômicos, em 31 de agosto de 2016, Dilma Rousseff foi afastada do seu mandato, por 61 (sessenta e um) votos dos senadores/as, sob a acusação de ter cometido crime de responsabilidade, pela prática das chamadas “pedaladas fiscais”. Em 2021, o Presidente do TSE e também ministro do Supremo Tribunal Federal Luís Roberto Barroso declarou que “a ex-presidente Dilma Rousseff não foi afastada por crimes de responsabilidade, nem por corrupção, mas, sim, foi afastada por perda de sustentação política”. Já em 2022, o Ministério Público Federal promoveu o arquivamento do inquérito civil que apurava as supostas irregularidades.

Todos esses são exemplos emblemáticos de como as poucas mulheres que alcançam projeção política, ocupando cargos de relevância, sem servir à operacionalização dos mandatos masculinos, são sistematicamente aviltadas em sua dignidade sexual, integridade física e apreço social, para, de uma forma ou de outra, excluí-las da vida pública.

Cozete, uma mulher destemida na Borborema

Há diversos fatores socioculturais que contribuem para a rejeição da participação política feminina, sendo a violência um dos métodos mais frequentemente utilizados. As mulheres são frequentemente desacreditadas em relação às suas habilidades, interesses e opiniões. Quando persistem em ocupar espaços que historicamente não foram projetados para elas, enfrentam silenciamento e deslegitimação. Em situações

extremas, são removidas à força ou até mesmo assassinadas. Seus feitos históricos são frequentemente apagados da memória coletiva.

Para aquelas que, apesar de inúmeras adversidades, enfrentaram os desafios desse cenário, é essencial, sempre que possível, resgatar e amplificar suas vozes, de modo a honrar sua memória.

Uma das mais relevantes histórias de perseguição política ocorridas, no Estado da Paraíba, envolve Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, primeira mulher a ocupar Prefeitura do Município de Campina Grande, em 2002, após o afastamento do titular do cargo para concorrer às eleições daquele ano, para o Governo do Estado.

Como figura política, Cozete emergiu da luta sindical, nos anos 1980, filiando-se ao recém-criado Partido dos Trabalhadores. Nascida em 25 de fevereiro de 1956, na mesma cidade em que viria atuar politicamente, ela revela ter sido ainda na infância o início de sua formação humanística, o surgimento do incômodo com as desigualdades e o valor de ser reconhecidamente corajosa:

A minha sobrevivência se deu com a leitura. Eu, por mim mesma, comecei a ler, a procurar livro [...] comecei a me colocar dentro dos filmes, dentro dos livros e tive a sorte de encontrar bons livros. Fui educada num colégio de freiras, o Colégio das Damas, que tinha boa educação, pra época, em plena ditadura, muito boa, mas muito repressora. Eu tenho muitas lembranças de coisas muito ruins que aconteceram na minha vida, que foram me despertando para essa questão dos oprimidos, dos injustiçados, da mulher, dos negros. Eu era bem pequena, quando estava montando uma árvore de Natal e escutei uns gritos. Atrás da minha casa tinha um cortiço e, quando fui ver, tinha uma mulher incendiada, ela se suicidou. Tinha uma comunidade negra perto lá de casa que também tinha crianças órfãs e que eram muito espancadas e eu escutava aqueles gritos e sofria muito com aquilo. Minha mãe chegou até a chamar a polícia e a polícia levou e depois devolveu... e, enfim, eu fui criada num

ambiente desse tipo, escutando muita coisa e, ao mesmo tempo, eu era invisível. Com cinco anos de idade, eu salvei a minha irmã de morrer afogada, numa coisa assim, bem, bem dramática mesmo e foi a primeira vez que a minha mãe falou... eu escutei a frase da vizinha “Teresinha, essa menina foi tão corajosa com o que ela fez”. (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023). (Grifo da autora).

O pioneirismo na vida de Cozete fez parte também da sua escolha pelo curso de Graduação. Com notas excelentes, que lhe davam possibilidades diversas de matrícula, inclusive Medicina, para contrariedade materna, a jovem preferiu as Ciências da Computação, que estavam formando ainda as suas primeiras turmas na cidade, antevendo a possibilidade de um mercado de trabalho promissor, que lhe garantiria uma rápida independência financeira. Ocorre que, segundo ela mesma: “me enganei, porque, [sendo] mulher, acabei casando”.

Foi, nessa época, que ela ingressou no movimento estudantil universitário e, ao se formar, entrou para o serviço público municipal, em 1979, já grávida do seu primeiro filho, como a única do Centro de Processamento de Dados a ter nível superior de ensino e compreensão de língua inglesa. Devido à jornada de trabalho extenuante, de 10 (dez) ou 12 (doze) horas de trabalho, conforme suas declarações, foi motivada a buscar a Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande (ASPMCG).

A gente começou um movimento para se associar. O movimento foi crescendo de um jeito que o pessoal meu de esquerda que era ligado ao Governo Ronaldo [Prefeito de Campina Grande no período 1983-1988] tava gostando. E aí, no meio da história, a gente forçou a saída do então Presidente. Ele afastou-se e a gente criou uma direção provisória e me nomearam, pra surpresa minha, porque, até então, eu não tinha nenhuma noção de que eu tava me destacando ali, em Relações Públicas. E aí, eu comecei a fazer associarem,

comecei a trabalhar, e a gente fez as maiores assembleias que Campina Grande já fez. A gente fez as assembleias no Teatro Municipal, mas o teatro lotado. Os garis, todos os trabalhadores do Município, independente de ser professor ou não, peão, todo mundo. (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023).

Nesse momento em que se discutia o reajuste dos vencimentos, ela destaca que houve uma divisão da esquerda campinense, entre aqueles/as que apoiavam ou não a gestão municipal. À unanimidade, ela foi escolhida pela chapa de oposição para concorrer à Presidência e diz: “eu aceitei, porque sempre aprendi a obedecer”. Sobre o período:

Não se sabe informar com exatidão em que ano ou mês, Cozete assumiu a diretoria da ASPMCG – crédito que entre 1984 e 1985 -, pois, como dito acima, no Correio da Paraíba, datado em 18 de janeiro de 1985, ela sai como secretária da associação, porém, no Jornal da Paraíba, datado em 15 de junho de 1985, Cozete já aparece como presidente dessa associação (Bezerra, 2019, p. 28).

Com destacado envolvimento e compromisso político, inclusive para fora da própria associação que presidia, por não ter estabilidade no cargo, ela foi demitida, em junho de 1985:

O Secretário de Finanças Milton Soares me odiava. Ele me chamou na sala dele pra anunciar a demissão e foi muito engraçado isso, porque ele fez toda a encenação da minha demissão e eu, muito tranquilamente, calei, rebati como eu podia, mas fui muito educada com ele. Quando eu ia sando, ele [disse]: “Moça, quem semeia vento colhe tempestade!”. Além de leitora, eu aprendi com meu pai a gostar muito de música e tem uma música de Chico Buarque que é

Bom Conselho, que é assim: “Ouça um bom conselho, que eu lhe dou de graça / Inútil dormir que a dor não passa / Espere sentado, ou você se cansa / Está provado, quem espera nunca alcança”. Tudo o que o senso comum dizia “não brinque com fogo”, eu dizia “brinco! Venha se queimar”, quando dizia “pense duas vezes, antes de agir”, eu dizia “aja duas vezes antes de pensar”. E aí, quando eu ia saindo que ele disse aquilo, eu me lembrei dessa música e disse “eu não semeio vento, eu semeio a própria tempestade!”. (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023) (Grifos da autora)

Tais palavras demonstram a ativez e sagacidade com que a jovem Cozete encarava o ambiente administrativo hostil. Contudo, devido à má repercussão do fato, ela foi readmitida. A tentativa de silenciamento político apenas começava. O prefeito se recusava em deliberar com a Diretoria da ASPMCG e queria tratar dos assuntos relativos aos/as servidores/as diretamente com ela. Já na primeira reunião, em que também participavam os seus secretários, ela foi pressionada, constrangida, mas não se intimidou:

Olha, eu também não gosto de como vocês tratam a gente, eu não gosto do salário da gente, eu não gosto das condições de trabalho. E vamos conversar, sim! Vocês não dizem como eu devo agir e eu não digo a vocês como vocês devem agir! (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023).

Desde essa época, Cozete demonstrava um perfil crítico aos privilégios de gênero, raça e classe, quando denunciava a discriminação contra mulheres, negros e pessoas pobres, proclamando a necessidade de organização política das mulheres (Bezerra, 2019).

Sobre os ataques pessoais que sofreu, como quando jogaram ácido no seu carro, diz que não tinha muita noção do perigo. Apesar de os órgãos de segurança terem sido acionados, o possível agente nunca foi

responsabilizado. Devido às ameaças, Cozete afirma se sentir, inclusive culpada, pelo fato de a sua família ter sido tão exposta. Ela faz questão de destacar uma situação que extrapolou a violação à sua liberdade pessoal:

Me pediram pra fazer um trabalho para um deputado que era Presidente da Assembleia Legislativa. Ele era muito amigo do meu marido, era assim o melhor amigo dele, era primo legítimo e, assim, era muito poderoso. Eu acompanhei toda a discussão de Wilson Braga e [Tarcísio] Butity naquela época. Eu aprendia muito da observação, eu aprendia muito mesmo. Eu sempre aprendi muito como as coisas tavam funcionando. Eu detectava, né? E de repente eu tava lá! O pessoal dizia “Vai chegar Wilson Braga”. Eu era toda arrumadinha, bonitinha, bem-feitinha, aí diziam: “Cozete vai receber o governador”. Mas eu ainda não tinha uma leitura de esquerda, não tinha uma formação sindical e um instinto de prestar atenção no outro, de saber que quem tava com o poder era opressor. Eu sabia que ali estavam querendo que eu fosse como uma chacrete ou uma miss receber [...] então, eu fui pra Assembleia fazer um trabalho da linha de informatização do gabinete do Presidente na época. E aí, comecei a ser assediada por ele, que era muito amigo do meu marido, era uma pessoa por quem a gente tinha muita consideração [...] quando é um dia que eu estou no Gabinete dele, ele me pega assim e tenta me beijar na boca. Aí, eu viro a boca e fico chocadíssima, arrasada (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023). (Grifos da autora).

O assédio persistiu, mas foi dissuadida pelos seus confidentes a comunicar o marido sobre o que estava acontecendo, que acabou tomando conhecimento, por meio de uma ligação telefônica realizada pelo próprio agressor, investindo contra Cozete. Segundo ela mesma, esse

não foi o único episódio de crime contra a sua dignidade sexual, tendo sido também estuprada. Reputa todo esse constrangimento ao fato de ser uma “mulher da rua”, ou seja, com uma atuação política nos espaços majoritariamente ocupados por homens.

Eu sou uma mulher branca, de classe média, “com boa aparência” e as pessoas esperavam me ver em coluna social. Eu apareci em coluna social quando eu era pequena, que minha mãe botava, mas depois eu apareci nas páginas de política, policial, em todo canto. Na minha compreensão, eu tava num lugar em que a sociedade não queria que eu tivesse. Eu tava subvertendo a coisa. Assim, eu não fui assassinada como Margarida (Alves), por conta disso, eu não era preta, eu não era pobre. E aí, tentaram me matar de outra forma. A esquerda sabia, o PT sabia e ninguém fez nada. Ninguém me ajudou a nada. Eu participava de tudo sozinha, eu apanhava sozinha (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023). (Grifos da autora).

A vida política de Cozete, a despeito de retaliação intrapartidária, continuava seguindo. Cozete se elegeu vereadora de Campina Grande, em 1996, com 3.870 (três mil e oitocentos e setenta) votos, a segunda maior expressão para aquele pleito. Devido a essa votação, disputou, em 1998, a única vaga para o cargo ao Senado Federal, obtendo 19,75% (dezenove inteiros e setenta e cinco por cento) dos votos no Estado.

Diante de tamanha expressão eleitoral, passam a ser especuladas eventuais alianças para as eleições municipais de 2000, inclusive com as oligarquias locais, que tanto vinha combatendo. As negociações foram entabuladas pelo Diretório Municipal do PT, que, com anuência da Direção nacional, entendendo a necessidade de eventual apoio do PMDB, nas eleições presidenciais próximas, decidiu pelo apoio à candidatura de Cássio Cunha Lima, com a indicação de Cozete Barbosa para Vice-Prefeita.

Pessoalmente, Cozete diz que aderiu à decisão, pensando

estrategicamente na sua segurança e na de sua família, ao tempo em que vivenciava o seu processo de divórcio, mas confessa ter acreditado nas boas intenções da coligação. No entanto, Cássio, quando eleito, não cumpre o acordo, pois, ao seguir para outra sigla partidária, apoiou José Serra, candidato do seu novo partido (PSDB) para a Presidência da República.

Ainda assim, em 05 de abril de 2002, Cozete assume a chefia do Poder Executivo municipal, tendo sido definida pela imprensa local como representante do “sexo frágil”:

Fico a imaginar: por que assumir esse discurso de que as mulheres são o sexo frágil? Qual a intenção que esse jornalista tinha por trás ao proferir essa fala? Ser o sexo frágil é ser alguém que precisa ser protegida, como que essa pessoa não possa cuidar de si mesma, tornando-se assim uma pessoa “fraca”. Simone de Beauvoir diz: “A burguesia conservadora continua a ver na emancipação da mulher um perigo que lhe ameaça a moral e os interesses. Certos homens temem a concorrência feminina” (vol. 1, 2016, p. 21). Sendo assim, a partir do momento que a mulher assume uma posição de poder, de liderança, ela tem que ser desqualificada, ser posta na inferioridade, ser tida como alguém que não consegue lidar com o que tem. Cozete estava assumindo a prefeitura de Campina Grande e, antes mesmo, de lidar com o cargo, tinha que mostrar que tinha condições para assumir a Prefeitura. Não era frágil e nem fraca, mas uma mulher de pulso forte, determinada (Bezerra, 2019, p. 52). (Grifos da autora).

Durante o exercício do mandato, que se estendeu até 31 de dezembro de 2004, Cozete foi responsável por garantir o salário mínimo aos/as servidores/as públicos/as municipais, bem como garantir-lhes abono suplementar. Como política de valorização, isentou aposentados/as e pensionistas de contribuição previdenciária. Mesmo assim, ela ressalta

que encontrava oposição entre os/as seus/uas próprios/as correligionários/as, como o único vereador do PT, Antônio Pereira, que usava a tribuna para, com frequência, insultá-la.

Após ser novamente traída pelo grupo Cunha Lima, que indicou candidato próprio à Prefeitura, no pleito em que ela buscava a reeleição, Cozete passou a enfrentar aquele que distingue como sendo o pior momento da sua vida.

Durante os quase 20 (vinte) últimos anos, a ex-Prefeita respondeu a uma série de acusações. Somente na Justiça Estadual, são 45 (quarenta e cinco) ações identificadas a partir do Sistema PJE, compreendendo ações penais, ações por improbidade administrativa e execuções de título extrajudicial. Valendo-se de uma intensa propaganda midiática, a perseguição foi também processual.

Tudo tava preparado. Eu ia dar a vitória a eles e eles iam acabar com a minha administração. Só que eu administrei a Prefeitura, fiz políticas sociais. Não encontrei um centavo. Ele desviou todas as verbas. Eu inaugurei tudo que, enfim [...] eu investi mais de R\$ 1 bilhão. Os processos correm tudo em segredo de justiça. Quando saía [alguma decisão] o pessoal do fórum ligava para a imprensa. E há quase vinte anos, eu vivo isso. Agora, eu fui absolvida dos processos. Os processos que eu respondi são assim “você fez três licitações, era pra você ter feito uma”. Eu fui tratada como marginal. (Entrevista com Cozete Barbosa, em 24 de março de 2023). (Grifo da autora).

Diante de tudo o que passou, Cozete ensaiou um retorno à vida política municipal, candidatando-se à vereança em 2012, mas o seu registro foi indeferido. Do recurso ao Tribunal Regional Eleitoral, desistiu por motivos que declarou como estritamente pessoais.

Considerações finais

Como tantas outras brasileiras, Cozete foi cerceada do seu direito de “fazer parte”, de exercer o seu direito à cidadania política, como uma

dimensão da própria liberdade. Porém, foram poucas as que resistiram ou tentaram resistir como ela, que, ainda hoje, já excluída da disputa política, é aviltada em sua honra e estima pública.

Os modos empregados para tentar silenciá-la foram diversos, incluindo ofensas injuriosas, assédios, estupro, ameaças, tentativas de homicídio, perseguição processual, mas ela diz não se arrepender de nada e teria energia ainda para um eventual mandato, caso lhe fosse oportunizada a disputa.

Sua consciência feminista e a disposição para o enfrentamento dos privilégios de raça e classe certamente agudizaram a hostilidade no ambiente político e social, mas também justificam a substantividade da sua presença nesses espaços, para que mais mulheres se sintam encorajadas para também ocupá-los.

Referências

AFLALO, Hannah Maruci. Representação e Representatividade. *In*: Humberto Dantas. (Org.). **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências**. 1. ed, 2021, v., p. 153-168.

AMORIM, Edna Ravane Alves; CONTAST, Katherine Lages. De Dilmás a Marielles: análise da ausência de marco legal sobre violência contra a mulher na política. *In*: FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, George Salomão; LEITE, Glauber Salomão; LEITE, Glauco Salomão (coord.). **Manual dos direitos da mulher**. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 445-479.

BEZERRA, Mylla Christie Montenegro. **A construção de Cozete Barbosa enquanto figura pública pela imprensa de Campina Grande**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. Campina Grande, 2019, p. 70.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GONZÁLEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação da consciência feminista**: a luta de 1.200 anos das mulheres para libertar suas mentes do pensamento patriarcal. São Paulo: Editora Cultrix, 2022.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. A construção das imagens públicas de Dilma Rousseff e Michel Temer nas revistas semanais. In: **Revista Feminismos**. Salvador, vol. 8, n.º. 3, set.dez. 2018, p. 24-40.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do Feminismo no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, 2003.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VERGÈS, Françoise. **Uma teoria feminista da violência**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

QUANDO UM(A) NOVO(A) SUJEITO(A) ENTRA EM CENA

*Raimundo Augusto de Oliveira*⁵⁸

QUANDO SEMPRE ME VEM EM MENTE ESCREVER ALGO SOBRE ALGUÉM que se projeta no cenário político local, regional e/ou nacional, me recorda a leitura do livro escrito para uma época muito pulsante da política brasileira e de resistência dos movimentos sociais e populares – a obra escrita por Eder Sader pela editora *Paz e Terra* em 1981. Essa obra escrita numa época difícil, quando vivíamos o auge da ditadura militar (anos 1970 e 80) no Brasil. A expressão novo sujeito político se refere a um sujeito criado ou forjado a partir da prática política e social. Foi essa década iniciada, em 1970, que se estendeu até o final de 80, quando a sociedade brasileira constrói instrumentos e lutas políticas, para fazer o enfrentamento e pôr fim ao regime militar instalado em 1964, só acontecendo, nos finais da década de 80, com a realização das primeiras eleições diretas para Presidente da República, era o ano de 1989.

Nesta disputa política, esses indivíduos já reconheciam a importância de disputarem não apenas os espaços de poder dentro dos movimentos estabelecidos, mas também nos espaços de poder público. O objetivo era ter como referência o fortalecimento da democracia e sua verdadeira significação – DEMO = POVO, CRACIA = GOVERNO.

Mas o nosso modelo de democracia ainda é muito pouco representativo, sofreu ao longo da história seus arroubos ditatoriais, basta nos remetermos a história e vamos compreender a quem se destinava a prática da política e ocupação dos espaços de representação e poder, seja na monarquia, com um grande apoio das oligarquias agrárias, na primeira

58 Sociólogo e analista político.

república ainda com influência dessas castas. Porém, a queda daquele regime foi um golpe militar, a república foi instalada sob a égide militar sem a participação popular.

A velha política da república denominada do café-com-leite, sob a hegemonia mineira e paulista ainda muito rural. E só com a industrialização, que novos sujeitos sob influência europeia surgem no cenário social e político brasileiro que vai desembocar em várias disputas políticas.

O Golpe de Estado de 1930 que muitos afirmam ser uma revolução, mas que se tornou um marco para diferenciar da velha república oligarca rural para uma república mais urbana industrial. Getúlio Vargas foi o grande protagonista de um período de transição e de grandes efervescências políticas, seja no Brasil seja no Mundo.

Foi a Revolução Cubana e as ebulições políticas, no Brasil, com o crescimento de movimentos sociais rurais e urbanos que permitiram um cenário propício alimentado pelos EUA e os militares brasileiros aderiram a onda ditatorial, em toda a América Latina, vindo a ocorrer em 31 de março de 1964. Foram anos difíceis de resistência, toda uma geração silenciada e obrigada a cantar **ESTE É UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE... BRASIL AME-O OU DEIXE-O**. Mas foi nesses anos de chumbo que foi forjado o surgimento de novas lideranças e de novas lógicas de reconstrução de nossa democracia.

Surgiam não só pessoas, mas uma nova arquitetura social, para além do movimento sindical ou da relação do capital/trabalho. Os movimentos populares se organizavam no seu local de moradia, as juventudes se organizavam para além do movimento estudantil, as mulheres se organizam para além do lugar do doméstico e da reprodução, do lar e recatada e diziam lugar de mulher será onde ela quiser. A população negra se organizava para combater o racismo institucional e mais ainda as mulheres negras se organizam em rede de mulheres negras com políticas específicas.

A população antes LGBT agora LGBTQIA+ e podendo se estender quando tiver alguém que não se encaixe e reivindique ser sujeito de direito. As pessoas com deficiências e suas diversas características também se organizam como agrupamento. As pessoas em condição de terceira idade ou as chamadas pessoas idosas também se organizam a partir do

lugar de ser sujeitos(as) de direitos.

No campo, o velho dilema da seca, que o problema não era seca e sim falta de água, era o latifúndio, e as secas periódicas servidas para alimentar a velha política oligarca e coronelista, surgiu um novo movimento de convivência com o semiárido mudando toda uma cultura de dominação e opressão. E essa realidade Padre Cicero, o Santo do Nordeste, já anunciava na década de 1920, que o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão – era a anunciação da transposição do Rio São Francisco. Enfim, um novo linguajar ou nova plataforma no universo social do campo e da cidade, somos uma sociedade marcada pela **DIVERSIDADE HUMANA**, e será para essa diversidade que a democracia deve existir e se recompor, mas, na realidade, até hoje a democracia que temos não expressa esse modelo, os nossos parlamentos, digo nas três instâncias, ainda são marcados por uma lógica de classe, raça e geração e são compostos na sua grande maioria por homens brancos, ricos, homofóbicos, misóginos, racistas e velhos. Este é o grande desafio para os novos(as) sujeitos(as) que entram em cena, herdados de outras gerações que tanto lutaram para nos entregar esse modelo ainda em construção e que vai necessitar de muita resistência das novas gerações.

A política em campina grande, o lugar das mulheres, cenário e terreno para uma jovem mulher: negra, periférica, filha de trabalhadora doméstica

A política, na Cidade de Campina Grande, não se diferencia do *modus operandis* do modelo de democracia construído, no País, ao longo da história como afirmamos atrás – masculino, branco, oligarca, cristão.

A presença das mulheres sempre foi tímida, iniciada por Dulce Barbosa, na década de 1960, e depois vindo a ser ocupada por Maria Barbosa e, no período legislativo de 1996/2000, foi ocupado por três mulheres, Maria Barbosa – esposa do enfermeiro Manoel Barbosa, também ex-vereador, Cozete Barbosa, servidora pública, sindicalista representante da categoria dos servidores públicos municipais e Dra. Gealanza Guimarães – Médica, as três com perfis totalmente diferentes. Destacando-se outras passagens importantes como a de Tereza Braga – advogada combatente, a hoje senadora Daniela Bibeiro, Cozete Barbosa veio a ser vice-prefeita e prefeita por um curto período. E a

vereadora Ivonete Ludgero chegou a exercer a presidência daquela casa por dois mandatos, mesmo sendo a única mulher eleita. Outras mulheres passaram por aquele espaço de poder, seja como suplentes, vindas dos movimentos sociais populares, significando que as mulheres, de forma limitada, faziam disputas mesmo em pé de desigualdades para ocuparem aquele espaço.

Só nesta legislatura 2020/2024, que devido a um movimento nacional de reverter essa situação com leis de incentivo à participação das mulheres, que se percebe uma pequena alteração naquela casa com uma bancada de mulheres de 7 (sete) vereadoras das 23 cadeiras, entre elas está uma jovem mulher, negra, periférica, filha de mãe solo, trabalhadora dos canaviais pernambucanos, depois vindo a ser trabalhadora doméstica, no bairro operário de José Pinheiro na cidade de Campina Grande-PB.

Com o surgimento de um novo cenário político nacional na década de 1990, emergiu um movimento de juventudes que reivindicava seu reconhecimento como sujeitos de direito na Constituição Brasileira, buscando garantir direitos para o presente e não apenas para o futuro. Essa conquista foi alcançada durante o primeiro governo Lula, com a promulgação do Estatuto da Juventude. No Nordeste, crescia um movimento de jovens de origem popular, orientado e formado politicamente pela EQUIP – Escola de Formação Quilombo dos Palmares. Esse movimento incentivou a participação de diversas matrizes de juventudes, incluindo jovens do campo e da cidade, bem como jovens negros, indígenas e LGBTQIA+. Criou-se, assim, uma rede de jovens que possibilitou uma ampla articulação política no Nordeste, promovendo uma luta DE, COM E PARA JUVENTUDES.

A organização se dava por meio de núcleos estaduais, coordenados por uma direção regional composta por representantes de cada núcleo, todos com formação em Educação Popular pela EQUIP. Josilene Maria de Oliveira fazia parte do núcleo da Paraíba, sendo esta a primeira experiência de formação política para essa jovem em desenvolvimento.”Tendo como referência outra grande obra, servindo de base para o conhecimento teórico e político, podemos destacar a publicação da obra “O local e o global: limites e desafios para a participação cidadã”, de autoria do Professor Elenaldo Teixeira (in memoriam) publicado,

em 2001, pela Editora Cortez e pela Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP. Encontra-se na biblioteca digital da *ABONG – Associação Brasileira de Ongs*. A partir desse arcabouço teórico, essa geração se formava com incidência local com um olhar no global. Do meio popular, Jô Oliveira ocupa uma cadeira como acadêmica na Universidade Estadual da Paraíba, no curso de Serviço Social e como mes-tranda fez da universidade uma segunda escola da militância política. Desta militância, passou a ocupar os espaços de política institucionalizada, foi filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT) e, mais tarde, ao PSB onde disputou pela primeira vez um cargo no legislativo mirim em 2016, chegando a um total de 1.544 votos, conseguindo a primeira suplência de vereadora e claro provocando avaliações diversas de como uma mulher negra, pobre, periférica chegou a conseguir tantos votos, pois ninguém ouvia falar nessa mulher (e ela tirou dinheiro de onde?).



Figura 1 – Manifestação contra a deposição da Presidenta Dilma Russeff

Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Mas Jô Oliveira, estava em outras frentes, como gestora no Lar do Garoto, uma política pública para adolescentes em risco social, ou conflito com a lei. Depois vindo a ser Coordenadora Estadual do Orçamento Democrático – OD, e ainda Assessora Parlamentar na

Assembleia Legislativa da Paraíba. Jô Oliveira, despertava para a política partidária, pelo seu carisma, pela sua identidade política e racial, pelas suas escolhas, pelo seu lado, e pelas suas pautas. Jô Oliveira, havia sido beliscada pela MOSCA AZUL, outra obra escrita pelo Monge Benedito Frei Beto, que depois de sua passagem pelo poder, no início do primeiro governo Lula, no Programa Fome Zero, chama a atenção da esquerda como também do próprio PT para alguns aspectos da luta política, obra publicada pela editora Rocco em 2006. Essa obra também nos serve como referência e nos dar arcabouço para a formação dessa nova geração de sujeitos e sujeitas políticas e dessa nova esquerda.

Foi nesse cenário de possibilidades, que JÔ OLIVEIRA, vai conquistando um lugar na política macro e se candidatando mais uma vez em 2020, agora pelo PC DO B, para ocupar uma cadeira no legislativo mirim, na cidade de Campina Grande, conseguindo dobrar sua votação num total de 3.050 sufrágios, eleita a sexta mais votada na cidade naquele pleito.

Os analistas da política local mais uma vez se voltam para essa jovem mulher negra-periférica, que tem se destacado pelo seu carisma e coerência no que diz e faz. Seu mandato, conquistado pelo voto popular, tem possibilitado levar as pautas antes negadas como prioritárias para aquela casa, ela conseguiu levar o povo, historicamente, excluído para dentro de sua casa, o parlamento, nestes três anos deste primeiro mandato. No seu primeiro biênio, chegou a ocupar a mesa diretora, sendo primeira secretária da mesa diretora e líder da bancada de oposição.

O gosto pela política e o de se fazer ser ouvida e respeitada têm sido uma constante naquela casa legislativa, do saber a hora de avançar e a hora de recuar, têm sido uma de suas marcas. Com este perfil, Jô Oliveira, em 2022, disputa uma cadeira para a Assembléia Legislativa da Paraíba, sendo a quarta mais votada da Federação da Esperança, composta pelos partidos PT, PC DO B e PV, a terceira mais votada na cidade de Campina Grande, ocupa o lugar de primeira suplente de Deputada Estadual.

Hoje está à frente de uma bancada de 12 vereadores e vereadoras majoritária na Câmara Municipal, oposição ao atual mandatário e se preparando para novos embates, pleiteando um novo mandato como vereadora, num processo natural de preparação para novas disputas,

seja para a Assembleia Legislativa da Paraíba, seja para a Câmara dos(as) deputados(as), Senado Federal ou até mesmo o Poder Executivo, nesta cidade de Campina Grande-PB, pois entendemos que o caminho se faz no caminhar (já dizia Paulo Freire).

JÔ OLIVEIRA, tem uma enorme tarefa daqui para a frente, ela sabe disso, pois, na sua caminhada, muitas jovens adolescentes se espelham nela para ocupar estes espaços, que também são de mulheres negras e pobres. Jô Oliveira, ainda tem uma tarefa de fortalecer um projeto de esquerda visando a uma cidade com mais desenvolvimento, com mais inclusão com mais diversidade.

JÔ É UMA POSSIBILIDADE QUE PODERÁ ABRIR OUTRAS TANTAS POSSIBILIDADES. JÔ NÃO É UMA PESSOA, JÔ É UM PROJETO. E UM PROJETO NÃO SE FAZ SÓ, SE FAZ COM MUITAS MÃOS, SE CONSTRÓI COLETIVAMENTE.

UM FRAGMENTO DA MEMÓRIA DA ESQUERDA

*Socorro Ramalho*⁵⁹

ESTE RELATO DE ALGUMAS MEMÓRIAS SOBRE A ARTICULAÇÃO DAS ESQUERDAS em Campina Grande narra, sob minha perspectiva como militante dos movimentos sociais, eventos que podem contribuir para o entendimento de nossa organização atual. Cheguei a Campina Grande em 1976, numa época em que, como estudante da ESCOLA NORMAL, fomos obrigadas a esperar fardadas na Rua João Moura, desde às seis da manhã, pela passagem do ditador Ernesto Geisel, que só ocorreu ao meio-dia. Essa experiência gerou em nós uma revolta latente.

Em 1977, ingressei na Universidade Regional do Nordeste, onde comecei minha militância através do movimento estudantil. Naquela época, os movimentos sociais ganhavam força com o apoio de setores da Igreja Católica. Participava da Pastoral Universitária, cujas reuniões ocorriam aos pés da santa ao lado da catedral. Havia também a Pastoral da Juventude do Meio Popular, que formava jovens para a militância nas comunidades, além de outras pastorais, como a Operária. Por meio da Pastoral Universitária, rearticulamos e disputamos o diretório central dos estudantes, assim como os demais diretórios acadêmicos

59 Nascida em Boa Ventura, Sertão da Paraíba, Socorro Ramalho é mãe de cinco filhos e avó de quatro netos. Foi estagiária da Prefeitura Municipal de Campina Grande, onde atuou por vários anos como professora. Formada em Geografia pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), ela também é Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e, atualmente, trabalha como professora da rede estadual de ensino da Paraíba.

(CCHLA, CCT e Direito), com partidos como o PT (ainda em formação) e o PC do B.

Os partidos se manifestavam através de correntes políticas, sendo a VOZ ATIVA aquela que reuniu estudantes que posteriormente fundariam o PT na cidade. A primeira direção do DCE da URNE, eleita democraticamente, foi impedida de tomar posse na sede do diretório pelo Reitor, na época, Antônio Vital do Rego, realizando a cerimônia na calçada. Nesse período, também foram fundadas a AMPEP e ASPMCG.

No início dos anos 1980, as forças políticas de esquerda começaram a buscar novos espaços. Militantes do recém-fundado PT, PC do B, Prestistas (brizolistas), e o PLP - Partido da Libertação Proletária, estavam em movimento. Em 1982, a maioria das forças de esquerda apoiou Ronaldo Cunha Lima na corrida pela prefeitura contra Vital do Rego, visto como mais progressista. As eleições presidenciais de 1989 marcaram uma forte união das esquerdas em apoio a LULA, o que impulsionou os movimentos sociais em diversos setores: estudantil, sindical, comunitário e pastorais.

Os anos 1990 foram repletos de atos e manifestações, especialmente contra as reformas de FHC, o que dividiu temporariamente as forças progressistas. Somente, em 2000, as alianças foram retomadas com a coalizão PT e PMDB, apoiando Cássio Cunha Lima como prefeito e Cozete Barbosa como vice. Cozete, uma vereadora pelo PT que anteriormente obteve mais de duzentos mil votos para senadora em 1998, foi indicada como vice para assegurar o apoio de Cássio a Lula na eleição presidencial de 2002. Entretanto, Cássio optou por se filiar ao PSDB, levando ao rompimento do PT com seus aliados no governo municipal e resultando na candidatura de Rômulo Gouveia contra Cozete. O PT não alcançou o segundo turno, mas apoiou Veneziano Vital do Rego, transferindo quase todos os votos de Cozete, o que garantiu a vitória de Veneziano por uma diferença de 994 votos. O PT participou do governo de Veneziano com várias secretarias durante seus dois mandatos.

Em 2012, devido a uma aliança entre o PT e o PP na capital, com Luciano Cartaxo como candidato, o PT de Campina Grande rompeu com Veneziano, que apoiava Tatiana Medeiros, e decidiu apoiar Daniela Ribeiro. Naquele momento, o PT e o PP apoiaram mutuamente seus candidatos em João Pessoa e Campina Grande.

O golpe contra Dilma, em 2016, abalou profundamente as esquerdas em Campina Grande, deixando-as desarticuladas, exceto pelo movimento sindical, que se manteve ativo devido às pressões políticas sob o governo golpista de Michel Temer e o governo de J.B. de 2018 a 2022. A eleição de 2018 exigiu e promoveu a união das esquerdas novamente. A campanha de Haddad conseguiu reunir as várias vertentes ideológicas de esquerda e as forças progressistas, mas, devido à prisão de Lula, não tivemos força suficiente para vencer, e enfrentamos quatro anos do que considero o pior governo desde o fim da Ditadura Militar.

UMA HISTÓRIA DE MILITÂNCIA

*Davi Lobão*⁶⁰

APESAR DE SER FILHO DE UM JUIZ DE DIREITO CASSADO PELO GOLPE militar de 1964, pouco me envolvi na política durante minha infância, filho da cidade de Estância – SE, nascido em 1959, vivi criança os anos duros da Ditadura Militar, lembro perfeitamente do dia em que meu pai, de canoa, fugiu do cerco do exército que queria prendê-lo.

Era criança e estávamos no sítio Coqueirinho de propriedade do meu pai, quando amigos chegaram para informar que o exército estava vindo prendê-lo, lembro perfeitamente quando ele saiu numa pequena canoa, e minha mãe comigo no colo recebeu o exército que cercou a casa, e ela simplesmente respondeu aos militares que papai estava para chegar, que jantaria em casa, a espera dos militares por papai chegar em casa foi tempo suficiente para ele fugir e se esconder no Rio de Janeiro.

Talvez por isso, fui criado com poucas discussões políticas ao meu redor, chego em Campina Grande – Paraíba, para estudar Engenharia de Minas, em 1977, sem nenhuma compreensão do que vivíamos no país.

Minha primeira participação em uma atividade política foi em defesa de uma biblioteca para o Campus II da UFPB, hoje UFCG. Como era um estudante muito estudioso e morava numa república com mais 8 amigos, a biblioteca da universidade era meu local de estudo.

Final da década dos anos 70, o Brasil vivia uma efervescência na luta contra a ditadura, qualquer reivindicação estudantil era imediatamente ligada à luta: ABAIXO A DITADURA, não diferente na luta por uma

⁶⁰ Professor de Matemática do IFPB. Mestre em Álgebra. Fundador do PSOL em 2004.

biblioteca no Campus II da UFPB.

Rapidamente me vi envolvido na construção do Centro Acadêmico de Engenharia de Minas e fui eleito vice-presidente do DCE da UFPB, onde pela primeira vez um membro da direção do DCE seria do interior, nossa eleição foi a primeira direção do DCE da UFPB, eleita diretamente pelos estudantes após o golpe militar.

Particpei ativamente da reconstrução da UNE (União Nacional dos Estudantes), construindo e participando o Congresso dos Estudantes que ocorreu em 1979, minha gestão no DCE me fez conhecer toda a Paraíba, visitando e organizando os estudantes de todos os Campi da UFPB.

Meu primeiro passo, enquanto militante, deu-se quando me filiei ao Movimento Democrático Brasileiro – MDB, partido de oposição à ditadura, onde, por força da lei, só existiam dois partidos.

Neste período, já era militante do PCB, partido clandestino, que estava se reorganizando a partir da volta ao Brasil dos seus principais dirigentes, cuja ditadura os exilou.

Neste período, dois grandes revolucionários brasileiros passam a ter contatos comigo muito constantemente: Luis Carlos Preste e Gregório Lourenço Bezerra, essa relação teve uma enorme influência na minha militância.

Campina Grande, no final da década de 70 e início dos anos 80, era sem dúvida o centro político da Paraíba, aqui estavam as principais organizações da esquerda brasileira e os principais quadros do MDB e da ARENA (Partido da Ditadura).

Sob a orientação do PCB, participamos das eleições de 1982 no PMDB, o PCB e o PC do B fizeram uma aliança e numa eleição de cédula fechada apresentamos em Campina Grande a seguinte chapa: Governador: Antônio Mariz, Senador: Pedro Godim, Deputado Federal: Vanderlei Caixe (advogado de trabalhadores rurais), Deputado Estadual: Simão Almeida (dirigente partidário recém-chegado do exílio), Prefeito: Ronaldo Cunha Lima. Vereador: Peba (um dos principais militantes comunistas de Campina Grande).

Esta eleição foi a primeira que o PT participou, nós comunistas éramos muito tensionados por não estarmos construindo o PT, partido que traz no seu DNA as principais lutas do país naquele momento.

O racha do PCB, com a saída de Prestes do partido, trouxe consequências muito fortes para nossa militância, fui eleito para direção do Sindicato dos Professores da Paraíba, o qual transformamos em Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino Privado da Paraíba – SINTEENP-PB.

Imerso na militância sindical, dediquei-me a organizar o sindicato dos professores de escolas privadas, que se tornou o mais combativo do Brasil. Fomos considerados exemplos de luta e determinação. Promovíamos greves anuais e conquistamos acordos e dissídios coletivos que chegaram a ser reconhecidos pelo DIEESE como os melhores do país.

As eleições municipais de 1982 foram para mandatos de seis anos. Em 1986, tivemos eleições para governador, senador, deputado federal e estadual, mas nossa participação ainda era tímida, pois não havíamos definido um partido político específico para atuar. Já começávamos a discutir as eleições presidenciais, que só ocorreriam em 1989. Nesse período, houve divisões: enquanto eu apoiei Lula, meu grupo seguiu Brizola, sob a orientação de Luís Carlos Prestes.

Antes de chegar a 1989, vivenciamos uma eleição municipal significativa em Campina Grande, em 1988. O PT lançou a candidatura de Jairo Oliveira, que obteve 4.434 votos, superando figuras tradicionais da política local, como Williams Arruda e Edvaldo do Ó.

Na preparação desta eleição, o grupo dos comunistas que se identifica com Luís Carlos Prestes, passou por um amplo debate que seguiu unido para as eleições municipais, mas totalmente dividido na vida real.

A principal divergência, em 1988, girava em torno da orientação de Luís Carlos Prestes, que defendia que nossa atuação nas eleições municipais deveria priorizar o fortalecimento do PDT e, conseqüentemente, a candidatura de Brizola à presidência no ano seguinte. No entanto, a maioria dos militantes não concordava com essa estratégia e decidiu apoiar uma participação ativa nas eleições municipais de Campina Grande, com minha candidatura a vereador pelo PT.

Quando foi necessário formalizar nossa filiação ao PT para viabilizar minha candidatura, fui surpreendido por uma viagem e não pude comparecer. Os porta-vozes que nos representaram eram justamente aqueles que defendiam o fortalecimento do PDT. Fui informado mais tarde, por militantes do PT, que a solicitação foi apresentada de

maneira tão sectária e com tantas exigências que sua aprovação se tornou inviável. Assim, minha filiação ao PT para ser candidato a vereador em 1988 não foi aceita.

Uma informação importante, mesmo com uma campanha pelo PDT totalmente dividida e sem empolgação, principalmente após a visita de Luís Carlos Prestes à cidade de Campina Grande e o convite a Williams Arruda para participar da atividade, tivemos uma votação que somada aos votos do PT conseguiríamos atingir o coeficiente eleitoral e o PT teria feito seu primeiro vereador na cidade.

Em 1988, o PT se apresentou para as eleições como um partido da esquerda brasileira e totalmente independente dos políticos representantes das classes dominantes e o resultado foi expressivo.

Os grupos representantes da elite dominante em Campina Grande observaram o desempenho promissor do PT e fizeram ofertas de alianças, nas quais cargos foram propostos. Infelizmente, o PT sucumbiu a essas sedutoras propostas e, desde então, deixou de se posicionar como uma verdadeira alternativa política na cidade, frequentemente alinhando-se aos interesses dos grupos oligárquicos locais.

Com essa política de conciliação de classe trabalhada pelo PT na nossa cidade, João Pessoa que, naquele momento, trilhou por outro caminho, conduziu a política da esquerda no Estado e Campina Grande perdeu sua condição de cidade progressista.

Hoje podemos afirmar, categoricamente, que as eleições municipais de Campina Grande têm muito pouco a influência da esquerda, polarizada pelos grupos oligárquicos, a disputa eleitoral na nossa cidade é vencida por quem tem mais dinheiro.

O último quadro da oligarquia campinense com respaldo de massa foi sem dúvida Ronaldo Cunha Lima, seus herdeiros políticos nunca conseguiram capitalizar a liderança por ele exercida, eleger um vereador em Campina Grande passa a custar muito dinheiro e a consequência desse processo é devastadora, temos uma câmara de vereadores muito reacionária e desprovida de qualquer qualidade.

É preciso buscar a retomada dos ares do fim dos anos 70 e início dos anos 80, onde Campina Grande era, sem dúvida, a capital política do Estado, aqui se davam as principais discussões políticas, foi assim que com os meus 20 anos fui parar no Diretório Estadual do MDPB e

depois PMDB, representando a juventude.

É incumbência do PSOL – Partido Socialismo e Liberdade – desempenhar um papel crucial na reconstrução da esquerda em nossa cidade, apresentando candidaturas independentes e buscando o apoio daqueles que acreditam na luta dos trabalhadores. Esta tarefa é desafiadora, especialmente em um contexto atual mais reacionário do que o dos anos 1980. Precisamos ter paciência, mas a derrota da direita deve ser nossa prioridade. Nesse sentido, devemos procurar formar frentes com outros partidos da esquerda legal brasileira, mesmo estando cientes de suas limitações.

A luta contra o fascismo deve prevalecer sobre qualquer outra iniciativa, e é nisso que estou concentrando minha militância no momento.

**PARTE III:
LUTAS CONTRA
A DITADURA
CIVIL-MILITAR**



CAMPINA GRANDE: UMA CIDADE QUE JÁ FOI SINISTRA

Gilbergues Santos Soares⁶¹

AO FINAL DAS ELEIÇÕES DE 2014, COM A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF reeleita e Aécio Neves ficando em 2º lugar, a distribuição dos votos pelas regiões brasileiras pedia nossa atenção. Enquanto o Norte e o Nordeste apareciam majoritariamente em vermelho, as cores do Partido dos Trabalhadores (PT) de Dilma, o Sul e o Sudeste mostravam-se na cor azul, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) de Aécio. Na época, muito se falou daquele pontinho azul, “perdido” no mapa eleitoral nordestino, absolutamente encarnado⁶². Era Campina Grande única cidade paraibana onde o candidato do PSDB ficou em 1º lugar.⁶³ Isso já tinha acontecido em 2010 e se repetiu em 2018, quando o candidato da extrema-direita de tipo fascista, Jair Bolsonaro (PL), defensor da tortura e da ditadura militar, do racismo, da homofobia, dentre outras coisas, venceu nos dois turnos em Campina Grande.

61 Gilbergues Santos Soares Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor efetivo do Curso de História, da Universidade Estadual da Paraíba, desde 1993. Autor do livro “Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido?” lançado pela Editora da UEPB em 2015. gilbergues@gmail.com www.gilberguessantos.blogspot.com.br

62 No Atlas das Eleições Presidenciais, no Brasil, é possível encontrar dados sobre processos eleitorais municipais, estaduais e federal a partir de 1945. Atlas das Eleições Presidenciais no Brasil (google.com)

63 A imprensa paulista alcunhou Campina Grande de “A Ilha Tucana”. Para ver mais sobre isso: <https://www.uol.com.br/eleicoes/2014/noticias/2014/10/25/nordeste-tem-ilha-tucana-em-cidade-conhecida-como-a-sao-paulo-da-regiao.htm>

Mas, nem sempre foi assim! Esse viés conservador e de “*la destra*” do eleitorado campinense é relativamente recente. Neste artigo, pretendo demonstrar como historicamente Campina Grande apresentou características políticas e ideológicas progressistas e de “*la sinistra*”.⁶⁴ A intenção é reunir informações para que possamos entender como a cidade pôde, por exemplo, abrigar organizações de esquerda revolucionárias que lutaram contra a ditadura, implementada com o golpe civil-militar de 1964. Importa analisar a ambiência política que deu lastro à atuação de uma entidade que congregava estudantes, de um movimento nacionalista e de organizações em defesa das Reformas de Base e das Ligas Camponesas. Também, interessa atentar para como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) se organizou e atuou na cidade, considerando a efeméride dos 100 anos de sua fundação.

Até o início dos anos 1940, Campina Grande não se diferenciava de outras cidades do interior nordestino. A política local era marcada pela presença de grupos políticos tradicionais que se alternavam no poder, sempre a serviço de seus próprios interesses. Como não existiam os partidos nacionais, cada grupo local/regional criava sua agremiação para poder controlar a distribuição de favores. Em “Morte e Vida das Oligarquias” vemos que “são pequenos partidos organizados, sob o esquema clientelístico, mantendo-se, assim, a forma de autoridade fundamentada na máquina coronelística”. (Gurjão, 1994, p. 27). Assim, existiam o Partido Republicano da Parahyba e o Partido Progressista da Parahyba. Foi tentando se libertar disso que a sociedade campinense chegou ao início da segunda metade do século XX.

Como em todo país, as mudanças causadas pelo final da 2ª Guerra Mundial e da ditadura do Estado Novo (1937 e 1945) alteraram a vida da cidade e trouxeram novos atores políticos para o cenário municipal. Setores da sociedade brasileira reivindicam o fim da ditadura getulista, que era associada ao nazifascismo derrotado na Europa. Queria-se, também, anistia para presos políticos, falava-se em eleição e em uma nova constituição. Os brasileiros pareciam cansados dos autoritarismos totalizantes, pareciam querer algo democrático. Atores políticos nacionais mais relevantes, a exemplo de Getúlio Vargas e Luis Carlos Prestes,

64 Norberto Bobbio, pensador político, discute os significados de ser de direita e de esquerda em “Destra e Sinistra – Razões e significados de uma distinção política”.

entenderam bem as demandas políticas da sociedade e passaram a defender eleições (Santos, 2015).

Em maio de 1945, a anistia política foi aprovada, libertando os que tinham feito oposição ao governo ditatorial de Vargas. O caso mais famoso é o de Prestes, que estava preso desde 1935, com o fracasso da “Intentona Comunista” (Souza, 1994). A democratização de 1945 encontrou partidos nacionais como União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em processo de organização em Campina Grande. O PCB⁶⁵ é um deles, aparecendo inicialmente com outra identificação. Primeiro em João Pessoa e logo depois em Campina Grande, surgiu, em 1945, a União Socialista da Paraíba (USP) que um ano depois já seria o PCB. Para marcar seu aparecimento, no cenário político da cidade, a USP lançou um manifesto no jornal *A Voz Diária*, em 24 de maio de 1945:

O povo de Campina Grande não poderia permanecer alheio à renovação política nacional e mundial, oriunda da derrota do fascismo e da crescente importância das massas na vida dos povos. Por isso mesmo, acaba de organizar-se o núcleo local da União Socialista da Paraíba, com o fim de, oportunamente, filiar-se ao Movimento Socialista Nacional, liderado por Luís Carlos Prestes (Sylvestre, 1981 p. 38).

As intenções dos manifestantes, em nome de um “Comitê Provisório”, eram claras. Pretendiam, a partir da nova conjuntura política, participar de forma organizada dos movimentos liderados pelos comunistas. O trabalho da USP começou cedo a render dividendos políticos em Campina Grande. Já nas eleições de dezembro de 1945,

65 Uma explicação semântica, mas que importa nos estudos sobre a esquerda brasileira. O que surgiu em março de 1922 foi o Partido Comunista do Brasil (PCB) - Seção da 3ª Internacional Comunista com sede na URSS. Em 1947, PCB passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro, mantendo a sigla. No início dos anos 1960, um grupo deixou o PCB e fundou (ou refundou) o Partido Comunista do Brasil, com sigla PC do B, existente até hoje. Por cerca de 40 anos, tivemos dois partidos com legendas parecidas, PCB e PC do B. (Carone, 1982).

Yedo Fiúza, candidato a Presidente da República pelo PCB, teve 1.455 votos na cidade. Na mesma eleição, Prestes⁶⁶ e João Santa Cruz⁶⁷ tiveram 1.501 e 1.494 votos, respectivamente. Em 1947, nas eleições para o legislativo estadual, Félix Araújo, ligado ao PCB, teve 885 votos, ficando na 1ª suplência de João Santa Cruz, eleito com 1.654 votos. Considerando que Campina Grande tinha 18.304 eleitores neste período, e que estamos tratando de um movimento em formação, essas não deixam de ser, relativamente, boas votações.⁶⁸

Em 1951, Félix Araújo foi candidato a vereador em Campina Grande, sendo eleito em primeiro lugar com 2.797 votos.⁶⁹ O curioso é que ele não foi candidato pelo PCB, e sim por um certo Partido Libertador. O motivo é que a permanência de Araújo no PCB foi muito curta. Segundo Sylvestre (1981), ele teve os primeiros contatos com o partido comunista e com o marxismo-leninismo alguns anos antes de ir para Itália, como voluntário da Força Expedicionária Brasileira, lutar na 2ª Guerra Mundial. Na volta, participou, sempre em Campina Grande, de campanhas a favor da anistia e pelo fim do Estado Novo. Mesmo não sendo oficialmente filiado ao PCB, Félix recebia votos que o partido dispunha em setores sindicalizados, estudantis e em bairros populares.

Todavia, constantes desentendimentos entre Félix Araújo e a direção estadual do PCB vinham ocorrendo desde as eleições de 1947, pois ele enfrentava os dilemas de receber “ensinamentos da filosofia marxista-leninista, sendo de formação cristã” (Sylvestre, 1981, p. 65). Considerando uma manifesta vocação libertária e democrática, saiu do PCB para “livrar-se da rígida disciplina partidária” (Sylvestre, 1981, p. 66). A saída dele, em outubro de 1948, foi o ápice de uma polêmica travada, pela imprensa, com as “figuras da ortodoxia do PC paraibano”. Na oportunidade, divulgou uma nota em que justificou seu afastamento nos seguintes termos: “Em face da campanha de calúnia e de injúrias

66 Legislação eleitoral da época permitia que um mesmo candidato concorresse tanto à Câmara como ao Senado Federal. Prestes foi candidato a senador pelo Rio de Janeiro e a deputado por vários Estados, inclusive a Paraíba.

67 Militante comunista da cidade de João Pessoa, candidato a senador da República.

68 Dados do Arquivo do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. Departamento de Imprensa, 1973.

69 *Idem*.

desfechadas pelos comunistas contra minha dignidade pessoal, declaro ao povo paraibano que, por uma questão de honra, desligo-me, neste momento, do PCB” (Sylvestre, 1981, p. 68).

Afastado do PCB, Félix Araújo atuou como vereador até julho de 1953, quando foi assassinado por João Madeira, segurança do então prefeito da cidade Plínio Lemos. Ao que parece, o crime teve implicações políticas, já que Félix presidia uma comissão investigativa que vinha encontrando irregularidades nas contas da administração municipal. O fato é que o assassinato ganhou proporções políticas. Identificado com as lutas da esquerda, além das manifestações nacionalistas que cresciam país a fora, Araújo tornou-se símbolo desses movimentos em Campina Grande (Sylvestre, 1981, p. 70).

Importa encorpar a discussão sobre o PCB, pois falar em movimentos políticos e ideológicos em Campina Grande, entre os anos 1940 e 1960, e não relevar a atuação do PCB local é algo temerário. Interessa notar que o partido cresceu na cidade desde que passou a defender uma atuação pacífica e reformista, valorizando a participação nas instituições democráticas, principalmente no parlamento. Com esse espírito, e lastreado pela atuação que vinha sendo feita desde a democratização de 1945, o PCB elegeu (em 1955) Oliveiros Cavalcanti de Oliveira o primeiro vereador comunista de Campina Grande (Oliveira, 1999). Apesar de ter sido candidato pela Coligação Social Trabalhista, composta por PSD e PTB, Oliveiros era membro do Comitê Municipal do PCB e foi eleito com os votos desse partido.⁷⁰

Os comunistas campinenses atuavam no meio sindical, no movimento estudantil e nas Ligas Camponesas. Como tinham o gabinete do vereador Oliveiros na Câmara Municipal, dispunham de facilidades, sobretudo financeiras, para promover atividades como a organização da celebração do 1º de Maio e para criarem entidades como as Associações de Amigos de Bairro. Além disso, desenvolviam atividades de agitação e

70 PCB não tinha registro no Tribunal Superior Eleitoral que lhe permitisse funcionar legalmente. A estratégia dos comunistas era filiar seus candidatos em partidos de centro esquerda ou afins. Os partidos aceitavam tal estratégia, pois ganhavam votos dos comunistas para suas legendas e candidatos a cargos majoritários (Carone, 1982a).

propaganda, como o pichamento de muros e a distribuição de panfletos nas portas das fábricas existentes na cidade, mesmo que a atividade central fosse a realização de reuniões e assembleias (Oliveira, 1999).

Os sindicatos mais atuantes, e que estavam sob a liderança de militantes do PCB, eram os dos trabalhadores na indústria, no comércio e nos bancos. No Sindicato das Indústrias atuava-se, principalmente, pela manutenção de direitos trabalhistas, como 13º salário, férias proporcionais remuneradas e assinatura da carteira de trabalho. A estratégia dos comunistas era organizar pequenas paralizações nas fábricas⁷¹, através da mobilização que as células do partido, compostas por operários, conseguiam realizar (Oliveira, 1999). O PCB campinense orientava seus militantes sindicalizados a levarem para os sindicatos as palavras de ordem do partido, sendo que a recíproca nem sempre deveria ou poderia ser verdadeira (Santos, 2015).

No movimento estudantil, os estudantes ligados ao PCB, participavam de diretorias do Centro Estudantil Campinense (CEC) entre 1955 e 1964, bem como de diretórios acadêmicos universitários, como o da Faculdade de Direito da Universidade Regional do Nordeste (URNE) onde, segundo o ex-militante do PCB Antônio Arroxelas, dispunha-se de um núcleo bem-organizado para liderar atividades políticas (Arroxelas, 1999). O PCB atuava, ainda, junto às Ligas Camponesas, deslocando militantes para o trabalho político na cidade de Sapé⁷². Foi assim que teve contatos com outras organizações e lideranças da esquerda. No final da década de 1950, o advogado Francisco Julião despontou em Pernambuco como liderança do movimento camponês. Sua atuação contribuiu para que o PCB campinense tivesse contato com discussões travadas entre reformistas e revolucionários em nível nacional. É o próprio Oliveiros quem fala das discussões sobre como se junto às Ligas Camponesas. É onde se percebe como se dava a luta pela hegemonia do movimento em torno da reforma agrária.

71 Segundo Sylvestre (1988), existia em Campina Grande, em 1955, 245 fábricas, sendo 71 com mais de 5 operários.

72 Sapé se localiza a 70 km de Campina Grande. Sobre a Liga Camponesa de Sapé, e seu líder João Pedro Teixeira, uma boa fonte é o filme *Cabra Marcado Para Morrer*, de Eduardo Coutinho.

Nas Ligas, o partido atuou pelo comando e pela ação parlamentar de seus representantes. [...] tinha divergências porque Julião era radical e intervinha no processo, provocando a luta armada sem possibilidades de vitória. O partido não se afastava para não perder o contato com as massas, mas sentia que não daria certo. Quando Julião entrou, muitos membros do partido aderiram, era o grupo que defendia a reforma agrária na lei ou na marra. Durante os primeiros anos das Ligas, na Paraíba, o partido conquistou grandes vitórias: acabou com formas feudais de exploração da terra - meia, terço, cambão, pagamento do salário em comida, o barracão (Oliveira, 1999, p. 9-10).

Mas, os militantes comunistas locais ainda se incumbiam de outras tarefas mais restritas, principalmente a partir do golpe civil-militar de 1964, como a organização de reuniões orgânicas e o acolhimento de militantes, vindos de outros Estados para desenvolverem atividades políticas ou por estarem sendo perseguidos pela polícia. Antônio Arroxelas conta como acolheu, em sua residência, um dirigente nacional que veio, clandestinamente e com pseudônimo, a Campina Grande participar de uma reunião representando o Comitê Central do PCB em meados de 1967 (Arroxelas, 1999).

Havia, ainda, a militância do dia a dia, corriqueira, que demonstra um nível de organização bastante avançado: “O trabalho aqui era de pichamento de muro, lançamento de foguetes e faixas, ajudar movimento operário na celebração do 1º de maio, transformar clubes em organismos de defesa dos interesses populares” (Oliveira, 1998, p. 12).

Após o golpe de 1964, os comunistas locais estruturaram gráficas clandestinas para confeccionar material de propaganda, boletins e jornais que eram distribuídos em Campina Grande ou enviados para outras cidades (Oliveira, 1999). Em duas oportunidades, segundo reportagens do Diário da Borborema, foram apreendidos materiais de organizações de esquerda em ônibus que se dirigiam para outras cidades, saindo de Campina Grande. Na primeira matéria, fala-se de livros de autores marxistas encontrados em um ônibus que ia de Campina

Grande para João Pessoa.⁷³ Na segunda reportagem, relata-se a apreensão de farto material, como panfletos, jornais do PCB e material de estudo em um ônibus com destino à cidade de Caruaru.⁷⁴ Já em setembro de 1971, o mesmo Diário da Borborema trouxe a seguinte reportagem:

Fontes da Polícia Federal, dão conta que todos os seis membros do aparelho terrorista, desbaratado no mês de agosto passado, estão presos incomunicáveis, a disposição da auditoria da 7ª Região Militar, no Recife, aguardando julgamento. Eles eram responsáveis pela publicação de um jornal clandestino, 'Voz Operária', de caráter subversivo, que era impresso em Campina Grande e distribuído para todo o Nordeste.⁷⁵

A estrutura orgânica do PCB de Campina Grande se assemelhava a do partido em nível nacional. Existia um Comitê Municipal que se encarregava da direção e células que se organizavam de acordo com o local de trabalho, estudo ou moradia dos militantes. Nas épocas em que a repressão política estava mais acirrada, as células podiam ser subdivididas, ou somadas, de acordo com as necessidades de segurança de seus militantes. Inclusive, havia total subordinação da estrutura local em relação ao Comitê Central do partido. Oliveiros Oliveira relata como se dava o processo decisório no partido:

O partido tinha suas organizações de base, sua direção regional e nacional, mas todas as diretrizes vinham de cima. Em 1950, lançaram o Manifesto de Agosto, e eu fui a uma reunião em João Pessoa para discuti-lo. Lá disseram que quem discordasse seria expulso, que não

73 "Material considerado subversivo apreendido no ônibus". In: Diário da Borborema, 25 de setembro de 1969.

74 Manchete do Diário da Borborema, em 24 de junho de 1971: "Exército apreende material subversivo no Tambor".

75 Manchete do Diário da Borborema, em 07 de setembro de 1971. "Terroristas do jornal já estão presos".

tinha nada a adicionar e disseram: ‘Dê uma opinião’. Eu respondi: ‘Não, tem opinião não. Se discutir não vai ser expulso? Então é aceitar. É crer ou morrer (Oliveira, 1998, p. 9, grifos do autor).

Na volta dessa reunião, Oliveira reuniu militantes do PCB de Campina Grande e comunicou que existia um documento intitulado Manifesto de Agosto. Nele, determinava-se que o caminho para a transformação social seria a luta armada, que o dever dos comunistas era organizá-la e que não deveria haver divergências. Segundo Oliveira, todos aceitaram a diretriz, mas, convencidos de sua nulidade, mantiveram suas atuações em seus respectivos sindicatos, ocupados com as questões trabalhistas. Quando questionado por que os comunistas locais aceitavam permanecer num partido que não levava em consideração a opinião das bases, Oliveira foi lacônico: “Pela crença e pela fidelidade ideológica” (Oliveira, 1998, p. 11).

Na década de 1950, a tese de que o subdesenvolvimento do Brasil era fruto da dependência econômica que o país tinha perante o capital financeiro internacional ganhava adeptos. Vários setores da sociedade começaram a defender que o Brasil deveria se tornar independente, de fato, para ter total alcance sobre suas riquezas e sobre seu desenvolvimento. O exemplo disso foi a campanha em defesa do monopólio estatal do petróleo (Ferreira, 2016). Defendendo ideias como essas, surgiram em Campina Grande entidades como a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), reunindo deputados de vários partidos, e o Movimento Nacionalista Brasileiro (MNB), que reunia militares, liberais, comunistas, socialistas e católicos (Sylvestre, 1988).

As teses nacionalistas entraram em Campina Grande através do “Grêmio Literário Machado de Assis”, frequentado por intelectuais de esquerda e seguidores do deputado federal José Joffily do PSD e da FPN. O Grêmio serviu de base para a criação, em agosto de 1957, do Movimento Nacionalista Brasileiro – Seção de Campina Grande, que tinha, como o nacional, uma composição heterogênea. O MNB local participou dos movimentos políticos da cidade de 1958 até o golpe de 1964 e das eleições municipais de 1959 e 1963 (Sylvestre, 1988).

Os militantes do MNB campinense atuavam para inserir os

problemas da cidade no contexto das questões nacionais. Dessa forma, o alvo de suas ações eram as empresas estrangeiras Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro SA (SANBRA) e Anderson Clayton, que possuíam filiais em Campina Grande, e atuavam no processo de industrialização do algodão e do sisal, produtos caros à economia da cidade. O MNB acusava essas duas empresas de impedirem que pequenos industriais paraibanos comercializassem seus produtos e de se apropriarem da produção local. Devido a desleal concorrência que promoviam, graças ao poder econômico que possuíam, as empresas criavam problemas para os produtores locais, como a dificuldade de manter e renovar maquinário. Segundo o MNB, “a força monopolista da ‘SANBRA’ e ‘Clayton’ é dirigida contra agricultores na imposição dos preços do algodão e do sisal de acordo com interesses estrangeiras” (Sylvestre, 1988, p. 77).

O MNB campinense se desenvolveu a ponto de criar, em 1958, o *Jornal Evolução* que chegou a circular diariamente no início de 1960. Possuía, também, um programa semanal de rádio chamado “Voz Nacionalista”. Os dois divulgavam as ideias e ações do movimento nacionalista, em nível local, estadual e nacional. O jornal *Evolução* se ocupava, também, do sindicalismo. Os apresentadores do “Voz Nacionalista” enfatizavam que “numa cidade onde o entreguista Assis Chateaubriand conta com duas emissoras de rádio e um diário, um programa desse tipo é uma verdadeira arma popular!” (Sylvestre, 1988, p. 104). De fato, entre as décadas de 1950 e 1960, o movimento nacionalista campinense funcionava como uma espécie de caixa ressonância, para a sociedade local, do que ocorria no país (Santos, 2015).

Porém, é na década de 1960 que se vê bem a característica campinense de absorver movimentos políticos nacionais. Um bom exemplo foi quando do impasse institucional criado pela renúncia do presidente Jânio Quadros em 1961. Setores das Forças Armadas, e da sociedade civil, não aceitaram a posse do vice-presidente eleito João Goulart. Criou-se, então, a “Cadeia da Legalidade”, liderada pelo governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e pela União Nacional dos Estudantes (UNE) (Ferreira, 2016).

Em Campina Grande, aconteceram movimentos em defesa da legalidade. O CEC decretou greve geral dos estudantes e lançou, junto com

sindicatos, o “Manifesto ao Povo Campinense”, onde o nacionalismo é a marca. A Câmara Municipal de Vereadores aprovou moção em defesa da legalidade e se declarou em sessão permanente até que fosse selado o acordo político-militar que permitiu a posse de João Goulart (Sylvestre, 1988).

Inclusive, existia, no legislativo campinense, um bloco nacionalista composto por sete vereadores. Um deles, Ronaldo da Cunha Lima⁷⁶, apresentou projeto de lei para que o espaço físico entre os edifícios da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura Municipal fosse denominado “Largo da Legalidade”, com aposição de um busto de Leonel Brizola. Já o vereador Williams Arruda⁷⁷ apresentou um requerimento à Mesa Diretora da Câmara Municipal para que as emissoras de rádio da cidade integrassem à “Cadeia Nacional da Legalidade”. Além dessas ações, durante os dias 26 e 27 de agosto de 1961, foram organizados comícios e passeatas pela cidade contra as tentativas de impedir a posse de Goulart (Sylvestre, 1988).

A década de 1960 iniciou-se movimentada em todo o país. Eclodiam movimentos políticos e sociais tendo as reformas de base como objetivo central e em Campina Grande não era diferente. (Santos, 2015). Entre 1960 e 1968, o movimento estudantil ganhou força devido à atuação do CEC, fundado, em 1937, por estudantes que conheceram o Centro Estudantil Cearense, numa viagem a Fortaleza, e resolveram fundar uma entidade análoga em Campina Grande.⁷⁸ Já na década de 1940, os militantes do CEC participaram de manifestações a favor da redemocratização e da anistia. Na década de 1950, realizaram passeatas em protesto ao assassinato de Félix Araújo e em favor dos movimentos nacionalistas (Nascimento, 1990).

76 Ronaldo da Cunha Lima foi vereador e prefeito de Campina Grande nos anos 1960, tendo sido cassado por força do Ato Institucional nº 5 de dezembro de 1968.

77 Foi prefeito de Campina Grande entre os anos de 1964-1969.

78 Esta versão é apresentada por Josué Sylvestre. Mas, existe outra versão, não documentada, que diz que os fundadores do CEC resolveram mudar a grafia da palavra estudantil já que o país vivia sob a ditadura do Estado Novo. Os estudantes teriam optado por uma grafia diferente como forma de burlar a vigilância dos órgãos de repressão. Para eles, “estudantil” teria conotação comunista, já “estudantal” remeteria a uma entidade esportiva, cultural ou mesmo de lazer.

A atuação do CEC se intensificou com a campanha pela posse de Goulart. A partir daí liderou greves contra os aumentos das passagens de ônibus e das entradas de cinemas. Claro, o CEC focava suas atenções nas questões da educação. Assim, organizou movimentos a favor da equiparação do curso básico de comércio ao ginásial e para que os concluintes do Curso Técnico e de Comércio pudessem prestar vestibular para faculdades. Pelo seu nível de organização, influenciava, e até mediava, questões sociais e políticas da cidade, além de “importar” discussões e movimentos que aconteciam nos grandes centros urbanos do país. Por isso mesmo, funcionava como uma espécie de porta-voz das demandas e problemas comunitários, sem, no entanto, perder de vista as questões nacionais (Nascimento, 1990).

Tratava-se de uma entidade com mecanismos e reivindicações específicas, mas que pautava sua atuação pelas lutas políticas nacionais. O CEC possuía um “mini-legislativo” com 21 representantes⁷⁹ que semanalmente se reunia. Esses representantes, que podiam ser ligados a partidos políticos, debatiam ideias e apresentavam projetos (Nascimento, 1990). É sintomático que muitos deles tenham enveredado para a política institucional, como é o caso de Ronaldo da Cunha Lima, para ficar em um exemplo. Talvez seja por isso que a entidade fosse chamada, para o bem e para o mal, de “escola de líderes” (Santos, 2015).

Media-se a relevância do CEC, para a cidade de Campina Grande, pela forma como as eleições para sua diretoria mexiam com a cidade. Os partidos e políticos tradicionais se envolviam na disputa, lutando aberta ou disfarçadamente em prol das chapas ligadas às suas agremiações. Os candidatos à presidência iam às salas de aula dos diversos colégios, públicos e privados, participavam de debates e comícios à porta das escolas ou na Praça da Bandeira. Ainda se faziam passeatas e distribuía boletins e panfletos, além dos carros de propaganda circulando pela cidade. No dia da eleição, ônibus e automóveis transportavam os “eleitores” dos bairros para os locais de votação (Nascimento, 1990).

Até meados de 1963, o CEC era, em geral, presidido por estudantes ligados aos partidos e políticos tradicionais. Com golpe de 1964, ou por causa dele, estudantes de esquerda, ligados em sua grande maioria ao

79 Cada escola secundária de Campina Grande elegia um representante para compor o conselho da entidade.

PCB, passaram a dirigir a entidade. Como nos diz Oliveiros: “O CEC era grande, por isso mesmo fecharam e acabaram com ele. Naquele tempo, **não havia cursos universitários e os** secundaristas mandavam na cidade” (Oliveira, 1999, p. 9). Atenta à conjuntura, a entidade se concentrou em ações, como os protestos públicos contra a ditadura militar e manteve-se ativa até a edição do Ato Institucional N° 5. Com uma intervenção, em 1969, o CEC fechou suas portas para nunca mais abri-las, até porque muitos de seus militantes partiram para outros tipos de atuação política (Santos, 2015).

Como o movimento estudantil, as Ligas Camponesas também se organizaram em Campina Grande. A mais relevante delas foi a Liga do Bairro do Tambor, liderada pela advogada Ofélia Amorim, ligada ao deputado federal Francisco Julião que esteve algumas vezes em Campina participando de manifestações e reuniões (Almeida, 1999). Importa enfatizar que militantes do PCB, juntamente com membros da Igreja Católica, atuavam junto às Ligas. “Não é coincidência que o processo de formação inicial das Ligas ocorreu no início da década de 50, quando o PCB começou a trabalhar no sentido de capacitar teoricamente seus militantes, ou seja, criar quadros para a luta política” (Aued, 1986, p. 53).

Campina Grande, como todo o país, entrou em ebulição em 1963. Na eleição desse ano, Newton Rique foi eleito prefeito pelo PTB com uma plataforma nacionalista e popular. Rique aprovava as propostas reformistas de João Goulart e mantinha clara mensagem desenvolvimentista, influenciado que foi pelos economistas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), onde ocupou o cargo de diretor entre 1960 e 1962.

Após a posse de Newton Rique, nacionalistas da cidade promoveram manifestações em favor das reformas de base e pressionaram deputados federais do Estado para que votassem a favor delas no Congresso Nacional. Mas, com o golpe civil-militar, eles foram desarticulados e já, em junho de 1964, Rique teve seu mandato cassado por um decreto do governo militar de Castelo Branco. A justificativa para sacá-lo da prefeitura foi a acusação, nunca comprovada, de ele ter cometido irregularidades nas contas da administração pública (Sylvestre, 1988).

Cassar Newton Rique foi a forma dos militares para desarticular o

movimento nacionalista campinense. Militantes do MNB local, que atuaram junto a Rique efetivando projetos reformadores, foram afastados da administração municipal, pois o prefeito que assumiu, João Jerônimo da Costa, havia se comprometido com o governo militar que implantava uma ditadura. Campina Grande entrou nos anos 1970 sobre intervenção militar, sendo governada por um major do Exército.

Os movimentos e organizações políticos aqui descritos foram todos desarticulados por uma brutal repressão estatal. Isso foi o começo do fim. Foi a partir da ditadura militar que Campina Grande foi deixando de ser “sinistra” para se tornar “destra”, mas isso já é história para outro momento.

Referências

ALMEIDA, Ana Rita. **Ana Rita Almeida:** entrevista [ago. 1999]. Entrevistador: Gilbergues Santos Soares. João Pessoa. 284 min.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil** (1964/1984). 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.

ARROXELAS, Antônio Augusto. **Antônio Augusto Arroxelas:** entrevista [jul. 1999]. Entrevistador: Gilbergues Santos Soares. João Pessoa. 222 min.

AUED, Bernardete W. **A vitória dos vencidos (Partido Comunista Brasileiro - PCB - e Ligas Camponesas)**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1986.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda**. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CARONE, Edgar. **O PCB - 1922/1943**. v. I. São Paulo: Difel, 1982a.

_____. **O PCB - 1943/1964**. v. II. São Paulo: Difel, 1982b.

_____. **O PCB - 1964/1982**. v. III. São Paulo: Difel, 1982c.

FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de A. Neves. (Organização). **O Brasil Republicano – O tempo da experiência democrática, da redemocratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GURJÃO, Eliete de Queirós. **Morte e vida das oligarquias.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **O Centro Estudantal Campinense: 1955/1960** - Estudo sobre uma geração de lideranças políticas de Campina Grande. Dissertação apresentada no curso de Mestrado em Sociologia da UFPB: Campina Grande, 1990.

OLIVEIRA, Oliveiros Cavalcante. **Oliveiros Cavalcante de Oliveira:** entrevista [ago. 1999]. Entrevistador: Gilbergues Santos Soares. João Pessoa. 263 min.

SANTOS, Gilbergues. **Heróis de uma revolução anunciada ou aventureiros de um tempo perdido? A atuação das organizações de esquerda em Campina Grande – 1968-1972.** Campina Grande-PB: Editora da UEPB, 2015.

SOUZA, M^a do Carmo Campello. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930/1964).** São Paulo: Alfa-ômega, 1983, tária/UFPB, 1994.

SYLVESTRE, Josué. **Nacionalismo e Coronelismo (1954 a 1964)** - Fatos e Personagens da História de Campina Grande. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1988.

_____. **Lutas de vida e de morte (1945 a 1953)** – Fatos e Personagens da História de Campina Grande. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico. 1981.

ENTRE AS BANDEIRAS DE LUTA E A DITADURA MILITAR: O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM CAMPINA GRANDE – PB (1964/1968)

*Erica Lins Ramos*⁸⁰

Introdução

Na manhã de ontem, as autoridades policiais de Campina Grande tomaram conhecimento de que, apesar da proibição, os estudantes pretendiam realizar manifestações de protestos na cidade. A hora prevista era para as 11 horas e em vista disso, às 10:30, vários pelotões da Polícia Militar começaram a se deslocar para as ruas principais da cidade, principalmente em frente ao edifício Margarida Palomo, na Rua Maciel Pinheiro, onde a aglomeração dos estudantes era maior desde, as primeiras horas da manhã.

[...]

80 Erica Lins Ramos, graduada em História pela Universidade Estadual da Paraíba, especialista em História do Brasil e da Paraíba pelas Faculdades Integradas de Patos – FIP, Mestre em História pela Universidade Federal da Paraíba. Professora de História do Estado da Paraíba e do Município de Casserengue. Desde a graduação, pesquisa sobre o movimento estudantil na cidade de Campina Grande – PB e suas lutas para garantir a democracia e os direitos estudantis, em tempos de ditadura militar.

Em vista disso os estudantes desistiram do intento de fazer uma manifestação na Rua Maciel Pinheiro e passaram a adotar a tática do despistamento, fazendo comícios relâmpagos em diversos pontos que eram logo dissolvidos com a chegada da Polícia.

[...]

Polícia resolveu colocar um ponto final.

Os jovens foram então para frente do Teatro Municipal, sempre dando continuidade aos comícios relâmpagos.

Cêrca de dez minutos depois chega a Polícia Militar, e, dessa vez, os Delegados Joaquim Sinfrônio da Silva e João Valdevino da Silva, que a comandavam, resolveram colocar um ponto final na prática de despistamento, adotada pelos estudantes para realizarem os comícios relâmpagos.

Para isso, prenderam três jovens, que ali se encontravam, enquanto os outros saíram em desabalada carreira.

[...]

Os três jovens detidos foram levados para a Delegacia de Polícia e dez minutos depois já se encontravam em liberdade.

Enquanto isso, os seus colegas, se reunião no interior do Restaurante Universitário e os soldados se recolhiam à Delegacia de Polícia, onde permaneceram de prontidão (JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, ESTUDANTES ADOTAM TÁTICA PARA

O evento ocorrido, nas ruas de Campina Grande – PB, corresponde a um ato de protesto contra o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, ocorrido no dia 28 de março de 1968, enquanto fazia sua refeição no restaurante Calabouço, no centro do Rio de Janeiro.

Os três estudantes mencionados pela reportagem são: Aderaldo Pinto, George Santos Lima e Marcos Antônio Lima da Silva, de fato, eles foram logo liberados, conforme enuncia a reportagem, mas não antes que terem suas fichas preenchidas no Departamento de Polícia, que posteriormente será utilizado para justificar novas prisões.

Aqui estamos para compartilhar com os leitores um pouco da nossa caminhada iniciada durante a graduação com o objetivo de pesquisar a possibilidade de movimentos estudantis durante a primeira fase da ditadura militar 1964-1968 em Campina Grande. Nesta pesquisa constatamos sim a ocorrência de movimentos estudantis na cidade, então, seguimos com a pesquisa no mestrado, que teve como objetivo estudar as principais bandeiras de luta do movimento universitário campinense durante os anos de 1964-1968.

Levando em consideração os novos campos abertos a partir da década de 1970, em relação às fontes de estudo e ao seu uso pelo historiador, nossa pesquisa caminha entre esses novos horizontes, sem deixar para trás os antigos métodos. Dessa forma, o trabalho que nos propusemos a desenvolver, buscou subsídios em fontes do Departamento de Ordem Policial e Social (DOPS) de Âmbito Estadual, de literaturas acerca do nosso objeto de estudo, como também e, principalmente, de fontes como as matérias jornalísticas e os relatos orais.

Essas leituras ainda nos foram importantes porque, a partir do conhecimento adquirido, direcionamos as nossas pesquisas nos periódicos e viabilizamos as nossas entrevistas, pois, de acordo com Alberti (1989):

Na História Oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial e peculiar, uma vez que é realizando uma pesquisa em arquivos, bibliotecas, etc., e com base em um projeto que se pode produzir

entrevistas que se transformarão em documentos, os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com os arquivos e demais instituições, de consulta e documentos é, portanto, bilateral: enquanto se obtém das fontes já existentes material para a pesquisa e a realização de entrevistas, essas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início (Alberti, 1989, p. 45).

Para nos beneficiarmos dos novos horizontes abertos pela historiografia ao ofício do historiador, também adotamos como fontes de estudo os periódicos. Embora, tenha o conhecimento das subjetividades presentes nos periódicos, sejam elas dos jornalistas, das empresas responsáveis pela edição/publicação ou de outros órgãos como o Estado, que podiam controlar as notícias a serem divulgadas mediante censura, os periódicos são importantes em nossa pesquisa por registrarem cotidianamente as correlações de força ocorridas entre o movimento estudantil e o Governo em exercício.

Em linhas gerais, no que se refere à organização e à análise, trabalharemos com acervos e com a história oral, tendo como base as pesquisas documentais, que se encontram nos arquivos do DOPS, nos acervos, e os depoimentos dos próprios estudantes. Nesse âmbito, os objetivos desta escrita foram pensados de modo a nos dar subsídios para compartilhar com o leitor a atuação do movimento estudantil campinense entre os anos de 1964 a 1968. Ainda, levando em consideração as limitações de uma escrita de artigo, esperamos provocar o desejo de novas leituras para que assim possamos conhecer um pouco mais sobre a história dos movimentos de esquerda na cidade de Campina Grande - PB.

As aspirações estudantis em tempos de horizontes fechados

No campo político, Campina Grande, assim como outros municípios, Estados e o País, sofreu as perseguições instituídas pelo golpe civil-militar e

amargurou a nova conjuntura política instituída no país, porquanto a cidade e o Estado foram atingidos em seu corpo político, tanto de forma direta quanto indireta.

No imediato pós-golpe, a intervenção do governo no âmbito estudantil da cidade ocorreu no Centro Estudantil Campinense (CEC), de acordo com o nosso entrevistado: “A repressão foi imediata, o Centro Estudantil Campinense foi invadido, e as pessoas tiveram que fugir, os estudantes não tiveram nem como oferecer uma reação”⁸¹.

Em seu depoimento, Jorge enfatiza a imediata repressão dos militares ao CEC, fato este que é noticiado pelo Jornal Diário da Borborema:

O Comitê Estudantil de Resistência Democrática, órgão que funcionava desde 1956, conseguiu, ontem, após entendimentos com o Comandante do Batalhão de Serviços de Engenharia, assumir a presidência do Centro Estudantil Campinense, face a ausência dos seus dirigentes, da entidade desaparecidos desde o dia 1º passado.

[...]

Em visita que fizeram, ontem, à noite a redação, do Diário, os novos dirigentes do CEC, adiantaram que o Presidente deposto, Jurandy Alcântara⁸², estava co-

81 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

82 Jurandy Cardoso de Alcântara foi levado ao Quartel do Batalhão de Engenharia do Exército, situado na cidade de Campina Grande, onde passou um dia preso. Quando entrou no Curso de Economia na FACE, continuou a sua militância, devido à qual teve a sua matrícula definitivamente impedida pelas forças repressivas, conforme prontuário do DOPS – 1032 – de 25/02/1969. E para não ser novamente

brando 250 cruzeiros pela carteira de estudante, remetendo, desse dinheiro, a importância, de 100 cruzeiros para o Jornal comunista “Novos Rumos”, desviando, assim, vultosas somas para ajudar a subversão da ordem e aos agentes de Moscou que tentavam a sovietação do país. Jurandy de Alcântara também se encontra desaparecido. (JUNTA GOVERNATIVA ASSUMIU, ONTEM, COMITÊ ESTUDANTIL: DIRIGENTES FUGIRAM, JORNAL DB, 09/04/1964, p. 8).

O CEC iniciou suas atividades na cidade no dia 06 de outubro de 1935, o seu nome estava vinculado a uma tática dos estudantes para burlarem o sistema, uma vez que o comum desses Centros era serem chamados de estudantis. Porém, essa nomenclatura estava associada ao comunismo, conforme enfatiza Amilton, quando perguntei por que Estudantal, e ele diz:

Estudantal, não é novo, ele é uma das entidades mais antiga de Campina Grande e não tenho assim..., se não me falha a memória ele é de 1935, e nessa época, o nome estudantil estava ligado ao que eles chamavam de comunismo, então quando Campina Grande resolve criar o Centro, para evitar problema em seu registro resolve colocar o nome Estudantal.

O Centro atuava nas paralisações, em greves, nas questões da manutenção dos vales dos passageiros de transporte coletivo, o Estudantal teve uma influência muito grande durante essa manutenção, durante três anos e meio não houve aumento de transporte coletivo aqui em Campina Grande mais ou menos em março de 68, quando o Centro é fechado e até mais ou menos agosto, setembro de 66, não teve aumento de transporte aqui em Campina Grande, porque o Estudantal tinha um contato muito grande com

preso, refugiou-se em Recife.

as CHAVES, as Sociedades de Amigos de Bairro que também é algo interessante, porque, em todo canto temos as Associação de Moradores, e em Campina Grande, talvez por influência de Recife é a Sociedade de Amigos de Bairro. A Sociedade obteve uma facilidade muito grande de ter contato com essas pessoas e geralmente o movimento era conjunto, os estudantes paravam, e a população também⁸³.

O objetivo do CEC era de lutar pelas causas sociais e estudantis – contra o aumento de passagens; por livros didáticos para estudantes menos favorecidos financeiramente; fiscalização dos eventos e as carteiras de estudantes, entre outros.

Nessa perspectiva, o CEC congregava os estudantes secundaristas, atuando para atender às suas necessidades, o que, de forma direta ou indireta, beneficiava a população.

Reverenciamos sempre e sempre os nomes que, em 1935, deram início a essa obra que ficará de pé por toda a vida, pois temos certeza que enquanto Campina Grande existir existirá sempre o seu Centro Estudantil. Campina não poderá jamais prescindir da presença do Centro, já que esse é uma célula, seu organismo de comuna. É ele o arauto indormido na defesa do ideal da mocidade que aqui luta, por um Brasil de amanhã. (18 ANOS DE LUTAS E DE GLÓRIAS MAIS UMA ETAPA VENCIDA PELO CENTRO, JORNAL FORMAÇÃO⁸⁴ 10/1953).

Nesta perspectiva, percebemos o CEC como um ponto de partida para o estudante secundarista comprometido com as causas sociais e

83 Entrevista concedida por FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007 a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

84 O Jornal Formação é um órgão do Centro Estudantil Campinense que, na época, encontrava-se sob a presidência de Ronaldo Cunha Lima. O jornal também comemorava o seu décimo oitavo aniversário.

estudantis que com o seu engajamento logo estaria vinculado a outros movimentos como enfatiza Amilton: “Aqui em Campina Grande tinha o Centro Estudantal Campinense. E no Centro Estudantal Campinense a maioria dos seus diretores estavam ligados na Ação Popular⁸⁵”.

A Ação Popular (AP) surgiu a partir de novas visões políticas dos jovens que formavam grupos como a Juventude Estudantil Católica (JEC) e a Juventude Universitária Católica (JUC).

Quando os bispos condenavam, em nome da ortodoxia católica, as opções da JUC, boa parte de seus quadros formou, em 1962, a Ação Popular (AP), movimento político não confessional dedicado à luta pelo socialismo, que terá bastante sucesso – ganhando a hegemonia no movimento estudantil e suas entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE). (Löwy, 2007, p. 308).

De acordo com POERNER, (1979), a UNE nasceu na “Casa do Estudante do Brasil”, entidade simpática ao poder público, onde o Conselho Nacional de Estudantes, depois de instalado solenemente pelo Ministro da Educação – Gustavo Capanema – realizou, em 12 de agosto de 1937, sua primeira sessão ordinária, dirigida pela Presidente vitalícia e fundadora daquela casa, a Sra. Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça. A partir de então, verificamos que, como esboça Arns (1985), a UNE tendenciou sua luta para um bem comum à população.

A UNE – União Nacional dos Estudantes, que existiu a partir daí, como símbolo e entidade unificadora das lutas estudantis em escala nacional, tanto aquelas voltadas para questões específicas do ensino, quanto às guiadas por motivações políticas específicas: em defesa da democracia, em solidariedade às lutas operárias, em favor dos direitos humanos e contra as ditaduras (Arns, 1985, p. 131).

85 Entrevista concedida por FRANÇA, Amilton de. Em 22/10/2007, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2007.

Com a criação da UNE, surgiram novos grupos destinados a atender as necessidades dos estudantes, que frequentemente estavam ligadas a questões sociais. Entre esses grupos, estavam entidades de orientação católica, como a JEC e a JUC. Quando essas entidades deixaram de atender aos propósitos dos estudantes, surgiu a Ação Popular (AP). Este novo movimento não se restringia apenas às questões acadêmicas, mas também incorporava valores políticos e sociais, como destaca nosso entrevistado:

Eu apenas participei da JEC, antes da ditadura, militando no Centro Estudantal Campinense, e depois na AP. Não fui muito engajado em entidades, apenas cumpria a minha tarefa que era abrigar as pessoas perseguidas. Não participava de reuniões e nada, eles nem queriam que eu participasse, apenas era para eu dar abrigo às pessoas perseguidas.

Como militante eu tinha uma função específica. As pessoas que vinham de fora perseguidas, eu arranjava lugar para elas ficarem aqui, seja na minha casa, na casa de um conhecido, ou em qualquer lugar, eu escondia essas pessoas, então essa era a minha função. Muitas das pessoas que eu abriguei foram posteriormente presas e outras assassinadas. Teve um que se chamava Comprido, ele apareceu morto, preso em Vitória de Santo Antão, foi levado para o DOPS do Rio de Janeiro, e ele apareceu morto por lá. Teve outra militante que eu abriguei e morreu no DOPS, a mídia publicou uma foto dela enforcada com um cinto que ela usava, no banheiro, como se ela tivesse cometido o ato, ela era de Natal. Teve também um chamado Jeremias, que sumiu, deve ter sido assassinado. Então morreram muitas pessoas que a imprensa não divulgou, porque ela era manipulada⁸⁶.

86 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

Jorge, apesar de não participar assiduamente das reuniões, por orientação da entidade – uma tática do movimento estudantil – desenvolveu um papel de suma importância na militância, ao dar abrigo aos perseguidos pelo regime militar. Ao abrigar pessoas estranhas em sua residência ou pedir abrigo a outros para proteger outras cujos nomes ele sequer sabia, fez a diferença entre a vida e a morte, a liberdade e a prisão, para alguns militantes, embora muitos dos que ele abrigara, posteriormente, “caíram”, foram presos ou mortos pelas causas que defendiam. No entanto, os casos mencionados por Jorge e tantos outros que resultaram no desaparecimento de militantes eram ofuscados, ou sequer mencionados pela mídia, porque a política das Forças Armadas procurava deter todo e qualquer instrumento ou ação que fosse contra os seus princípios, por isso a mídia era como um instrumento que o Governo precisa manipular.

Estando os estudantes campinenses articulados com as entidades estudantis nacionais e desenvolvendo esta militância em seu território, no qual, em tempos de ditadura militar lutar por direitos é também lutar contra o Governo, desejo compartilhar com o leitor uma temática pouco conhecida na historiografia da militância estudantil campinense, que faz referência à luta dos estudantes contra as anuidades. Segundo Cacilda, a militância contra as anuidades acontecia: “Porque tinham muitas pessoas que queriam estudar, mas não tinham condições de pagar, e a gente queria que todo mundo tivesse oportunidades, essa era a nossa luta⁸⁷”. Nesse âmbito, a Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), promoveu o I Seminário de Didática do Ensino Superior, entre os dias 18 e 22 de junho de 1968. Entre os problemas enfrentados pelos universitários, destaca-se o da anuidade, devido à falta de recursos dos universitários para pagarem esse investimento e se manterem nas Faculdades, visto que a renda per capita da cidade era inferior à de outros Estados, como consta no artigo de Lopes de Andrade:

No caso do pagamento das anuidades escolares, que analisei em relação à Faculdade de Química da URN de Campina Grande, o problema fundamental não

87 Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

é pagar ou deixar de pagar, mas, sim, como pagar as anuidades.

Salvo as regiões de São Paulo (Capital) e Guanabara, onde a renda “per capita” brasileira já ascende, numa moeda mais ou menos estável, a 1000 dolares por ano, em todo o resto do Brasil não há condições objetivas que autorizem o pagamento de coisa alguma, em termos de Povo.

No Nordeste, só a partir dos últimos três anos a renda “per capita” atingiu 150 dolares por ano.

Em relação ao caso particular da Faculdade de Química da URN, o que é justo pedir, aos estudantes é mais compreensão do problema das anuidades escolares, e não que eles se considerem maus pagadores ou que se julguem obrigados a pagar o que a renda global da região não permite.

As resoluções 7 e 8 do I Seminário enfatizam o “boicote à Política Educacional do Governo”, com a denúncia do “plano de dominação cultural do imperialismo contra a cultura nacional, alienando o estudante da realidade”.

A política Educacional do Governo é coisa que não sei se existe (ESTUDANTES TÊM RAZÃO, JORNAL DB, 22/06/1968, p. 2). (Grifos da autora).

Para Cacilda, a questão das anuidades está ligada meramente a um problema financeiro dos estudantes. Ao interpretar a reportagem do Jornal DB, concluímos que os três primeiros parágrafos também tentam transmitir essa mesma informação aos seus leitores, mas, nos dois últimos parágrafos, o próprio Lopes de Andrade, mesmo que, de certa forma, abdicando de prestar informações sobre a política educacional

do Governo, via influência norte-americana, menciona uma luta dos estudantes contra ao imperialismo norte-americano em nossa educação. Nessa perspectiva, lutar contra as anuidades, para Jorge, era também lutar contra:

[...] uma tendência a se privatizar o ensino público, então lutar contra as anuidades era evitar que a ditadura conseguisse privatizar a educação. E de fato ela não conseguiu privatizar o ensino público. Agora esse foi um movimento nacional, contra a privatização do ensino público e contra o imperialismo norte-americano em nossa educação⁸⁸.

Em sua fala, Jorge, deixa clara a sua preocupação com o acordo MECUSAID. Sobre a militância contra este acordo, o ápice do repúdio ao referido se manifestou com a queima da bandeira dos Estados Unidos pelos estudantes, durante a passeata realizada depois da Assembleia. Conforme enfatiza o trecho abaixo extraído do Jornal DB:

Logo após o encerramento da Assembleia, [...] os universitários campinenses apoiados pelos estudantes secundaristas, rumaram em passeata para o largo da prefeitura localizando-se a multidão em frente ao edifício da Reitoria da Universidade Regional do Nordeste. Naquele local, os estudantes, ostentavam cartazes alusivos ao acordo MEC-USAID deram início ao anunciado comício do qual fizeram parte vários oradores, todos eles concitando o povo a não aceitar o referido convenio, que, segundo os universitários, “destina-se a promover a esterilização mental da juventude estudiosa do Brasil”.

Durante o “meeting” dos universitários, falaram entre

88 Entrevista concedida por LEITE, Jorge de Aguiar. Em 03/01/2013, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2013.

outros, Antonio Carvalho, Antonio Fernandes, José Leopoldo, João Batista, Geraldo Albuquerque, Ana Rita de Almeida, Inácio de Loyola, os secundaristas, Apolônio Cardoso, Marcio Airton Vilar.

QUEIMARAM A BANDEIRA

A concentração pública teve o seu encerramento por volta das doze horas e trinta minutos, quando os estudantes ostentaram uma bandeira norte-americana, que recebeu o repúdio da multidão, sendo logo em seguida rasgada e queimada pelos estudantes. E enquanto o símbolo dos Estados Unidos incendiava suspenso por uma vara, tôda a multidão, composta de estudantes e elementos de várias classes sociais, entoavam o Hino Nacional Brasileiro, até a bandeira queimar-se por completo.

ACAMPAMENTO

Sob uma grande tenda armada na Avenida Marechal Floriano numerosos estudantes universitários de todas as Faculdades campinenses, ficaram acampados logo após o término do comício (UNIVERSITÁRIOS FAZEM COMÍCIO E QUEIMAM BANDEIRA, 28/05/1967, p. 8). (Grifos do autor).

Os estudantes protestavam contra o acordo entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID), porque ele previa reformas no ensino brasileiro, inspiradas em modelos e aplicadas por técnicos dos Estados Unidos (Fávero, 2009, p. 91-93). No entanto, o interesse dos Estados Unidos em inserir seus métodos em nossa educação segundo Cunha e Góes (1989, p. 33): “[...] Camuflada de ‘assistência técnica’, já vinha de longe e não era um fenômeno exclusivamente brasileiro. Esses interesses se manifestaram desde a Guerra Fria e cresceram no final dos

Governos Dutra e JK. Todavia, foi no Governo Castelo Branco que a desnacionalização do campo educacional tomou formas nunca vistas”. Nessa perspectiva, o convênio MEC/USAID foi, de fato, firmado em junho de 1965. A partir daí, a USAID soube usufruir da abertura de Castelo Branco à nossa educação, com projetos que abrangiam o ensino primário, o médio e o superior, além de se encarregar de capacitar os professores das nossas instituições de ensino, que também interferiam na produção e na veiculação de livros didáticos e técnicos.

A década de 1960 foi um período em que os movimentos estudantis estavam intensamente conectados aos acontecimentos políticos e dentre estes embates não podemos deixar de mencionar o assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto e o congresso de Ibiúna.

Sobre o assassinato do Estudante, os estudantes campinenses foram para as ruas protestar contra o ocorrido como enfatiza a reportagem abaixo:

Exceção feita ao Ginásio da Imaculada da Conceição, SENAI, e Ginásio Anita Cabral, que realizaram aulas normalmente, todos os educandários campinenses, além de todas as escolas superiores da cidade, fecharam ontem suas portas, em sinal de solidariedade ao seu colega, estudante morto na Guanabara, vítima da ação da Polícia, que a todo custo tenta dispersar os movimentos estudantis em toda a nação, desde a última semana.

Na manhã de ontem, estudantes de todas as Faculdades de Campina Grande, estiveram reunidos no pátio da Faculdade de Direito, quando de comum acordo, acertaram a realização, de logo mais às 8 horas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição, de uma missa pela alma dos estudantes mortos ultimamente.

Todos os estudantes de Campina Grande estarão presentes a missa que será oficializada pelo padre João Batista. (MISSA PELO ESTUDANTE ASSASSINADO SERÁ LOGO MAIS ÀS 8 NA CATEDRAL, JORNAL DIÁRIO DA BORBOREMA, 03/04/1968, p. 8).



Figura 1 – Missa pelo estudante assassinado

Fonte: Jornal Diário da Borborema, em 07/04/1968, p. 03.

As imagens acima mostram do cerco policial, que já se articulava no exterior da Catedral de N. S. da Conceição devido à missa de sétimo dia do estudante Edson Luís de Lima Souto e da prisão de estudantes, conforme narrado na abertura da nossa escrita.

Depois da morte de Edson Luís, os estudantes perceberam que não estavam mais sozinhos na luta contra a política governamental, pois parte da população brasileira os apoia. Nesse contexto, os estudantes se sentem fortalecidos e organizam um congresso para planejarem novas ações contra a política vigente e para isto contam com a participação de membros de todos os Estados brasileiros e das principais cidades, estamos nos referindo ao Congresso de Ibiúna realizado pelos estudantes em outubro de 1968.

O congresso aconteceu, mas quando estava perto de terminar, os estudantes foram surpreendidos pelos policiais conforme elucida a nossa entrevistada:

Eu passei duas noites lá, e quando já ia encerrar, a gente ia fazer a votação do Presidente da UNE, e eu já estava pensando – Meu Deus como vamos sair daqui?

- estamos todos sentados, eu me lembro que estava sentada de costas, tudo fechado, quando só escutei os gritos – se levantem daí bandos de filhos da puta – chamaram muitos nomes feios com a gente, e quando eu olhei para trás, nós já estávamos todos cercados pela polícia, então eu só fiz pegar minha bolsinha.

[...]

Quando a gente pegou as bolsas. As bolsas estavam todas cheias de folhetos, que a gente ia levar, então era todo mundo tirando os folhetos das bolsas e eles gritando – deixem os folhetos dentro das bolsas, não é para tirar nada, coloca, coloca os folhetos dentro das bolsas -. Eu sei é que eu consegui jogar os meus no chão, e só fiz pegar a minha bolsa e sai.

[...]

Bom aí a gente pegou o ônibus e fomos para São Paulo. Minha filha, quando a gente chegou a São Paulo era tanta gente no mundo, esperando a gente chegar que foi apertado para a gente passar, e a gente passando de cabeça baixa, e entrando na prisão.

[...]

As mães de São Paulo foram umas mães para a gente, foi um movimento muito lindo, quando nós fomos soltas, elas carregaram a gente, cada grupo ficou em um lugar, elas nos abasteceram de tudo, nos deram comida, dinheiro, roupa, tudo o que a gente precisava elas nos deram, e sempre estavam perguntando se a gente estava precisando de alguma coisa.⁸⁹

89 Entrevista concedida por CAVALCANTE, Cacilda Filomena Castro. Em 26/12/2012, a autora Erica Lins Ramos, Campina Grande, 2012.

Mais uma vez os estudantes saem às ruas para protestar as prisões de seus colegas. Ressaltamos que não foram apenas os estudantes que saíram às ruas em nome de seus companheiros presos em Ibiúna, e que o apoio da sociedade representado pelas mães destes estudantes foi de fundamental importância para que estes pudessem regressar para suas residências.

Como resultado positivo das manifestações que se solidarizavam com os estudantes presos em Ibiúna, o Governador João Agripino conseguiu que todos os estudantes paraibanos presos no XXX Congresso da UNE regressassem à Paraíba, como mostra esta matéria publicada no Jornal DB:

O Governador João Agripino conseguiu, ontem, do Governador Abreu Sodré, de São Paulo, a libertação de todos os estudantes paraibanos, prêsos na capital paulista, após o malôgro do Congresso da UNE. O governador paraibano, ainda, em São Paulo, determinou que os estudantes viajassem ao nosso Estado, em ônibus especial, às expensas do Govêrno paraibano.

[...]

NOMES

Os estudantes paraibanos que foram libertados, em São Paulo, por interferência do governador paraibano, são os seguintes: Everardo Nóbrega de Queiroz, Aluizio Muniz de Aquino, Eluisio Jerônimo Leite, Rubens Pinto Lira, José Ferreira da Silva, José de Arimatéia Pereira Lima, Heraldo Fernandes dos Santos, Higinio Brito Marinho, Jurandir Machado Betten-court, Maria do Socorro Pereira, Cacilda Filomena de Castro, Silvio Roberto Teixeira Barreiro, João Roberto Borges de Souza, Ademir Alves de Melo, Antonio Batista da Silva, Cláudio Américo de Figueiredo Pôrto, Vicente Antonio da Silva, Getúlio Bezerra Castro,

Luiz Sergio Gomes de Matos Figueira, Williams Capim de Miranda, Maria Nazareth Coelho, Maria do Socorro Moraes, Maria de Fátima Mendes, Lêda Rejane P. do Amaral e Maura Pires Ramos (GOVERNADOR AGRIPINO LIBERTA ESTUDANTES, 17/10/1968, p. 1).

Embora se tenha divulgado que os estudantes paraibanos presos em Ibiúna seriam trazidos para a Paraíba à custa do Estado, isto não se concretizou, e eles voltaram por conta própria.

A partir dos depoimentos mencionados e dos noticiários do Jornal DB, compreendemos que os estudantes não militavam de maneira aleatória, e as táticas sempre se faziam presentes com o propósito de burlar as regras pré-existentes. “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula” (Certeau, 1994, p. 47). Então, no universo discente, tática e militância se entrelaçavam, pois, se a militância com a tática não impediu que muitos discentes fossem presos ou perdessem suas vidas, a militância sem a tática teria elevado o percentual de estudantes que foram parar nos cárceres do DOPS. No entanto, nem sempre, uma tática era o bastante para que os discentes vencessem as forças repressivas, e se houvesse uma falha, de imediato, outro plano era traçado. Todavia, isso não quer dizer que estavam encerradas as correlações de forças entre a polícia e os estudantes, e uma das estratégias utilizadas pela polícia era comunicar aos pais dos estudantes, via meios de comunicação, que seus filhos estavam realizando movimentos de contra “ordem”, ao mesmo instante em que lhes anunciava que seus filhos poderiam ser presos. Dessa forma, a polícia tentava inibir os movimentos estudantis, por meio do poder simbólico, visto que, de acordo com Balandier (1982, p. 7): “O poder (...) não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos”. Portanto, a polícia, por intermédio da mídia, ao informar aos pais sobre os riscos que os militantes corriam ao provocarem “desordem” nas ruas, almejava contar com o apoio deles na proibição de movimentos em vias públicas realizados pelos estudantes. Porém, essa apelação nem sempre

lograva êxito, porque a família já sabia que seus filhos só tinham um caminho a seguir, que era defender suas bandeiras de luta a nível local, regional e nacional.

Referências

ALBERTI, Verena. **História Oral:** a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea-CPDOC/FGV, 1989.

ARNS, Paulo Evaristo. **Brasil:** Nunca Mais. 9. ed.; Petrópolis: Vozes, 1985.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de fazer. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

BALANDIER, George. **O Poder em Cena.** Tradução de Luiz Tupy Caldas de Moura. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 1982.

FÁVERO, Maria de Lourdes de A. **A UNE em Tempos de Autoritarismo.** 2. ed. Rev. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio GÓES, Moacyr de. **O Golpe na Educação.** 6ª Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1989.

Jornal Diário da Borborema Janeiro de 1964 a Dezembro de 1968.

Jornal Formação 10\1953.

LÖWY, Michael. As esquerdas na ditadura militar: o cristianismo da libertação. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Aarão Daniel (Orgs.). **Revolução e Democracia:** 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2007.

POERNER, Arthur José. **O Poder Jovem:** História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros. 2. ed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

INTELECTUAIS, UNIVERSIDADE E RESISTÊNCIA: DITADURA: CIVIL-MILITAR E ORGANIZAÇÃO SINDICAL EM CAMPINÁ GRANDE-PB.

Lauriceia Galdino dos Santos⁹⁰

“QUASE NINGUÉM QUER SE IDENTIFICAR COM A DITADURA NO BRASIL nos dias de hoje” (Reis, 2002, p. 7), escreve Daniel Aarão Reis em publicação lançada no início deste século. Efetivamente, nos idos de 2010, não parecia de bom tom se identificar com algo que se constituía como uma incômoda memória. Contudo, nos últimos anos, os saudosistas dos sombrios tempos da ditadura em nosso país encontraram vozes com as quais pudessem ecoar e, principalmente, legitimar o seu ultra-conservadorismo e, diferentemente daquilo que considerou Reis no ano de 2002, parece que o coro composto por aqueles que anseiam pelo retorno dos velhos tempos ditatoriais engrossou de forma alarmante. Portanto, o atual quadro brasileiro indica que se torna, a cada dia, mais urgente que os intelectuais progressistas se debruçam sobre a construção de uma memória histórica, com o objetivo de esclarecer para os desavisados – não aos mal-intencionados – sobre os caminhos tortuosos percorridos pelo milíatres e seus correligionários durante os 21 anos de duração da medonha ditadura.

Por essa razão, recebi com imensa alegria o convite do amigo Bruno Gaudêncio para compor esta coletânea, cuja tarefa se apresenta como fundamental, qual seja, a de promover reflexões sobre a formação do pensamento progressista na cidade de Campina Grande no contexto

90 Graduada e Mestra em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP).

das décadas de 1970 e 1980.

Como contribuição para o debate, me deterei sobre a organização da Associação de professores do então Campus II da Universidade Federal da Paraíba, a entidade denominada na época de ADUFPB-CG (Associação de Docentes da UFPB Campus de Campina Grande), hoje ADUFCG- ANDES/SSIND (Associação de Docentes da UFCG – Seção Sindical do ANDES- Sindicato Nacional). Contudo, não me dediquei aqui a refazer percursos de atividades cotidianas que estiveram nas bases do processo de construção e organização da entidade, tampouco trarei nomes dos sujeitos que, corajosamente, enfrentaram, em tempos difíceis, a árdua tarefa de lutar coletivamente pela causa da educação, da liberdade de organização, de expressão e por condições dignas de trabalho.

Embora considere extremamente relevante destacar memórias de indivíduos, seus gestos e contribuições para o importante movimento de organização dos professores universitários em Campina Grande, dedicarei este texto às discussões sobre o contexto político mais amplo em que essas e outras associações de docentes surgiram, bem como o espírito de luta coletiva que as impulsionou. Portanto, abordar a organização dos docentes apenas a partir de uma perspectiva local dentro deste recorte histórico seria uma tarefa desafiadora e comprometeria a compreensão completa da conjuntura. Por isso, a discussão aqui apresentada será articulada entre os contextos local e nacional. Para ilustrar o espírito do movimento, trago à tona as palavras do professor Francisco de Assis Fernandes de Carvalho, que afirma o seguinte:

Pela própria missão histórica a que se propõe, de mudar as estruturas sociais, não é à toa que encontramos, no seio dessas agremiações, a militância mais aguerrida, mais combativa, dinâmica. Não passa de um simples truísmo afirmar que a influência, se não a hegemonia, dessas militâncias em todas as instâncias de organização dos trabalhadores é palpável, concreta, indiscutível (Carvalho, 1999, p. 45).

A passagem acima revela uma questão emblemática no que se refere

à construção do movimento docente em nossa cidade. Escrita por um dos membros fundadores do Movimento Docente na Paraíba, uma das figuras de proa na organização dos professores e estruturação do MD em nosso Estado. Em artigo escrito para uma publicação de comemoração dos 20 anos de fundação da Associação de docentes da UFPB, Campus I, com sede na cidade de João Pessoa-PB, revela a atmosfera e as convicções que envolveram os docentes daquela universidade levando-os a se agremiarem em associação – coirmã da que no mesmo mês, outubro de 1978, era fundada em nossa cidade – aqui na Paraíba e em vários Estados da federação. O movimento docente se organizou em torno de pautas que envolviam reivindicação por condições adequadas de trabalho, pela autonomia universitária e contra o autoritarismo que assolava e assombrava as instituições de ensino superior de todo o país. Sobre isso, o professor Carvalho escreve: “Ninguém, em sã consciência, pode negar a extrema importância de que se revestiu a criação da nossa Associação, nos idos de 1978” (Carvalho, 1998, p. 41). E, ao se referir ao cenário no qual estavam inseridos, com o objetivo de justificar as motivações da organização docente, ele continua:

“A ditadura militar já emitia, àquela época, claros sinais de fraqueza, da consciência de não mais ser possível sustentar-se por muito tempo. Mas, mesmo assim, andava muito longe ainda de cessar os seus arreganhos autoritários, exibindo caninos incisivamente afiados” (Carvalho, 1998, p. 41, grifo do autor).

Foi diante desse cenário que marcou as décadas de 1960 e 1970 que, após anos de perseguições, demissões, prisões e outras formas de perseguição, bem como da instituição de reformas autoritárias promovidas nas políticas educacionais brasileiras, que começaram a surgir as primeiras organizações de professores nas instituições de ensino superior. Na Paraíba, especialmente entre os anos de 1978 e 1979, surgem duas associações ligadas à UFPB, uma em Campina Grande, a ADU-FPB-CG, fundada em 03 de outubro de 1978 e a outra em João Pessoa, fundada no dia 25 de outubro de 1978, a ADUFPB-JP, também em Campina Grande outra entidade emerge deste cenário, a associação

ligada à antiga FURNE, que hoje se denomina ADUEPB, fundada um ano depois em 21 de outubro de 1979.

Baseando-me na documentação acumulada pelas Associações de Docentes da UFCG (ADUFCG), apresentarei uma breve análise sobre o surgimento de intelectuais comprometidos com a construção de uma identidade progressista vinculada ao universo sindical nos ambientes universitários. Nesse sentido, concentrarei a discussão no contexto histórico do nascimento desse movimento e nas motivações que levaram esses professores a se unirem em torno de uma “Entidade” nacional, estabelecida no início da década de 1980.

O Movimento Docente das Instituições de Ensino Superior, no Brasil, iniciou o seu processo de organização em um ambiente de muita hostilidade, para não dizer de uma verdadeira guerra declarada entre os setores mais progressistas da sociedade e a ditadura civil-militar (Pinto, 2001). O final da década de 1970 é marcado como o ponto alto dessa organização se considerarmos que foi na 30ª reunião anual da SBPC o locus de debates que tornou possível uma articulação em nível nacional. As associações que já contavam com um nível de articulação considerável, realizaram o primeiro encontro no interior da reunião anual da SBPC, ocorrida em São Paulo no ano de 1978. Organizada pelos professores que participavam daquele evento científico ocorreria ali o primeiro passo de articulação no sentido de organizar as AD's em nível nacional.

A literatura concorda em nos informar que as motivações por trás do movimento docente estavam intimamente ligadas a dois fatores principais: a dimensão política, que se baseava no desejo de lutar pela democratização da sociedade, da universidade e da educação pública; e a dimensão sindical, que se manifestava na busca por melhores condições de trabalho, salários e progressão na carreira. A criação da então ANDES (Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior), concebida como uma entidade sindical, representou uma inovação histórica, dado que se tratava de um sindicato formado por intelectuais. Segundo Ignez P. Navarro (2001, p. 51), essa originalidade reside principalmente no fato de:

[...] reunir profissionais que, pela natureza do trabalho

que realizam, e pelo prestígio social e político historicamente conferido ao intelectual e ao professor universitário, foram compelidos, por injunções várias a de se organizar sindicalmente em nível nacional.

Nesse sentido, destacamos o fato desses profissionais assumirem a identidade de trabalhadores assalariados ao se articularem com o conjunto dos demais trabalhadores organizados, incluindo os professores que compunham a Rede de Ensino Básico (na época de primeiro e segundo graus), mantendo a natureza específica e o prestígio da sua categoria. Ao incorporar essa dimensão ao seu universo cotidiano, os professores universitários se tornaram alvos de críticas de natureza ideológica entre os seus próprios pares.

A emergência do Movimento Docente (MD), no Brasil, ocorreu na década de 1970, liderado pelas principais figuras que estavam à frente da criação das associações de docentes. Este processo de construção surgiu da necessidade de reagir à repressão e ao autoritarismo interventor presente nas universidades de todo o país. Conforme aponta Ignez Pinto Navarro (2001), esse movimento ganhou força nos espaços de contradição das pós-graduações e pela significativa expansão do ensino superior ocorrida na época. Muitos professores que participaram do movimento eram ex-integrantes do movimento estudantil e da UNE (União Nacional dos Estudantes), que entre as décadas de 1950 e 1960, liderou debates importantes focados na autonomia universitária, especialmente relevantes durante a ditadura militar iniciada em 1964.

Entre os anos de 1981 e 1986, os professores da ADU-FPB-CG, encabeçam, juntamente com docentes de diversas instituições um debate sobre a universidade com o objetivo final de elaborar uma proposta para o ensino público superior no Brasil. Esse debate que já reunia experiências de encontros que já vinham ocorrendo desde 1978, culminou na elaboração de um documento, cujo objetivo fulcral era: *Levar ao Ministério da Educação, ao governo, à sociedade civil organizada, e à opinião pública a posição crítica dos professores sobre*

*o ensino superior no país e as propostas concretas para a Universidade Brasileira*⁹¹ (ANDES, Caderno nº 2, 1986, s/p.).

Para a elaboração desse documento publicado no segundo Caderno da então ANDES, os docentes percorreram um longo caminho. As discussões realizadas em todo o país teriam se iniciado no ano de 1981 – datas que marcam a fundação da ANDES – através de simpósios, reuniões, congressos internos, assembleias sobre a reestruturação da Universidade. A primeira versão deste documento foi aprovada em junho de 1982, no V Conselho Nacional das Associações de Docentes (CONAD) realizado em Belo Horizonte. Essas proposições não ficaram restritas entre os docentes das Universidades, pois neste mesmo ano, a ANDES se articulou com SBPC, a OAB e ABI em reunião que ocorreu na cidade do Rio de Janeiro, e em comum acordo, os representantes destas entidades firmaram um acordo de ação comum no sentido de propor caminhos para a reestruturação da Universidade brasileira com base nos seguintes princípios:

1. Manutenção e ampliação do ensino público e gratuito;
2. Autonomia e funcionamento democrático da Universidade com base em colegiados e cargos de direção eletivos;
3. Estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, estimulando a pesquisa e a criação intelectual nas Universidades;
4. Dotação de recursos públicos orçamentários suficientes para o ensino e a pesquisa nas universidades públicas;
5. Criação de condições para a adequação da Universidade à realidade brasileira;
6. Garantia de direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações para a Universidade, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.⁹² (ANDES, Caderno nº 2, 1986, s/p).

No texto acima citado, dando conta das propostas da ANDES e

91 C.f. ANDES, Cadernos nº 2. Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para Universidade Brasileira. Juiz de Fora - MG: CAVE, 1986.

92 Idem. *Ibidem*.

das Associações de Docentes para a Universidade Brasileira na década de 1980, em muito se aproxima de reivindicações do atual quadro conjuntural brasileiro nas IFES, cujo cenário ainda tem provocado tensões e debates.

Na década de 1980, os debates que geraram importantes propostas para a reestruturação das universidades brasileiras estavam em pleno andamento. Em maio de 1985, um Seminário Nacional sobre a Reestruturação da Universidade foi organizado na Universidade de Brasília, em uma parceria entre a ANDES, UNE e FASUBRA. Para ampliar o alcance do debate, foram convidados representantes dos Ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, e da Administração, além de membros da sociedade civil organizada, sociedades científicas e Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras.

Em junho do mesmo ano, durante o XI Conselho Nacional das Associações de Docentes, realizado em Olinda-PE, os professores, baseando-se nos debates que vinham ocorrendo desde 1981 e que foram amplamente discutidos ao longo dos anos, elaboraram um documento com propostas conclusivas. Essas propostas foram ratificadas em 1986, durante o V Congresso da ANDES em Salvador-BA, e durante a Jornada Nacional pela Reestruturação da Universidade em maio. O documento foi finalizado no XIII CONAD, realizado em São Paulo no mês seguinte.

Após anos de discussões, o movimento docente, em colaboração com outras entidades, produziu o primeiro documento formal que apresentava um diagnóstico da situação do ensino superior no país, considerando os últimos 20 anos. O documento propunha medidas para viabilizar novos caminhos para a política educacional e delineava propostas para nortear a reestruturação das universidades brasileiras. Esses fundamentos, que continuam relevantes até hoje, defendem o caráter público das universidades, ensino gratuito para todos, e a promoção da democracia e autonomia administrativa, de ensino e pesquisa, enfrentando o desafio da não concretização plena e a ameaça constante de retrocessos.

Contudo, abordaremos primeiramente alguns dos aspectos traçados pelo documento em tela, antes de fazermos uma contextualização mais ampla sobre o período em destaque, a saber, os anos que antecederam

a organização dos professores de ensino superior em torno das Associações de Docentes e da ANDES após a segunda metade da década de 1970.

Nesse sentido, cabem os seguintes questionamentos: Quais as motivações para a criação da então ADUFPB-CG? Que forças convergiram em torno de um coletivo em um momento de autoritarismo dominante? A literatura aponta para causas de natureza política (luta pela democratização da sociedade e das universidades) e de natureza econômica. A reforma universitária promovida em 1968, conforme análise do Movimento Docente, provocou a seguinte situação nos quadros acadêmicos:

Uma progressiva aceleração do processo de privatização e de empresariamento do ensino, a crescente desobrigação do Estado com o financiamento das universidades, a definição pelo poder público de uma política educacional que não assegurou efetivamente condições reais de ensino e pesquisa na produção acadêmica e o autoritarismo estatal (CADERNOS ANDES, 1986).

Os pontos acima mencionados se confirmariam entre outros motivos, pela queda das matrículas nas instituições públicas de ensino superior que, em 1962, constituíam 59,6%, caindo para 25% em 1984, ao mesmo tempo em que não eram oferecidas as condições pedagógicas para o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Neste documento, o MD denuncia a falta de condições pedagógicas que assegurassem as condições mínimas para o trabalho acadêmico, bem como a falta de fiscalização do Estado que estaria sendo omissa diante da inexistência de condições mínimas de trabalho, pesquisa e ensino nas instituições particulares. Embora, entre as décadas de 70 e meados de 80, o número de matrículas da rede privada correspondesse a cerca de três quartos do número de matrículas, empregava, segundo dados da então ANDES, apenas 42% dos docentes da rede de ensino superior e contribuísse com aproximadamente 2% da pesquisa e pós-graduação no país.

Considera-se ainda o fato de se tornarem cada vez mais parcos os investimentos nas universidades e a diminuição dos salários, situação que

justificava a privatização da universidade através das *estruturas privatizantes mediadas por fundações criadas associativamente como empreendimentos privados com o objetivo de suprir as deficiências de recursos públicos* (CADERNOS ANDES, p. 2). Situação que tornaria mais comum o sistema de convênios e de contratos de prestação de serviços.

Os quadros das universidades brasileiras das décadas de 1970 e 1980, em grande medida não destoam dos relatos que acompanham o debate do movimento MD nas décadas seguintes, tampouco se distanciam em maior grau dos atuais cenários das IES da rede pública.

Na segunda metade da década de 1970, quando o Movimento Docente (MD) começou a se organizar no Brasil, havia uma luta imediata por melhores salários, planos de carreira, respeito aos direitos dos trabalhadores e cidadãos, além de condições adequadas de trabalho. Sílvio Frank Alem destacou que o discurso de privatização e a deterioração deliberada das universidades federais, que preocupam a comunidade acadêmica, já estavam presentes durante o regime militar. Isso fazia parte do projeto oficial do governo, evidenciado por denúncias de falta de compromisso com o orçamento da rede pública. Segundo a análise do MD, no início dos anos 1980, essa tendência poderia comprometer gravemente o desenvolvimento da pesquisa. A falta de investimentos, de bolsas de fomento, de políticas salariais, de isonomia entre redes de ensino, de condições de trabalho adequadas e a proibição de contratação de profissionais na área pública eram vistos como sérios obstáculos ao desempenho acadêmico.⁹³

O discurso do Movimento Docente (MD) frequentemente denuncia o agravamento das condições de trabalho devido à redução salarial, à precarização das relações trabalhistas e à privatização interna das

93 Cf. <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. O Decreto-Lei 477 de 26 de fevereiro de 1969, cujo texto define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos funcionários e empregados de estabelecimentos públicos ou particulares e dá outras providências. Composto por seis artigos, o Decreto-Lei estabelece duras penas para qualquer categoria que seja enquadrada nas definições da lei, incluindo demissão, dispensa para professores e funcionários, perda de bolsa de estudos bem como a expulsão. Define também prazos rigorosos para a apuração dos casos e encaminhamento para as autoridades policiais.

instituições. Essas denúncias apontam para as parcerias entre as fundações que gerenciam as universidades e empresas privadas, com o objetivo de buscarem recursos para suprir as carências provocadas pela falta de garantias mínimas de custeio.

Em 1986, a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) destacou, em seu documento, o autoritarismo que passou a caracterizar a sociedade e as instituições civis brasileiras, causando distorções significativas na natureza das universidades. O Ato Institucional Número Cinco (AI-5), o Decreto 477, e as assessorias de Segurança e Informações afastaram compulsoriamente muitos docentes, pesquisadores, funcionários e alunos, comprometendo o desempenho acadêmico. A documentação da Associação dos Docentes da Universidade Federal da Paraíba - Campus de Campina Grande (ADUFP-CG) e a literatura sobre o tema registram os ciclos de repressão dentro das universidades, suas formas e consequências.

A narrativa presente na documentação dá conta de aspectos importantes, seja de um sistema repressivo que se instala no interior das instituições brasileiras, ferindo mortalmente as liberdades e garantias democráticas, fato incontestável dado a farta documentação consultada em arquivos de outras entidades, que efetivamente confirma uma interferência sistemática em todos os setores das universidades. Seja de que essa interferência se inicia com a instalação da ditadura em abril de 64, destoando, portanto, das vozes que defendem o ano de 1968 como tendo sido o marco das ingerências dos governos militares no cotidiano acadêmico.

O Volume II da Comissão Nacional com o objetivo, dentre outros, de tratar da violação dos Direitos Humanos nas universidades, já no princípio da exposição, informa-nos que:

No quadro de violações de direitos humanos do período investigado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), cabe apresentar o contexto daquelas perpetradas pelo regime militar nas universidades brasileiras e no meio educacional. Esse contexto se caracteriza principalmente por atos normativos que redundaram em afastamentos e demissões, por um

lado, de professores e funcionários e, por outro, de estudantes. Também, as inúmeras invasões de faculdades ou de universidades demonstram a cultura política repressiva que conduziu os militares à prática de graves violações. Uma série de projetos, linhas de pesquisas, cursos e grupos foram afetados e, muitas vezes, banidos do sistema. A ditadura passou até mesmo a controlar a produção de livros¹ e estabeleceu a censura para muitos outros (Decreto-lei no 1.077/1970). Implantou uma política de modernização autoritária das universidades (CNPV, 2014, p. 266).

Apresentando este como tendo sido o pano de fundo para as graves violações dos Direitos Humanos nas Universidades, o relatório da Comissão Nacional da Verdade contextualiza o ambiente e a conjuntura em que ocorreu a implantação da ditadura, as medidas autoritárias que atingiram a academia. Em seguida, trata dos expurgos ocorridos nas instituições de ensino superior e as outras formas de violência que marcaram o cotidiano universitário em todo o país em todas as fases do regime ditatorial. Trata-se de um documento através do qual podemos acessar toda a ação do aparelho repressivo do Estado sobre as Universidades, bem como acessar nomes de docentes, discentes e funcionários atingidos pela repressão, os processos e as formas por meio das quais os atos de violências foram praticados.

Diante do exposto, podemos entender o contexto e as políticas que provocaram mudanças significativas nas instituições de ensino superior (IES) brasileiras, impulsionando a reorganização do Movimento Estudantil, do sindicalismo operário e do Movimento Docente. Com uma entidade nacional estabelecida, os professores começaram a formular propostas para a universidade brasileira. Anteriormente, discutimos, ainda que de forma inicial, algumas análises do 2º Caderno ANDES sobre o papel da universidade e seu estado na primeira metade da década de 1980, funcionando como um diagnóstico. Agora, abordaremos dois pontos finais do documento, que oferecem sugestões para uma nova política educacional, buscando um padrão mínimo de qualidade para as instituições e delineando propostas para a construção da

universidade brasileira.

Diante da constatação da heterogeneidade do ensino superior no país, os docentes propuseram considerações para criar um padrão comum, a fim de afastar a tendência de privatização, elitismo e controle excessivo, que poderiam comprometer a liberdade de produção cultural e científica. Nesse contexto, os docentes elaboraram sete pontos destacando suas preocupações, mas também seu entusiasmo pelas propostas. O debate nacional sobre o futuro da educação estava vigoroso na época, e durante a execução dessas propostas, o Movimento Docente estava firmemente construindo seus instrumentos de resistência. Entre 1980 e 1985, ocorreram quatro greves nacionais, praticamente uma por ano, marcando um período de intensa atividade sindical, embalados pelos ventos de liberdade que sopravam no cenário político brasileiro.

A proposta de um padrão único para as universidades brasileiras destacava a importância de respeitar as diferenças regionais e as especificidades de cada instituição, enquanto estabelecia condições materiais mínimas essenciais para garantir a qualidade do ensino. Isso incluía considerar ensino, pesquisa e extensão como partes de um mesmo processo. As condições materiais mínimas e necessárias para atividades acadêmicas em todos os níveis englobavam a remuneração adequada dos professores em tempo integral, sem custos para os alunos, descartando o autofinanciamento por meio de anuidades.

O estabelecimento de um padrão mínimo deveria seguir princípios como: ensino gratuito em todos os níveis com financiamento adequado para as instituições existentes e expansão da rede pública; autonomia e democratização, permitindo que cada instituição gerisse seus recursos e direcionasse sua produção, além de autonomia na composição das instâncias executivas e na escolha dos cargos de representação por meio de processos verdadeiramente democráticos; e unificação das condições de pesquisa, ensino e trabalho, com critérios como isonomia salarial, carreira unificada, estabilidade no emprego e liberdade acadêmica, tudo visando eliminar o autoritarismo e a centralização de poder nas IES.

Na terceira parte do documento, é apresentado um conjunto abrangente e detalhado de propostas para a universidade brasileira. Esse segmento aborda aspectos essenciais como a alocação orçamentária, formas de financiamento e gestão financeira, o regime jurídico e sua aplicação,

a administração acadêmica, sua composição e funcionamento, além de políticas de carreira para o magistério superior, avaliação do trabalho docente, capacitação e regime de trabalho dos professores.

A avaliação deste documento pode ser vista como um resultado direto da organização sindical e da reunião de condições mínimas para enfrentar a realidade em que o país estava imerso. Mesmo com a ditadura dando sinais de declínio, a análise dos confrontos entre o Movimento Docente e o Governo, exemplificada por paralisações e greves nacionais que ainda lutavam por condições básicas, mostra que esse processo não foi para amadores. As greves realizadas entre 1980 e 1985 representavam um esforço coletivo dos docentes para superar o medo e se reorganizar. Muitos participantes do Movimento Docente eram ex-integrantes do Movimento Estudantil ou oriundos de Movimentos Sociais, movidos por uma fome de democracia e pela luta por condições mínimas de trabalho e ensino.

Referências

AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A ditadura militar, esquerdas e sociedades**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

. **1968: a paixão de uma utopia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

. ROLLAND, Denis (Organizadores). **Intelectuais e Modernidades**.

Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ANDES, Cadernos. **Propostas das Associações de Docentes e da An-des para Universidade Brasileira**. Vol. 2, Juiz de Fora: 1986.

. **A ANDES e a questão sindical**. Nº 5, Juiz de Fora, outubro/1987.

. **Avaliação: Trabalho intelectual e avaliação acadêmica**. Nº 7, Juiz de Fora, Fevereiro/1989.

. **Memória da luta**. Nº 13, Brasília, Junho/1992.

ANDREUCCI, Ávaro Gonçalves Antunes. **O Risco das ideias: intelectuais e polícia política (1930-1945)**. São Paulo: Humanitas, 2001.

APARECIDA, Geralda Dias. “Os Olhos e os ouvidos da repressão na Universidade de Brasília”.

Quadrilátero, Revista do Arquivo público do Distrito Federal, v.I, n. 1, 1998, p. 13-26.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRGS. **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM, 1979.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFPB-JP. **Memória: 20 anos – 1978/1998**. João

Pessoa: Adufpb/JP, 1999.

ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. **O controle ideológico na USP (1964- 1978)**. São Paulo: Adusp, 2004.

BRITO, Gilvan. **A ditadura na Paraíba**. João Pessoa: Patmos, 2014.

CUNHA, Luiz Antonio e Moacyr Góes. **O Golpe na educação**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FANTINATTI, Márcia Maria Corsi Moreira. **O Movimento Docente na Universidade Pública**. Campinas: Alínea, 2001.

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio; FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs.). **E. P. Thompson: as peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1998. vol. 2, p. 11-46. (Coleção Textos Didáticos).

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

FÜCHTNER, Hans. **Os sindicatos brasileiros, organização e função política**. Tradução de Jehovanira Chrysóstomo de Souza. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

HIRO, Cássio Diniz. BAUER, Carlos. **História e Consciência de Classe na Educação Brasileira: Lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979-1981)**. São Paulo: Sundermann, 2015.

LEITÃO, Rui. 1968: **O Grito de uma Geração**. Campina Grande: Eduepb, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2015.

NAVARRO, Ignez Pinto. **Andes: Um sindicato de Intelectuais: História e memória (1981- 1994)**. Cuiabá ADUFMAT, 2001.

PAULO NETTO, José. **Pequena História da Ditadura Brasileira (1964-1985)**. São Paulo: Cortez, 2014.

QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. **História e Memória das ditaduras do século XX**. Vol. I e II Rio de Janeiro: FGV, 2015.

SILVA, Marcos (Org.). **Ditaduras do cinema: Brasil, 1964/1985**

– 1965/2006. São Paulo: LTCE, 2016.

TOLEDO, Caio Navarro (Org.). **Visões críticas do golpe: Democracia e reformas no populismo**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da classe operária inglesa**. Vol. I. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VARGAS NETTO, Sebastião Leal Ferreira. **A Mística da Resistência: culturas, histórias e imaginários rebeldes nos movimentos sociais latino-americanos**. São Paulo, 2007, tese de Doutorado.

ANOS DE CHUMBO E O MOVIMENTO COMUNITÁRIO CAMPINENSE: AS SABS E A UCES

*Liélia Barbosa Oliveira*⁹⁴

A PARTIR 1962, VAMOS TER, NA CIDADE DE CAMPINA GRANDE, O SURTI-mento de Sociedades de Amigos do Bairro – SABS, com a finalidade de requerer da gestão municipal benefícios para os bairros localizados à margem do município. Os acontecimentos estão imersos em contexto histórico que nos remete as efervescências no campo da luta social por uma transformação política e social no país.

Essas lutas estavam sendo travadas no campo e na cidade. No que se refere ao campo, vamos ter a presença da luta das Ligas Camponesas que têm seu surgimento ligado às disparidades de relações sociais e trabalhistas entre os camponeses e fazendeiros onde a atribuição de valor ao campo mantém um rigoroso traço coronelista. A presença do movimento popular no campo também foi acompanhada pelo agente religioso através da Igreja Católica que assustada com a perda de seu público adentra as questões referentes a terra promovendo o papel por vezes de mediadora dos conflitos rurais.⁹⁵

94 Historiadora e Assistente Social pela UEPB, Mestra em História pela UFCG e especialista em Gerontologia da Saúde pela UFPB. Atuou como docente da UNIFIP e FIP Campina Grande. Gestora escolar da EEEF São Sebastião. Este texto é uma parcela da pesquisa desenvolvida no mestrado em História apresentado em 2012 ao PPGH/UFCG.

95 Com relação a este quesito, podemos encontrar uma reflexão sobre a atuação da Igreja Católica no interior dos Estrados nordestinos, como forma de manutenção de sua influência como também de manter a população enraizada no campo onde

Com relação à cidade, vamos encontrar inúmeros Movimentos Urbanos derivados das questões referentes à acentuada contradição existente entre os interesses da sociedade e do capital. A sociedade representa os interesses de um contingente de trabalhadores das mais diversas áreas e funções que diariamente vendem sua mão de obra em troca de um salário. O capital representado por uma elite que detém em suas mãos o poder de compra da mão de obra e dos equipamentos de trabalho. Contudo, esta relação caracterizada pelo sistema capitalista acentuou os conflitos sociais gerando movimentos populares que de forma acentuada reclamam uma melhor cobertura do Estado dentro das relações trabalhistas e suas derivações mediante as reivindicações de acesso à cidade e seus equipamentos modernizantes. O caso do Movimento Comunitário partilha a ideia de uma reivindicação social para acesso popular de bens produzidos pela tecnologia moderna que representam o “conforto” em morar e viver na cidade.

Na Paraíba, a primeira experiência de um Movimento Comunitário acontece em Campina Grande, cidade do interior e uma das mais importantes no Estado. Esse tipo de organização popular é sistematizado pela Igreja Católica através das Irmãs religiosas ligadas à Congregação de São Vivente de Paula com sede administrativa em Fortaleza e acompanhado, sobretudo, pelos aparatos políticos expressos pelo poder municipal e porque não dizer, imerso em um plano político de administração da *questão social*⁹⁶ vigente em todo o país. Logo este movimento em Campina Grande é fruto de um processo social vivido no país e que, desta maneira, obtém sua especificidade histórica e prática na *Urbe* campinense.

As associações de moradores que acompanharam esse processo buscavam junto à comunidade local sancionar problemas que eram negligenciados pelo poder público. Em 31 de março de 1964, no Brasil,

a aceitação religiosa Católica era bem mais forte que na cidade. Assim indicamos a leitura de: MARTIN, Cipriano Calvarro. “**Deus não nos fez Bispos de almas desencarnadas**”: Campina Grande e a nova filosofia social da Igreja Católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

96 Conceito que indica a contradição existente dentro do sistema capitalista que gera inúmeros problemas sociais.

os militares chegaram ao poder. Depois de um processo conturbado, João Goulart foi deposto pelos militares. Torturas, prisões, assassinatos e desaparecimento de opositores, proibição de partidos, intervenção em sindicatos, movimentos sociais, censura à imprensa etc., tudo isso fizera parte do cotidiano da Ditadura Militar. Lembremos que a Ditadura não se restringiu apenas ao eixo São Paulo – Rio de Janeiro, e sim a vários recônditos do Brasil. A Ditadura atingiu, assim, as cidades do Nordeste, estas acostumadas às influências dos coronéis e à política atrelada ao campo e feita por um sistema de favores, a chamada política coronelista ou dos governadores. (Silva,1985).

Com o golpe militar de 1964, e amparado na ideologia da ‘Segurança Nacional’, é instituído o Plano Nacional de Habitação (PNH), através da Lei 4.380, de 21 de agosto de 1964, que criou o Banco Nacional de Habitação (BNH), o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU) e instituiu a correção monetária nos contratos imobiliários. Com a implantação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e com a criação do BNH e do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), que a política habitacional ganha diretrizes nacionais. Eram duas fontes de recursos do SFH: a) a arrecadação do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos, ou seja, o conjunto da captação das letras imobiliárias e cadernetas de poupança; e b) o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), as contribuições compulsórias dos trabalhadores empregados no setor formal da economia (Paz e Taboada, 2010).

Portanto, essas são estratégias do Governo Federal para administração ampla da questão habitacional efervescente ocasionada pelo crescimento urbano e as tensões geradas pela falta de moradia e por consequência o surgimento de movimentos reivindicatórios no entorno dos problemas e da cidade de uma forma geral.

Em Campina Grande, a Companhia de Habitação Popular – COHAP, na década de 1960, teve uma presença, nos bairros, organizando diagnósticos que mapeavam a situação das moradias dos populares e, em grande medida, se utilizava da parceria com as SABs para obtenção dos dados necessários. No ano de 1965, a COHAP realizou um diagnóstico entre setembro e novembro para constatar os aspectos sociais da comunidade de Monte Castelo onde a SAB teve participação na pesquisa como elo entre os populares. Nesse sentido, por exemplo,

a remoção de moradores do bairro de José Pinheiro para o então bairro do Catolé foi conduzida a partir deste órgão que na oportunidade construiu 200 casas populares (Oliveira, 1966).

Podemos verificar tais aspectos de colaboração com relação à construção de casa populares em outro exemplo oportuno, onde moradores da zona leste se mostram envolvidos com a questão dos cortiços existentes na área que por vezes é tratada como lugar de perigo e de vadiagem, neste sentido a realocação destes moradores além de proporcionar uma possibilidade de vida nova em uma residência com mais conforto, provoca um embelezamento e um planejamento adequado do bairro, onde até demolições e ampliações de ruas podem ser realizadas. Assim a oportunidade de vigilância e ordenamento social torna-se possível diante de um planejamento habitacional onde o novo conjunto tem amplas ruas dando acesso a rondas policiais.

Outra análise possível, no trecho jornalístico abaixo, é a expressa contribuição financeira dada pelo município às SABs apresentando a relação de vinculação das entidades ao município. Vejamos:

Anotando na explanação feita pelo sr. Zacarias Araújo (proprietário de 10 quartos localizados na Maloca), os diretores da UCES, da SAB de Santo Antônio e do Círculo Operário, sugeriram aos representantes da administração municipal que é o Interventor Manoel Paz de Lima, poderia firmar convênio com o Banco Nacional de Habitação no sentido de construir em Campina Grande Casas Populares de tamanho médio por preços acessíveis, para beneficiar os operários. Por outro lado, discordam os líderes suburbanos nos da remoção dos cortiços do bairro de Santo Antônio para o bairro de Bodocongó. O Sr. João Bosco considerou importante a sugestão apresentada pelos amigos dos bairros, prometendo participar de uma outra reunião no Centro Social da SAB do Santo Antônio, devendo comparecer ao encontro o engenheiro José Vasconcelos Costa, titular da pasta de Obras e Urbanismo do Município. Todos os presidentes de SAB's dessa

cidade, filiada à UCES, em reunião extraordinária, receberam do tesoureiro da UCES a importância de Cr\$ 500 cada, destinada a compra de material para construção ou mobiliários para centros sociais das entidades suburbanas.⁹⁷

Vários grupos e associações seguiam, de certa forma, o ‘regime militar’ com ações de “colaboração” à Ditadura, em especial, diante a política de planejamento urbano e de habitação promovida pelo Governo Federal, como aconteceu a princípio na realidade de Campina Grande. A falta de planejamento urbano para o assentamento da população de baixa renda pode ser observada, com a desordem no surgimento de aglomerados urbanos que dão origem aos bairros da cidade, como é o caso do bairro de José Pinheiro, na zona leste, o mesmo ocorre em outros bairros.

A população urbana continuava a crescer, embora lentamente, no início do século XX, e mais intensamente na metade do século, observando evidentemente as peculiaridades históricas da cidade, sem que, no entanto, fossem oferecidos serviços básicos de infraestrutura para tal acontecimento. Faltava um sistema de políticas públicas capaz de garantir à população equipamentos sociais básicos, eficazes e modernos, que assegurassem a qualidade de vida, tais como saneamento, abastecimento de água, transporte, saúde, educação, moradia entre outros.

O bairro de José Pinheiro, de característica periférica, localizado à zona leste, tem o seu primeiro núcleo de SAB a partir de 1962, e com essa experiência surgem em outros bairros organizações de SABs convergindo para o ano de 1964, onde o número de cinco SABs se juntou e organizou a criação de um órgão articulador e centralizador da luta social na cidade.

Toda a organização até 1964 é acompanhada pela Igreja Católica que obtinha geralmente sobre sua guarda a assessoria dos equipamentos sociais e também a sua trajetória histórica de assistência aos carentes e com movimentos religiosos, visto o medo das subserviências associadas ao comunismo presente na sociedade.

97 Diário da Borborema. Entidades suburbanas interessadas no problema dos cortiços. 30/05/1970.

Outra forma de participação e acompanhamento é a presença da Igreja em sua instância técnica onde estagiárias de Serviço Social, profissão estritamente ligada, em seu processo de profissionalização e até esse momento, aos aparatos institucionais do Estado, e por meio desta estava a garantia da defesa da mediatização dos interesses entre Estado e sociedade.

Nesse período, nota-se a presença marcante do Partido Comunista Brasileiro [embora clandestino na época] ligado às lutas sociais. Em Campina Grande, o PCB dividia com Faculdade de Serviço Social e a Igreja Católica o papel de fomentados dos moradores das periferias da cidade em suas tentativas de se organizarem (Lima, 1995, p. 18).

No início, os aparatos institucionais nos bairros indicavam uma organização social em grupos. Essa estrutura envolvia a comunidade e, ao se articular, eles poderiam melhorar os aspectos gerais do bairro. No entanto, com a mudança política imposta em 1º de abril de 1964, o caráter reivindicativo do movimento foi suprimido dentro da organização. Nesse período, a intervenção governamental tornou-se evidente nas bases do movimento.

O acompanhamento ofertado pela assistência da Faculdade de Serviço Social para além de exercer papel de articulador do movimento de bairro fazia também uma espécie de “inspetoria” das ações desenvolvidas pelo movimento na cidade bem como dos populares envolvidos e também prestava depoimento das suas atividades junto à comunidade o que, em certa medida, deixava expressa a não vinculação do Movimento Comunitário que, por vezes, era associado com as lutas empreendidas por militantes do PCB.

Para tanto, trazemos abaixo alguns trechos extraídos da pesquisa sobre a história da Faculdade de Serviço Social que nos oferece alguns depoimentos de pessoas que vivenciaram essa experiência junto às comunidades da cidade:

A ditadura foi difícil para todo mundo e a gente

sofreu, mas a gente encontrava uma saída por um lado, de outro, íamos resolvendo. Não atrapalhou, não prejudicou o andamento (Ent.03, DOCENTE).

[...] houve o golpe do governo, aí queria chamar para ser entrevistada e tal, mas aí Irmã Ângela foi e disse não [...] e pediu que fizesse um relatório do congresso [...] e ela mandou um relatório para o quartel e tudo ficou resolvido. [...] a coisa ficou apertada, porque a gente, todo mundo ficou com medo e era muita assistente social chamada no quartel [...] era uma fase que se tivesse uma reunião tinha que ver o que ia falar [...] quer dizer, repercutiu muito entre as colegas assistentes sociais, que eram tachadas de comunistas e tavam trabalhando em prol da comunidade (Ent.03, DISCENTE).

[a ditadura] teve de reprimir um pouco esses movimentos que já vinham em andamento, no ponto de vista político-ideológico, porque a Juventude Universitária Católica (JUC) tinha uma proposta mais de esquerda, então o movimento de 64 reprimiu [...] [mas a Faculdade de Serviço Social] como era uma entidade religiosa, meio isolada, não sofreu tanta repressão (Ent.02, DISCENTE). (Freitas, 2008, p. 30).

Como exposto acima, as estagiárias de Serviço Social eram instruídas que o melhor caminho a seguir dentro de sua profissão era estar de “bem” com o poder estatal, o que pressupunha um viés prático dentro das políticas de governo. Não é de se estranhar, portanto, que dentro de uma perspectiva de centralidade administrativa o movimento na cidade passe a fundar, em 2 de agosto de 1964, a UCES, um órgão centralizador do Movimento Comunitário da cidade bem como, este deveria centrar as ações de todas as SABs existentes. Entretanto, um órgão semelhante a esse foi criado em época diferente em São Paulo, isto, segundo Singer e Brant (1983) e Gohn (1985), que na experiência

relatada apresentam a existência de Confederação das SABs no Estado isto anterior a 1960, o que provavelmente condicionou o Estado a tentar “controlar” as demais experiências em outros Estados.

O engajamento político proporcionado pelas SABs é evidente onde, por vezes, acabava se tornando reduto eleitoral onde a presença de políticos se tornava rotina nas reuniões das assembleias das mesmas, participando frequentemente de solenidades de entrega de benefícios na região. Sendo assim, estabelecida uma relação de trocas de favores à medida que o movimento se consolidava na cidade a presença política tornava-se hábito. Há alguns casos que diretorias de SABs permaneciam no poder durante vários anos em uma espécie de rotatividade entre os membros da diretoria que se revezavam entre os cargos.⁹⁸

Em outros casos, a permanência da diretoria à frente da instituição por longos períodos se dá pela falta de pessoas que queiram ocupar um cargo à frente da entidade como podemos ver o caso do bairro do Castelo Branco em 1971:

A SAB do Castelo Branco não realiza eleições desde o ano passado porque ninguém quer candidatar-se para dirigi-la. A escolha de uma nova diretoria deveria ter-se realizado desde o mês de junho do ano passado. As tentativas do atual presidente nesse sentido fracassaram.⁹⁹

Esta situação se verifica em várias comunidades associadas onde outros motivos também contribuem para tal situação como as repressões os movimentos sociais onde a vigilância permanente dos militares ofuscava a presença dos habitantes com medo de serem reprimidos.

Quando nós iniciamos o trabalho nós encontramos uma dificuldade muito grande o povo era cismado principalmente com a e revolução. O povo tinha

98 Depoimento de Agripino Batista. 20/01/2010.

99 Diário da Borborema. Problema da SAB de Castelo Branco é a falta de candidatos. 07/02/1971.

medo de ir, isso é negócio de comunista, você tá entendendo [diziam os populares].¹⁰⁰

Experiências compartilhadas em coletivo escreveram páginas da história da cidade relatando vida em todas as linhas e letras mesmo aqueles que não tinham ou possuíam o hábito da escrita.

As pessoas comuns de um bairro que estavam em estado de vulnerabilidade social, mas que, ao mesmo tempo, foram capazes de intervir, participar em um governo que representava a força do Estado repressor, onde os prefeitos indicados pelos militares que estavam no poder cediam a muitas reivindicações e pressões das SABs concedendo benefícios. Assim, Pollak (1989, p. 7) afirma que “a história de vida apareceu como um instrumento privilegiado para avaliar os momentos de mudança, os momentos de transformação”.

Buscamos explicitar, a partir dos relatos orais, as tramas políticas estabelecidas no Movimento Comunitário com as ressonâncias da Ditadura Militar. O elo estabelecido com o Estado tinha a presença da direita política regulando e imprimindo nas SABs e na UCES suas estratégias de condução política onde o aspecto reivindicativo/colaborativo e harmonioso com o poder central do governo se mantivesse firme.

Porém, encontramos focos da esquerda principalmente vinculada ao PCB, contudo todas as tentativas por parte de diretores na condução da UCES foram tomadas com a finalidade de afastar o “mal”, a influência comunista, do Movimento Comunitário. Portanto, torna-se importante verificar quais os tipos de negociação direta ou indireta foram realizados entre os moradores e os grupos políticos de direita locais a fim de afastá-los do partido de esquerda.

Nessa perspectiva o senhor Manoel Farias, nos depõe com uma fala que remonta as tramas políticas envolta da vida orgânica das SABs na década de 1960 com o golpe militar, bem como, a criação da entidade central do movimento, a UCES:

Tinha uma associação de bairro antes da revolução ai então, Irmã Ângela sugeriu que fosse feito o

100 Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

movimento [...] um movimento que podia entrar prefeito sair prefeito ninguém ta nem ai. Você ta entendendo? O trabalho da sociedade não tinha nada a ver com a prefeitura, não era subordinada a prefeito, não era subordinada ao governo do Estado, nem subordinado ao governo Federal. Nosso trabalho era trabalho de conscientização, entendeu? Demonstrar a comunidade, demonstrar ao pessoal, os associados o direito e seus deveres, ta entendendo? É tanto que quando explodiu mesmo a revolução teve umas sociedades, ai da liberdade, por exemplo, [baixinho] tinha umas SABs, que tinha uns secretários, tinha um presidente que o negócio dele era resolver na hora não sei o que, ai quando oficializou mesmo a revolução esse pessoal foi procurado e ele desapareceu, mas isso foi só na SAB da Liberdade, as demais sociedades continuaram normalmente o pessoal da revolução do exército vinha a paisana, ouvi o que era, o que tava se passando, pedia os Livros de Atas. [A] Monte Castelo mesmo pediram o Livro de Atas, porque o Livro de Atas tinha tudo. Não. Aqui não tem nada não [dizia o diretor da SAB]. Então as SABs não sentiram peso nenhum permaneciam no mesmo trabalho de solicitar ao prefeito melhoramentos para o bairro realizações de cursos. Em seguida criamos os Clubes de Mães, certo? Os Clubes de Mães realizavam cursos para as mulheres. Tudo assim, os trabalhos não sofreram nada com a revolução sabe? Não foi perseguida, até hoje ta ai. Que se ele tivesse tendência só para o lado do comunismo ela tinha fechado para balanço, naquela época, e muito negô tinha sido preso, mas ninguém foi preso. Ta entendendo? E o trabalho graças a Deus não sofreu nada, continuou normalmente até hoje, graças a Deus.¹⁰¹ (Grifos da autora).

101 Depoimento de Manoel Farias. 17/10/2010.

A parte em destaque se refere à criação da UCES que seria a oportunidade de aglomerar as SABs e assim poder controlar suas atividades e atuações bem como poder instruí-las a não participação em partidos clandestinos e que deveriam harmonizar as relações com o governo, ou seja, deveriam sim colaborar com o poder instituído através de seus representantes que em escala municipal é o prefeito. Quando o depoente se refere à atuação junto ao poder público, ele ressalta uma espécie de liberdade nas relações políticas, mas o que se percebe na sua fala é a exaltação do medo de aproximação com comunistas e assim uma repressão ao nascente movimento na cidade e ao mesmo tempo os laços políticos de cumplicidade com a administração local e os benefícios ou trocas de favores em favor da cumplicidade política.

Outra explicação dada pelos antigos dirigentes da UCES sobre a necessidade de sua existência é o fato de articular conjuntamente as demandas dos bairros que geralmente tinham uma identificação parecida e como os presidentes das entidades tinham acesso ao prefeito e o procuravam com frequência assim, por vezes, as queixas eram as mesmas. Assim nos fornece a informação o senhor Manoel Farias:

O que acontecia era o seguinte, às vezes um representante das SABs ia falar com o prefeito para pedir o benefício quando aquela sociedade saía chegava outra, ai não, tem que ter o órgão coordenador, né isso.¹⁰²

Para solucionar o problema da SAB da Liberdade que tinha diretores com os ideais comunistas a UCES tomou uma posição política que, de certa forma, ela serviria de exemplo para as demais, foi tomada a seguinte atitude de acordo com seu Manoel Farias:

Na SAB da Liberdade nós procuramos um cidadão que era coronel da polícia, coronel Luiz Gonzaga de Melo, aí ele foi pra uma reunião, ai ele aceitou ser presidente. A gente fazia uma reunião na SAB, a própria SAB da Liberdade, e uma outra reunião na rua tal, na casa de fulano de tal, chegava a reunião a gente

102 Idem.

mandava preparar o bolo, preparar o café e as pessoas discutindo o assunto de interesse da comunidade. Isso a gente fez em várias SABs, aí o movimento subiu.¹⁰³

A presença do coronel militar nos aponta a intervenção, a infiltração dos aparatos de poder dentro das instâncias organizacionais de base do movimento. Estando à frente da direção da entidade, aos olhos dos militares estaria descartada a possibilidade de aproximação e mobilização da comunidade com as ideias comunistas. Não negamos, portanto, que qualquer morador com uma profissão militar possa adentrar o movimento, visto que ele também é um dos interessados nas questões dos bairros, mas, na conjuntura da Ditadura Militar, este fato é bastante questionável e digno de análise principalmente no caso acima em que isto se deu em resposta a um convite, demonstrando, portanto, a participação efetiva colaborativa e silenciosa das SABs e da UCES ao regime governamental.

A presença de figuras políticas/militares dentro das reuniões nas SABs nos bairros se tornava uma constante, era o que para muitos a SAB se comparava a “pequenas prefeituras” visto que, colaboravam com a administração do poder executivo através de diagnósticos sociais dos problemas como símbolo do laço entre ambas, era hábito o prefeito comparecer a assembleias de SABs ou na sua ausência ser representado por seus secretários. Com tais acordos políticos, a população passa a dar credibilidade às organizações populares pela presença do chefe do executivo no bairro, que segundo Manoel Farias, sua primeira experiência no movimento se deu mediante um momento desses, e o mais interessante é que se deu em pleno dia do pronunciamento da eclosão da Ditadura. Vejamos:

Eu me lembro muito bem que no dia 31 de março, dia da revolução, no dia 31 de março de 1964, 20hs da noite foi realizada uma reunião no Grupo Escolar Dr. Chateaubriand vizinho ao colégio Estadual José Pinheiro, no dia 31 de março e por volta das 21hs tava presente na reunião o Dr. Nilton Rique

103 Depoimento de Manoel Farias.17/01/2010

que era o prefeito da cidade, foi a primeira reunião que eu fui quando eu vi o prefeito na reunião, Nossa Senhora, esse negócio é forte, o Prefeito vim “pratiquei” pro bairro ele elogiou demais a SAB e lá pras 21hs a gente ouviu a notícia de que o presidente da República tava no Rio Grande do Sul, tinha ido pra Portugal, tinha cassado o mandato dele então ali naquela hora ia ser uma revolução e Nilton Rique que era o Prefeito da cidade foi cassado, né. Passou poucos dias [e] foi cassado o mandato dele.¹⁰⁴

Como a experiência organizativa em SABs não é uma realidade exclusiva de Campina Grande, que tem a experiência a partir de 1960, no Brasil ela surgiu na década de 1940, assim a repercussão deste tipo de organização social já era conhecida por políticos, principalmente, os que acompanhavam a política do eixo São Paulo – Rio de Janeiro.

Desta maneira, o movimento em São Paulo começa, efetivamente, na década de 1940, apesar de se ter um uma experiência parecida, em 1936, com a Sociedade de Amigos da Cidade - SAC, como nos aponta Singer e Brant (1983) e esta compreensão de organização e atuação social condicionava os aparatos públicos a obterem uma relação diferenciada com as experiências posteriores como em Campina Grande, que além de sofrer influência das Irmãs Católicas, ainda tem essa raiz sob tutela do poder político de direita. Torna-se importante mencionar que a experiência campinense obteve créditos de realidades organizativas de Fortaleza¹⁰⁵, onde se localizava a sede administrativa das Irmãs religiosas de São Vicente de Paula que impulsionaram e fundaram o movimento em campinense.

O Movimento Comunitário começa a se disseminar na cidade pouco antes de eclodir a ditadura, porém com menos de dois anos de existência a ditadura é uma realidade no país. Contudo, dentro das prerrogativas da época e do engajamento político de vários participantes do

¹⁰⁴ Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

¹⁰⁵ Sobre as Associações de Fortaleza para o presente trabalho não foi possível utilizar nenhum documento específico nem uma literatura sobre o assunto. O fator foi a falta de material sobre a mesma.

movimento envolvidos com tendências comunistas é que por indicação da Irmã Ângela Beza e o apoio dos presidentes de SABs da época em criar a UCES e, por conseguinte, a UCES passaria a se fazer presente em várias SABs.

Assim, podemos dizer que a fundação da UCES obedece a uma necessidade política para além de suas finalidades presentes objetivamente em seus estatutos, ou seja, tem uma segunda intenção que aparece como clara para seus idealizadores e se apresenta despreziosa para seus participantes nas bases, como por exemplo, os sócios das SABs que também comporavam famílias que não eram envolvidas com o PCB.

Antes de criar a UCES tinha muito presidente que queria se meter com partido comunista ai disse rapaz, tem que correr tem que prestar socorro a esse pessoal para ter um órgão coordenador se não [silêncio] queria desviar a atenção, mas graças a Deus até hoje seguiu a peteca na mão e não se meteu com o comunismo.¹⁰⁶

Convergindo no mesmo sentido, outro depoente nos presta a seguinte fala:

[...] quando cresceu o movimento, que cresceu muitas SABs algumas começaram a se desvirtuar das finalidades entrando nas questões de acordos políticos essa não é a nossa praia, nossa praia é fazer com que o povo se responsabilize né, com seus próprios problemas procure soluções para ele. Ai nós resolvemos, ai nós conversamos eu e Assistente Social Irmã Ângela, nós tínhamos que fazer uma entidade para supervisionar as SABs.¹⁰⁷

Assim outro entrevistado afirma que o Movimento Comunitário não “incomodou” o andamento dos trabalhos das entidades. A partir

106 Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

107 Depoimento de Enedino Ferreira. 30/08/2008.

da sequência de seu depoimento, vemos que este “incômodo” se dava mediante a condução política da entidade que, na época, era recém-criada e, portanto, estava sob medo do início da Ditadura visto que o senhor Enedino Ferreira foi o primeiro coordenador da junta governativa da UCES desde sua criação em 1964 até 1966. Assim destaca:

Nós estávamos em plena ditadura e praticamente não incomodaram a gente, eu não sei por causa do comportamento da gente e tal, não fazia campanha política pra ninguém quando tinha uma sociedade fazendo a gente ia chamar atenção que não era essa a nossa finalidade. E a UCES não perturbou e eu tinha outra vantagem eu era sindicalista do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Gráfica e me “pegaram” fotografia minha e levaram para o Teatro João Caetano ao lado de Peba. Prenderam Peba, prenderam José Pereira e a mim não fez nada acho que eles fazem um levantamento. Pois a verdade é que as sociedades cresceram tanto que tomaram uma dimensão tão grande.¹⁰⁸

Neste mesmo relato, o senhor Enedino aponta um fato marcante dentro da conjuntura política da época, principalmente, quando relata um momento peculiar dentro da história dos acontecimentos ocorridos como, por exemplo, quando prenderam José Pereira dos Santos¹⁰⁹, o famoso ativista comunista conhecido por Peba, preso pela repressão militar presente na cidade. E ainda nos relata a sua proximidade como sindicalista o que nos indica a multiplicidade de atividades sociais dos participantes do Movimento Comunitário na cidade. Outra questão é a repulsa pelo comunismo visto as constantes repressões e avisos promovidos pelo exército para com todos os movimentos sociais.

Tomando por base as falas acima citadas, Silva (1985, p. 20) já nos

108 Depoimento de Enedino Ferreira. 30/08/2008.

109 Para saber detalhes da vida deste popular, sindicalista e militante do PCB, indicamos a leitura do livro: AUED, Bernadete Wrublewski. **O sapateiro militante**: José Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.

fornece a sistematização analítica de que as SABs, em Campina Grande, nascem sobre uma ideologia de controle popular, o que ganha maior notoriedade com a instalação do golpe militar que controla com mãos de ferro a sociedade brasileira, principalmente as organizações de cunho social. Portanto, o autor afirma que:

O motivo principal que desencadeou o ressurgimento do movimento comunitário não foi, na verdade, o povo organizado, mas a criação da Escola de Serviço Social. Representando o pensamento da classe dominante e a preocupação do poder local, aquela instituição educacional enviou professores e estagiários de Serviço Social à comunidade, objetivando criar as condições materiais para o surgimento das SABs, ceifando desta forma, no nascedouro, a possibilidade da entidade independente das instituições burguesas, que interessadas no controle dos movimentos sociais [...] (Silva, 1985, p. 23).

De 30 de novembro de 1964 a 31 de janeiro de 1969, estive à frente da Prefeitura Municipal de Campina Grande – PMCG o Bacharel Williams de Souza Arruda, este esteve presente em momentos importantes das SABs e da UCES na cidade. Frequentemente o prefeito ia a reuniões de assembleia das SABs e UCES quando era solicitado e ou recebia em seu gabinete os presidentes das entidades. Desta maneira, este prefeito estava à frente do governo municipal e de certa maneira conviveu com a fase efetivamente reivindicatória do Movimento Comunitário que se resumia em solicitar serviços da prefeitura, realizar festas e entretenimento nos bairros e contribuir de forma decisiva para a realização dos planos de governo.

O Jornal Diário da Borborema registrou em suas páginas inúmeros desses acontecimentos em vários bairros de Campina, vejamos alguns:

O prefeito Williams Arruda esteve na rua Martins Júnior, na liberdade, local onde funciona uma indústria de trituração de minérios que, há muito vem

prejudicando a saúde da população residente em sua periferia. [...] Até então nenhuma resolução concreta havia sido tomada por aquele setor tendo a direção da SAB solicitado a intervenção do Prefeito que compareceu juntamente com o secretário de saúde na manhã de ontem, para tomar conhecimento do problema [...]¹¹⁰

A SAB de José Pinheiro estará reunida amanhã, a partir das 20:30hs na sede social do Flamengo Futebol Clube, naquele subúrbio, para receber o prefeito Williams Arruda, que, convidado pela diretoria da entidade, comparecerá ao encontro a fim de debater problemas de interesse daquela comunidade[...]¹¹¹

O prefeito Williams Arruda irá conceder do dia dez vindouro audiência as diretorias das Associações de Amigos de Bairros às 10hs da manhã no salão nobre da Prefeitura, ocasião em que será a apresentação oficial do seu plano de trabalho para o ano 1965-1966 no setor de saúde, o qual deverá contar com a participação de todas as Associações de Bairro. Neste sentido está sendo dirigido o convite a todas as associações para se fazerem presentes.¹¹²

Essa presença política dentro das SABs proporcionava um elo de conhecimento e apadrinhamento político entre os diretores das entidades que viam no viés político a saída para muitos problemas na comunidade. A atuação das instituições sociais em época de Ditadura permitia um acesso restrito à participação popular onde, muitas vezes, as divergências políticas entre as SABs/ UCES e governo

110 Diário da Borborema. Trituração de minérios será transferida da liberdade. 08/12/1967.

111 Diário da Borborema. Amigos de José Pinheiro receberão prefeito amanhã. 06/02/1966.

112 Diário da Borborema. Prefeito vai receber Amigos dos Bairros. 08/10/1965.

municipal eram ocasionadas pelo não cumprimento das solicitações das demandas dos bairros por parte da Prefeitura, o que denota a falta de uma ampliação no horizonte de atuação desse Movimento Comunitário na cidade nas décadas de 1960 e início de 1970, em que a presença militar condicionava a atuação popular. Porém, a participação se dava no caráter de execução do planejamento político onde a Prefeitura obtinha a contribuição e cooptação das SABs e UCES, para a implementação dos seus projetos para a cidade.

Assim com a eclosão da Ditadura brasileira em 1964, as SABs, em Campina Grande, passaram a ser vigiadas e um medo pairou sobre todos que estavam envolvidos em organizações populares, bem como dos demais que a partir do golpe se esquivavam de participar de reuniões com medo de serem pegos e assim presos por subversão ao regime. Após o I Ato Institucional, que foi uma das primeiras medidas do golpe onde este suspendia os direitos constitucionais, cassava, prendia e suspendia os direitos políticos da população.

Desta maneira, inúmeras prisões aconteceram, na cidade de Campina Grande, envolvendo participantes do PCB como o caso de José Pereira dos Santos – Peba, e demais pessoas envolvidas com o movimento no campo, e muitos simpatizantes e militantes de esquerda. A partir de tais atitudes os militares, tentavam amedrontar e assim acabar com as agitações de cunho reformista de base popular, para um reformismo estratégico baseado no capital, ou seja, sem grandes pretensões de mexer na estrutura social.

Com a finalidade de atrair e vincular os movimentos sociais, os militares estruturaram um quadro político para alinhar e enquadrar as instâncias populares à sua proposta de governo. Eles cooptaram seus líderes e, de certa forma, pressionaram as organizações ao impor presença e força. Muitos participantes que simpatizavam com a esquerda se viram obrigados a permanecer calados e a se submeter às diretrizes impostas pelo governo em vigor.

Nesse sentido, tanto as SABs quanto a UCES surgem de uma cadeia de necessidades contraditórias, onde se inserem em uma determinada conjuntura sendo cooptadas, gradativamente, mediante o andamento da política onde seu aspecto de luta social se restringe à realização de solicitações de melhorias estruturais para os bairros e

colaboração com projetos idealizados pelo governo. Este é o quadro de atuação social do Movimento Comunitário que já nasce sobre a prerrogativa da contradição entre luta social e atrelamento político.

Assim, sob as aspirações do poder local e o jogo político de cooperação das lideranças comunitárias, a frequência com que essas figuras administrativas apareciam nas SABs estava para além de demonstrar proximidade entre a administração local e os populares. Os laços reais de tais envolvimento se apresentavam claramente em acordos de ajuda nos pleitos das direções das SABs através de subvenção financeira em troca cooperação. Estes eram elos importantes entre 1964 até inícios de 1970. Assim nos fornece informação o senhor Manoel Farias:

[...] já a prefeitura tava doando aqueles [...] era 500 cruzeiros que a prefeitura também passou sabe [a dar] além do prefeito dizer que considerava as SABs como pequenas prefeituras, o prefeito também passou a colaborar anualmente com 500 cruzeiros para aquelas associações já existentes, no caso [para] suas sedes.¹¹³

Destarte, o início do processo de organização do Movimento Comunitário em Campina Grande se entrelaça aos momentos vividos em tempos de Ditadura Militar, o que teve grande influência em todo o processo de organização popular e política na cidade. Contudo, os registros historiográficos são importantes para tecermos uma análise de todo o processo da história política em nossa cidade.

Referências

AUED, Bernadete Wrublevski. **O sapateiro militante**: José Pereira dos Santos. Campina Grande: EDUEP, 2006.

Diário da Borborema. **Entidades suburbanas interessadas no problema dos cortiços**. 30/05/1970.

Diário da Borborema. **Problema da SAB de Castelo Branco é a falta**

¹¹³ Depoimento de Manoel Farias. 17/01/2010.

de candidatos. 07/02/1971.

Diário da Borborema. **Trituração de minérios será transferida da liberdade.** 08/12/1967.

Diário da Borborema. **Amigos de José Pinheiro receberão prefeito amanhã.** 06/02/1966.

FREITAS, Paloma Ribeiro. **Resgate histórico do curso de Serviço Social no município de Campina Grande:** surgimento e desenvolvimento até sua inserção no âmbito universitário. Relatório - PROINCI/UEPB. 2008, p. 41.

LIMA, Eliane Oliveira de. As Sociedades de Amigos de Bairro e a política partidária em Campina Grande. **Movimento de bairro e a política partidária:** o caso das SAB's em Campina Grande. Monografia em História. UFCG. 1995, p. 18.

MARTIN, Cipriano Calvarro. **“Deus não nos fez Bispos de almas desencarnadas”:** Campina Grande e a nova filosofia social da Igreja Católica para o Nordeste. João Pessoa: Imprell, 2006.

OLIVEIRA, Iracema de. **A comunidade de Monte Castelo e o Serviço Social.** Monografia de Serviço Social, Faculdade de Serviço Social de Campina Grande. 1966.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Diagnóstico Social.** In: **Trabalho social em habitação de interesse social.** Curso a distância. Trabalho social em programas e projetos de habitação de interesse social. Ministério das Cidades. 2010.

SILVA, Eronildo Barbosa. **A origem do Movimento Comunitário em Campina Grande.** Monografia do Departamento de Sociologia e Antropologia, UFPB. 1985.

SOUZA, Luiz Gonzaga de. A formação das Sociedades de Amigos de

Bairro. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996 p. 156-158.

_____. Democracia: Consciência Comunitária. In: **Movimentos da Vida**. João Pessoa: Editora Universitária, 1996, p. 159-162.

VIEIRA, Lenira Gomes, **Intervenção do Serviço Social na comunidade “José Pinheiro”** (Monografia de Serviço Social – FURNE), 1968, p. 1-57.

**PARTE IV:
ALGUMAS INSTITUIÇÕES
NO DEBATE PÚBLICO
PROGRESSISTA**



O CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE ENQUANTO ESPAÇO DE LUTA SOCIAL DOS ESTUDANTES (1930-1950)

*Ajanayr Michelly Sobral Santana*¹¹⁴

Porque devemos pertencer ao Centro Estudantal Campinense – Algumas perguntas, por estarem divorciadas dos líderes da classe, e outras por ingenuidade – é comum entre os menores – para que serve o CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE ou quais suas finalidades. Fundado em 6 de outubro de 1935, por uma turma de jovens idealista, o CEC, desde os seus primórdios tem defendido intransigentemente os direitos da classe estudantil. E isto não é tudo. Há outras vantagens que oferece, o Centro, previsto em seus Estatutos. Nossa agremiação sempre estimulou a cultura no seio da juventude, promovendo conferências e dando aos jovens oportunidades de demonstrarem seus conhecimentos e sua evolução intelectual, através da expressão do seu pensamento, das suas ideias [...]. Na assembleia reside o poder máximo da entidade. Seus membros já proporcionaram momentos inesquecíveis que honraram a gloriosa trajetória do

114 Doutora em Educação pela UFPB. Mestre em História pela UFCG. Especialista em História Cultural pela UEPB. Graduada em História pela UEPB. É graduada em Pedagogia pela UNINTER, pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História da Educação da Paraíba – HISTEDBR-PB. Professora da rede pública de ensino do município de Cabedelo-PB, também é sócia efetiva do Instituto Histórico de Campina Grande – IHCG.

Centro Estudantal Campinense [...] Conterrâneos ilustres, advogados, professores, médicos, guarda-livros, comerciantes, etc..., ontem integrantes, nos dias da juventude, as fileiras do CEC. Escrevi depois sobre o eficiente desempenho desses primeiros centristas, cuja inolvidável dedicação serve de estímulo a todos nos que conduzimos a facha do Ideal que eles nos entregaram. Mostrei a razão de ser do CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE, sua utilidade e sua atuação. Sei que omiti algumas coisas. Impossível caber tudo nas linhas de um artigo. Mas, terminando quero dizer que, acima de tudo, a agremiação da nossa classe é uma escola. Uma escola sim, formadora de caráter pregadora de civismo, ajudando a preparar os homens de amanhã, servindo à coletividade. Todo estudante deve pertencer ao CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE (FORMAÇÃO, dez. 1950, ano 15, n. 01, p. 02)¹¹⁵.

Ao considerar “estranho” um jovem fazer tal pergunta do porquê pertencer ao Centro Estudantal Campinense – CEC¹¹⁶ –, os editores do jornal *Formação* (jornal oficial desta entidade estudantil) inseridos em discursos sobre “união”, “pertencimento” e ideais de “civismo”, marcaram os significados identitários dos centristas que conduziram o movimento de estudantes secundaristas, meninos e meninas na faixa etária entre 14 e 18 anos aproximadamente, na cidade de Campina Grande-PB¹¹⁷ entre as décadas de 1930 e 1960.

Fundado em 06 de outubro de 1935¹¹⁸, sua criação foi inspirada

115 Alguns dos jornais pesquisados não mencionam a data exata da publicação, mas apresentam o ano e número.

116 Para construirmos essas *histórias* sobre o CEC e seus representantes centristas, buscamos o entrecruzamento de fontes das memórias dos entrevistados com os jornais que circularam na cidade entre os anos de 1930 e 1950.

117 Cidade situada na região do Planalto da Borborema, interior da Paraíba, a 134 km da capital do Estado, João Pessoa.

118 As falas dos entrevistados (Josué Sylvestre, Agnelo Amorim e José Lucas Filho) marcaram o ano de encerramento das atividades do CEC em 1964, por intervenção

através das ideias trazidas por uma turma de alunos/as concluintes do Colégio Alfredo Dantas que em visita à cidade de Fortaleza-CE, no mesmo ano, em uma missão de cultura e cordialidade¹¹⁹, conheceram uma entidade estudantil, o Centro Estudantal Cearense¹²⁰, que incentivou estudantes campinenses a fundarem uma organização estudantil politizada inspirada nas ideias dessa entidade. O CEC possuiu várias sedes em ruas do centro desta cidade: Venâncio Neiva, Cardoso Vieira, Vidal de Negreiros, Maciel Pinheiro.

Questionado acerca do porquê do termo *Estudantal* em vez de *Estudantil*, o senhor Josué Sylvestre¹²¹ nos contou que por ter sido fundado no período da Era Vargas, na década de 1930, aquele termo teria sido substituído por esse numa forma de “burlar as amarras desse governo e poder ser registrada como uma organização legítima e reconhecida” (Josué Sylvestre, entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013), já que muitas das manifestações estudantis foram consideradas como pertencentes à “esquerda radical”¹²². Contudo, esses dois termos são relativos a

de militares que determinaram seu fechamento com cassação de mandatos, limitação de direitos, prisões e interrogatórios de líderes estudantis e invasão da sede do CEC, tendo levado todos os arquivos.

- 119 Foi prática comum, na década de 1930, turmas de concluintes secundaristas dos colégios privados da cidade de Campina Grande “saírem” para comemorar em outras cidades, em uma forma de socialização com outros estudantes.
- 120 O Centro Estudantal Cearense foi fundado em 11 de agosto de 1931, integrando tanto estudantes secundaristas quanto universitários. Foi inspirada em outra entidade, a Casa do Estudante do Brasil, fundada em 13 de agosto de 1929 no Rio de Janeiro.
- 121 Josué Sylvestre nasceu em Carpina-PE, em 16 de julho de 1937, vindo a residir em Campina Grande no final da década de 1940. Como estudante e militante, foi representante do CEC entre os anos de 1953 e 1955, retornando sua atividade como presidente nessa mesma entidade entre os anos de 1960 e 1962. Participou de congressos da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES e da Associação dos Estudantes Secundários da Paraíba – AESP, sendo o CEC a única entidade municipal, e inaugurou a Casa do Estudante Félix Araújo em 1962.
- 122 Os centristas manifestaram ideias nacionalistas, na década de 1950, como necessárias às suas atuações políticas junto à sociedade campinense e como grande motivador das suas lutas. Sobre as correntes políticas e ideológicas do CEC e suas

estudantes e que, portanto, ao fundarem o CEC justificaram essa escolha na tentativa de se “diferenciarem” de alguns movimentos estudantis atuantes naquele contexto.

Esses/as integrantes, dentre os/as 21 representantes escolhidos/as nas eleições estudantis, a cada um ano, para exercerem as funções nas diretorias (a exemplo da diretoria cultural, esportiva e jornalística), secretárias e tesoureiros, vice-presidente ou presidente, eram chamados/as de *centristas*, termo usado para se referir a todos/as aqueles/as estudantes que ingressaram no CEC como sócios/as efetivos/as. Para tanto, compreendemos que a identidade centrista serviu como nexo para caracterizá-los/as e diferenciá-los/as de outros/as estudantes, pois, apesar de muitos desses/as atuaram nos jornais e no movimento estudantil, nem todos/as eram membros do CEC e, com isso, não poderiam ser chamados/as de centristas.

Desde a sua criação até o início da década de 1960, o CEC foi regido através de seus estatutos internos, que eram:

- a) congregar a classe (estudantil) a fim de que haja entre seus elementos a maior solidariedade; b) proteger os estudantes pobres que fizeram parte do Centro;
- c) resolver questões da classe e defender seus direitos;
- d) combater o analfabetismo; e) desenvolver a cultura física dos associados; f) prestar ajuda moral e material às associações congêneres que visem à proteção da juventude a critério da Diretoria (Sylvestre, 1982, p. 385).

Esses regimentos, que orientaram os/as centristas nas suas ações e lutas, estiveram em conformidade com os seus discursos, nos jornais que escreveram e nas entrevistas que nos concederam, que podem ser sentidos na forma de se representarem como “defensores/as” da formação da juventude campinense, em que deram sentido às suas lutas e práticas estudantis. Para tanto, pelas leis do regimento do CEC foram colocadas as atividades que deveriam prestar à juventude, a partir das

aproximações e distanciamentos com o comunismo e o nacionalismo, cf.: Santana (2015).

quais tentaram, através de suas escritas e ações, provocar mudanças na realidade precária da educação na cidade.

Para essas ações, os/as centristas organizaram discussões em torno de reuniões que aconteciam aos sábados, abertas ao público estudantil que possuía a carteirinha de estudante. Nessas reuniões, discutiam-se assuntos referentes aos estudantes, como o aumento das entradas de cinemas, das mensalidades dos colégios e dos livros didáticos (geralmente com uma postura combativa a esses aumentos), mas também se discutiam os problemas que atingiam toda a sociedade campinense, a exemplo da falta de água, aumento das tarifas de transporte público, aumento do pão e outros gêneros alimentícios, dentre outros. Assim, o CEC funcionou como um espaço que exerceu grande influência na cena pública, em que os/as seus/suas representantes mobilizaram ações para além das discussões em sua sede, que incluíram matérias em jornais, comícios e passeatas. Logo, politizavam e conscientizavam não apenas os estudantes, mas também a população.

As carteirinhas dos estudantes campinenses foram emitidas e confeccionadas pelo CEC, tendo se configurado como uma fonte de renda na manutenção das despesas dos centristas. Para os/as estudantes, configurou-se como uma maneira de inclusão ao espaço do CEC – festas, reuniões e eleições, que exigiam dos mesmos o porte de tal documento, que garantia as suas identificações.

Além de proporcionar as festas na sede do CEC e a meia-entrada em espaços de sociabilidades, os/as centristas construíram uma alteridade com outros estudantes que não possuíam a carteirinha e não conviviam em seus entornos. Para isso, carregavam o livro “embaixo do braço”, frequentavam bibliotecas existentes na cidade, criavam grupos de leitura e escrita como os grêmios literários, e andavam nas ruas da cidade de terno e gravata entre conversas no Largo da Flórida¹²³, onde construíam

123 O Largo da Flórida, hoje Calçadão, localiza-se no centro de Campina Grande, na Rua Cardoso Vieira com a Rua Marquês do Herval, sendo um dos principais pontos de acesso às várias ruas do centro comercial desta cidade. Na entrevista, Josué Sylvestre (entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013) destacou esse lugar como um espaço para falar sobre política, esportes e religião, entre aqueles que se interessavam por estas discussões, onde “paravam” para discutir e saber dos assuntos referentes ao que acontecia na cidade e/ou as notícias que viravam manchetes nas

suas próprias representações de estudantes engajados.

Para o ex-centrista Agnelo Amorim, era comum se diferenciarem através da aquisição de livros, que eram exibidos nas ruas da cidade:

Havia muita gente que não lia, mas havia muita gente que lia. Se interessava pelos romances da época, literatura, do tempo, os traços do mundo, se discutia muito. Os centristas do Centro Estudantil Campinense eram tidos na cidade como intelectuais, né?! Tinha uns que eram intelectuais de axila. Quer dizer, que andavam com os livros debaixo do braço, mas não liam, não. Era a cultura do sovaco (Agnelo Amorim, entrevista concedida à autora em: 02 dez. 2013).

Disso, os/as centristas se “mostraram” como aqueles/as que possuíam um conhecimento adquirido através dos livros, e o CEC seria aquela entidade adequada para o preparo de estudantes nas suas formações intelectuais e políticas. Assim, a partir dessas premissas, os/as estudantes se agruparam para formar uma identidade forte e participativa enquanto grupo de *centristas*, tornando-se um prisma para encandear protestos, ações, lutas e manifestações em torno do nome dessa entidade estudantil. Para tanto, o movimento estudantil campinense agiu em torno dessas questões, tendo como norte:

[...] a – estimular toda iniciativa que venha trazer o bem à classe estudantina quer no social ou desportivo; b – levantar o colegial paraibano deste estado de insegurança e descalabro moral em que está mergulhado; c – unificar a Classe de curso, de colégio em colégio, de cidade em cidade, de estado em estado, formando assim na máquina una, e forte para a grandeza e glória de nossa gente, para maior compreensão do problema da Educação e cultura do nosso povo; d – dar ao estudante as consciências de si, para que cada um seja um soldado da Educação; e – educar o jovem dentro

de sua órbita estudantil, para que na sua vida futura ele saiba lutar, vencer; f – acudir sempre que possível, as necessidades mais angustiosas do estudante pobre, para que seja mais suave a sua tarefa (FORMAÇÃO, nov. 1952, ano 17, n. 07, p. 1).

Formando uma *classe* coesa e solidária às causas estudantis, com discursos de união e pertencimento, criaram relações de afetividade, de lutas e ações que colocaram o CEC no centro dessas questões, e os estudantes campinenses como aqueles que os apoiariam. Para que isso fosse possível, criaram estratégias de engajamentos por meio de reuniões estudantis, da produção do Jornal Formação, da criação de gêmios estudantis e da realização de eventos na cidade, como os congressos de estudantes e de professores¹²⁴.

Como exemplo dos gêmios estudantis, temos o mais importante e emblemático: o Grêmio Literário Machado de Assis – GLMA¹²⁵, criado, em 1953, por Manoel Joaquim Barbosa¹²⁶, que realizava reuniões aos domingos pela manhã para debates, agindo como uma extensão das atividades do CEC, proporcionando a mediação e o acesso à socialização de livros, além de incentivar a escrita entre os estudantes através da circulação de textos escritos por gremistas e publicados nos jornais.

Os/as estudantes campinenses foram responsáveis pela organização

124 O I Congresso de Professores Secundários do Nordeste, sediado nesta cidade, aconteceu no dia 28 de janeiro de 1953, com o apoio do CEC, e discutiu, dentre os principais assuntos, a situação dessa modalidade de ensino e as dificuldades da educação no Nordeste. Ademais, houve, nessa cidade, no mesmo ano, o I Congresso de Estudantes Secundários da Paraíba, também de iniciativa dos centristas. Cf.: Santana (2020).

125 Existiram duas sedes principais: no salão do antigo Grupo Escolar Sólon de Lucena, na Rua Floriano Peixoto e na Escola Técnica de Comércio (antiga Faculdade de Administração), na Rua Getúlio Vargas, no centro da cidade (Amorim, 1988).

126 Foi o enfermeiro que, à época da morte do vereador Félix Araújo, cuidou dos seus primeiros socorros. “Ganhou”, através desse episódio, representatividade entre a sociedade campinense, pois dava as notícias sobre o estado em que se encontrava o vereador após o atendido. Também, “apoiando-se” na morte do “mártir-vereador”, foi candidato a vereador para o pleito de 1955 (Albuquerque do Ó, 1999).

de diversos periódicos: *O Collegial* (Orgam. da Academia D’Adauto – Estado da Parahyba), do Colégio Salesiano Pio XI, foi criado em 1935 e circulou até o ano de 1940; *O Tribuna do Estudante* (Campina Grande, 1951) tinha como diretores os centristas Noaldo Dantas e Wallace Figueiredo, como secretários os centristas Evaldo Gonçalves e Juarez Farias, e colaboradores/as os/as centristas Noilton Dantas, Adalgisa Mello e Terezinha Brasileiro Souza – encontramos apenas um exemplar desse jornal, datado de novembro de 1951, em que trouxe matérias relacionadas aos/às estudantes campinenses; *O Jornal do Estudante* (Órgão de Interesse Estudantil) (Campina Grande, agosto de 1953) teve como diretor Nazário Pimentel e como redatores os candidatos nas eleições estudantis a representantes centristas, Josué Sylvestre e Ademar Martins; *O Grêmio* (Órgão oficial do Diretório Estudantil Doc. e de Campina Grande) foi editado e escrito pelos estudantes do Colégio Estadual de Campina Grande, o Gigantão da Prata, e trouxe notícias sobre os estudantes campinenses, bem como o cotidiano dessa escola; e *Formação*, que foi criado em 11 de agosto no ano de 1936 como o órgão oficial do CEC, veiculavam informações sobre essa entidade estudantil e assuntos relacionados à formação dos estudantes campinenses, tendo como primeiro diretor o centrista e então vice-presidente do CEC, Claudio Agra Porto¹²⁷.

Esse jornal *Formação*, organizado, escrito e produzido pelos/as centristas, tinha como objetivo principal relatar os acontecimentos mais importantes do movimento estudantil campinense. Para tanto, foi criado para ser um espaço discursivo e noticioso da política centrista, trazendo não apenas aspectos das notícias que fizeram manchete no dia, mas, também, discursos relacionados à divulgação das práticas estudantis na cidade de Campina Grande-PB entre os anos de 1936, ano de sua criação, até à década de 1960, em que esteve ligado à própria existência do CEC.

Na composição de fundos para o financiamento do referido jornal,

127 Além de ter sido o primeiro diretor do jornal *Formação*, em 1936, também foi vice-presidente da Academia D. Adauto, “agremiação literossocial”, em 1935 e presidente em 1936; foi vice-diretor do Centro Estudantil Campinense neste mesmo ano. Estudante do Colégio Pio XI, escreveu nos principais jornais estudantis como o *Formação* e *O Collegial*, e atuou no movimento estudantil liderado pelo CEC.

além dos assinantes e da venda no varejo, “subsistia da venda de exemplares, de colaboradores e da publicidade; sua circulação era mensal, sendo algumas vezes interrompida por problemas financeiros” (Nascimento, 1990, p. 177), combinando-se verbas de políticos locais e confecções de carteirinhas de estudantes. Com relação à quantidade de impressão e à tipografia, procuramos tais informações nas entrevistas com ex-centristas e que foram também editores do jornal. O senhor Juarez Farias¹²⁸ nos falou que eram impressos em média 500 exemplares por cada edição e a impressão ocorria nas tipografias existentes na cidade, como a Livraria Pedrosa¹²⁹.

Transformado em espaço desejado, vivenciado, na medida em que os que produziram o jornal exerceram sobre ele movimentos e usos, preenchidos pelas vivências dos centristas e por eles delineados, onde escreveram suas histórias de lutas e de glórias, o jornal *Formação* se constituiu em um lugar de memórias, registro das reminiscências coletivas dos mesmos. Para que isso fosse possível, esse grupo de estudantes construiu nos discursos deste periódico figuras que representaram as lideranças estudantis através da exposição de “feitos” em nome de um lugar de realizações e manifestações em torno do CEC como uma “escola de líderes”.

Para tanto, as discussões de serem eles/as, os/as centristas, os/as responsáveis pela formação política e intelectual da juventude campinense, através de discursos de como ser o CEC essa “escola de líderes”, onde se desenvolviam as capacidades de oratória e escrita e discutiam sobre política e literatura, diferenciadas dos currículos escolares, têm nas reportagens produzidas pelo editor do jornal, Ronaldo Cunha Lima¹³⁰, a

128 Ingressou no CEC em 1948, onde exerceu as funções de representante, orador, editor e colaborador do jornal *Formação*, tendo participado dessa entidade até o ano de 1954.

129 A Livraria Pedrosa, localizada na Rua Maciel Pinheiro, no centro de Campina Grande-PB, foi fundada em 1946 pelo poeta e livreiro José Pedrosa.

130 Nasceu em Guarabira-PB, no dia 18 de março de 1936, tendo residido em Campina Grande na década de 1940, onde estudou no Colégio Pio X e no Colégio Estadual da Prata. Em 1951, ingressou no CEC ainda como estudante secundarista por influência de seus irmãos Ivandro e Fernando Cunha Lima. Foi líder estudantil, tendo sido vice-presidente do CEC e diretor do jornal *Formação* entre os anos de 1951 e

preocupação de transmitir o que esse propunha e pretendia com suas publicações. Assim, nas folhas do jornal *Formação*, esse centrista escreveu com letras maiúsculas sobre as defesas dos valores desempenhados pelos/as centristas:

História do Centro Estudantal Campinense – UMA SINCERA E JUSTA HOMENAGEM A TODOS AQUELES QUE COLABORARAM NA FORMAÇÃO DO “CENTRO”, HOJE, COM DEZESSETE ANOS DE VIDA GLORIOSA E ÚTIL AOS ESTUDANTES CAMPINENSES: [...] poderia, ainda, escrever centenas e centenas de nomes. Preferi, porém, citar os vinte primeiros e escolher, ao acaso, folheando o velho livro de Registro já amarelecido pelo tempo, alguns nomes daqueles que, nessa época moços e idealistas e hoje amadurecidos, de consciências delineadas e posições definidas, talvez – quem sabe? Já se esquecera, até, dos seus brilhantes passados quando da fundação do CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE. ONTEM, estudantes pobres e idealistas. HOJE, homens honrados e dignos. Eis aqui alguns nomes: Degmar Fernandes com 15 anos naquele tempo; José Fernandes Dantas – 18 anos; Dr. Vicente Nogueira Filho – 15 anos; João Pedrosa – 19 anos (FORMAÇÃO, 06 out. 1952, p. 2).

Nas memórias salvas através das celebrações de criação do CEC, Ronaldo Cunha Lima, enquanto editor do jornal *Formação*, contou histórias e acumulou vestígios, documentos e imagens como sinais visíveis das trajetórias dos centristas nessa agremiação. Nas comemorações de aniversário, registrou nas páginas do impresso as glórias e mostrou a identidade centrista através desse “passado glorioso” e as memórias que foram construídas sobre e para o CEC.

Por isso que, a cada ano, em comemoração ao aniversário de inauguração do CEC, escrevia-se uma edição quase completa para essa

finalidade, funcionando como algo concreto e significativo para aqueles que participaram da entidade, e que acabou se transformando em um elemento simbólico da luta dos estudantes campinenses, das ideias dos/as centristas e um artefato cultural e material de apoio ao movimento de estudantes liderado pelo CEC.

Configurando-se como uma data importante para se construir as memórias sobre o CEC, o centrista Noaldo Dantas¹³¹ editou uma matéria em outro jornal da cidade, para externar essas comemorações de aniversário:

CENTRO ESTUDANTAL CAMPINENSE – Seis de outubro de 1935, “JURO SÔB O PENHOR DE MINHA HONRA, DEFENDER OS INTERÊSSES DO ‘C.E.C.’ E CUMPRIR FIELMENTE O QUE DISPÕEM OS SEUS ESTATUTOS. E O “CENTRO” nasceu. Porfírio Catão, Claudio Agra Porto, José Fernandes Dantas, Ademar Borges, Lígia Câmara. E o “CENTRO” cresceu. Sempre lutando pelos estudantes. Gilda Pimentel, primeira Rainha. Muitas sessões. Abatimentos “taxa centrista” – Reinvidicações. Passam-se os anos. E vai o “CENTRO” sempre lutando, sempre crescendo, sempre vivendo. Novos presidentes. William Tejo é aclamado. Raymundo Asfora idealista, contra os cinemas. Antonio Lucena, Manoel Bezerra, Ivandro Cunha Lima, Raphael Timóteo, Edmundo Barros, desprendidos defensores das causas centristas; Dezessete anos de glórias, de

131 Foi representante do CEC no final da década de 1940 e início da década de 1950. Escreveu para diversos jornais da cidade, possuindo uma coluna regular no *Jornal de Campina*, intitulada *Fragrantes do Dia*, onde escreveu sobre política, economia, fatos cotidianos e sobre a cidade. Mesmo depois da saída do CEC, ainda continuou a contribuir para o jornal *Formação*. Josué Sylvestre (2013) assim o descreveu: “fez política no Centro Estudantal, foi vereador na legislatura 1959-1963, secretário do Governo do Prefeito Newton Rique (1963-1964), vice-prefeito eleito em eleição indireta pela Câmara dos Vereadores ao lado do vereador João Jeronimo, após a cassação de Newton (1964)” (Sylvestre, 2013, p. 506).

lutas, de vida. Fazendo comícios. Lutando na rua. Pedindo garrafas, caixões usados. Fazendo eleições com boletins e alto-falantes. “CEC, com Assembleias extraordinárias. “V. Excia; me permite um aporte? Com Genival todo poético e Oliveiros todo ardoroso”. CEC de Juarez Farias, Joaquim Lucena, Roberto Domingos, “voz do oriente”. Fernando Cunha Lima e Adalgisa Pessoa de Melo. Trabalhadores. Admsilson Villarim, um grande amigo. “CEC” de Evaldo Gonçalves. Jornal “Formação” de longas lutas, tu merecias, guerreiro “CENTRO”, um bom poeta, para louvar tuas glórias, para saudar tua existência, tão gloriosa, tão conhecida desta cidade. Campina Grande, hospitaleira, onde nascestes e viverás, por muitos anos. Por muitos anos tu viverás (JORNAL DE CAMPINA, 05 out. 1952, p. 3).

Os/as centristas espelharam-se como protagonistas dessa construção do espaço de memória no jornal, buscando dar sentido às histórias que se queriam “oficiais”, “gloriosas”, repletas de “lutas” e empreendidas por eles mesmos. Assim, ao trazerem os nomes nas comemorações de aniversários, tanto Noaldo Dantas como Ronaldo Cunha Lima, os/as centristas inseriam como sujeitos atuantes de suas épocas. Exemplo disso foi a menção elogiosa do jornal ao presidente e líder centrista Fernando Cunha Lima¹³² no *Quadro de Honra*, o qual mereceu destaque pelas suas atuações:

Trouxemos para este Quadro de Honra o nosso presidente Fernando Cunha Lima, que pelo seu empenho

132 Fernando Mauro Cunha Lima (Guarabira-PB, 26 de julho de 1934 – Grumari-RJ, 21 de julho de 1978) foi líder estudantil, tendo sido presidente eleito e reeleito do Centro Estudantil Campinense entre os anos de 1952 e 1953. Participou de movimentos estudantis de repercussão em Campina Grande, tanto pela construção da Casa do Estudante, como pela inauguração do Colégio Estadual da Prata. Era presidente do CEC na época da morte do ex-centrista e vereador Félix Araújo, em 1953.

e arrojo nas iniciativas tomadas, bem merece esta posição, à título de reconhecimento. Sua vida na política centrista tem sido mesclada de louros e glórias que evidenciam seus desejos de servir a classe. Seus feitos e realizações já são notórios, dispensando comentários. Fazendo justiça [...] que tantas vezes arrastou à praça os estudantes para reivindicarem seus direitos e prerrogativas (FORMAÇÃO, set. 1953, ano 18, n. 2, p. 4).

O referido líder centrista também foi lembrado através dos discursos “eloquentes”, ações, atuações e lutas por ele desempenhadas, guardadas em forma de “agradecimentos” por outros/as que foram seus contemporâneos ou que tiveram atuação posterior: “era um orador incontestável. Reivindicou em nome da classe estudantil [...] Fernando Cunha Lima fez seu aprendizado para a vida pública lá (CEC), junto com o seu irmão Ivandro Cunha Lima. [...] Sempre foi militante. Lutou pela maior participação dos estudantes” (José Morais Lucas, entrevista concedida à autora em: 06 maio 2014). “Foi um grande orador e líder político” (Josué Sylvestre, entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013). “Grande líder estudantil, que depois se tornou líder político. Então, na formação dele (Fernando Cunha Lima), o CEC foi, sem dúvida nenhuma, um núcleo de formação de lideranças de Campina Grande” (Evaldo Gonçalves, entrevista concedida à autora em: 11 ago. 2017). Foi um “grande líder estudantil e político, o mais importante dos irmãos Cunha Lima” (Juarez Farias, entrevista concedida à autora em: 01 mar. 2018).

Muitos/as estudantes campinenses eram tidos/as e se denominavam como intelectuais e jornalistas, e muitos/as atuaram/escreveram em outros jornais da cidade, não somente os jornais estudantis que editaram, tendo sido, inclusive, assíduos colaboradores/as, a exemplo de Noaldo Dantas, Josué Sylvestre, Juarez Farias, Agnelo Amorim, Terezinha Brasileiro Sousa¹³³. Para tanto, o jornalismo trouxe condições favoráveis a

133 Foi estudante, centrista, escritora e poetisa. Nasceu na cidade de Piancó, sertão da Paraíba, no ano de 1929. Em 1945, mudou-se para Campina Grande-PB para concluir os estudos secundários como interna no Colégio Imaculada Conceição – Damas. Escreveu para os jornais *Formação* e *O Momento*, entre os anos de 1948 e

esses/as jovens através da escrita para expor assuntos que interessavam e os aproximavam em/na defesa de uma educação e formação da juventude. Ao colocar os centristas nesses lugares de debates, a imprensa campinense conferiu espaço para que os mesmos pudessem se manifestar e falar sobre o papel do estudante na sociedade campinense.

Como exemplos desses jornais, podemos citar O Momento, O Rebate, Jornal de Campina, Evolução, Gazeta Campinense, O Globo, e Tribuna de Campina. Este último contava com a colaboração do CEC, que mantinha uma coluna regular intitulada “Mundo Estudantil”, onde eram discutidos assuntos de interesse dos estudantes e temas relacionados à educação. Esses espaços foram viabilizados pelo papel social que os membros do centro ocupavam, pois possuíam uma formação educacional e intelectual que os distinguia de outros estudantes. Assim, detinham um poder e conhecimento que lhes permitia utilizar a escrita como meio de disseminar suas ideias, direcionadas especificamente ao seu público-alvo: os estudantes campinenses.

Tendo como projeto formar uma identidade para o espaço do CEC, os/as centristas o consideraram do mesmo modo como uma “escola de saber”, que agiu como uma extensão das escolas, pois lá os/as alunos/as podiam aprender as práticas da oratória e da escrita em discussões sobre política e literatura, influenciando na atuação política de vários/as estudantes e na formação para a vida pública na cidade, já que, após a conclusão dos estudos secundários, muitos centristas seguiram a carreira política:

Nós tínhamos muita atuação, muita mesmo, porque o Centro Estudantil Campinense era respeitado, ouvido e o pessoal gostava muito de que o seu filho enveredasse, se fosse para enveredar futuramente na política, que começasse por lá [...]. Era uma verdadeira “escola do saber”. [...] O CEC deu mais de um governador, deu Antônio Juarez de Farias, deu Ronaldo da Cunha Lima, deputados estaduais, federais,

1952. Sua história como escritora ilustra as várias experiências da vida de mulheres e a diversidade e contradições dos limites, acessos e exercícios da escrita feminina no jornalismo, tradicionalmente masculino. Cf.: Santana (2010).

senadores, vereadores, prefeitos, toda vida, campinense, paraibana e até mesmo do Brasil (José Lucas Filho¹³⁴, entrevista concedida à autora em: 17 mar. 2014).

Como um movimento estudantil forte, organizado e politizado, buscou melhorias para os estudantes e/ou contestou questões políticas, onde as lutas da juventude campinenses se coadunavam com as lutas do próprio CEC, quando protestaram e lutaram em ações participativas na sociedade, construindo, também, um ambiente extraescolar de formação desses jovens que congregou estudantes em seus primeiros posicionamentos políticos.

Ao buscarem apoiar e obter melhorias para os/as estudantes, ao conquistarem seus espaços no CEC, escolhidos nas eleições estudantis para representá-los, e ao criarem raízes e consistência política na sociedade campinense, alguns/algumas centristas aspiraram ingressar na política partidária local, algo que certamente foi viabilizado diante de suas práticas e lutas.

Tendo como exemplo o centrista Raymundo Asfora, que tendo mudado para a cidade de Campina Grande aos 12 anos de idade como aluno do ensino secundário, iniciou sua vida pública e política ingressando no CEC, em que atuou à frente dessa entidade como presidente entre os anos de 1947 e 1950, onde teve relevante atuação junto com seu amigo e companheiro de militância estudantil, o representante centrista Félix Araújo¹³⁵, que dirigiu o jornal *Formação* como diretor e redator, nos anos de 1948 e 1949. Ambos idealizaram o projeto da construção da Casa do Estudante Pobre¹³⁶ a partir de contribuições das gerações que

134 José Lucas Filho foi centrista e representante do CEC nos anos de 1960-1961.

135 Nasceu na cidade de Cabaceiras-PB, em 1922, e concluiu seus estudos secundários no Colégio Diocesano Pio XI em Campina Grande, onde passou a residir até a sua morte. Também foi poeta, tribuno, secretário de educação, ensaísta, crítico literário, escriturário, livreiro, radialista, jornalista e conferencista. Elegeu-se o vereador mais bem votado em Campina Grande no ano de 1951 pelo PL (Partido Libertador). Em 13 de julho de 1953, foi baleado por João Madeira, que não resistiu aos ferimentos e veio a falecer no dia 27 de julho, aos 30 anos de idade (Sylvestre, 1982).

136 A *Casa do Estudante Pobre* foi um projeto idealizado pelos centristas e apoiado

os antecederam.

Evaldo Gonçalves¹³⁷ descreveu como os quase dez anos de militância no CEC o capacitaram para “os desafios que se impuseram entre os meus sonhos de estudante pobre e modesto homem público” (Gonçalves, 2016, p. 101-102). Os frutos dessa “capacitação” teriam sido colhidos logo após a saída do CEC, em 1958, quando Elpídio de Almeida¹³⁸, em seu segundo mandato de prefeito de Campina Grande, elegeu-o Secretário de Educação.

Ainda no Colégio Pio XI, teria sido atraído pelas lutas estudantis da época, em que citou os mesmos nomes de lideranças estudantis colocados como de importância para a construção discursiva do espaço do CEC e como sujeitos-monumentos que influenciaram uma geração de estudantes para a luta e que também instigou sua entrada como representante nesta entidade estudantil:

Raymundo Asfora, Félix Araújo, os irmãos Cunha Lima, Ivandro, Fernando e Ronaldo, Genival Lucena, Josué Sylvestre, Edvaldo do Ó, José de Freitas Ramos, Juarez Farias, Oliveiros Oliveira, Evaldo Cruz dentre tantos outros, fazíamos já na década de cinquenta, o

pelos órgãos públicos e políticos locais para a construção de uma casa em Campina Grande que abrigasse estudantes pobres vindos de outras localidades do Estado. Com a morte do ex-centrista Félix Araújo, no ano de 1953, renderam-lhe homenagem colocando como nome *Casa do Estudante Félix Araújo*.

137 Foi representante do CEC entre os anos de 1952 e 1955, tendo participado, junto com o amigo e conterrâneo Juarez Farias, da viagem ao Rio de Janeiro para arrecadar fundos para a construção da Casa do Estudante Pobre. Nascido em 15 de junho de 1933, em São João do Cariri, mudou-se para Campina Grande a fim de concluir os estudos secundários, onde estudou no Colégio Diocesano Pio XI.

138 Elpídio de Almeida (Areia-PB, 01 de setembro de 1893 – Campina Grande-PB, 26 de março de 1971) foi um médico, historiador e político. Formou-se em Medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro em 1918 e mudou-se para Campina Grande em 1924. Em 1929, foi eleito Conselheiro Municipal (vereador). Elegeu-se prefeito desta cidade para a gestão de 30 de outubro de 1947 a 30 de novembro de 1951, pela UDN. Foi prefeito novamente de 30 de novembro de 1955 a 30 de novembro de 1959.

Sendo assim, o CEC foi considerado pelos entrevistados como “a melhor escola política de líderes” (Josué Sylvestre, entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013) devido ao fato de alguns centristas que dele saíram terem se projetado na cena política local, regional e nacional. Esse espaço foi “formado” para que fosse privilegiada a prática da oratória a partir de uma organização interna através dos conselhos de representantes para formar “intelectualmente” os que dele participassem, estando envolvidos em debates semelhantes àqueles realizados em instituições públicas: “a mais importante contribuição que o Centro deu a Campina Grande e à Paraíba foi a preparação de sucessivas gerações de líderes que hoje participam na política, na administração, na magistratura e na empresa privada” (Josué Sylvestre, entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013).

Para o ex-centrista Juarez Farias, “era muito difícil um jovem nessa cidade não se interessar por tais aspirações” (Juarez Farias, entrevista concedida à autora em: 01 mar. 2018) de poder conviver com estudantes que buscavam o melhor para a *classe estudantil*. Para isto, os anseios em participar dessas manifestações estudantis foram direcionados para o CEC, como um lugar que se constituiu em um espaço receptor de estudantes, principalmente daqueles que chegavam de outras localidades do estado da Paraíba para concluírem seus estudos, funcionando como uma premissa do que seriam as mobilizações políticas da sociedade campinense da época.

É possível identificar que os discursos de formação da juventude campinense foram seguidos através da imagem que foi alinhavada para o CEC como uma escola de líderes. Essa denominação remete a uma construção histórica da memória da entidade nos jornais locais e nas falas dos entrevistados como um espaço onde saíram os/as melhores estudantes oradores, de formação política e intelectual, ideia que os atuais ex-centristas procuram manter consagrada através de suas memórias até os dias atuais.

Consequentemente, foi na escrita em jornais, em especial, com a criação do jornal *Formação* e na apropriação de outros jornais que

circularam na cidade, através das colunas estudantis, que os centristas criaram seus espaços de lutas e disputas, fortalecendo suas visões e imagens como lideranças no conjunto da sociedade campinense.

Nas entrevistas, os ex-integrantes do CEC procuraram reconstruir suas memórias como “líderes” de um período marcado por embates e lutas em defesa das causas educacionais. Eles reconheceram que o CEC não apenas contribuiu para a formação política, cultural e social dos estudantes, mas também facilitou a entrada de muitos na política partidária local.

Esse movimento estudantil campinense foi singular, considerando que os/as centristas, usando das atribuições e influências que o CEC desfrutava na sociedade, buscaram ampliar seus espaços de atuação na defesa de seus posicionamentos. Como militantes, subiram em palanques improvisados para discursar para os/as outros/as estudantes sobre suas ações e, da mesma forma, emprestaram apoio político às candidaturas e partidos na cidade.

A atuação dos/as centristas no campo político campinense girou em torno de suas representações como líderes estudantis, em que alguns se destacaram em espaços de sociabilidades, como os jornais e grêmios estudantis. Os entrevistados, a exemplo de Evaldo Gonçalves, Juarez Farias e José Lucas Filho, justificaram suas ascensões na vida pública às suas formações nos anos que estiveram no CEC, em que lembraram suas atuações como oradores, escritores e gremistas que marcaram a sua geração, hoje se conhecendo pelas suas lutas em favor dos estudantes e das posições favoráveis que conquistaram na política partidária local.

O CEC, como uma entidade estudantil forte e politizada, cumpriu efetivamente o papel a que se propôs: conduzir o movimento estudantil nas principais reivindicações em favor da classe estudantil. Atuou como um espaço de formação intelectual e política extraescolar para a juventude campinense, promovendo a prática da leitura e da escrita. As atividades e intervenções na luta pela educação, narradas e descritas por seus membros, permitiram que os centristas consolidassem suas posições na política de Campina Grande. Eles foram às ruas para defender, acusar e protestar sobre questões que os uniam, assim como sobre aquelas que os incomodavam, como os preços elevados dos ingressos de ônibus, cinema e jogos de futebol. Dessa forma, marcaram suas diferenças e

semelhanças em relação a outros movimentos estudantis atuantes no país naquela época.

Referências

ALBUQUERQUE DO Ó, Alcides. **Campina Grande: História & Política** (1945-1955). Campina Grande-PB: Edições Caravela, 1999.

AMORIM, Agnello. **Espiando a vida: crônicas**. Campina Grande-PB: Editora e Gráfica Santa Fé, 1988.

NASCIMENTO, Gilmar dos Santos. **A Geração Engajada: busca de espaços na velha estrutura de poder** (um estudo sobre o Centro Estudantil Campinense, 1955-1960). 1990. **Dissertação** (Mestrado em Sociologia Rural) – Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba, Campina Grande-PB.

GONÇALVES, Evaldo. *As cartas Mentem Jamais... In: BORBA, Maria Auxiliadora Bezerra (Org.). Campina Grande nos Meados do século XX*. 2. ed. João Pessoa: Ideia, 2006.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Tecendo caminhos escriturísticos nas páginas da História: cartografia da escrita feminina na imprensa campinense (1950)**. 2010. **Monografia** (Graduação em História) – Centro de Educação, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande-PB.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **Entre Práticas e Representações: O Centro Estudantil Campinense como espaço de formação (1948-1964)**. 2015. **Dissertação** (Mestrado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande-PB.

SANTANA, Ajanayr Michelly Sobral. **O Centro Estudantil Campinense: práticas educacionais, culturais e políticas em Campina Grande (1945-1964)**. 2020. **Tese** (Doutorado em Educação) – Centro

de Educação, Universidade Federal da Paraíba João Pessoa-PB.

SYLVESTRE, Josué. **Lutas de vida e de morte: fatos e personagens da História de Campina Grande (1945-1953)**. Brasília: Senado Federal, 1982.

SYLVESTRE, Josué. **Meio século de vida pública sem mandato ou com?** Fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1950-2000). Campina Grande-PB: Latus, 2013.

Periódicos

Formação, Campina Grande, 06 out. 1952.

Formação, Campina Grande, dez. 1950, ano 15, n. 01.

Formação, Campina Grande, nov. 1952, ano 17, n. 07.

Formação, Campina Grande, set. 1953, ano 18, n. 02.

Jornal de Campina, Campina Grande, 05 out. 1952.

Entrevistas

Agnelo Amorim, entrevista concedida à autora em: 02 dez. 2013.

Evaldo Gonçalves, entrevista concedida à autora em: 11 ago. 2017.

José Lucas Filho, entrevista concedida à autora em: 17 mar. 2014.

José Morais Lucas, entrevista concedida à autora em: 06 mai. 2014.

Juarez Farias, entrevista concedida à autora em: 01 mar. 2018.

Josué Sylvestre, entrevista concedida à autora em: 10 nov. 2013.

O MOVIMENTO NEGRO DE CAMPINA GRANDE EM CENA: UMA HISTÓRIA DE LUTA E DE RESISTÊNCIA

*Ariosvalber de Souza Oliveira*¹³⁹

*Saber-se negra é viver a experiência de ter sido massacrada em sua identidade, confundida em suas perspectivas, submetida a exigências, compelida a expectativas alienadas. Mas é também, e sobretudo, a experiência de comprometer-se a resgatar sua história e recriar-se em suas potencialidades*¹⁴⁰

Campina Grande e a história do povo negro: para além de uma história única...

A escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019) estabelece valiosas reflexões sobre o perigo e os possíveis usos de uma História única. Tal autora narra que na infância seu primeiro contato com a literatura se deu com autores europeus, o que por um bom tempo a fez imaginar

139 Graduado em História pela UEPB e mestre pela UFCG, é especialista em História e Cultura Afro-brasileira. Pesquisa as interseções entre História, Literatura, e Cultura Afro-brasileira, e integra o movimento negro de Campina Grande. Atuou na UFCG como professor em Educação para Relações Étnico-Raciais e em comissões de cotas étnico-raciais. Atualmente, é doutorando em Educação pela UFPB, focando na história das lutas dos militantes negros na Paraíba. É autor de livros sobre relações étnico-raciais e educação.

140 SOUZA, Neusa Santos. *Torna-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021, p. 46.

que os livros só podiam ser escritos por homens brancos, contudo, essa concepção mudou quando ela teve acesso a textos de escritores africanos de sua etnia e de seu país. Aspectos que transformaram sua concepção de mundo e de arte, resultando em estímulos decisivos para ela se tornar escritora, em virtude de perceber que era possível escrever literariamente, a partir de suas próprias perspectivas de ser e de estar no mundo. Logo, Chimamanda (2019) indica que o ato de contar uma história acompanha as estruturas maiores de poder e ela usa a palavra *nkali*, de origem Igbo, que significa “ser maior que o outro”. Em outras palavras, a autora chama-nos a atenção para o fato de que o ato de narrar traz em si dimensões de poder, de inclusão e de exclusão, de ter voz ou de ser silenciado, em que a visão de mundo de determinados grupos sociais pode ser utilizada em detrimentos de outros. Dessa maneira, desconsiderando a diversidade e os pontos de vistas diferentes, conflitantes e contraditórios.

Começo o presente artigo com essas reflexões da escritora em tela para refletirmos sobre certa visão que ainda existe sobre a história de Campina Grande. O historiador Luciano Mendonça de Lima (2010), um dos principais estudiosos da história da escravidão na cidade, indica que existe uma série de lugares comuns sobre a história de Campina Grande, de tão repetida, acabam ganhando tons de “mito”.

Por exemplo, as imagens da cidade vocacionada naturalmente ao progresso; “a capital do trabalho e da paz”; dos grandes comerciantes; do “incrível Cristiano Lauritzen”, “o dinamarquês empreendedor”; “do ouro branco do algodão”; do “maior São João do mundo”, entre outras. Não que essas personagens e esses dados não façam parte da cultura da cidade e deixem de ter sua importância, entretanto, tonar-se imprescindível visualizar de maneira mais complexa tais assuntos, assim como trazer à luz os estudos históricos de outros aspectos e elementos da nossa cidade; de outro modo, faz-se necessário sair do horizonte de uma história única sobre Campina.

Nessa perspectiva, no mais recente livro sobre a história de Campina Grande, publicado pelos pesquisadores Vanderley de Brito e Ida Steinmüller (2021), temos, por um lado, um texto repleto de chavões, de outro, ausência de problematizações importantes. Em que pese a obra ter como um dos seus principais objetivos ser didática e servir

como material educativo. Nesse último aspecto, felizmente tal livro não foi adotado pela rede pública municipal e estadual de educação. É bem complexo tentar compreender a tratativa apresentada a muitos aspectos históricos da cidade, presente no livro em destaque. Parece-nos transfigurar nele um projeto deliberado de contar uma história a partir da ideologia dos seus respectivos autores, isso sem considerar os documentos e as múltiplas pesquisas existentes na área de história sobre Campina, de muitos(as) autores(as) e estudos, que renovaram e trouxeram perspectivas inovadoras e importantes sobre a cidade.

Em tal trabalho, apresenta-se uma história já mastigada e reproduzida como única, de uma Campina Grande nascida e destinada para o comércio e ao progresso, a capital do trabalho e da paz, uma pesquisa que se preocupa em resgatar e valorizar os feitos dos “grandes homens”, de Teodósio de Oliveira Ledo ao atual prefeito da cidade. Numa tentativa de sedimentar um ideário de uma cidade em que, no seu processo histórico, quase não houve conflitos sociais, espaço urbano onde não existe desigualdades sociais. Nessa ótica, trata-se de uma urbe em que não permanecem contradições sociais. Também se encontram ausentes homens e mulheres fora do arco das elites e das classes médias, e quando algum ou alguma aparece, geralmente, é para compor uma nota menor de importância. Não se tem o ponto de vista dos populares e de sua cultura, suas resistências e seus valores. Não se aborda as questões oligárquicas que pavimentam uma ordem social marcada pela desigualdade econômica com sérios desdobramentos sociais. E, nessa visão, os escravizados e outras personagens da cidade não merecem espaço de destaque.

Tais aspectos saltam aos olhos na obra, exemplificando, Brito e Steinmüller (2021) não colocam as informações sobre a composição de cor e raça ao apresentarem os dados atuais de habitantes da cidade, eclipsando, assim, o fato de que a maioria da população de Campina é constituída de pretos e pardos. Portanto, o contingente populacional de negros/as (pretos e pardos) da cidade compõe mais de 54% da população¹⁴¹ campinense.

Na história de Campina, a escravidão fez parte do cenário urbano,

141 Disponível em: < <https://datapedia.info/cidade/2202/pb/campina-grande/?b=1#etnias> >. Acesso em: 17. mar.2022.

visto que os escravizados constituíram parte significativa da mão de obra no processo de desenvolvimento de Campina, todavia, num número não tão expressivo quando comparado a outras cidades, tais como Rio de Janeiro, Recife, Salvador, entre outras. De fato, os escravizados representaram uma parcela menor da população campinense. Desse modo, segundo o censo de 1872, o número de escravizados era de 1.115 pessoas para um conjunto populacional de 15.404 habitantes (Lima, 2010).

Todavia, isso não significa que essas pessoas não mereçam atenção por parte da história e dos historiadores, particularmente em um trabalho que pretende estabelecer uma síntese histórica da cidade. Em virtude de se configurar como uma valiosa possibilidade do ponto de vista histórico e ético, de trazer informações para o presente sobre homens e mulheres violentados por um sistema abjeto e desumano, que foi a escravidão.

Sobre a instituição do cativo, chama-nos a atenção o tom jocoso e de desinteresse na obra. Diferentemente da parte dedicada aos supostos fundadores da cidade, não se tem um capítulo dedicado propriamente aos escravizados e a escravidão. Assim, não sabemos quais as origens dos cativos; quais grupos étnicos pertenciam? De onde foram trazidos? Como reagiram em torno do sonho de liberdade? Quais suas perspectivas próprias de mundo? Essas e outras questões são obliteradas, e o que temos são tópicos breves sobre a revolta de quebra-quilos (1874) e a lei Áurea, na cidade. Aspecto que lembra o livro de Elpídio de Almeida (1962), no qual existe uma parte dedicada ao quebra-quilos e a abolição¹⁴².

Brito e Steinmüller (2021) dedicam uma página e meia para a escravidão e a abolição. Tais autores aproveitam esse breve espaço para colocarem que o sistema escravocrata foi pouco representativo para Campina, que não houve revoltas escravas, apenas algumas fugas de

142 Trata-se do livro *História de Campina Grande*, do historiador Elpídio de Almeida (1893-1971), publicado inicialmente em 1962. Essa obra é um clássico da historiografia, tem-se nela informações valiosas sobre aspectos da história de Campina. Apesar de algumas contradições e problemas em certos olhares sobre a questão da gente negra campinense, os cuidados com os temas da abolição e da revolta do quebra-quilos recebem melhor atenção e qualidade por parte de Elpídio.

escravizados na região e de um levante frustrado de “oportunismo”, durante a revolta de quebra-quilos (1874); isso mesmo, caro leitor, a expressão é essa mesma entre aspa. Para finalizar a pouca importância, segundo o ponto de vista dos pesquisadores, nos seus próprios termos: “nas cruzeiras da realidade”, foi opaca a presença de escravizados e *até hoje é pequeno o número de gente negra e de influências culturais afro-brasileiras na região de Campina Grande* (Brito, Steinmüller, grifo meu, 2021, p. 52).

Aí adentramos numa seara do embuste intelectual, que, infelizmente, faz parte do espírito da nossa época, marcado por fake news, obscurantismo e terraplanismo. Pois, o IBGE indica que a maior parte da população da cidade é de negros (pretos e pardos), além disso, já existem vários estudos na área da História reconhecidos por sua qualidade científica sobre a escravidão em Campina Grande; a revolta de quebra-quilos; as lutas de homens e mulheres escravizados por liberdade; as religiosidades afro-ameríndias; o rap; a capoeira¹⁴³, entre outras tantas manifestações da cultura negra campinense do passado e do presente.

Ainda no trabalho de Brito e Steinmüller (2021), no afã de diminuir, invisibilizar, e silenciar a história do povo negro, da mesma maneira aos estudiosos da temática, trazem dois breves momentos para o Movimento Negro de Campina Grande. O primeiro é que tal coletiva social teria solicitado uma homenagem a João Carga D’água, um dos líderes da revolta do quebra-quilos (1874). Por fim, indica-se a constatação de que tal gesto fora um equívoco, pois João Carga D’água foi um membro abastado da sociedade campinense e que não tem conexão com a cultura negra¹⁴⁴. No segundo, em poucas linhas, o movimento negro de

143 Os autores não entraram em contato com nenhum militante do Movimento para saber sobre o episódio, ou seja, as principais fontes não foram consultadas, daí se encontra no texto informações que não se coadunam com os fatos ocorridos, pois não foi iniciativa do MNCG a construção da estátua. Outrossim, acreditamos que é válido a política de memória para acontecimentos sociais e personagens relevantes das nossas histórias, tais como a revolta do quebra-quilos e de João Carga D’água.

144 Sobre a escravidão em Campina e as principais características dos escravizados e de suas lutas e resistências, existem a dissertação e a tese do historiador Luciano Mendonça de Lima. Textos reconhecidos pelo valor científico, que desmistificaram a visão de pouca importância da escravidão no processo formativo da cidade e que

Campina é apresentado como um dos grupos promotores da cultura na cidade, que foi fundado em 1986, e que promove conferências, exposição de danças e de teatro.

Essas duas imagens colocadas, anteriormente, sobre o MNCG¹⁴⁵ reduzem as complexidades e a importância desse movimento social. Na primeira, pode-se ler uma intenção de desqualificar sutilmente a ação e, por conseguinte, o coletivo em destaque. Ao término da leitura do livro de Brito e Steinmüller (2021), temos a impressão de que o desprezo de tais autores a história e cultura do povo negro da cidade coaduna-se com as dos senhores escravocratas e de parte das oligarquias do tempo atual, como bem reflete Lima (2005) acerca da indiferença de alguns historiadores sobre o tema dos escravizados em Campina Grande. Trata-se de um trabalho que, ao fim e cabo, fala em nome dos senhores da casa grande e das oligarquias da cidade. Contudo, a história da gente negra campinense é rica, complexa, de resistência e de luta, assim como a do MNCG. Como veremos a seguir.

Movimento Negro de Campina Grande em cena

No Brasil, existe o racismo estrutural que perpassa todas as dimensões do tecido social existente. Trata-se de uma nação marcada pela extrema desigualdade social em que a cor da pele se configura como um marcador social de inclusão e de exclusão. Silvio Almeida (2019, p. 47), ao caracterizar o racismo estrutural no país, apresenta também a problemática do “racismo institucional”, no qual as mais diversas instituições existentes, no país, tratam de maneiras distintas brancos e negros, isso “porque o racismo é parte da ordem social. Não é algo criado pela instituição, mas é por ela reproduzido”.

Nesse contexto de racismo estrutural e institucional existente no

trouxeram luzes sobre características dos escravizados e da revolta de quebra-quilos. No campo da religiosidade, igualmente, têm-se bons trabalhos sobre as religiões do axé na cidade, nesse caso podemos citar, como exemplo, os trabalhos de Ofélia Barros (2017) e Larissa Lira (2019), entre outros tantos. Assim como existem trabalhos sobre a capoeira, o rap, entre outras manifestações culturais da cultura negra campinense.

145 A partir desse momento, em alguns momentos, utilizaremos da sigla MNCG para se referir ao Movimento Negro de Campina Grande.

país, dados esses presentes em Campina Grande, há, por outro lado, uma história de resistência por parte dos movimentos sociais negros, uma vez que ontem e hoje muitos coletivos lutaram e lutam contra o racismo e os seus desdobramentos sociais, culturais e econômicos.

O movimento negro contemporâneo surge na década de 1970, em plena época da Ditadura Militar (1964-1985), período em que as questões raciais foram tratadas como temas de segurança nacional pelo Estado brasileiro, além disso, o item “cor” foi retirado das pesquisas do censo populacional durante alguns anos. Nessa conjuntura histórica de um projeto de poder autoritário no comando do país, muitos militantes e organizações sociais negras se articulavam dentro de suas possibilidades na luta antirracista¹⁴⁶.

No contexto internacional dessa época, tinham-se afluído as lutas de descolonização de muitos países africanos e asiáticos, já, nos Estados Unidos, as lutas contra as políticas segregacionistas e pelos direitos civis da população afro-estadunidense se acirravam, líderes e movimentos ganharam projeção mundial, tais como Martin Luther King, Malcom X, Amílcar Cabral, os panteras negras, entre outros. Tais questões influenciaram e foram recepcionadas pelos militantes da luta racial brasileira da época, sobretudo a geração de negros/as que conseguiram acesso ao espaço universitário.

No ano de 1978, em São Paulo, o operário Robson Silveira da Luz foi preso, torturado e assassinado por militares, e quatro jovens sofreram discriminação no Clube Tietê. Todas essas vítimas eram negras, tais acontecimentos geraram grande revolta por parte de militantes que em reação organizaram, em 16 de junho, o Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial¹⁴⁷, assim como foi feito um ato de protesto na escadaria do Teatro Municipal de São Paulo. Cabe destacar que nesse período marcado pela repressão, “uma manifestação era algo muito sério, até mesmo audacioso” (Gonzalez, 2019, p. 116). Nesse contexto, surgiram vários coletivos negros em cidades e Estados brasileiros, sendo, a partir de então, denominados de “movimento negro contemporâneo” (Gomes, 2007).

¹⁴⁶ Para maiores informações, vide Domingues (2013).

¹⁴⁷ Termo que foi substituído por Movimento Negro Unificado – MNU - (Brasil, 2005).

Nessa questão, releva observar que a lutar de indivíduos e coletivos contra o racismo e por direitos para o povo negro existia antes do MNU (1978), aliás, atravessando o período da escravidão e todo o decorrer do século XX. Basta pensarmos nas lutas e revoltas por liberdade dos escravizados e das ações abolicionistas no tempo da época da escravidão, assim como na imprensa negra, no início do século XX, e da Frente Negra (1931-1937), entre outros tantos exemplos.

Na esteira da criação do Movimento Negro Unificado, em 1978, muitos movimentos surgiram no Brasil e encontros regionais foram realizados para se debater e exigir políticas públicas de reparações raciais por parte do Estado brasileiro, especialmente em vista de espaços no processo de construção da Constituição de 1988. Daí a “Convenção Nacional do Negro pela Constituinte”, realizada em Brasília, nos dias 26 e 27 de agosto de 1986, evento que reuniu representantes de vários movimentos negros existentes no país. É nesse contexto histórico que surgem o Movimento Negro de João Pessoa (MNJP), em 1979, e, em 1986, o Movimento Negro de Campina Grande (Fonseca, 2010).

Desse modo, no ano de 1986, um grupo de jovens estudantes, professores, artistas e lideranças comunitárias, realizaram o 1º Encontro Afro-brasileiro, ocorrido no Museu Histórico da cidade de Campina Grande. O Objetivo principal dessa atividade era discutir as desigualdades raciais existentes na cidade. Um dos desdobramentos de tal evento foi a criação do Movimento Negro de Campina Grande (Silva, 2018).

Após concebido o coletivo negro campinense, seus integrantes, afinados com as lutas antirracistas que aconteciam no cenário nacional (Sales, 2021), canalizaram bastante energia para “o centenário da abolição”, em 1988, alusivo ao 13 de maio de 1888, data da assinatura da lei Áurea. Nesse sentido, foi criada uma comissão do centenário da abolição na cidade, com a participação de vários grupos e entidades sociais e coletivas. Essa comissão organizou vários debates e atividades em torno das questões da luta contra a discriminação racial (Ribeiro, 2014).

Nesse contexto, o governo federal tinha preparado várias atividades em torno do 13 de maio, que foi projetado como data comemorativa oficial do povo negro brasileiro, no entanto, os integrantes do MNCG subverteram a agenda burocrática e propuseram uma série de protestos e de reivindicações antirracistas. Logo, indicaram o 20 de novembro

como Dia da Consciência Negra, uma alusão a morte de Zumbi, líder do Quilombo dos Palmares, em 1695. Essa data foi uma propositura do Grupo Palmares, de Porto Alegre, em 1971, a sinalização foi deslocar as atividades do 13 de maio para o 20 de novembro (Gonzalez, 2019). Tal ideia foi adotada pelo Movimento Negro Unificado e pelos movimentos negros presentes nas várias regiões do país, como consta na Cartilha “Centenário da Abolição: 100 anos de libertação fictícia” elaborada pela Comissão Campinense (1988, p. 3):

Não estamos aqui para celebrarmos o “13 de Maio” como data comemorativa do Centenário da Abolição da Escravatura [...] queremos mais uma vez afirmar que o “13 de maio”, por não significar liberdade, não deve ser comemorado e, sim, encarado como mais uma data no calendário oficial. Aproveitamos a oportunidade para reafirmarmos o “20 de novembro” como data magna da NEGRITUDE, por lembrar a morte DE ZUMBI DOS PALMARES, símbolo maior da luta de libertação dos negros no Brasil (Centenário da Abolição, 1988, p. 3).

Nesse trecho da cartilha acima destacado, revela-se a conexão das demandas do MNCG com as de outros coletivos antirracistas existentes no Brasil, principalmente a denúncia da ideologia da “democracia racial”, perspectiva que defende uma suposta convivência racialmente harmoniosa no país, que o torna diferente de outras nações marcadas pelos conflitos raciais. Além disso, no documento em destaque, configura-se uma agenda de luta que permanecerá durante anos, tal como a questão educacional, que se conforma com um dos principais eixos de reivindicação dos militantes negros campinenses.

Entre outras questões sobre o MNCG, cabe destacar que existem algumas monografias e dissertações de mestrados, assim como uma pesquisa de tese em doutorado em andamento. Nessa dimensão, encontram-se, na área da antropologia, as dissertações de: Melânia de Farias (2004) e Gracielle Silva (2018), que analisam as principais características do Movimento Negro de Campina Grande. Por sua vez,

Mônica Ribeiro (2014) elaborou uma monografia de História a respeito do surgimento Movimento Negro de Campina Grande, em 1986, e sua participação no evento do centenário da abolição, em 1988. Cabe ainda destacar a monografia em pedagogia de Ana Lúcia Sales (2021), que aponta um importante panorama histórico sobre o movimento social em questão¹⁴⁸, inclusive, de grande valia para o presente texto.

Esses estudos, mencionados anteriormente, mostram como o MNCG consegue, aos poucos, chamar a atenção da sociedade campinense e das universidades e de seus pesquisadores. Em que pese todas as limitações estruturais e de tensões internas desse coletivo, o desenvolvimento de seus trabalhos e de suas atividades antirracistas deixam marcas na cidade e trazem o debate da problemática racial à luz do dia.

O movimento Negro de Campina Grande foi fundado em 1986, portanto, trata-se de um movimento social de quase 40 anos de existência, que teve, no seu início, um grupo de pessoas vinculado ao mundo educacional e cultural, entre eles, podemos citar as presenças de: José Cristovão Andrade, Benedito Antonio Luciano, Josemir Camilo, Margaret Maria Melo, Wanda Chase, Erivaldo Moreira Barbosa, Mestre Sabiá, entre outros.

O MNCG, nas suas primeiras ações e atividades, acompanhou muitos dos valores da época, sobretudo da luta pela democratização e por projetos inclusivos de sociedade. Nisso havia uma vinculação entre as noções de raça e de classe, em outras palavras, tal movimento se orientava no campo dos movimentos sociais que surgiram no contexto das últimas décadas da ditadura militar, no campo mais progressista e à esquerda. Embora, os militantes defendem desde sempre que tal coletivo não deve ter opção e/ou sigla partidária (Farias, 2001).

Dessa forma, cabe destacar, a título de exemplo, o acontecimento emblemático de dois militantes presos de maneira autoritária, em 1987. Enoque Medeiros e Djair Silva foram espancados e detidos pelo fato de estarem falando sobre comunismo (Diário da Borborema, Campina Grande, n. 77804, nov. 1987). Não obstante, o Movimento negro

¹⁴⁸ Existe um trabalho de monografia em História em andamento de um aluno do curso de História da UEPB. Cabe também anotar que, provavelmente, existam outros trabalhos sobre o MNCG que não localizamos na nossa pesquisa.

de Campina Grande em parceria com outras instituições e associações fizeram um protesto na Praça da Bandeira e construíram um abaixo-assinado de solidariedade às vítimas dessa violência policial (Sales, 2021).

Tal acontecimento demonstra o cenário de autoritarismo e conservadorismo estabelecido na cidade de Campina Grande, na época de surgimento do MNCG, aspectos que até hoje se encontram presentes, como fora visto anteriormente no livro mais recente publicado sobre a história da cidade (Brito, Steinmüller, 2021).

O movimento negro de Campina Grande não possui um programa de ação e de orientações e/ou regras mais gerais e específicas, tais características se conectam ao fato de não ser um coletivo institucionalizado juridicamente, assim como não terem sede física. Segundo a antropóloga Melânia Farias (2001), o MNCG se caracteriza pelo espontaneísmo e por ações individuais como predominância, o que acarreta numa grande dificuldade para agregar pessoas, em especial, negros e negras. Nessa última dimensão, cabe destacar que essa é uma questão presente em vários movimentos negros no país, que já fora tema de estudo e de reflexão de vários autores. Embora, Farias (2001) acabe levando, ao fim e ao cabo, num tom de crítica sem maiores problematizações. Ainda sobre esse ponto, pode-se destacar os trabalhos de Joel Rufino dos Santos (1985), Clóvis Moura (2014) e Paulina Alberto (2017).

Sobre o primeiro autor, ele designa alguns apontamentos interessantes sobre o “Movimento Negro brasileiro”. Dessarte, Santos (1985) apresenta dois entendimentos de Movimento, um mais estrito, que seria os coletivos e entidades negras existentes nos últimos cinquenta anos de lutas contra o racismo, como, por exemplo, a Frente Negra (1931-1937) e o Teatro Experimental do Negro (1944-1961). Já o segundo trata de uma visão mais ampla, devido ao fato de considerar “todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (aí compreendidas mesmo aquelas que visam à autodefesa física e cultural do negro) fundadas e promovidas por negros” (Santos, 1985, p. 287). Ainda diante desse tema tão complexo, Santos (1985, p. 288) indica que “movimento negro é, antes de tudo, aquilo que seus protagonistas dizem que é movimento negro”.

Hoje em dia, o MNCG conta com quatro militantes ativos, uma mulher e três homens. Todos fazem parte da educação, são professores/

as do ensino básico. Da década de 1990 até hoje, esse coletivo vai ter dois principais militantes: Jair Silva Ferreira e Moisés Alves. Ambos vão chamar para si as atividades do MNCG. Nesse ínterim, eles não efetivaram um processo de institucionalização de tal movimento, nem estabeleceram um processo de atração de outros/as integrantes, além de também não conseguirem constituir uma sede física.

Sobre Jair Silva, cabe pontuar que sua atuação acontece por várias ações organizadas, entre elas, podemos destacar artigos escritos em jornais e portais de notícias, assim como na organização de seminários, e palestras proferidas em escolas e universidades. Ainda sobre essa liderança, destaca-se que:

Iniciou sua militância aos 19 anos de idade quando conheceu integrantes do MNCG durante um debate sobre racismo que ocorreu no auditório do Colégio Estadual da Prata, em 1991. Desde, então, tem organizado passeatas, debates, seminários, jornadas pedagógicas em defesa da igualdade racial, pelo cumprimento da Lei 11.645/08 da LDB e combate ao genocídio da juventude negra em escolas públicas e particulares, universidades, teatros, Sociedade de Amigos de Bairros, para grupos e associações de capoeira e comunidades quilombolas paraibanas como Caiana dos Crioulos no município de Alagoa Grande, Matão em Gurinhém, Santa Rosa na cidade de Boa Vista, Matias em Serra Redonda, Grilo no município de Riachão do Bacamarte e Pedra D'Água na cidade de Ingá. Nos anos 90, escreveu vários artigos para denunciar as desigualdades raciais no município de Campina Grande para os jornais da Paraíba e Borborema. Atualmente, tem divulgado suas lutas antirracistas em blogs e sites de entidades do Movimento Negro Brasileiro, a exemplo do Geledés-Instituto da Mulher Negra de São Paulo, Correio Nagô e Tambores da Liberdade de Salvador-BA e na Biblioteca Comunitária do Tambor de Campina Grande, etc. (Sales, 2021, p. 21).

Malgrado o número pequeno de integrantes, o movimento em análise se demonstra muito ativo, com muitas ações efetivas, sobretudo, no que tange as questões educacionais¹⁴⁹. Os militantes em destaque conseguem estabelecer parcerias com as universidades, imprensa e outras dimensões do poder público, o que possibilita ações com certa estrutura e visibilidade. No entanto, tal relação é marcada por disputas, tensões e negociações.

Sobre Moisés Alves, sua atuação acontece principalmente na educação, com palestras em escolas e universidades, além da utilização do teatro como arma de inclusão social para jovens da periferia, precipuamente, na zona leste da cidade, onde é sua região de maior atuação. Além dessas questões, Moisés Alves organizou três livros sobre educação para as relações étnico-raciais¹⁵⁰ e vem estabelecendo atividades em parcerias com a secretaria municipal de educação.

Tanto Jair quanto Moisés não tiveram e/ou têm como objetivo de atuarem em conjunto, em virtude de diferenças e de preferirem militar cada um por si. Destaca-se que o MNCG, durante os anos de 1997 a 2007, participou do “Encontro “Afro-campinense” que ocorria durante o evento do “Encontro Para Nova Consciência”, assim como participou de algumas sessões especiais na Câmara Municipal de Vereadores Félix Araújo.

A educação se tornará o eixo principal de reivindicação e de atuação dos militantes do MNCG, também se faz presente, nos últimos anos, o tema do genocídio do negro e da juventude negra, na agenda de luta desse coletivo social. Se antes a luta era para incluir no currículo o ensino da História da África e do negro, como consta na cartilha

149 São muitas ações e podemos citar algumas, a saber: seminários, congressos, petições ao Ministério Público, cartilhas, textos em jornais e sites, entre outros. Todavia, no presente texto, não vai ser possível apresentar, de maneira mais sistemática, todas as atividades realizadas pelo movimento em análise.

150 São eles: “Nas confluências do axé” (2015); “Ubuntu” (2016) e “Por uma educação para os novos tempos” (2018). Tais obras tiveram suas edições esgotadas e são utilizadas em pesquisas sobre educação e as relações étnico-raciais. Para quem quiser ler e baixar as versões digitadas desses livros, basta acessar o site da editora do CCTA: <<http://www.ccta.ufpb.br/editoraccta/contents/titulos/historia>>. Acesso em 27 jan de 2022.

do centenário (1988), a reivindicação atual é pela efetivação das Lei 10.639/2003 e 11.645/2018; que são dispositivos legais que apontam a obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.

Nesse diapasão, em 2006, foi realizado o “I Seminário Municipal de Combate ao Racismo na Educação”, parceria entre MNCG e Prefeitura Municipal de Campina Grande, embora por parte do poder público não existiu interesse efetivo em mobilizar as escolas para participarem (Sales, 2021). No mesmo ano, ocorreu a “I Jornada pelo Cumprimento da lei 10.639/03”, na Universidade Federal de Campina Grande, uma colaboração entre Movimento Negro e a Unidade Acadêmica de História, em especial do professor Luciano Mendonça de Lima. Além dessas ações, o MNCG tencionou o Ministério Público para que a rede pública educacional efetivasse os indicativos preconizados pelas leis 10.639/03 e 11.645/08 (Sales, 2021). Entre outras ações e eventos, tem-se a necessidade de destacarmos “O Seminário Agosto para Igualdade Racial”¹⁵¹, idealizado e organizado pelo militante Jair Silva, que acontece desde 2012; a partir do ano de 2021, tal evento foi acolhido como presente no calendário cultural e turístico do estado da Paraíba. Com convidados de todo o Brasil e com a participação de várias atores da sociedade campinense, tal evento caminha para se solidificar na agenda de eventos da cidade.

Ainda no contexto educacional campinense, em 2006, surge o Núcleo de Estudos em História e Cultura Afro-brasileira e Indígena (Neabí), já em 2008, nasce o Neabí da Universidade Federal de Campina Grande (2008), embora esse último não tenha elaborado muitas ações e atividades. Logo, em 2009, temos a primeira “Especialização em História e Cultura Afro-brasileira” ofertada pelo Neabí - Campus I – UEPB, com duas turmas formadas. Esse núcleo também realizou alguns seminários nacionais, que contou com a presença de Jair Silva, Moisés Alves, Luciano Mendonça, Josemir Camilo, entre outros. Por sua vez, apareceu outro curso de especialização, a saber: “Educação para as Relações Étnico-raciais”, da UFCG (2014-2018), que teve a professora Marinalva Vilar de Lima,

151 Disponível em: <<https://lavinicastro.wixsite.com/xagostonegro/mncg-pb>>. Acesso em: 27 fev 2022

da Unidade Acadêmica de História, como coordenadora. Essa última especialização atendeu a um grande público de educadores da rede pública de Campina e da região, também nesse espaço aconteceram dois congressos nacionais sobre educação para as relações étnico-raciais.

Tais ambientes acadêmicos foram acionados pelos militantes do Movimento Negro de Campina Grande em parceria de ações e atividades. Como exemplo, fica-se constatado o caso de Moisés Alves que organizou livros em companhia dos professores da Unidade Acadêmica de História - UFCG - Gervácio Batista Aranha e José Luciano de Queiroz, tais obras surgiram da sua experiência de aluno da especialização em educação para as relações étnico-raciais – UFCG.

Ainda nesse contexto histórico, o Vereador Napoleão Maracajá aprovou a lei municipal 5.337/2013, que instituiu a “Semana da Consciência Negra e de Ação Antirracista”, no período de 14 a 20 de novembro. A lei indicou que essa atividade deverá ser feita em parceria com o Movimento Negro de Campina Grande e demais membros interessados da sociedade civil.¹⁵²

Dessa maneira, em Campina Grande, outros coletivos negros se organizaram e mantêm uma atuação antirracista própria, como, por exemplo, os capoeiristas. Marcos Antônio Batista (Mestre Sabiá) foi um dos pioneiros da prática da capoeira em Campina, quando chegou à cidade em 1985, também atuou na criação do MNCG e da Comissão do centenário da abolição (1988). Atualmente, destaca-se no campo da capoeira campinense o trabalho educacional realizado nas escolas da cidade, com destaque para o projeto “Capoeira na Escola”, que em parceria com o Instituto Alpargatas, atende às escolas da rede municipal. Além desses aspectos, observa-se o fato de terem organizado o maior aulão de capoeira no mundo.¹⁵³ Todavia, tal espaço até o momento não se tornou política pública efetiva por parte do município, logo, vive e depende da tênue e questionável relação contratual do apoio da

152 <https://centrac.org.br/2013/06/05/carta_aberta_de_apoio_ao_feriado_do_dia_da_consciencia_negra_em_campina_grande/>. Acesso em: 27 jan 2022.

153 Disponível em: <https://www.geledes.org.br/campina-grande-conquista-recorde-de-maior-roda-de-capoeira-estudantil-brasil/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

empresa parceira. Por sua vez, temos o movimento de hip-hop e rap que cresce a cada dia, assim como o de juventudes.¹⁵⁴ Já no campo da religiosidade do axé, assistimos à resistência cotidiana de seus adeptos de se afirmarem nas suas crenças e práticas, mas, ao tempo que ainda permanecem com grandes dificuldades de agenciarem lutas coletivas mais amplas por seus direitos.

Por seu turno, em relação à saúde da população negra e o enfrentamento do racismo estrutural, destacamos a contribuição do professor e sociólogo Joseilton Brito de Freitas que promoveu, enquanto presidente do Conselho Municipal de Saúde (2013-2019), quatro edições do Encontro de Pessoas com Doença Falciforme da Borborema (2015-2018), em parceria com a ASPPAH (Associação Paraibana de Portadores de Anemias Hereditárias) que resultou na criação da ficha de notificação compulsória da anemia falciforme de Campina Grande.¹⁵⁵

Outra dimensão importante é a ascensão de mulheres negras nas ações e nas lutas antirracistas. São lideranças e coletivos feministas negras que surgem com grande força em todo o país. Destarte, o historiador Amilcar Pereira (2021, p. 181) direciona uma importante questão: “levando em consideração a forte pegada feminina na organização e realização da luta antirracista reeducando a sociedade de diversas formas, ainda é possível falarmos em ‘movimento negro’, no masculino?”. Tal questão é provocativa e fica para ponderação, mas que deve ser entendida para se pensar o Movimento Negro de Campina na atualidade. Desse modo, torna-se representativo que, em 2020, a Jô Oliveira tenha sido a primeira vereadora negra eleita, pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), na Câmara de Vereadores.¹⁵⁶

Nesse cenário, cabe-nos refletir que tanto os/as capoeiristas, as mulheres negras e seus coletivos, os movimentos de juventudes e outros

154 Tais questões não serão aprofundadas por falta de leituras de fontes do autor e do pouco espaço disponível para o tema tão importante que merece maior visibilidade na mídia e no mundo acadêmico.

155 Portaria SMS nº 016 de 18/11/2015 – Semanário Oficial nº 2.442 de 23 a 27 de novembro de 2015.

156 Disponível em: <<https://www.brasildefatopb.com.br/2021/11/30/jo-oliveira-primeira-vereadora-negra-de-cg-fala-sobre-sua-trajetoria-de-vida-luta-e-racismo>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

atores sociais negros, não se afirmam enquanto parte do MNCG, embora existam constantemente ações em conjuntos. São quatro militantes que se autodenominam militantes do Movimento Negro, desses, os dois principais, Moisés Alves e Jair Silva, vêm atuando desde o início da década de 1990. Portanto, todas essas dimensões existentes de grupos antirracistas hoje, na cidade, têm o pioneirismo do MNCG, que foi o movimento social de vanguarda a trazer a problemática racial para a cidade.

No entanto, no que se refere aos avanços e espaços de atuação, os desafios continuam para o Movimento Negro de Campina Grande e demais agentes e coletivos negros existentes na cidade, em virtude de o racismo estrutural e institucional continuar encravado em Campina. Isso em virtude de que, em linhas gerais, os espaços de políticas públicas com recortes raciais municipais não existem a contento. A título de exemplo, no município não se tem um conselho de promoção da igualdade racial, nem uma casa institucional dedicada às questões raciais, igualmente, as leis de cotas raciais não existem efetivamente, entre outras tantas ausências de políticas públicas para a gente negra campinense. Todavia, a história do Movimento Negro de Campina Grande é parte da história da cidade, nas suas contradições, nos seus dilemas sociais, assim como nas suas possibilidades.

Outros desafios se colocam no horizonte, a saber: será possível o movimento e seus militantes traçarem lutas antirracistas na cidade sem conectarem aos enfrentamentos as relações econômicas e de estruturas oligárquicas que sustentam a desigualdade social/racial? Como fica a continuidade do MNCG para o presente/futuro se não existem ações concretas no sentido de trazerem mais pessoas, sobretudo, os jovens? Essas e outras questões ficam postas para as reflexões daqueles que atuam na luta contra o racismo na cidade.

Antes das linhas finais do presente texto, cabem ainda algumas considerações, primeiramente, dizer que aqui foi apresentada uma breve visão da história do Movimento Negro de Campina Grande e de suas vicissitudes. Dessa maneira, os dados postos, provavelmente, omitiram pessoas e outras tantas ações ligadas ao MNCG e à luta antirracista na cidade. Prontamente, fica o convite para o(a) leitor(a) redimensionar, corrigir e apontar outras informações ao artigo exposto em tela.

Fica direcionado, desse modo, que tal movimento social merece novos estudos e análises, visto as complexidades envolvidas nele. Numa cidade marcada pelo domínio de três oligarquias brancas que se perpetuam no poder há muitos anos, em que as forças de oposição à esquerda não conseguem muito espaço na disputa política, o Movimento Negro, dentro de suas possibilidades e limitações, colabora na desmitificação de que é pequena a presença negra na cidade. Para os ideólogos dessa malograda visão, o MNCG e os movimentos sociais negros demonstram categoricamente que existe o problema do racismo na cidade de Campina Grande e, por conseguinte, também evidenciam que a rainha da Borborema também é negra e de axé.

Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. de Júlia Romeu. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ALBERTO, Paulina. L. **Termos de inclusão: intelectuais negros brasileiros no século XX**. Trad. de Elisabeth de Avelar Solano Martins. Editora Unicamp: Campinas, 2017.

ALMEIDA, Elpídio de. **História de Campina Grande**. Campina Grande: Livraria Pedrosa, 1962.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros campinenses: tradição e diversidade**. Campina Grande: EDUEPB, 2017.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: MEC/SECADI, 2005.

BRITO, Wanderley de; STERINMULLER, Ida. **História de Campina Grande:** da aldeia à metrópole, Campina Grande: Editora IHCG, 2021.

COMISSÃO CAMPINENSE DO CENTENÁRIO DA ABOLIÇÃO. Movimento Negro de Campina Grande. **Cartilha: Centenário da abolição.** Campina Grande: [s. n.], 1988.

DOMINGUES, Petrônio. O Recinto Sagrado: educação e antirracismo no Brasil. In: GOMES, Flavio dos Santos (org.). **Da nitidez e invisibilidade:** legado dos pós-emancipação no Brasil. Belo Horizonte: Fino Traço, 2013, p. 269-304.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. **Negro no Plural:** um estudo de caso sobre a construção identitária de Negros Militantes e Não-Militantes em Campina Grande/PB. 2004. 139f. (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. **“Sou, por isso somos e por sermos, sou”:** uma inclusão sobre o perfil do Militante Negro em Campina Grande – PB. 2001. 66f. Monografia em Antropologia – Universidade Federal da Paraíba – Campina Grande, 2001.

FONSECA, Ivonildes da Silva. O Movimento Negro na Paraíba: breve histórico. In: ROCHA, Solange Pereira da; (Org.). **População Negra na Paraíba:** Educação, História e Política. Campina Grande: EDUF-CG, 2010, p.101 -119.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador:** saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. O Movimento Negro Unificado: um novo estágio na mobilização política negra. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia. (Org.) **Por um Feminismo afro-latino americano:** ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 112-126.

PEREIRA, Amilcar Araújo; MAIA, Jorge Lucas; LIMA, Thayara

Cristine Silva de. Os “rolês” do movimento negro brasileiro na atualidade, nas “pegadas” da educação. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 75, p. 162-183, abr. 2020.

LIMA, Luciano Mendonça de. Negros estrangeiros: “as nações” africanas no agreste da Paraíba do século XIX. In: ROCHA, Solange Pereira da; FONSECA, Ivonildes da Silva (Org.). **População Negra na Paraíba: Educação, História e Política**. Campina Grande: EDUFCG, 2010, p. 55-66.

_____. Uma porta estreita para a liberdade: as ações cíveis e alguns aspectos do cotidiano escravo na Campina Grande do século XIX. Et al.: **Paraíba no Império e na República: estudos de História Social e Cultural**. 2º ed. João Pessoa: Ideia, 2005, p. 47-78.

LIRA, Larissa Sarmento. **Memória, Hierarquia e Poder: Vicente Mariano e o Ilê Oxum Ajamin**. João Pessoa: CCTA, 2019.

MOURA, Clóvis. **A dialética radical do Brasil negro**. 2ª. ed. São Paulo: Fundação Mauricio Grabois, 2014.

RIBEIRO, Mônica dos Santos. **Resistência e Negritude em Campina Grande: O movimento negro no centenário da abolição**. 2014. 40f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2014.

SALES, Ana Lucia. **Histórias afro-reluzentes a partir do livro a bela acordada: o cumprimento da lei 10.639/03**. 2021, 57 f. Monografia (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a Crise Brasileira. Vol I - nº 2 - **Política e Administração**, p. 287-308, 1985.

SILVA, Gracielle da Costa. **Movimento negro ou movimentos negros? As múltiplas vozes da militância antirracista em Campina Grande** – PB. 2018. 150f. Dissertação (Mestrado em Antropologia)

– Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

_____. **Militância e identidade:** Uma incursão sobre o Movimento Negro de Campina Grande na atualidade. 2014, 64f. Monografia em Antropologia – Universidade Federal De Campina Grande. Campina Grande, 2014.

SOUSA, Neusa Santos. **Tornar-se negro no Brasil:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. 2ª. ed. São Paulo: Companhia das letras, 2020.

DA ASPMCG À FORMAÇÃO DO SINTAB: NOTAS DO SINDICALISMO MUNICIPAL EM CAMPINA GRANDE (PB)

Maria Jackeline Feitosa Carvalho¹⁵⁷

Introdução

As mudanças ocorridas nas práticas sindicais no decorrer das décadas 1970-1980 ajudaram a criar o que se ousou chamar de “Novo Sindicalismo” e que significou o desenvolvimento de novos tipos de organização e reivindicações dentro do movimento sindical. Em relação a este estudo, buscou-se verificar se a ação política empreendida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Agreste da Borborema (SINTAB) pode ser caracterizada como o “Novo Sindicalismo”; e se as práticas sindicais desenvolvidas no interior deste redimensionam a representação do órgão a nível interno e diante do poder público municipal.

Analizamos as práticas sindicais desenvolvidas pelo SINTAB, para podermos discorrer sobre o grau de participação de associados(as) na entidade e o trabalho de representação diante do poder público municipal. Buscaremos não traçar os limites da ação sindical do SINTAB, mas contornar as práticas sindicais, a sua orientação política e tendência em produzir uma perspectiva sobre o sindicalismo local que o constituiu como sujeito ativo de processos e fenômenos que se realizaram, atuando no sentido de reforçar uma prática que podemos definir como participativa.

157 Cientista Política, Dr^a em Sociologia; Docente UEPB(DCS); Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles (Núcleo PB); Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano (GEUR / UEPB); constrói a organização Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande (PB).

Para tanto, aqui traçaremos uma escrita etnográfica do SINTAB, desde a antiga Associação dos Servidores Públicos Municipais de Campina Grande (ASPMCG), retornando às práticas desenvolvidas pela entidade, suas principais reivindicações e orientação. Para conhecermos o trabalho desenvolvido pela entidade, e as transformações ocorridas em sua prática sindical, levantamos o histórico da entidade desde a ASPMCG até a transformação desta em SINTAB. Seleccionamos desta maneira antigos militantes (dirigentes e associados) que construíram a trajetória da entidade. Tais dirigentes foram entrevistados a fim de analisar, através dos seus relatos orais e memórias, a trajetória do SINTAB, confrontando a presença da entidade frente a Servidores e Servidoras e ao poder público municipal nos anos anteriores e no pós-1984.

Ao reconstruirmos um pouco do que foi e do que é o SINTAB, assumimos um desafio, por resumirmos em um pequeno espaço uma longa e variada história da entidade. Desafio maior foi reconstruir o primeiro período da ASPMCG, 1960 a 1984, já que é uma história que não se encontra registrada em atas, boletins, jornais, etc. Tomamos por base os relatos orais dos sujeitos militantes da ASPMCG nos respectivos períodos 1960-1984; 1984-1989.

A fim de alcançar tais objetivos realizamos uma pesquisa exploratória com levantamentos do período de 1987 a 1991 através da consulta a recortes de jornais, boletins, análise de relatórios de encontros do SINTAB, jornais da entidade (“TRIBUNA DO SERVIDOR”; “A HORA DO SERVIDOR”) e programas televisivos e radiofônicos (“A HORA DO SERVIDOR - TV BORBOREMA, CANAL 9).

Da ASPMCG à formação do SINTAB: um recorte do sindicalismo municipal

A ASPMCG foi fundada em 5 de junho de 1960, num contexto de intensas modificações que visavam melhorias salariais, reforma agrária, reforma universitária e outras lutas. Localmente, começavam a ser criadas as entidades representativas, como uma forma para encaminhar e organizar as lutas travadas na sociedade civil. A ASPMCG foi fruto de esforço de cinco ou seis pessoas que tratavam de *agir em nome da categoria*. Era aquela velha história: “Pode ficar aí que ele fala por você”¹⁵⁸.

158 Cartilha - Lutas do POVO TRABALHADOR, nº 2. Série: ASPMCG - Servidores

Assim, a ASPMCG não nasceu da organização dos(as) Servidores(as) Municipais, já que não se voltava para as questões de organização política; mantendo-se Servidores(as) dispersos(as) dos processos organizativos do conjunto dos trabalhadores. A criação da ASPMCG foi impulsionada por três necessidades básicas dos trabalhadores públicos municipais naquele momento: cooperativa de consumo, túmulo para os Servidores e melhores salários.¹⁵⁹

A cooperativa de consumo passou a livrar os(as) Servidores(as) municipais da ação dos agiotas, já que devido aos baixos salários, os mesmos viam-se obrigados(as) ao empréstimo de dinheiro mediante a cobrança de altos juros. Com a cooperativa, os Servidores municipais passavam a comprar os produtos básicos de consumo, descontados somente na folha de pagamento. A reivindicação de túmulos para os Servidores decorreu por conta do estado de miséria em que se encontravam. A situação tornava-se mais grave quando da morte de algum(a) Servidor(a); já que sempre havia dificuldades com um local no cemitério¹⁶⁰. A causa de toda essa situação de penúria e abandono era a situação dos salários. Sua melhoria tornava-se um ponto crucial para os(as) Servidores(as).

A ação dos primeiros dirigentes da ASPMCG, na época, se caracterizava pelos métodos de trabalhos de *cupula* e com decisões voltadas para dentro dos gabinetes municipais: “(...) se tivermos um bom relacionamento com o Prefeito, cumprimos com “nossas obrigações” de funcionários, a gente pode conseguir esses favores. Foi assim que os funcionários ganhavam alguns benefícios, que foram recebidos como diárias do prefeito”.¹⁶¹

Estando os(as) Servidores(as) municipais longe da entidade e alheios à real situação da mesma, passavam a ver os benefícios recebidos como implementação e doações do Poder Público e de seus dirigentes. Não questionavam assim o objetivo maior que era o de tentar impedir a sua organização, mantendo-os desorganizados(as) e dispersos(as). Como nos fala um informante que, durante 15 anos, participou ativamente

Municipais: lutas e conquistas. CENTRAC, 1982(p.03).

159 Ibidem, p. 3.

160 Ibidem, p. 3.

161 Cartilha - Lutas do POVO TRABALHADOR, nº 2. Série: **ASPMCG - Servidores Municipais**: lutas e conquistas. (CENTRAC, 1982, p. 6).

da ASPMCG:

A ASPMCG realmente não tinha as bandeiras de hoje, as conquistas se limitavam com o poder público municipal. Mesmo tendo conquistas limitadas (...) a relação da ASPMCG com o poder era boa, porque tudo era resolvido pacificamente, todas as reivindicações ficavam mais dependendo da vontade do poder público. Tudo era limitado naquela época, decorrente da própria limitação da consciência do Servidor. (...) No passado, a relação com o poder era mais amistosa, mas nem sempre se conseguia aquilo que realmente era de acordo com a realidade do Servidor. (...) De qualquer modo, atendidas as reivindicações, mesmo existindo momentos difíceis, o final era sempre o melhor¹⁶² (grifo nosso).

Podemos, ainda, verificar esta *postura de gabinete* dos primeiros dirigentes da ASPMCG, nos relatos orais de um outro informante:

(...) de início a associação era uma entidade fechada (...) o contato com o poder municipal tinha um caráter político, pois estrategicamente o Prefeito mantinha sempre boas relações com a ASPMCG. Não havia um confronto direto com o Prefeito¹⁶³ (grifo nosso).

Em termos gerais, podemos perceber que o perfil da ASPMCG de 1960 a 1984 era o de uma entidade fechada, assistencialista e, por isso, com pouca autonomia e participação:

(...) exemplo disso é que a cooperativa se acabou e

162 Informante: Inivaldo Silva, ocupou durante 10 anos o cargo de Orador na ASPMCG.

163 Informante: Manoel Severino, participou da ASPMCG desde a sua fundação, mesmo não ocupando cargos eletivos na Direção - com exceção do ano de 1984 como Presidente Interino - acompanhou todas as fases da ASPMCG até sua transformação em Sindicato.

não houve nenhuma discussão sobre os destinos do seu patrimônio e outras questões. Outra observação é que a ASPMCG passou muito de seu tempo de vida inserida numa sociedade onde imperava o arbítrio e a repressão da ditadura militar instaurada no nosso país... esse fato facilitou ainda aqueles que objetivavam fazer da ASPMCG um instrumento de assistencialismo (médico-dentário) e promoção pessoal.¹⁶⁴

Um reduzido número de funcionários(as) que procuravam se engajar nos trabalhos da Associação era vetado pela alegação de que a mesma era uma “Associação de Aposentados”, e as pessoas mais jovens não tinham a mesma disponibilidade para com a Associação¹⁶⁵. Isso fica evidenciado pela procura dos(as) Professores(as) do Município para associarem-se à Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba (AMEP), como nos informa uma Professora do Município, associada, durante 10 anos à AMPEP:

Antes, era um pessoal muito atrasado, não existia um trabalho sindical, um trabalho de base, era uma diretoria muito fechada”. Então quando nós, Professores do Município, procuramos a ASPMCG os Diretores não nos permitiam entrar. Porque *naquela época pra você ser sócio aqui, a Diretoria se reunia e decidia se aceitava ou não*. O que fez com que nos filiássemos à AMPEP, pois, *na prática a ASPMCG não conseguia atingir os funcionários*¹⁶⁶ (grifo nosso).

164 Cartilha - Lutas do POVO TRABALHADOR, nº 2. Série: **ASPMCG - Servidores Municipais**: lutas e conquistas. CENTRAC, 1982(p.7).

165 No registro integral do Estatuto da ASPMCG, no cap. IV da Diretoria, Art. 25, letra (h), parágrafo único, constou que “para o cargo de Diretor de Patrimônio, tendo em vista e levando em consideração, que, para desempenhar o mesmo, é preciso que a pessoa indicada tenha tempo suficiente, a qual deverá ser confiada a um aposentado, por isso será ele nomeado”. Esse artigo explicita de maneira bem definida o caráter fechado da ASPMCG.

166 Informante: Auda Mendonça, que também fez parte do Departamento de

Com o fim da ditadura militar, a sociedade brasileira começava a se reorganizar na luta por um regime democrático, nesse sentido, apareceram diversos movimentos sociais. Esta mudança atinge a sociedade campinense, com o surgimento de movimentos progressistas local e conseqüentemente de novas lideranças; como demonstra o relato abaixo:

Vai acontecer uma mudança, não só em torno das lutas travadas pela ASPMGC, mas também em torno dos seus dirigentes, podemos assim atribuir esta mudança à re-democratização do país, e à reorganização da esquerda. Em Campina grande, a esquerda começa a se reerguer através de entidades como a AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), APEP (Associação dos Professores do Estado da Paraíba), e também pela presença da ASPMCG, que juntas avançam no sentido de organizar outras categorias como o setor da saúde, da limpeza pública, etc. Estes fatores somados, transformariam a ASPMCG¹⁶⁷. (Grifos da autora).

Todas essas mudanças impulsionaram os(as) Servidores(as) municipais a pensarem sobre a situação de imobilismo da entidade até então, e a buscarem uma solução. A forma encontrada foi a participação direta na entidade através da Associação, já que esta era a única maneira legítima e legal de organizar a entidade. Contudo, devido a caráter fechado da entidade, empecilhos foram postos; como a não associação dos CELETISTAS (funcionários(as) contratados(as) em regime de CLT) e dos jovens, já que estes não tinham estabilidade no emprego, alegavam que os mesmos não teriam compromisso com a entidade. Como nos informa um Servidor que participou ativamente deste processo de reorganização da entidade:

Em 85[1985], quando se retornou à Associação, ela

Formação Sindical do SINTAB.

167 Informante: Cozete Barbosa, então Presidenta do SINTAB.

tinha quase parado. Foi mais exatamente um grupo de universitários, todos funcionários da Prefeitura, que decidiu retomar. Nós víamos que por ter começado um governo novo¹⁶⁸, democrático - Ronaldo Cunha Lima, que ao retornar do exílio mostrou-se uma nova perspectiva, que infelizmente não confirmou-se a necessidade da Associação ter existência de direito e não de fato. *O principal objetivo era político, mas uma política voltada para o funcionalismo.* (...) Alguns setores da Prefeitura começaram a se movimentar, pois, viram que estávamos realmente nos organizando. O setor mais contrário era o de finanças, que não aceitava nossas reivindicações. Então, houve uma reunião dos grupos que estavam tentando retomar a Associação - nós (*eu, Jandira, Cozete, Aparecida*, etc.) e outro grupo que mais tarde vai se assumir como do Gabinete do Prefeito - e tiramos assim a ideia de se conversar com o Presidente da Associação, Sr. Severino Matias da Silva¹⁶⁹ (*Seu Severino de Tau*). Como ele não quis diálogo, empossamos o Vice-Presidente como Presidente Interino - Sr. Manoel Severino - até as eleições. Assim, formaram-se duas chapas¹⁷⁰, havendo uma separação dos grupos. A nossa posição era de

168 A nível nacional, estávamos em transição democrática, o prelúdio da Nova República: posse dos governadores eleitos em 1983, início da recuperação democrática, mobilização política interna em 1984 e inauguração do governo civil em 1985.

169 Um detalhe interessante é que mesmo com então 32 anos completos a entidade só tinha tido 06 Presidentes. Somente o Sr. Severino Matias da Silva permaneceu durante 12 anos como Presidente da entidade, durante 03 gestões seguidas. Seu primeiro Presidente foi Lino Gomes, seguido respectivamente por: Adata Moura, Severino Matias da Silva, José do Ó, Cozete Barbosa, Jandira Rodrigues e a última reeleição de Cozete Barbosa. Fonte: Jornal da Paraíba, 05/06/1992.

170 Chapa 1 (**MUDANÇA**) - encabeçada por Cozete Barbosa e Chapa 2 (**UNIDADE E LUTA**) - encabeçada por Oliveiras Oliveira. A chapa 1 - Mudança - obteve 588 votos, de um total de 712 votantes, contra 120 votos dados à chapa 2 - Unidade e Luta. Fonte: Ata Geral de apuração das eleições da ASPMCG (30/10/1984).

oposição ao poder na Associação e na Prefeitura, já o Secretário de Finanças apoiava a outra Chapa¹⁷¹ (grifo nosso).

A alternativa mais viável seria organizar a categoria fora da Associação. Assim, duas foram as necessidades que impulsionaram esta organização: 1) baixíssimos salários; 2) dinamização da Associação fazendo com que ela fosse um instrumento de luta.¹⁷²

Esta organização por fora da organização se deu pela formação de um bloco de representantes de algumas repartições municipais e membros da Diretoria. Criava-se um espaço dentro da ASPMCG; o resultado foi o surgimento de diversas Comissões de Trabalho, aumento do número de Associados(as) e principalmente a mobilização em torno da primeira grande Campanha Salarial dos Servidores Públicos Municipais. A ASPMCG vivia um período de intensa mobilização, tornando-se, aos poucos, um instrumento de organização da categoria; este era o ano de 1985.

Naquele período, as reivindicações principais eram: 1) reajuste salarial e garantia do salário mínimo como menor salário de um Servidor; 2) Implantação do plano de Reclassificação de cargo; e 3) Semestralidade de acordo com os meses de reajuste do governo federal - maio/novembro.¹⁷³

A discussão também começou a envolver outra questão:

Por conta de nossas articulações, reivindicações e mobilizações, começamos um confronto com o poder público, (...) no qual utilizou como recurso para inibir o Servidor inserido na luta, as pressões políticas, como corte

171 Informante: /Sr. *Chico do INCRA*, participou de 02 gestões da entidade, ocupando o cargo de Diretor do Departamento Cultural, nos anos 1985- 1988.

172 Cartilha - Lutas do POVO TRABALHADOR, nº 2. Série: **ASPMCG** - *Servidores Municipais*: lutas e conquistas. (CENTRAC, 1982, p. 8).

173 *Ibidem* (p. 9).

do ponto, demissões, transferências de repartições, perseguições aos líderes, etc. *Lutávamos assim pelo direito de nos organizarmos e, por liberdade de expressão.* (...) após a eleição [novembro de 1984], fizemos a primeira greve geral da Prefeitura¹⁷⁴ de que se tem história em Campina Grande. (...) todos os setores pararam, aderiram à greve. Nessa greve, houve demissões, cortes, afastamentos, transferências.¹⁷⁵ (Grifo da autora).

Com a eleição de 1984, a ASPMGC esboça por completo a relação na Diretoria da entidade que passaria aos anseios organizativos dos Servidores municipais; nos métodos de trabalho, abandona-se a postura imobilista da entidade até então:

A partir de dezembro de 84[1984], encontraremos à frente da associação uma diretoria que organizava a esperança dos Servidores e canalizava os anseios da categoria, *fazendo com que os próprios Servidores comesçassem a se constituir no sujeito de suas ações* (grifo nosso) (Livro de Atas - 04 de abril à dezembro de 1991).

Quanto ao Poder **Público**, fica clara a relação de autonomia e independência da ASPMCG, colocando-se com firmeza e garantindo sua legitimidade frente aos Servidores municipais, contribuindo para ampliação de discussão e de participação. O aval político organizacional¹⁷⁶

174 Um detalhe que podemos detectar como resultado da reorganização da ASPMCG como força e de ação significativa na cena política local, foi a demissão da então recém-eleita Presidenta nesta greve em que, devido às pressões de todas as entidades de classe da cidade que ameaçavam parar, o então Prefeito, 24 horas depois, reconsiderou a demissão. Fonte: Nota das entidades classistas em repúdio à demissão de Cozete Barbosa; publicada em 30/06/1985.

175 Informante: Sr Chico do INCRA.

176 Essa mudança do caráter político-organizacional da entidade pode ser vista quanto às questões como o assistencialismo existente na entidade. Vejamos apenas uma, das diversas, passagens do livro de atas que deixa bastante evidente esta vontade de

da categoria e da ASPMCG foi concretizado através de conquistas materiais do ano de 1985. Como exemplo, criação da Comissão da Câmara para Assuntos dos Servidores; aumento de 40% para quem ganhava menos de Cr \$100.000,00 [Cem Mil Cruzeiros]; estabilidade provisória para os dirigentes da Associação.

No período de 1985-1988, podemos selecionar como lutas e conquistas mais significativas¹⁷⁷: cumprimento do salário mínimo, semestralidade unificada com a oficial do governo federal; melhoria nas condições de trabalho para Vigias, Garis, Matadouros, Merendeiras, Serventes, através da reivindicação do pagamento da insalubridade; reivindicações do Vale-Transporte, Eleições de Diretores e processo de discussão sobre Centrais Sindicais; Curso de Alfabetização para Adultos no Método Paulo Freire destinado aos Garis e Vigilantes; encontros de Educação Sindical, I Encontro da Mulher Trabalhadora Municipal, etc.

O trabalho não se voltará apenas para as questões econômicas, mas principalmente para uma prática de participação que procurava fazer surgir uma nova concepção de atuação na ASPMCG. Além de ter implementado uma política de organização da categoria, procurou-se romper com o corporativismo através da relação estabelecida com os servidores, movimentos sociais e outras entidades.

Com a promulgação da Constituição de 1988, que garantia a ampliação da base territorial dos Sindicatos e a livre associação sindical ao Servidor Público, começa-se a discutir a ampliação da ASPMCG para o SINTAB, no sentido de fortalecer e unificar as lutas nas cidades¹⁷⁸ do

mudar o caráter da entidade: “(...) foi abordado na reunião de diretoria o controle para o número de dentistas, oculistas, advogados e atendimentos. Para a assistência no que já tem e *seguir na combatividade, fazer um trabalho político...* (grifo nosso)”.

Fonte: livro de atas (13/05/1987).

177 Nesta época, visava-se não apenas atender os anseios materiais da categoria, mas transformar a relação estabelecida entre entidade e Servidor(a); vejamos: “(...) Desta vez ou a categoria avança ou a diretora recua... há proposta de visitar todos os setores; ir aos setores sem paternalismo, que tipo de sentimento existe em relação ao poder público e manter viva a entidade de classe” (grifo nosso). Fonte: Livro de Atas (06/06/1988).

178 A saber, as cidades de Massaranduba, Queimadas, Pocinhos, Lagoa Seca, Esperança, Puxinanã, Remígio, Fagundes, Montadas, Areal, Solânea e Campina Grande.

Agreste da Borborema.

A nível local, o SINTAB passou a ser um polo aglutinador das lutas, alcançando toda a categoria; cabendo destacar: atualização do salário-família; refeição gratuita aos trabalhadores que exigem um maior esforço e desgaste físico; pagamento de pisos salariais e quinquênios e das diferenças de salários atrasados, luta pelo fim das perseguições dos trabalhadores municipais; liberação do FGTS; assegurar uma pensão de pelo menos 50% para um dependente de aposentado em caso de morte; assegurar um mínimo de 30% de gratificação por tempo de serviço (quinquênio) aos aposentados, independente do serviço prestado à prefeitura, etc. Além, claro, do trabalho diário desenvolvido através de um setor de Educação Sindical, com a preocupação da transformação em um movimento fortalecido por toda a categoria.

É notório que, nesse momento específico, a criação SINTAB, em 1989, viabiliza um movimento sindical municipal estruturado segundo os princípios de liberdade e de autonomia sindicais, constituindo-se em um projeto enraizado a partir da experiência cotidiana da classe trabalhadora no movimento sindical. Ou seja, caracterizando um “novo sindicalismo” concebido pelo aparecimento de um movimento delimitado pelo conceito de democracia de base e participação efetiva dos(as) associados(as) na entidade, reconhecemos assim que as práticas sindicais desenvolvidas no interior do SINTAB a partir de 1984 expressariam a busca de um “novo sindicalismo”.

O “novo sindicalismo” traria uma prática que poderíamos analisar pelas formas de participação dos(as) associados(as) no interior do SINTAB, e pelo padrão de relacionamento político entre o SINTAB e o poder público municipal.

As práticas sindicais empreendidas pelo SINTAB

O perfil organizatório¹⁷⁹ do SINTAB é enfocado a partir dos trabalhos desenvolvidos, das propostas, reivindicações, avanços e conquistas presentes na entidade; redefinido a sua estratégia de luta, que é especificamente sindical, mas que ingressaria também no terreno social e político precisamente para fortalecer as próprias condições locais de

179 Aqui construídas por informações obtidas em atas consultadas, boletins informativos, cartilhas e recortes de jornais.

possibilidade da luta sindical. Atuando no sentido não apenas de realizar a obtenção de demandas de caráter socioprofissional, o SINTAB passa a apresentar um perfil que dá mostras de um novo espaço sindical – com novas demandas, novos direitos – e uma nova forma de agir.

Nesse processo, de emergência de uma nova pauta, quase sempre se luta para além de novas conquistas – “tirar as conquistas e colocá-las em prática”¹⁸⁰. As lutas travadas nos mais diversos setores passam a unificar as reivindicações dos servidores frente ao poder Público Municipal, com uma identificação das demandas entre os diversos setores, e atualização de direitos para categorias antes invisibilizadas como por exemplo Garis, Motoristas, Serventes e Vigias. Com a conquista de direitos sociais mínimos cujas lutas passam a se dar em torno do respeito aos direitos, que mesmo legalmente assegurados. A orientação a nível sindical passa a encontrar seu espaço político no *fazer cumprir a lei*, através de novas lutas, novas mobilizações e velhas reivindicações. Vejamos:

Foi grande a luta dos trabalhadores municipais no sentido de garantir melhores condições de vida e trabalho..., porém nos últimos dois meses, O GOVERNO MUNICIPAL não vem cumprindo o salário-mínimo. (...) Diante do **não cumprimento das reivindicações**, e na certeza de que precisamos continuar a luta para garantirmos o mínimo de sobrevivência digna, é que reivindicamos:

- cumprimento do salário-mínimo;
- piso salarial para todas as categorias;
- reajuste salarial;
- pagamento das horas extras;
- cumprimento da lei;

¹⁸⁰ Como forma de encaminhar os servidores quanto aos seus direitos, o SINTAB lançou, em abril de 1992, uma Cartilha - que integrou a Campanha QUEM CONHECE SEUS DIREITOS, LUTA MELHOR - com o seguinte objetivo: “Ser um instrumento importante para elaboração e discussão de uma nova proposta de legislação que venha atender, de fato, a realidade e os problemas dos servidores municipais, fortalecer suas lutas por uma vida digna” - Cartilha - **Direito dos Trabalhadores**, nº 01, abr. 1992.

insalubridade de acordo com a lei;
adicional noturno;
legislação dos trabalhadores sem vínculos. (Boletim Informativo - dez. 1989).

Os servidores municipais que trabalham nos grupos escolares e creches... estão em GREVE, reivindicando o pagamento do SALÁRIO-MÍNIMO e dos PISOS SALARIAIS (...) reivindicando o CUMPRIMENTO DA LEI. (...) O direito à educação de receber um salário-mínimo, precisa sair do papel. (Carta aberta à população - PORQUE ESTAMOS EM GREVE – jun. 1991).

Os servidores públicos municipais de Campina Grande decretam GREVE POR TEMPO INDETERMINADO, porque o prefeito... **não cumpre o que determina a constituição** (grifo nosso). O prefeito descumpra a lei enquanto os servidores lutam pelo cumprimento do salário-mínimo e condições de trabalho. (Carta aberta à comunidade campinense – jan. 1991).

A direção do SINTAB, já começa a se mobilizar no sentido de pressionar o prefeito desta cidade para que este venha atender as reivindicações do funcionário público municipal... todas as reivindicações feitas estão dentro da lei, mas o chefe do Executivo municipal, não se preocupa em nenhum momento de resolver as questões que estão unicamente à disposição de autorizar a sua realização. (Diário da Borborema. 18/01/1991).

O sindicato, já está entregando uma carta-aberta à população expondo a atual situação dos trabalhadores municipais, **desrespeitados pelo poder público que**

não faz valer seus direitos. (Diário da Borborema - 05/05/1991). (Grifo da autora).

(...) caberá ao servidor a incumbência de se **avaliar a luta por melhores condições de vida e do cumprimento da constituição**, por parte da prefeitura, que não vem pagando devidamente os trabalhadores. (Diário da Borborema - 03/05/1991). (Grifo da autora).

Os trabalhadores municipais estão insatisfeitos com a atitude do poder público em não querer negociar com a categoria o **cumprimento da lei** e assegurar as conquistas já aprovadas. (Diário da Borborema - 24/09/1991). (Grifo da autora).

Uma das passagens de uma ata deixava clara a luta em torno do cumprimento da lei: “(...) foi refletida a situação do servidor onde já é a terceira campanha salarial deste ano, **campanha salarial para garantir a lei**” (Livro de Atas; 22/04/1991). (Grifo da autora).

O SINTAB, como um novo ator político no jogo do poder local, passou à época a ter uma ação transformadora¹⁸¹ na relação com o poder público municipal, exercida por meio da liberdade sindical. Na orientação das práticas sindicais do SINTAB, observava-se um conflito ante o declínio de práticas fechadas e de aproximação com o poder público municipal:

(...) a história da associação [ASPMCG] tem sido, nos últimos anos, uma história de luta e de organização

181 À época de nossa pesquisa, quando entrevistados se o papel do SINTAB na relação com o poder público municipal era de uma ação que demonstrava força ou, de total colaboração com o Executivo Municipal, de 70 entrevistados, 64,2% responderam que era uma ação que demonstrava força e autonomia; contra 35,7% que nada responderam. As justificativas iam desde a relação de independência e autonomia que o sindicato demonstrava ter (40%; com o reconhecimento pelos servidores de suas lutas (10,5%), até a justificativa de que falta ainda apoio e participação de Associados(as) para que o SINTAB conseguisse desempenhar uma ação de força junto ao poder público municipal.

dos servidores (...) no último ano, a atual Diretoria foi eleita quase que por unanimidade e tem se empenhado ainda mais em resistir aos interesses daqueles que não têm compromisso com os servidores (...) esta diretoria sabe, entretanto, que existem muitos que não desejam o melhor para o servidor. Querem resolver problemas bajulando o poder público local em busca de favores, benesses e agrados à prefeitura, em poucas palavras, são contra mesmo à luta dos funcionários. *A resposta a eles será o controle permanente da Associação.* (Grifo nosso) (Livro de Atas - 04/04/1987).

A ênfase passou a ser posta na autonomia, onde o espaço aberto para reivindicações cresce e tal como os instrumentos de decisão, não mais sob maior controle do poder público:

(...) quanto aos salários, não podemos defender a miséria. Houve debates e falação de pessoas presentes e a proposta de ir até o gabinete do prefeito *apresentar a proposta dos servidores*” (Livro de Atas - 22/03/1988). (Grifo da autora).

(...) foi realizada a primeira audiência com o prefeito, onde foi entregue um documento reivindicatório ao prefeito, (...) o mesmo falou no seu plano de governo que, no geral, atende em parte aos funcionários, o que nós queremos é um tratamento específico. Houve uma polêmica entre *o que é possível para o poder e necessário para a categoria.* Estamos aguardando a resposta do documento para uma análise do poder e vermos quais os passos a serem cumpridos. (Livro de Atas - 18/01/1989). (Grifo da autora).

(...) a negociação que houve entre o sindicato e o prefeito foram atendidas: licença maternidade, licença paternidade... foi ressaltada a importância de, mesmo

sem ganhos salariais, mostrar aos servidores que a greve serve para conseguir conquistas, que a greve não só tem um cunho econômico, mas político também, tendo a greve demonstrado conscientização e participação política e *igualdade de negociação se favoritismo* com relação ao poder. (Livro de Atas - 02/06/1989) (Grifo da autora).

Precisamos ensinar o prefeito a negociar, e a negociar em cima de documentos, não vamos recuar da luta... vamos ter que mudar nossa linguagem com o poder, ter linguagem de sindicato. (Livro de Atas - 07/10/1990 - Avaliação da ocupação feita ao gabinete do prefeito, em 28/09/1990).

(...) temos que resgatar as atividades que fazemos. Procurar mecanismos de luta (...) precisamos exigir que o poder reconheça o SINTAB com *igualdade de força*, que reconheça como entidade que representa os trabalhadores. (Livro de Atas - 05/05/1991). (Grifo da autora).

Passa a ser destaque a possibilidade do SINTAB como uma nova peça no jogo político do poder local, expressão que se nutriu no descontentamento provocado pelos efeitos de uma ação sindical localizada no passado da ASPMCG, ao imprimir uma condição política pouco atenta à organização de base. A insatisfação predominante do SINTAB origina, assim, lideranças adeptas a uma política mobilizadora, e um enfrentamento direto com o poder municipal, como registramos abaixo:

(...) foi realizada uma assembleia no sentido de discutir a deliberação da concentração e caminhada ao gabinete do prefeito, tudo isto pela conquista do salário justo, pois não podemos continuar com o salário abaixo do mínimo. (Livro de Atas - 17/08/1988).

(...) com a finalidade de termos informes e avaliação para conhecermos a luta decretada... aguardamos notícias vindas do Poder. O que não aconteceu. Ficando marcada uma série de encontros com a finalidade de fortificar o grupo e negociação. (Livro de Atas - 18/08/1988).

(...) propuseram que no dia 12/05 todos estivessem na Câmara Municipal para assistir à votação do projeto de aumento enviado pelo prefeito, que todos saíssem da assembleia e fossem ao gabinete do prefeito dizermos porque estamos em greve, que fosse rodada uma carta aberta para ser distribuída à comunidade. (Livro de Atas - 11/05/1989).

(...) em frente ao gabinete do prefeito, realizou-se um ato público em frente ao gabinete do prefeito. Tiramos em assembleia, viemos para cá e tratamos as questões dos servidores. (Livro de Atas - 18/06/1990).

(...) ontem à noite, Mário Araújo colocou cadeado nos portões e aumentou a guarda, o pessoal que dormiu aqui no gabinete teve que pular o portão (...) Margarida e Mário Araújo¹⁸² vieram aqui no gabinete, entregamos a eles o documento com nossas pautas de reivindicações, eles disseram que o governo só abre o documento para ler se desocuparmos o gabinete. (Livro de Atas - 20/09/1990 - ocupação do Gabinete do Prefeito).

(...) sabemos da possibilidade de perseguição financeira ao sindicato, através da campanha de desfiliação feita pela Secretaria de Administração; (...), mas esta atitude não vai intimidar a luta, muito pelo contrário, essas intimidações vêm fortalecer muito mais a

182 Margarida Motta - Secretária de Educação; Mário Araújo - Secretário de Finanças.

nossa disposição de continuar mais firmes e a certeza de que estamos agindo corretamente. (Livro de Atas - 24/04/1988).

(...) foi denunciado o comentário do Secretário de Administração dizendo que nossa entidade está filiando o funcionário na marra (...) fica decidido uma carta aberta denunciando o que ocorre ao Servidor. (Livro de Atas - 03/08/1988).

(...) fizemos um relatório de todas as pressões feitas à nossa entidade e ao nosso trabalho, revertendo os fatos, (...) os garis estão sendo coagidos e se dissociam[snt] em massa. Oito fiscais tiveram seus pagamentos cortados por frequentarem esta entidade.

(...) foi ventilada uma audiência com o Secretário de Administração, no qual discutiremos entre outros assuntos as transferências denunciadas, com a afirmação que é problema político. Houve contato com nosso advogado para que encaminhe o processo para que os demitidos voltem ao seu local de trabalho. (Livro de Atas - 10/02/1989).

(...) a presidente [Cozete Barbosa] falou aos presentes destacando as formas de luta que os associados enfrentam: perseguições, ameaças do poder público, intimidação da Diretoria pelo poder... e a busca de pôr fim à pressão sofrida pelo Servidor. (Livro de Atas - 08/04/1989).

(...) fizemos a maior passeata nesses últimos tempos; veio porém represália por parte do poder municipal, colocando a polícia e ameaçando cortar o ponto, com finalidade de desmobilizar o movimento. Estamos precisando mais do que nunca de força e coragem.

(Livro de Atas - 02/09/1989 - ocupação da Secretaria de Finanças).

Segundo o presidente do SINTAB, ... haverá uma assembleia geral com o objetivo de conscientizar os docentes que resistem ao movimento, para que adiram à greve, mesmo com a disponibilidade do prefeito de cortar o ponto do pessoal. (Jornal da Paraíba, 26/05/1991).

Verificamos que, do ponto de vista do SINTAB, o comportamento político enquanto novo ator coletivo em curso imporia capacidade – e força – para redefinir uma organização de base e de autonomia. O tempo é curto para uma resposta mais definida, mas o que se observa até agora é que o ‘novo’ abriu possibilidades para outros caminhos na política sindical municipal em Campina Grande.

Considerações finais

Observamos que a ação empreendida pelo SINTAB durante o período analisado foi configurada, localmente, como um movimento estruturado em busca de democracia de base e autonomia em relação ao poder público municipal, estabelecendo um novo padrão de relacionamento dentro do sindicato. No exercício de sua representação, o SINTAB engajou-se em práticas mobilizadoras que tornaram a entidade mais consciente de suas próprias necessidades e de seu poder de decisão frente à gestão municipal. No entanto, a luta por autonomia e liberdade sindicais, embora insuficiente para fortalecer completamente a entidade, foi significativa por ter criado novos atores, instaurado novas práticas na relação com o Executivo Municipal e aberto importantes espaços de participação localmente.

De pouco valeria referir à memória ou aos traços do passado do SINTAB, se não tratássemos os diversos rumos e funcionamento da entidade, e os espaços abertos na entidade após o ano de 1984. Foi esta experiência específica e sua necessidade de alterar-se enquanto prática sindical – liberando-se do caráter corporativista e assistencialista – que justifica a escrita etnográfica de uma experiência importante que

possibilitou em Campina Grande a emergência significativa de práticas democráticas pela abertura de novos canais para a participação das bases municipais, deixando que no seu interior se expressasse o pluralismo de ideias, e alcance da condição indispensável à luta por direitos. Entretanto, os rumos deste “novo sindicalismo” expresso no SINTAB têm sido de visíveis dificuldades enfrentadas na construção de um Sindicato estruturado por avanços políticos definidos pela e através de uma democracia de base. Assunto esse para uma outra análise.

Campina Grande, abril de 2022.

**PARTE V:
PROBLEMAS
CONTEMPORÂNEOS:
“A CIDADE QUE
TEMOS E A CIDADE
QUE QUEREMOS”**



MEMÓRIA, PRESENTE E FUTURO DAS ESQUERDAS DE CAMPINA GRANDE

*Roberto Jeferson Normando*¹⁸³

“Todo Cambia” - (Mercedes Sosa)

“Amar e mudar as coisas
Amar e mudar as coisas me interessa mais”
(trecho da música Alucinação de Belchior).

“Grândola, vila morena
Terra da fraternidade
O povo é quem mais ordena
Dentro de ti, ó cidade!
Dentro de ti, ó cidade
O povo é quem mais ordena
Terra da fraternidade
Grândola, vila morena!
Em cada esquina um amigo
Em cada rosto igualdade...”
Música de José Afonso. “Hino” da revolução dos

183 Discente do Bacharelado em Filosofia da UFCG. Formado no Curso Integración Regional pelo CEFIR – Uruguai. Coordenador do Fórum Pró-Campina. Assessor Parlamentar da vereadora Jô Oliveira. Fundador e membro da atual direção do PSOL PB. Membro da Coordenação da Frente pelo Direito à Cidade Membro da Rede Br Cidades. Coordenador executivo do Observatório Social do Nordeste – Obserne. Membro da Rede de Assesores/as do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara da CNBB.

“O papel das esquerdas não é necessariamente vencer eleições a qualquer custo, mas mudar o mundo para melhor”. Luiza Erundina.

OUSO ESCREVER ALGUMAS LINHAS SOBRE AS ESQUERDAS E O CAMPO DEMOCRÁTICO e popular de Campina Grande, refletindo sobre o passado e imaginando o futuro a partir das tarefas atuais. Reconheço desde já que não conseguirei abordar tudo, nem incluir todas as questões importantes para pensar o presente e o futuro das Esquerdas. Embora não seja historiador, este texto reflete meu compromisso militante, resultado de pesquisas, conversas, escutas, observações e diversas leituras. A reflexão sobre os anos passados é essencial e nos compromete com a disputa política pela Campina Grande que temos e que desejamos construir.

Campina Grande é conhecida por muitos como uma cidade conservadora, reacionária, como certa vez a revista *Veja* chamava a cidade tucana do Nordeste. É verdade que o campo conservador e reacionário local cresceu, se articulou; que a maioria dos eleitores/as em 2018, por exemplo, votaram em Jair Bolsonaro para Presidente da República; o discurso da extrema-direita avançou na cidade; por décadas a cidade é administrada pelos mesmos grupos políticos familiares que, na maioria das vezes, têm uma prática conservadora à direita, mesmo que em tantas outras ocasiões o discurso para ganhar as eleições e a composição de seus governos tenham um tom mais progressista, ou ainda busquem alianças com setores representativos dessa perspectiva.

Essa atuação conservadora é inegável e para comprovar isso basta observar a composição da Câmara Municipal nas últimas legislaturas. Mas isso, realmente, significa dizer que os eleitores/as e o município são conservadores? Ou significa que há uma disputa latente e patente entre conservadores e progressistas na cidade? Três perguntas sagazes precisam ser feitas: o campo progressista e de esquerda como atuou nas últimas décadas? Com quem andou? É possível se organizar, virar o jogo atual e ganhar a maioria?

Vejam os 2022, a partir do Fórum Pró-Campina, foi articulado o Movimento Pró-Lula, movimento este que extrapolou os partidos e

movimentos sociais, uma campanha que tomou de conta as ruas e contou com muitas iniciativas de eleitores que fizeram vaquinhas, atos e convenceram outros a votarem em Lula, foi uma campanha com a cara e a coragem e doação de muita gente, resultando na vitória de Lula no primeiro e no segundo turno das eleições de 2022 em Campina Grande, deixando assim o campo reacionário sem palavras para explicar a vitória de Lula no município. Mas Lula e o PT só ganharam em Campina em 2022? Não, a primeira eleição direta para Presidente da República após a ditadura militar em 1989, a candidatura do operário Lula era vencedora em Campina no segundo turno, no primeiro turno os votos dados a Lula (PT), Mário Covas (PSDB), Leonel Brizola (PDT), candidatos do campo progressista, somados ultrapassaram a votação de Fernando Collor que ocupou a primeira colocação naquele 1989. Em 1994, ganha em Campina Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Lula fica no segundo lugar, importante colocar as eleições de 1994 no contexto do novo Plano Real e as suas consequências diretas na melhora da vida e renda naquele momento. Bem como o FHC de 1994 e o PSDB representavam visão mais próxima de um centro-esquerda, mesmo que o governo depois da eleição tenha ido para uma direita neoliberal, mas no momento da eleição, FHC vinha do mesmo campo de luta que derrotou a ditadura. Já, em 1998, com o governo de FHC em plena agenda neoliberal, de privatizações, ampliação da exclusão social..., Lula volta a ganhar a eleição em Campina Grande, o mesmo se repete com ampla votação nos dois turnos das eleições de 2002 e 2006, ou seja, Lula ganha todas as suas eleições em Campina grande, exceto a de 1994. Quando falo Lula, também me refiro ao que ele representa, mais políticas públicas, mudança, mais justiça social, melhores salários, emprego, combate à pobreza e às desigualdades, direitos sociais, é essa agenda que Lula ganha em Campina e no resto do país. Claro que o lulismo é muito maior que o campo das Esquerdas...

Nas eleições de 2010 e 2014, a presidenta Dilma Rousseff perdeu em Campina Grande por margens estreitas. Em 2010, Marina Silva conquistou uma parte significativa dos votos no primeiro turno, ficando em segundo lugar e sendo vista como uma figura progressista fundamental para o campo democrático e popular. O grupo Cunha Lima teve uma influência notável em 2010 e 2014, apoiando fortemente os

candidatos do PSDB, José Serra e Aécio Neves, diferente de sua postura nas campanhas de 2002 e 2006, quando houve uma aliança tácita. Em 2010, somou-se o desgaste do segundo governo de Veneziano Vital e, em 2014, a postura indecisa de Romero Rodrigues. Em 2016, com o impeachment de Dilma, houve intensa mobilização em Campina Grande contra a medida, com manifestações de rua defendendo a manutenção da democracia. Apesar do impeachment ter ocorrido e de ter alimentado uma onda conservadora, a cidade continuou testemunhando lutas e mobilizações pelo campo democrático e popular, refletindo sua história de altos e baixos.

O governo Temer não passou sem lutas importantes e mobilizações no país, e, em Campina Grande, a exemplo da luta contra as reformas da previdência e trabalhistas, contra o Teto de Gastos que sufocaria o investimento nas políticas públicas, como foi demonstrado nos anos seguintes até a sua revogação pelo governo Lula III com o novo arcabouço fiscal. Vale lembrar aqui a importante mobilização em torno da greve geral, em 2017, contra as reformas, Campina Grande parou naquele 28 de abril, praticamente todos os setores, refletindo a capacidade de articulação dos movimentos sociais, sindicais e partidos, claro que não foi fácil tal construção e mobilização, mas só para demonstrar que, ao longo do tempo, a sociedade civil organizada de Campina Grande se movimentou, com seus altos e baixos, recuos, erros e acertos, porém as lutas sempre ocuparam o espaço das ruas.

Em 2018, a onda da extrema-direita, na forma do bolsonarismo, já estava bem consolidada em todo o Brasil. Na época, muitos acreditavam que essa tendência não alcançaria 20% do eleitorado. No entanto, ela não apenas atingiu esse percentual, como também levou Bolsonaro à presidência. Em janeiro de 2018, durante uma análise de conjuntura, já previa a vitória da extrema-direita, mas não imaginei o quanto a direita tradicional e liberal, exemplificada pela derrota do PSDB, seria reduzida.

Campina Grande não foi exceção a esse fenômeno. Nas eleições, a vitória de Bolsonaro foi confirmada nos dois turnos. No entanto, é importante lembrar das expressivas votações de Ciro Gomes, do PDT, e de Fernando Haddad, do PT, no primeiro turno. No segundo turno, houve uma mobilização significativa em torno de Haddad em

Campina Grande, unindo setores das esquerdas e democratas de centro. Essa mobilização foi crucial para evitar um retrocesso democrático e para a articulação do Fórum Pró-Campina no ano seguinte.

Durante as eleições de 2018, quase todas as lideranças políticas de Campina Grande apoiaram Bolsonaro, especialmente no segundo turno. Esse apoio refletiu tanto o oportunismo quanto o medo de se posicionar contra a ascensão da extrema-direita. Enquanto isso, as lideranças de esquerda ficaram isoladas, e outras no centro democrático hesitaram em se opor publicamente. Mesmo assim, o segundo turno foi essencial para romper parte desse isolamento e preparar o terreno para futuros embates.

Adicionalmente, setores dos movimentos sindical, social e partidário conseguiram, apesar de tensões internas, organizar mobilizações importantes contra as medidas do governo Bolsonaro. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da unidade das esquerdas em Campina Grande, que também se manifestou contra o governo autoritário e negacionista nas ruas.

Mas o que é ser de Esquerda?

“Com suas lutas, os povos e nacionalidades demandam o exercício pleno da democracia, a construção de cidadania coletivas, o respeito à multiculturalidade e a prática da interculturalidade, das liberdades e das oportunidades sem exclusões” (Alberto Acosta, *O Bem Viver*, p. 148).

A cantora e ativista Mercedes Sosa imortalizou a canção “Todo Cambia”, que nos lembra que tudo muda e se transforma, ressaltando a possibilidade de mudança. Essa ideia ressoa profundamente com a essência da esquerda, cuja inquietação mística se centra na mudança. Ser de esquerda é estar insatisfeito com a realidade atual, é se engajar nas lutas diárias em busca de transformação, é acreditar na criação de condições objetivas para processos de mudança.

De forma semelhante, um trecho de uma canção de Belchior nos lembra que a essência da política é mudar as coisas, rejeitando o conformismo e a acomodação. É sobre manter viva a vontade de avançar e transformar. Nenhum conservadorismo ou autoritarismo pode impedir ou extinguir a mística da mudança. Para a esquerda, mudar não

é apenas um slogan, mas a razão pela qual se articulam e constroem projetos que concretizam e fortalecem as transformações necessárias.

A definição que explorarei aqui é que ser de esquerda significa lutar por igualdade, por uma sociedade nova e democrática que seja justa tanto econômica quanto socialmente. Essa sociedade deve ser ecologicamente sustentável, culturalmente diversa, e politicamente plural, fraterna e solidária. Isso nos une, mobiliza, organiza e inspira a sonhar, construir projetos e seguir em frente?

Santa Clara de Assis, mística do século XIII, nos ensinou a importância de nunca perder o ponto de partida: manter a fidelidade aos princípios, ao amor original e às motivações iniciais. Mesmo que cada momento exija métodos, alianças, projetos e ações variados, essas escolhas devem sempre estar ligadas ao nosso ponto de partida.

Devemos reencontrar a essência do companheirismo e da ação coletiva, que não deve silenciar individualidades e diferenças, mas sim construir a coletividade a partir das experiências de cada pessoa. O termo “companheiro” tem uma origem significativa no latim *companiono*, que significa “compartilhar o pão”, simbolizando o caminhar juntos e fazer parte da vida do outro. No entanto, muitas vezes, essa palavra é usada apenas como formalidade, sem o verdadeiro companheirismo nos partidos e organizações de esquerda. Internamente, muitas vezes, prevalecem disputas e bolhas que impedem o diálogo e a construção de pontes. A militância se torna rígida, focada apenas em resultados imediatos, enquanto a convivência e as amizades são deixadas de lado.

Um projeto político não pode apenas lutar por ideais comuns, também precisa cultivar convivência, amizade, respeito, sinceridade e capacidade de recomeço. A esquerda deve ser um exemplo da sociedade justa, fraterna e solidária que almejamos, embora isso não elimine divergências legítimas e disputas por crescimento. O importante é como essas disputas são conduzidas, expressando companheirismo e democracia ou apenas dureza e distanciamento.

Outro aspecto fundamental da esquerda é a celebração e a alegria. Vivemos em um mundo de desigualdades brutais, com riqueza e poder concentrados e a pobreza e precariedade massificadas. A devastação ambiental intensifica as mudanças climáticas, impactando profundamente a vida e os sonhos de todos. O avanço do neoliberalismo e do

individualismo, agravado pela pandemia de Covid-19, tornou a vida mais difícil, não só materialmente, mas também em termos de sentidos e significados. A saúde mental é uma demanda urgente, com o aumento dos casos de depressão, ansiedade e solidão, especialmente entre jovens.

A busca por uma vida digna, com políticas públicas que promovam igualdade, também deve garantir uma vida mentalmente saudável e cheia de alegria. A dimensão da festa e da alegria é essencial na construção de uma sociedade fraterna. Ser de esquerda não significa ser mal-humorado, mas sim contagiar com alegria, mesmo em tempos difíceis, sabendo que temos companheiros ao nosso lado.

A cultura, a arte e o esporte são vitais para a proposta de uma esquerda que busca uma sociedade nova e saudável. Uma visão civilizatória integral deve incluir o cuidado e a conexão com todas as formas de vida.

Por fim, é importante pensar global e agir localmente, ou vice-versa, refletindo sobre nosso impacto tanto em nível local quanto global.

Campina Grande, vamos perguntar?

Podemos realmente falar de uma “esquerda campinense”? Ou seria mais preciso referir-nos a um campo político plural que reúne organizações, partidos, militantes e pensadores identificados com a esquerda em Campina Grande? Existe um projeto político de esquerda que reflete o caráter e a essência de Campina Grande? Ou ainda, como a esquerda campinense evoluiu desde as disputas eleitorais dos anos 1980 até hoje? Temos uma única esquerda ou várias esquerdas em Campina Grande?

O objetivo aqui não é responder essas perguntas, mas aprofundá-las e questionar como avançamos até agora e como pretendemos continuar essa caminhada. Campina Grande ainda não elegeu diretamente um governo de esquerda ou centro-esquerda, o que leva alguns a concluir que a cidade tem uma inclinação conservadora e reacionária, dominada por oligarquias que não permitem uma vitória eleitoral de um partido de esquerda. Assim, seria necessário se contentar com pequenas conquistas. Mas, afinal, como as esquerdas têm avançado nas últimas décadas?

Nos últimos 48 anos, a política em Campina Grande tem sido dominada por três famílias: Ribeiro, Cunha Lima e Vital do Rêgo. Essas

famílias, que transcendem partidos e organizações políticas, têm alternado alianças e rivalidades, mas sempre disputaram o controle do poder municipal. Desde o governo de Edivaldo Ribeiro em 1976 até 2024, esses sobrenomes mantiveram o protagonismo e a liderança política. Uma breve exceção foi o governo petista de Cozete Barbosa, que assumiu como vice de Cássio Cunha Lima, mas não foi eleita diretamente pelo PT, sendo resultado de uma aliança com o grupo Cunha Lima.

Ao analisar as eleições municipais dos últimos 48 anos, é importante destacar os discursos e promessas eleitorais. Ao revisar materiais da época, como jornais, crônicas e campanhas, e conversas com personagens que viveram essas disputas, surge a questão: prevaleceu o discurso conservador e reacionário nas disputas políticas? Na verdade, Campina Grande não elegeu prefeitos com discursos reacionários ou ultraliberais. Em vez disso, as campanhas vitoriosas foram marcadas por discursos progressistas, em prol da democracia, com promessas de políticas públicas para melhorar a qualidade de vida, gerar emprego e renda e fortalecer os serviços públicos.

Mesmo Enivaldo Ribeiro, apesar de seu partido ser parte da base da ditadura militar, e Ronaldo Cunha Lima, em 1982, venceram com discursos focados na volta da democracia e com apoio de um espectro político que ia da esquerda à direita. Isso demonstra que, mesmo dentro de um contexto político dominado por sobrenomes tradicionais, as propostas progressistas tiveram um papel significativo nas vitórias eleitorais em Campina Grande.

Outro dado importante para a análise é a participação de lideranças de esquerdas e progressistas, de intelectuais a militantes de base nas administrações dos três grupos familiares, seja na função de secretários ou em outras funções administrativas, ou seja, não eram governos formados apenas por gente de direita ou da política tradicional. Outro exemplo é o apoio ao Encontro da Nova Consciência (encontro de caráter inter-religioso) dada pelo governo Cássio, como também a implantação do Orçamento Participativo (uma política de marca petista pelo Brasil a fora nos anos 1990) pelo segundo governo Cássio. Só para citar dois exemplos de políticas caras às esquerdas.

Os partidos de esquerda ou centro esquerda a exemplo do antigo PCB e depois PPS, PC do B, PDT, PSB, entre outros estiveram

formalmente colocados com os partidos liderados pelos três grupos familiares. Quadros importantes e de trajetória de esquerda, inclusive na luta contra a ditadura militar, depois fizeram parte destes governos.

Para compreender os últimos 48 anos de governo em Campina Grande, dominados por três grupos familiares, é essencial considerar a participação e o engajamento de parte das esquerdas nesses grupos. Embora alianças com governos do PT a nível nacional tenham ocorrido, isso não significa que a prática e os resultados desses governos tenham seguido uma linha progressista ou de centro-esquerda. Apesar de promessas eleitorais que incluíam parte das esquerdas, os governos mantiveram um caráter majoritariamente conservador, com raras exceções.

Os períodos de Ronaldo e Veneziano Vital foram mais progressistas comparados ao segundo governo de Romero Rodrigues e ao de Bruno Cunha Lima. O governo de Félix Araújo (do grupo Cunha Lima) destacou-se com um tom progressista e enfrentou tensões com a ala direita. Enivaldo também se destacou em infraestrutura e eventos culturais.

O grupo Cunha Lima, predominante durante esses anos, foi frequentemente responsabilizado pela estagnação econômica e o aumento das desigualdades. Entretanto, o governo de Veneziano Vital, alinhado com o PT e beneficiado pelas políticas nacionais de Lula, rompeu temporariamente o domínio do grupo Cunha Lima, apoiado por alianças locais. O primeiro governo de Veneziano contou com a presença de esquerdistas em cargos chave, mas o segundo governo se afastou desse perfil e buscou alianças com setores conservadores, resultando em desgaste político.

Com a volta de Romero Rodrigues, houve um fortalecimento dos setores conservadores. Seu primeiro mandato ainda contou com apoio de esquerdas, facilitando ações como o complexo habitacional Aluizio Campos, vinculado ao programa Minha Casa Minha Vida do governo Dilma. No entanto, seu segundo governo se alinhou mais aos setores conservadores e bolsonaristas, marcando uma centralização e falta de participação cidadã.

Bruno Cunha Lima, por sua vez, é visto como uma figura mais próxima da extrema-direita, sendo descrito por alguns como a versão bolsonarista do grupo Cunha Lima. Seu governo é caracterizado pela

centralização e falta de planejamento, embora o governo Lula de centro-esquerda tenha continuado a apoiar investimentos na cidade, graças a alianças estratégicas.

Este período é repleto de contradições e alianças complexas entre as esquerdas e os grupos familiares, influenciadas pelas conjunturas políticas de cada período e eleição.

Faltou uma oposição de esquerda com força e articulada aos três grupos familiares? Sim e não, como também depende de cada momento destes 48 anos, ora com uma oposição maior, ora com uma oposição frágil de esquerda. Esses grupos governaram estas quase cinco décadas com tonalidades diferentes e com força política, ora mais para uma visão progressista, ora com mais visão conservadora, porém o seu compromisso sempre foi com os de cima.

Infelizmente não será possível passar vendo os detalhes e como se deram esses 48 anos, uma avaliação profunda e necessária sobre estes governos. Em outra oportunidade espero que seja possível.

Nos últimos 48 anos, a esquerda em Campina Grande não esteve representada apenas pelos partidos políticos tradicionais. Ela também se manifestou ativamente em diversas frentes de resistência e mobilização. Durante a ditadura militar, a esquerda se organizou em movimentos comunitários, nas Sociedades Amigos de Bairros (SABs), sindicatos e associações, lutando contra a carestia e promovendo ocupações urbanas em áreas como Malvinas e Pedregal. Com a redemocratização, surgiram ONGs que desempenharam papéis cruciais, como o Centro de Ação Cultural (CENTRAC), que até hoje é fundamental na formação política de militantes e no apoio a outras organizações.

Nos últimos 20 anos, Campina Grande tem sido palco de lutas significativas dos servidores municipais por melhores salários e serviços públicos. Além disso, os movimentos sociais têm se mobilizado com diversas pautas, como o movimento estudantil, que frequentemente aborda questões relacionadas à tarifa e à qualidade do transporte público. Um evento de destaque é o Grito dos Excluídos, que se realiza anualmente, proporcionando um espaço de mobilização e presença nas ruas no Dia da Independência.

Durante este período, duas frentes se articularam no município: a Frente Brasil Popular e o Comitê contra as Reformas e por Direitos.

Ambas as frentes participaram das lutas em Campina Grande, às vezes de forma conjunta e outras vezes separadamente, contribuindo para a diversidade e a força do movimento de esquerda na região.

Do PT ao PSOL

A primeira candidatura do PT em Campina Grande ocorreu em 1982, com o professor Edgard Malagodi, que recebeu 571 votos (0,79%), segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. A partir dessa eleição, o PT iniciou o que pode ser chamado de “subir a ladeira”, ganhando gradualmente mais eleitores a cada eleição e saindo da chamada bolha esquerdista. Esse crescimento não foi isolado, pois outras organizações, como a CUT e o combativo SINTAB, junto com outros sindicatos, começaram a formar uma oposição mais forte e marcantemente anti-Cunha Lima, que era o grupo dominante no poder local.

Na eleição de 1988, Jairo Oliveira, candidato do PT, obteve 4.434 votos (4,32%), alcançando a sexta colocação na disputa pela câmara municipal. Cozete Barbosa, também do PT, recebeu 1.702 votos (1,73%), mas não foi eleita devido à falta do quociente eleitoral. Em 1992, o PT apresentou Antônio Pereira como candidato, que obteve 5.468 votos (4,54%). Nessa eleição, Cozete Barbosa não concorreu, e Jairo Oliveira foi o candidato mais votado do PT para o parlamento municipal, com 1.186 votos (1,08%).

Em 1996, o professor Edgard Malagodi voltou a disputar a eleição, desta vez obtendo 12.527 votos (8,38%) do eleitorado. Se houvesse um segundo turno, Cássio Cunha Lima poderia não ter vencido. Para a Câmara Municipal, Cozete Barbosa foi eleita como a primeira vereadora do PT com 3.870 votos (2,72%), ficando na segunda posição entre os mais votados. Antônio Pereira também teve uma excelente votação para a câmara, com 2.043 votos (1,44%), mas não foi eleito devido ao quociente eleitoral não atingido para eleger dois vereadores pelo PT.

Destaca-se ainda a eleição de 1998, quando a então vereadora Cozete Barbosa disputou o Senado pelo PT, obtendo 51.651 votos (42,54%) em Campina Grande, ficando em primeiro lugar no município. No Estado, ela obteve 216.006 votos (19,75%), uma votação surpreendente para a época. Essa eleição consolidou Cozete Barbosa como uma das principais lideranças da esquerda paraibana.

Nota-se a subida da ladeira que o Partido dos Trabalhadores (PT) vai fazendo desde a sua primeira disputa no município em 1982, - eleição após eleição a votação cresce e o partido vai se tornando no imaginário político uma alternativa real de poder e de mudança, assim como nacionalmente ia acontecendo. Vale observar as votações em cada eleição, são votações do PT, mesmo com candidatos diferentes e cada um deles com uma trajetória de militância forte, as votações crescem independentemente do candidato.

E o ano 2000?

A coligação comandada pelo PMDB com Cássio Cunha Lima, tendo a vice com o PT na pessoa da então vereadora Cozete Barbosa, obteve um percentual do eleitorado de Campina Grande, que até hoje (2024) ninguém mais obteve para a eleição de prefeito/a no município, foram 71,35% dos votos daquela eleição. Ou seja, o resultado eleitoral do ano 2000 em grande parte se deu por causa do PT e outros partidos de esquerda ou centro-esquerda que estavam formalmente coligados com o PMDB/Cunha Lima a exemplo do PPS, PV, PC do B, entre outras forças progressistas.

A aliança que o PT formou foi um divisor de águas para o partido e as esquerdas em Campina Grande, adiando uma possível vitória direta nas eleições de 2004, ao invés de conquistar o poder através de uma vice no grupo que sempre combateram. Nos anos 2000 e nas eleições seguintes, o PT e as esquerdas passaram por um período que chamo de “descida da ladeira”. Nos anos 1980 até 2000, o PT viveu o processo de “subir a ladeira”, crescendo em influência e representatividade. No entanto, após 2000, experimentou uma interrupção desse crescimento, começando a descer a ladeira, resultando na fragmentação do campo democrático e popular e na ausência de projetos locais coerentes.

Parte do PT e de outros setores de esquerda acabaram por assumir papéis secundários em governos como os de Veneziano Vital (2005-2012) e Romero Rodrigues (2013-2017). Durante esse período, o campo reacionário cresceu e se estruturou no município. Coincidindo com a queda das esquerdas, esses setores conservadores passaram a ganhar cada vez mais espaço e influência na política e outras áreas da vida municipal. Observa-se que, a partir de 2000, as esquerdas foram se

fragmentando e encolhendo, enquanto o campo reacionário crescia e se articulava. A cidade tornou-se gradualmente mais conservadora, com as esquerdas abandonando o protagonismo e ficando dependentes de alianças com grupos tradicionais.

Será que havia outra estratégia possível para a eleição de 2000? O PT poderia ter lançado uma candidatura própria e obtido uma votação expressiva, preparando-se para vencer em 2004? Talvez tivessem ganhado, talvez não. Agora, 24 anos após aquela aliança, é hora de refletir sobre a experiência e seus resultados, além de entender o que estava em jogo naquela época. Embora eu não possa fazer essa análise detalhada aqui, pretendo abordar em outro momento, enfrentando as dificuldades de não ter vivenciado o processo diretamente. Como adolescente que já militava junto ao PT de Lagoa Seca, falo do que observei a distância, do que ouvi na época e do que estudei e experimentei na militância nos anos seguintes.

É certo que a aliança não foi fruto apenas da vontade do PT de Campina Grande, passava também pela vontade do PT nacional de olho nos acordos para as eleições do ano de 2002 com a possibilidade de eleger Lula presidente, como ocorreu.

A construção da decisão pela aliança com o grupo Cunha Lima não foi fácil, de certa medida rachou o PT da época em quem era a favor e quem era contra, mas não apenas isso, fez com que o projeto de um governo do campo democrático e popular fosse adiado, ou se imaginava na época que este projeto seria possível via vice do grupo Cunha Lima e depois seguir governando o município por um ciclo progressista, o que logo se mostrou inviável, não teve vida nem para chegar ao segundo turno das eleições de 2004.

Revisitar os eventos 24 anos depois, sem a pressão do momento e da conjuntura da época, pode parecer fácil para emitir julgamentos, mas é um desafio formular uma análise precisa e imaginar cenários alternativos. Ainda assim, atrevo-me a afirmar que a aliança entre o PT e outros partidos de esquerda com o PMDB/Cunha Lima foi um erro político significativo e um retrocesso para o campo democrático e popular em Campina Grande, com consequências que ainda são sentidas hoje.

Com a saída de Cássio Cunha Lima para concorrer ao governo da Paraíba pelo PSDB, ele optou por um partido que se opunha à eleição

de Lula em 2002. Cozete Barbosa assumiu a prefeitura, mas enfrentou conflitos internos no PT e entre seus aliados. Seu governo foi visto como uma continuação da gestão de Cássio, mantendo grande parte dos secretários deste. Cozete enfrentou crises constantes e não conseguiu implementar políticas públicas que consolidassem um apoio majoritário. Com erros, falta de articulação e diálogo, o governo do PT perdeu legitimidade, chegando desgastado às eleições de 2004. Cozete Barbosa terminou em terceiro lugar, e o PT apoiou a eleição do vereador Veneziano Vital, que venceu no segundo turno graças a esse apoio.

Cozete deixou o governo em 1º de janeiro de 2005 e não conseguiu mais ocupar um papel de destaque na política. Enfrentou várias acusações, processos e a perda de seus direitos políticos, com alguns dizendo que o peso de 22 anos de governo estourou no breve período de sua gestão. É crucial realizar um balanço da aliança entre Cunha Lima e o PT, e do governo de Cozete Barbosa/PT, pois há muito a ser refletido.

Outro impacto significativo foi nas eleições de 2008, 2012 e 2016, onde o PT ficou fora da Câmara Municipal, só retornando em 2020. Mesmo assim, o vereador Napoleão Maracajá só assumiu o mandato em 2023, após uma decisão judicial sobre candidaturas fictícias de outras legendas, resultando na cassação de alguns vereadores e permitindo ao PT reassumir uma vaga no parlamento municipal após anos de ausência.

Valeu a pena esta aliança?

Com a ausência do PT na disputa pela prefeitura a partir de 2008, o recém-criado Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) surgiu para ocupar o espaço deixado e reafirmar a necessidade de uma esquerda forte em Campina Grande. Fundado em 2004 e legalizado em 2005, foi o partido que escolhi ajudar a fundar após me afastar do PT. O PSOL lançou Sizenando Leal como seu primeiro candidato à prefeitura, tentando manter acesa a chama da esquerda campinense com a ambição de um dia governar o município. Durante os governos de Veneziano Vital e Romero Rodrigues, o PSOL foi o único partido de esquerda a fazer oposição efetiva.

Como partido de tendências, o PSOL enfrentou disputas internas e visões sectárias que dificultaram seu crescimento e sintonia com as

bases e movimentos sociais. No entanto, esteve presente em todas as lutas do município, seja com servidores públicos, seja em mobilizações nas ruas. O PSOL novamente lançou Sizenando Leal nas eleições de 2012 e, em 2016, apresentou David Lobão, um dos fundadores do partido com uma forte trajetória no movimento sindical, como candidato, reafirmando sua opção pela esquerda.

Lembro, com carinho, de José de Arimateia de Lucena Cirne, conhecido como Ari do PSOL, cuja dedicação e generosidade fizeram dele a “cara” do PSOL em Campina Grande por muito tempo. Ari, com sua presença nas conversas informais e em tantas lutas, deixou uma marca indelével.

Um movimento significativo ocorreu em torno da Professora Marlene Alves, do PC do B e reitora da UEPB, como um potencial candidata à prefeitura em 2012, mas a ideia não prosperou. O campo progressista acabou dividido entre as candidaturas de Romero Rodrigues/Cunha Lima, apoiada pelo então governador Ricardo Coutinho (PSB), Tatiana Medeiros (PMDB/Vital do Rêgo), e Daniela Ribeiro, com parte do PT, exceto o PSOL e uma ala da militância de esquerda.

Na eleição de 2016, a maioria dos partidos de esquerda, incluindo o PT e PC do B, aliou-se à candidatura apoiada pelo então governador Ricardo Coutinho, de Adriano Galdino (PSB), que vinha de um grupo político tradicional de Pocinhos, sem muita identidade com as esquerdas.

Fórum Pró-Campina

Em 2009, tive a oportunidade de participar de um curso sobre Integração Regional Latino-Americana em Montevidéu, Uruguai, acompanhado pelo meu amigo Hélio Silva. Estávamos representando o Centro de Ação Cultural (CENTRAC) e a Rede Plataforma Mercosul Social e Solidário. Durante o curso e nossa estadia na bela cidade às margens do Rio da Prata, tivemos a chance de conhecer diversas experiências do Uruguai e da América Latina. Pudemos observar de perto a campanha presidencial de Pepe Mujica. Naquela época, o Uruguai era governado pela primeira vez por uma força política de esquerda, a Frente Ampla, com o presidente Tabaré Vázquez. Essa coalizão, que surgiu da resistência à ditadura e da luta pela redemocratização, consolidou-se ao ponto

de conquistar a presidência e buscava a continuidade no poder com Mujica.

Fiquei extremamente animado e curioso sobre a experiência da Frente Ampla, uma aliança de esquerda e centro-esquerda composta por partidos, movimentos e coletivos. Essa experiência de unidade na diversidade mostrava que as disputas internas podiam fortalecer, em vez de fragmentar, o projeto coletivo. Voltei refletindo sobre a possibilidade de construirmos algo semelhante no Brasil, ou mesmo em Campina Grande.

Naquele período, a ideia de unidade das esquerdas ainda era difícil de conceber. O máximo que se via eram coligações para disputar eleições ou compor chapas competitivas para a câmara municipal – um progresso, sem dúvida, mas ainda limitado. A unidade deveria ir além das eleições, promovendo a reaproximação e a criação de um novo projeto político para o município. Em 2010, o PT dominava a política de esquerda, com Dilma Rousseff eleita para um terceiro mandato do partido, tornando complexa a proposta de um campo multipartidário de esquerda e centro-esquerda.

Apesar da crise financeira de 2008, ainda não era visível a ameaça que a extrema-direita traria anos depois. Continuei debatendo a ideia de unidade internamente no PSOL, nas pastorais sociais e em outros movimentos dos quais fazia parte.

Em 2013, as manifestações que se espalharam pelo Brasil chegaram a Campina Grande, proporcionando novos ensaios de diálogo e construção entre os diversos setores da esquerda, embora não sem tensão e disputas por protagonismo.

Foi, em 2016, que a ideia de uma frente partidária das esquerdas começou a ganhar força, impulsionada pelo novo cenário político após o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff. A necessidade de unidade se tornou mais urgente do que nos anos anteriores. A casa do ex-vereador Antônio Pereira tornou-se um ponto de encontro para as primeiras reuniões de articulação desta frente. Pela primeira vez em muito tempo, lideranças dos partidos se reuniam sem a participação dos grupos tradicionais. As discussões não eram fáceis, especialmente dentro do meu partido, o PSOL, que condicionava a unidade ao apoio ao próprio partido. No entanto, essas reuniões representaram um novo

começo para o diálogo e a formação de um bloco multipartidário das esquerdas em Campina Grande.

Esse esforço foi interrompido pela “imposição” da candidatura do PSB pelo governador Ricardo Coutinho, sem um processo de construção coletiva, o que afastou os demais partidos e deixou o PSOL isolado, resultando na candidatura de David Lobão.

As lutas subsequentes, em 2017 e 2018, ajudaram a reanimar as esquerdas campinenses, com o segundo turno das eleições de 2018 sendo um ponto-chave para esse renascimento. Recordo um café com o professor Hermano Nepomuceno do PT, no Café Aurora da Praça da Bandeira, logo após o segundo turno. Eu dizia a ele sobre a necessidade de retomar a ideia de uma Frente das esquerdas. Hermano, dividindo otimismo e pessimismo, respondeu: “Vamos amadurecer a ideia, vamos marcar uma reunião”.

Em 2019, organizei uma conversa no Café Poético com Jô Oliveira, então no PSB, Nelson Júnior do PSOL, e Hermano Nepomuceno do PT, com ausência justificada de Antônio Pereira do PDT. Com café para inspirar, traçamos cenários e dificuldades, marcando uma reunião mais ampla no auditório do sindicato dos bancários. Esta reunião contou com a presença de Glauce Jácome pelo PC do B. A partir daí, ampliamos e intensificamos as reuniões e articulações dessa Frente.

Reuniões subsequentes foram realizadas no Sindifisco, com o apoio de companheiros como Wilton Maia e o então vereador Anderson Maia do PSB. Olimpio Rocha, na época presidente do PSOL, também deu grande apoio. Durante uma dessas reuniões, discutimos o nome da Frente e decidimos por “Fórum Pró-Campina”, sugestão de Hermano.

Planejamos uma plenária de lançamento oficial do Fórum para dezembro de 2019, mas, após várias tentativas, ela ocorreu em 17 de fevereiro de 2020, no espaço do antigo Clube da Bolsa, ao lado do Parque do Povo. A plenária reuniu a pluralidade dos partidos de esquerda, centro-esquerda, movimentos sociais, sindicais e de juventudes. Foi um evento bonito e animado, apesar de tensões devido ao rompimento entre o ex-governador Ricardo Coutinho e o atual João Azevedo.

O Fórum nasceu como um espaço de convivência, priorizando a cooperação mútua, o entendimento e a confiança, sem substituir a autonomia e as decisões de cada partido. Além disso, visou facilitar a troca

e construção política e programática entre partidos e movimentos sociais, com uma coordenação envolvendo partidos, centrais sindicais e movimentos como o MST e de juventudes.

Quatros pontos sobre o Fórum:

1º articular o campo das esquerdas, progressista e democrático popular (no momento, contamos com os partidos: PSOL, PV, PC do B, PT, PDT, PSB, REDE, PMN, movimentos sociais e sindicais, lideranças acadêmicas, de bairros e ativistas).

2º construir um Programa de Governo Progressista, Democrático e Inclusivo para Campina Grande, seja para o executivo municipal, bem como para a eleição e atuação de uma bancada progressista e de esquerda no parlamento municipal.

3º escutar e dialogar com o conjunto da sociedade sobre as demandas, problemas e as possíveis soluções, pensar os próximos 10 anos do campo das esquerdas.

4º dialogar com todos/as que se coloquem na oposição à extrema-direita e seus aliados, articulando e fortalecendo o campo de Lula no município para as tarefas do presente e as futuras.

A eleição de 2020 foi o primeiro teste para o Fórum, onde saímos com duas candidaturas para o executivo representadas pela candidatura de Olímpio Rocha e de Inácio Falcão e com chapas competitivas para a câmara municipal. As candidaturas de Olímpio e de Inácio tiveram a oportunidade de apresentarem e assinarem o mesmo Programa do Fórum. O PC do B juntamente com o PT e outros aliados avançaram com a candidatura de Inácio chegando na terceira colocação com 16,35%, representando um total 33.415 votos, Já o PSOL em aliança com o PSB tendo como vice a companheira Sheylla Campos, Olímpio Rocha acaba tendo uma maior votação que o PSOL já teve e se torna o mais votado proporcionalmente do PSOL - PB, obtendo 2,56% representado 5.241 votos. Olímpio Rocha e Sheila Campos saem como novas lideranças comprometidas com o avanço das esquerdas, bem como para as novas tarefas do futuro. A candidatura de Olímpio acaba elevando o PSOL para um novo patamar, tanto do ponto de vista eleitoral, como do ponto de vista do debate sobre a cidade. Não poderia deixar de falar

de Olímpio, como um amigo e companheiro de partido, tem um futuro político promissor e o legado do seu pai Márcio Rocha, vereador por diversas legislaturas, como um exemplo a animar e seguir.

Desde o começo do Fórum, a busca da unidade se deu neste compromisso primeiro por um espaço permanente de diálogo e convivência entre as forças do campo democrático e popular, podendo no período das eleições marcharem com uma candidatura única ou com duas ou mais candidaturas dos partidos que formam o Fórum, expressando assim uma unidade programática.

A eleição de 2020 consagra a vitória de Jô Oliveira, como primeira mulher negra vereadora de Campina Grande, com uma votação de 3.050 votos (1,45%). Jô, que esteve desde o primeiro momento se dedicando à construção do Fórum Pró-Campina, agora chega à câmara para marcar a presença da esquerda e o diálogo das oposições. Uma militante antirracista agora se torna vereadora atuando nas mais várias pautas da cidade e do seu desenvolvimento. Vai longe e o futuro reserva novas aventuras. Ela traz consigo a leveza e a firmeza do caminho andado até aqui e o horizonte a guiar.

Nos últimos anos, tivemos a eleição de outros vereadores notáveis, como Anderson Pila, que vem de uma família com um histórico de luta contra a ditadura militar e que, durante muito tempo, militou no PC do B. Ele tem sido uma voz progressista importante na câmara municipal.

Os anos de 2021 e 2022 foram fundamentais para consolidar o Fórum, que colaborou ativamente na articulação das oposições, destacando-se a importante “Carta das Oposições” de dezembro de 2021. Durante a pandemia de Covid-19, o Fórum também desempenhou um papel crucial na defesa de restrições e medidas sanitárias, além de promover a vacinação e outras ações e diálogos necessários.

Em 2022, o Fórum articulou com sucesso o Movimento Pró-Lula, conforme mencionado anteriormente. Em 2023, continuamos a lutar e dialogar para fortalecer o Fórum, apresentando propostas ao Governador João Azevedo e ao Vice-Governador Lucas Ribeiro em duas reuniões significativas, que mediaram o diálogo programático sobre os problemas e propostas para o governo do Estado, buscando consolidar um campo permanente de interlocução.

Agora, em 2024, já temos em andamento os acordos para o lançamento das pré-candidaturas, seguindo a plenária de 2023. Neste mesmo ano, contamos com quatro pré-candidatos a prefeito: André Ribeiro pelo PDT, Inácio Falcão pelo PC do B, Jhonny Bezerra pelo PSB e Nelson Júnior pelo PSOL. Este é um momento de intensas discussões e avaliação das possibilidades de uma ou mais candidaturas que representem o Fórum. Estamos construindo a unidade programática, enfrentando tensões e divergências, mas comprometidos com a unidade e com a criação de um novo projeto político para Campina Grande. O desdobramento das eleições de 2024 será abordado em outro artigo, após o pleito.

Indicação de algumas tarefas

A primeira tarefa é acreditar que uma Campina Grande diferente é possível: uma Campina Progressista! Uma cidade que enfrente suas contradições, imensas desigualdades, injustiças sociais, segregação territorial e injustiças ambientais. Estas questões exigem novas formulações, propostas inovadoras e uma força política capaz de liderar as mudanças necessárias.

É fundamental um compromisso genuíno com a sinceridade e a abertura para diálogos «olho no olho», que nos permitam discernir entre fatos e intrigas ou calúnias. Diálogos francos são essenciais para compreender conflitos e construir pontes e acordos duradouros, centrados em um projeto de cidade democrática, com plena justiça social e ambiental. A mística e a força desse sonho/projeto devem ser o combustível necessário para buscar a unidade, as convergências possíveis e as reconciliações indispensáveis.

O caminho para Unidade, Diálogo e Reconciliação começa dentro de cada partido, movimento, sindicato, coletivo ou organização, passando todas essas forças. A autocrítica e a revisão das práticas são tarefas cotidianas e indispensáveis na construção de um ciclo progressista, democrático e popular. Precisamos desenvolver uma Agenda Programática que reflita a realidade do município, ofereça soluções para diversos problemas, se conecte com o território, e, acima de tudo, seja capaz de escutar e aprender com a população.

Devemos adotar um pensamento progressista sobre e para Campina

Grande, com propostas para a economia, o mundo do trabalho, a educação, a ciência, a tecnologia e a inovação. Nosso foco deve incluir a cultura, as periferias, as juventudes e a superação do racismo, da LGB-Tfobia e de outros preconceitos persistentes. É crucial radicalizar a defesa dos direitos humanos, promovendo uma comunidade inclusiva e justa para todos.

Tendo isso em mente, vamos às sugestões:

1. Cada partido, muitas vezes, não consegue crescer, renovar-se ou pautar o município por causa de suas demandas internas, algumas vezes divisões sérias, ausências e conflitos. O desafio é como superar os conflitos, conviver com as divergências, retomando uma dinâmica partidária de respeito, diálogo, encontro, formação e inserção nas diversas lutas.

2. Estimular a organização partidária, o papel das suas instâncias, setoriais, bem como a urgente participação e protagonismo das juventudes dos partidos.

3. Fortalecimento, renovação, ampliação e protagonismo das juventudes, das mulheres, negros(as), e pessoas LGBTQIAPN+ nos movimentos sociais, nos nossos sindicatos e centrais, nas nossas ONG's, e tantas outras formas de se organizar e articular. Precisamos de organizações, sejam sindicais ou populares, mais horizontais e com muita participação da diversidade que somos.

4. Precisamos avançar no campo do estudo e da escuta do povo sobre Campina Grande, sobre os dados, pesquisas, teorias etc. Qual município que temos? Qual é o cenário de Campina Grande quanto o mundo do trabalho? Qual o rosto da exclusão e das desigualdades do território de Campina Grande? Como anda a economia da cidade? Como anda a educação, e a alfabetização, por exemplo? Qual a relação das nossas universidades públicas com o pensar a cidade? O que propomos? Quais políticas públicas queremos para a cidade? Como anda a articulação institucional entre as diversas instituições presentes na cidade?

5. Pensar um processo de formação política é outra tarefa que se faz necessária. Precisamos ler, estudar, voltar aos clássicos, aprender com as bases, bem como aos novos autores de longe e de perto. Ler e escutar a realidade.

6. Pensar de forma conjunta estratégias de comunicação, presença nas redes e mídia, articulação de comunicadores/as das diversas organizações.

7. Trabalhar pela mobilização permanente e nos momentos das lutas que virão.

8. Fortalecer o Fórum Pró-Campina, como um dos espaços da articulação suprapartidária, um polo multipartidário, em diálogo com as centrais e movimentos sociais, na perspectiva de seguir avançando na construção de um campo político progressista, democrático, popular e de esquerda para Campina Grande.

9. Estimular as ações solidárias, de ajuda mútua, entender o momento pessoal de cada militante, ser presença amiga nos momentos difíceis, celebrar as vitórias. Nos julgarmos menos, e nos ajudarmos mais.

Recordar, revisitar a caminhada já vivida é um passo importante para refletir as conquistas e aprender com os erros para acertar os novos passos e rumos que a caminhada nos pede ...

Gostaria de ressaltar o papel fundamental da coordenação do Fórum Pró-Campina, que representa a diversidade das forças de esquerda, ou ao menos uma parte significativa delas. Todas as questões são debatidas e decididas no plenário da coordenação. A Secretaria Executiva, atualmente composta por Glauce Jácome, Hermano Nepomuceno e por mim, tem atuado conforme essas decisões coletivas. Buscar consenso e entendimento nunca é fácil, mas tem sido um exercício valioso para consolidar e fortalecer um novo projeto político. Expresso meu profundo respeito e admiração por todos os envolvidos, especialmente Hermano e Glauce, com quem, às vezes, discordo, mas continuo a construir, valorizando a amizade e a parceria.

Outro espaço vital são as plenárias ampliadas, abertas a todos os militantes, dirigentes partidários, movimentos e parlamentares. Entre os partidos de esquerda, apenas a Unidade Popular (UP) não participa atualmente do Fórum. Inicialmente, a UP esteve envolvida, mas posteriormente decidiu se afastar do processo. No entanto, a UP e seus grupos aliados continuam suas lutas no município e mantêm diálogo conosco em momentos cruciais.

Uma iniciativa importante do Fórum é a articulação das juventudes,

que está ainda em fase inicial e precisa de maior estruturação e apoio para avançar em uma pauta tão relevante.

Antes de concluir, vamos falar da Frente pelo Direito à Cidade

Trago a memória de outra importante articulação que nasceu, em meados de 2017, na preparação do Seminário A Cidade é Nossa, contou com a presença da arquiteta, urbanista e uma das formuladoras do Ministério das Cidades, a professora Ermínia Maricato, o processo deste seminário se juntou com o Observatório das Metrôpoles com o curso fortalecendo capacidades para o Direito à Cidade e com a participação de outras organizações, grupos de pesquisas, professores e estudantes. Formamos, em 2018, a Frente pelo Direito à Cidade, como um espaço da necessária articulação da sociedade civil no campo do direito à cidade, planejamento urbano e controle social. Sem uma sociedade civil organizada, articulada e autônoma, será muito difícil avançar nos direitos sociais e na democracia. Como certa vez disse o Frei Betto, governo bom é como feijão, só vai na pressão.

Em 2024, a Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande segue com as suas iniciativas, especialmente na defesa e construção de propostas para a revisão do Plano Diretor do Município, cuja revisão deveria ter se dado em 2016. A Frente participa das articulações nacionais a exemplo do BrCidades do Fórum de Reforma Urbana.

Algumas linhas para recordar

A luta contra a ditadura em Campina Grande foi marcada pela atuação de várias organizações de esquerda, muitas delas clandestinas e severamente perseguidas. Entre essas, destaco a Comissão Justiça e Paz, que surgiu a partir da ação pastoral da Igreja Católica em defesa dos direitos humanos e da democracia. Essa comissão foi liderada por Dom Manuel Pereira da Costa, então bispo diocesano de Campina Grande (1962 - 1981), um verdadeiro pastor profético, defensor dos direitos humanos e da democracia.

Entre as pessoas comprometidas com a Comissão, Tereza Braga merece menção especial. Advogada e ativista dos direitos humanos, ela apoiou as oposições sindicais dos trabalhadores rurais na sua luta por organização, além de outras causas. Foi suplente de vereadora e chegou

a atuar durante a 9ª Legislatura da Câmara Municipal de Campina Grande, na década de 1980. Mulher à frente de seu tempo, Tereza enfrentou inúmeras batalhas e ameaças, sempre defendendo intransigentemente a dignidade humana e a democracia, tornando-se uma verdadeira inspiração.

O professor Hermano também foi uma figura importante nesta comissão. Contudo, a memória do trabalho de Teresa, Dom Manuel, Padre Cristiano, Irmã Mercês, professora Fátima Cavalcanti e muitos outros merece um espaço dedicado para que possamos honrar suas contribuições e buscar novas inspirações a partir de seus legados.

Para concluir, sem conclusão como costume dizer

Um texto longo, já peço desculpa por isso, como também por tantas outras ausências e falta de aprofundamentos. Foi mais um passeio rápido, em tantos momentos e situações do passado e do presente. Este texto, como parte deste livro, só se atreveu a provocar um debate inicial, a revisitar a caminhada até aqui e a pensar o presente e imaginar os futuros possíveis... Por isso, é uma conclusão sem conclusão.

Sentia falta de algo mais sistematizado sobre as esquerdas de Campina Grande e ao mesmo tempo o incômodo em ouvir quase sempre a “sentença” da Campina conservadora, por isso um dos objetos do livro é questionar se é conservadora ou se está conservadora, ou onde e como caminhou o movimento das esquerdas, com quem andou e quais as opções que fez. Se há um campo conservador e reacionário, também há um campo progressista e das esquerdas, o campo democrático e popular campinense. **Uma cidade mobilizadora.**

E o futuro?

O futuro está em aberto, por construir na caminhada, caminhando e construindo, mas que seja uma caminhada conjunta, coletiva, também pessoal, mas profundamente comunitária. Uma Caminhada de verdadeiros companheiros e companheiras, será possível?

Talvez estejamos vendo uma renovação dos quadros partidários e eleitorais do nosso campo, a exemplo de Jô Oliveira (PC do B), Olímpio Rocha (PSOL), André Ribeiro (PDT), Sheylla Campos (PDT), Nadine Agra (PT), Napoleão Maracajá (PT), Anderson Pila (PSB),

Jhonny Bezerra (PSB), Andréa Marques (REDE), Mariana de Azevedo (PC do B), só para citar alguns nomes, pedindo desculpas de não citar outros importantes nomes que vão disputar as eleições neste ano de 2024 ou que estão nos bastidores das articulações e militância partidária e social. O futuro da esquerda e centro-esquerda partidária e da política campinense passa e passará por estes nomes e outros novos.

Construir as oportunidades para um Ciclo Progressista, Democrático, Popular e de Esquerda para Campina Grande!

Em breve a esquerda, o campo democrático e popular vencerá as eleições municipais e governará Campina Grande. Oxalá seja um governo democrático e exitoso.

Vamos em frente?! Caminhemos!

Terminei com as palavras de Dom Helder Câmara e do grande poeta uruguaio Mario Benedetti.

“Para as Minorias Abraâmicas, partir, caminhar, significa mover-se e ajudar muitos outros a moverem-se no sentido de tudo fazer por um mundo mais justo e mais humano. É muito mais do que um espírito, do que uma organização, muito mais uma mística do que uma rígida articulação” (Dom Helder Câmara, em *O deserto é fértil*).

Não te rendas, ainda é tempo
De se ter objetivos e começar de novo,
Aceitar tuas sombras,
Enterrar teus medos
Soltar o lastro,
Retomar o voo.
Não te rendas que a vida é isso,
Continuar a viagem,
Perseguir teus sonhos,
Destruir o tempo,
Correr os escombros
E destapar o céu.
Não te rendas, por favor, não cedas,

Ainda que o frio queime,
Ainda que o medo morda,
Ainda que o sol se esconda,
E o vento se cale,
Ainda existe fogo na tua alma.
Ainda existe vida nos teus sonhos.
Porque a vida é tua e teu também o desejo
Porque o tens querido e porque eu te quero
Porque existe o vinho e o amor, é certo.
Porque não existem feridas que o tempo não cure.
Abrir as portas,
Tirar as trancas,
Abandonar as muralhas que te protegeram,
Viver a vida e aceitar o desafio,
Recuperar o sorriso,
Ensaïar um canto,
Baixar a guarda e estender as mãos
Abrir as asas
E tentar de novo
Celebrar a vida e se apossar dos céus.
Não te rendas, por favor, não cedas,
Ainda que o frio te queime,
Ainda que o medo te morda,
Ainda que o sol ponha e se cale o vento,
Ainda existe fogo na tua alma,
Ainda existe vida nos teus sonhos
Porque cada dia é um novo começo,
Porque esta é a hora e o melhor momento
Porque não estás sozinho, porque eu te amo.

Mario Benedetti, Poema publicado no livro “Entre los poetas míos,
Saudações Ecosocialistas!

O QUE AS RUAS FALAM AO “BATER PERNA” EM CAMPINA GRANDE

*Valdênio Freitas Meneses*¹⁸⁴

HÁ UMA PALAVRA FRANCESA CHAMADA “FLANÊUR” QUE DEFINE ALGUÉM que faz uma caminhada aleatória em uma cidade. A “flanerie” é um passeio sem objetivo, errante, as vezes vadio e deliciosamente desocupado, um passeio feito entre observações, pensamentos e reflexões. Ao dispensar o “biquinho” e o rigor da tradução, podemos nomear o ato do “flaneur” como “bater perna”. E faço nesse texto alguns rabiscos sobre ser um “batedor de perna” em uma cidade que vivi as décadas da passagem do século XX a XXI. Aqui alerta que não sou um narrador confiável:¹⁸⁵ eu misturo memórias pessoais junto a impressões de apanhado de documentários e pesquisas sobre Campina Grande – sejam elas acadêmicas ou não. Também há compilados a partir de postagens em redes sociais e fotografias que tirei andando e tentando “ouvir” o que dizem as ruas. Não tem mentira, mas pode conter ficção fruto dessas misturas. A arte nos ensina esse caminho: tal qual o cantor e compositor Marcos Valle que criou uma música, um baião-jazz-bossa nova

184 Formado em Ciências Sociais e Professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

185 Há obras acadêmicas ou não que relatam, registram e coletam memórias das ruas de Campina Grande de forma mais completa e detalhada. Ver por exemplo o Memorial Urbano de Campina Grande feito pelo Jornal A União em 1996. Este é um bom apanhado de nomes de ruas e a biografia dos homenageados e homenageadas. Também cito aqui a bonita coleção fotográfica e de textos organizada por Lacerda Junior (2012) lançada pela UFCG. Dos eventos políticos na cidade de Campina Grande durante século XX cito as obras de memória do jornalista Josué Sylvestre.

no piano, em homenagem a Campina Grande mesmo sem nunca ter ido a Campina Grande¹⁸⁶. Ele transportou para música suas impressões com as descrições que seu irmão, piloto de avião comercial, quando fazia sobrevoos na cidade.

Inspiro-me aqui também em obras escritas ou filmadas que estão na fronteira porosa do literário e acadêmico e focam na memória das ruas e dos objetos. São obras de quem sabe misturar com maestria a ficção e realidade. A instigante escrita do *Corpo Encantado das Ruas* (Simas, 2019) que, a partir do Rio de Janeiro, vê as ruas brasileiras como lugares de movimento e suas “encruzilhadas” de cultura: o futebol, a religiosidade das procissões, as simpatias, as conversas nas praças, os mercados e feiras livres, o jogo do bicho e loterias populares etc. O documentário *Retratos Fantasmáticos* (2023) de Kleber Mendonça Filho também inspira ao mesclar recordações pessoais do diretor com lembranças dos cinemas de rua do centro do Recife antigo – alguns que se tornaram igrejas evangélicas ou grandes redes de farmácias. Impossível assistir ao documentário sem pensar na vida e nos patrimônios dos precários, mas resilientes centros antigos das cidades brasileiras, territórios, às vezes, “esquisitos” ou abandonados, mas que insistem em se fazer ver e dizer “*se não gosta de mim, f***-****”. Por último, embora distante do Brasil há um outro livro que me inspira bastante a pensar objetos que “carregam” traços de memória de uma cidade: é o *Museu da Inocência* do escritor turco Orhan Pamuk (2011). Um legítimo “batedor de perna” nas bibliotecas, ruas e feiras de antiguidades turcas, Pamuk desenvolve cada capítulo de seu livro como uma exposição de um museu apresentando objetos e memórias da vida de seus personagens na Istambul da década de 1970. O mais incrível é que o museu¹⁸⁷ e os objetos citados realmente existem, embora a história e os personagens sejam ficcionais entrelaçados a eventos históricos e políticos que realmente aconteceram na Turquia.

Sem mais delongas, o objetivo desse texto é mostrar que nas ruas há um tipo de potência criativa entranhada, às vezes, nas franjas e frestas da memória passada e da atual vida cotidiana de uma cidade brasileira

186 Ver <<http://cgretalhos.blogspot.com/2015/05/curiosidade-musica-campina-grande-de.html>>.

187 Ver <https://janelativa.com.br/museu-da-inocencia-um-museu-obra/>

que acabou ganhando recente (e por vezes injusta) fama de conservadora e reacionária. A escrita sobre esse “bater perna” será feita em três partes: do Pé de Tambor da zona leste, do Casario do Centro e os Túmulos Milagrosos do Cemitério. E segue as considerações finais.

O “Pé de tambor”, os retirantes da seca, “pegando os becos”, as cachoeiras, as laursas

Na zona leste de Campina Grande, existe uma árvore chamada “Pé de Tambor” (espécie *Timbaúba*). Fica em encruzilhada entre os bairros Monte Castelo e Nova Brasília e nas saídas que dão para zona rural e municípios próximos do Brejo. Nas raízes memoriais do “Pé de Tambor”, remetem as encruzilhadas dos retirantes das secas, dos tropeiros e da religiosidade nas periferias de Campina Grande. Similar em parte ao que aconteceu com árvore da mesma espécie na cidade no Juazeiro de Pe. Cícero¹⁸⁸, o “Pé de Tambor” acabou sendo lugar de descanso e de oração de retirantes ou comerciantes que vinham galopando nas estradas. Se o “Tambor” de Juazeiro já foi cortado, há décadas, o de Campina Grande – apesar da oposição do tempo, dos cupins e da atividade humana – permanece firme. Nessa árvore, há um pequeno “cruzeiro” católico feito não para um santo em específico, mas para o “Sagrado Coração de Jesus”.

Se o Pé de Tambor remete a religiosidade dos famintos e retirantes, podemos colocar outros elementos que remetem as memórias minhas em encruzilhadas da zona leste de Campina Grande: os becos e as cachoeiras. O beco é como uma “travessura” que ficou nos restos de casas que foram sendo feitas e reformadas, passagens que ficaram entre ajustes de meio fio, bueiros de ruas, muros derrubados e muros refeitos. Nos becos, há o reforço do que certas sociologias chamariam de “sociabilidades”, com seus conflitos, fofocas, solidariedades e ajuda mútua. Já as cachoeiras são travessuras que nascem ou nasciam da época de “anos bons” de chuvas fortes que, às vezes, abrem o ano. Como a zona leste de Campina Grande é um brejo de relevos altos, as águas formavam cachoeiras que eram próximas a campos de futebol. Quando não passavam lixões perto, as águas eram limpas e ótimas para banho. Apesar de

188 Ver < <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/regiao/fe-no-padre-cicero-transforma-juazeiro-em-um-grande-santuاريو-1.2023826>>

péssimo zagueiro e péssimo nadador, há uma doce memória de infância de descer com grupos de amigos para jogar bola e depois tomar banho nas “cachangas” nos domingos de manhã.

Outra “Cachoeira” remete a um imaginário de medos e piadas depreciativas que povoavam o imaginário perjurativo de classe média/ classes altas em relação aos bairros e pessoas pobres de Campina Grande. Aqui menciono a antiga favela da Cachoeira que teve sua memória bem pesquisada por Xavier Silva (2013). Através de relatos orais, a pesquisa evidencia os sentidos e vivências de pessoas que viveram ou lembram a “favela” mais conhecida de Campina Grande. A Cachoeira foi sendo criada em 1959, abrigando pessoas empobrecidas de sítios ou de outras cidades no já agressivo processo de meados do século passado que, às vezes, fica conhecido pelo nome – muito calmo e pacífico – de “êxodo rural”. Essa forma da favela teve seu término em 2006, na transferência da população para um condomínio popular chamado Bairro da Glória. No segundo capítulo, há relatos de privações de fome e saneamento básico, eventos de violência policial, memórias de pessoas que tiveram de esconder ou mentir o “endereço” para conseguirem emprego ou serem atendidos nos hospitais. Forte também é o relato da negação das rádios quando as pessoas da favela ligavam dos “orelhões” pedindo alguma música (Xavier Silva, 2013, p. 100). Mas abaixo da crosta de ataques pejorativos, as pessoas da antiga favela da Cachoeira também relatam momentos de festas, batuques de cultos de umbanda nos terreiros e casas de moradores, celebrações de São João e Natal em que ofereciam bolo e guaraná às pessoas do bairro.

Os relatos analisados por Xavier Silva (2013) me remetem a próprios medos que povoaram minha infância de que era “perigoso” estar com pessoas da Cachoeira. Esses medos eram, às vezes, fisicamente representados por um monstrinho que eram as “lauras” e os tambores que saem espontaneamente a bater perna na cidade, geralmente nas semanas que antecedem o carnaval. Como vinham “dos lados da Cachoeira” as lauras fantasiadas de leão ou urso chegavam às casas e, às vezes, pediam dinheiro ou água. Não sei em que ponto da minha vida o que era medo virou adoração e respeito. Talvez tenha aumentado agora em tempos que o carnaval de Campina ameaça a ser esmagado¹⁸⁹. Hoje quando es-

tou em Campina, escuto os batuques e dá sempre vontade de ir atrás e “bater perna”. Por que assim como o Pé de Tambor, os becos, as cachoeiras, as laursas estão dentro daquilo que o Luiz Simas (2013) aponta: são as *frestas* dos projetos de aniquilação, exclusão e morte, respiros de vida e encantamentos diante dos apertos e aperreios. Na história das ruas e da sociedade brasileira é nessas frestas que se faz festa: e se faz festa não porque a vida está boa, mas porque ela, às vezes, pode ser cruel com aqueles que não fizeram parte dos “bem nascidos”.

Uma “banheira francesa” no centro de uma Campina Grande “árabe” e a boêmia das “fruteiras”

Quando estava a “bater perna” no centro de Campina Grande e visitando amigos que moravam no centro, ficava encantado com os banheiros de antigos apartamentos em prédios próximos ao Capitólio. Uma dose de cachaça “no juízo” e um parco conhecimento arquitetônico me faziam ficar a pensar acerca de antigas banheiras que ali tinham e como eram parecidas com estruturas que vi em prédios antigos da cidade de Paris. Ficava a divagar que tipo de pessoas “projetavam” esses apartamentos, suas vidas, divertimentos, sofrimentos nesses prédios construídos entre décadas de 1920-30 – quando pensavam estar copiando o que havia de mais sofisticado e “chique” “civilizado” europeu francês.

Outra memória “francesada” do centro de Campina Grande não é minha, mas vem do relato escrito do geógrafo suíço-francês Edgard Aubert de la Rüe (1901-1991). Quando estava a serviço da UNESCO, no início da década de 1950, passou por Campina Grande e dormiu uma noite em hotel no centro da cidade. O registro dessa expedição – que buscava mapear a mineração no “Polígono das secas” – foi registrado no livro “Bresil Aride”¹⁹⁰ (1959). No capítulo quatro, em que de La Rue descreve Campina Grande de forma singular: como uma cidade barulhenta de comícios políticos, fogos de artifício e já movimentada de carros e motos. Também registra Campina como uma cidade de agitado comércio com muitos árabes – provavelmente palestinos e libaneses – donos de vendas (De la Rue, 1959).

apos-pressao-popular-decreto-que-proibia-carnaval-em-espacos-publicos-de-campina-grande-pb-e-revogado>

190 Para uma tradução comentada do livro de De la Rue ver Mabe Bethonico (2014).

A “banheira francesa” e o relato de ver e ouvir um centro campinense “barulhento” que o geógrafo De La Rue presenciou remetem a um processo histórico de profunda transformação – feito nas gestões do prefeito Verniaugt Wanderley. Pesquisas como as de Fabio Gutemberg Sousa (2003) e Marcus Vinicius Queiroz (2008, 2020) são bons guias para analisar como Campina Grande adentrou nesse projeto de modernidade urbana do século XX. Assim, a cidade foi alvo das seguintes investidas de decretos – não discutidos de forma democrática – do poder público sobre as medidas e construções urbanas centrais:

[...] encontram-se nas fontes para Campina Grande e outras cidades brasileiras, discursos em que explicitamente afirma-se que o lugar dos pobres dos trabalhadores é o subúrbio. Como as áreas centrais eram os lugares que mais se valorizavam, sendo centro comercial e, até um certo momento, local de moradia das elites proprietárias, estas investidas têm uma dimensão tanto sanitária quanto econômica e de segregação social. Por outro lado, esse olhar não percebia como problema apenas as habitações e moradias populares, mas toda e qualquer construção, meio de transporte e hábito que estivesse fora dos padrões aceitos como modernos, o que atingia antigos casarões coloniais, hábitos e práticas políticas esposados pelas elites proprietárias remanescentes das hostes imperiais, ou mesmo por novos ricos a elas associados (Gutemberg, 2003, p. 64).

Não foi a primeira vez que houve investida do Estado em transformar o centro da cidade. Como mostra Queiroz (2020) o discurso higienista, as medidas de afastamento dos indesejáveis (pobres, lugares de ex-escravos, vendedores ambulantes, locais de prostituição) e de reformas urbanas já operavam desde final do século XIX – mudanças por exemplo no lugar da feira central. A cidade que já havia sido impactada pela modernidade do trem na passagem do século XIX ao XX (Aranha, 2001), agora tinha o elemento das grandes avenidas e dos carros como

guia condutor de reformas já exigidas pela classe dos “letrados” e “notáveis” nos jornais da cidade.

O interessante é que essa mesma classe “letrada” que exigia reformas feitas na caneta autoritária de decretos também era a mesma que festejava nos becos e “frestas” do mesmo centro de arquitetura tida como ultrapassada. O registro e análise dos circuitos de cultura impressa, intelectual e boêmia feitos por Gaudêncio (2012) são valiosos. As fontes que registraram a vida e lazer em lugares como a “Fruteira de Cristino Pimentel”, “O Caldo de Cana do Hortênsio” e a “Academia das Esquinas”. Destaco aqui a “Fruteira” como o mais famoso empreendimento desse tipo até a década de 1950. Convido o leitor ou a leitora a pensar sobre o trecho de livro de memória abaixo de um dos donos da “Fruteira”, Cristino Pimentel, citado por Gaudêncio (2012, p. 67).

Na minha taberna, “A Fruteira”, em 1950, conseguiu-se entre uma diversidade de prosadores, embriaguês e belo espírito, bons momentos intelectuais. Reuniam-se Cristino Pimentel, o taberneiro literário; Omega, enciclopédia viva; José Pedrosa, o livreiro de mão cheia de luz; José Lopes de Andrade, o cronista por excelência; Zeferino Lima, a poesia escorreita; Antonio Telha, o folclórico contador da prefeitura; Cunha Lima, o cronista fugido da maldade; Grimoaldo Siqueira, o hoteleiro de mãos generosas; padre Manoel Otaviano, autor de “Emboscada do Destino”; Eduardo Mai Franco, o banqueiro intelectual; Zé da Luz, o autor de “Brasil Caboclo”; Miguel Ramos, a anedota cheia de graça; “Seu” Tomás, a estrada de ferro fazendo charadas; José Jataí, o precursor da rádio-difusão em Campina Grande; Euclides Martins, a risada chian-te, deixando a amostra a alma sem maldade; o Chico Asfora, o socialista inquieto; enfim, formávamos uma turma de prosadores alegres, com relâmpagos de espírito. Bebíamos, alcandorávamos as nossas almas, dando-lhes mais beleza, com o “Primoroso”, a “Boneca Branda” e a “Branquinha” extraída do vegetal que faz

a fortuna da Várzea paraibana (Pimentel, 2001, p. 73, grifos do autor).

Incrível pensar que essa memória boêmia – que mistura pessoas da elite “letrada” com malandros nomeados apenas por apelido – se dá no mesmo momento em que a cidade era “rasgada” pelas demolições das obras modernizadoras do prefeito Wanderley. Enquanto “quebrava-se” tudo lá fora para abrir espaços nas avenidas centrais, os bares, becos e seus personagens pulsavam. Atualmente, em Campina Grande, o que talvez se chegue mais “próximo” – mas em versão mais popular – a memória de bares como a “Fruteira” seja beber nas arcas, bares e feiras de bairro. Longe de desmerecer os grandes bares preferidos da cidade, bares em shoppings e grandes estruturas. Mas, às vezes, uma “cana rápida” nos bares menores, nas contemporâneas “Fruteiras” traz mais surpresas e espontaneidade, músicas em jukebox, cores e cheiros de frutas e verduras e frases ditas e ouvidas na passagem do “bater perna”. Essas “geladas imprevistas” tão bem descritas abaixo:

Do outro lado da rua tem uma quitanda gourmetizada (leia-se “hortifrúti”) que preserva certa dignidade, com preços razoáveis. Uma das atrações do sacolão é uma espécie de rádio que fica tocando música e anunciando promoções. Certa feita passei por lá para comprar água de coco e brócolis. Enquanto estive no local, a rádio emendou “Muito estranho”, na versão do Dalto, e “Todo azul do mar”, com Flávio Venturini. Algumas pessoas cantarolavam baixinho enquanto examinavam abóboras, uvas, inhames, tomates, caquis e similares. Carregadores entravam com caixotes de hortaliças descarregados de um pequeno caminhão. Dando prosseguimento ao repertório devastador de corações, veio “Desejo de amar (Undere-rê)”, na versão definitiva de Eliana de Lima. Delirei que o programador da rádio está apaixonado por alguma das moças do caixa. Um dos carregadores falou alto,

enquanto passava rápido, sustentando um caixote no ombro: “‘Undererê.’ Essa machuca.” A senhorinha que apalpava batatasemendou: “E como machuca! Mas é linda.” (...) Esse negócio de ver a vida acontecendo com tamanha força é arrasador. Sem um biricótico não dá para segurar a onda, e, por isso mesmo, esqueci da casa e fiquei na rua (Simas, 2013, p. 68, grifos do autor).

O cemitério é geral e a morte nos faz irmãos

Nas frestas da morte também há vida. E ao visitar cemitérios de uma cidade, a gente conhece muito da vida dos vivos. Como diz uma canção de Belchior – que menciona Campina Grande num verso – “o cemitério é geral e a morte nos faz irmãos”. E em Dia de Finados no cemitério de Campina Grande, o túmulo mais visitado é o da menina Aluska Santos. Diagnosticada com hidrocefalia na década de 1970, a criança viveu apenas até os 5 anos de idade. Durante sua curta vida, ela fazia orações e dizia conversar com Deus. Em razão disso, **são feitas várias promessas para** Aluska. Em agradecimento, seu túmulo recebe muitos presentes: balas, doces e caderninhos com anotações. Muitos brinquedos, principalmente bonecas. O jazigo acaba sendo um “pontinho rosa” no meio de várias sepulturas já cinzentas em razão do tempo, muitas delas marcadas pelo poder de sobrenomes ilustres. O túmulo da “eterna” criança Aluska é um “mundo da Barbie” no qual, muitos vão pedir socorro para os problemas das vidas e das mortes dos adultos.



Figura 1 - Túmulo da menina Aluska Santos (Cemitério Monte Santo/Campina Grande)

Fonte: Valdênio Meneses.

Há um outro túmulo de alguém de origem “popular” em meio a pujança funerária de famílias ilustres (políticos, intelectuais, comerciantes antigos etc.). Entre eles, está o túmulo de João Vieira da Silva, apelido João “Carga d’água”. Falecido em 1911, João participou da famosa “Quebra Quilos”, alguns conflitos, entre 1872-1877, em várias feiras de cidades do então “Norte” do Brasil. Há várias causas, mas boa parte dos estudos historiográficos apontam a reação negativa de feirantes à mudança de pesos e medidas imposta pelo governo imperial, algo similar aos saques de retirantes nas secas (Castro Neves, 2005). Parte da população “desconfiava” que o sistema era uma forma injusta e imoral do governo cobrar e taxar impostos de venda. Daí a revolta popular. Episódios de revoltas violentas, às vezes, geram revoluções e símbolos. É clássica a referência à França na revolução de 1789 e à condenação

dos reis e nobres na guilhotina com pessoas usando o barrete vermelho e as sans culotes, calças mais folgadas e listradas, diferentes das vestes dos nobres. Totalmente distante dos franceses, João Carga d'água **não tinha barrete nem guilhotina, mas uma rapadura** que foi jogada contra as forças policiais do império. Não se sabe se essa rapadura era de ideologia jacobina, republicana, socialista, comunista etc. Certeza que era doce e que não era mole. “Atirou uma rapadura e acendeu um Sol” como diz em sua lápide. Outra certeza é que Carga d'água **escapou** às temidas execuções e torturas que o governo imperial infligia a revoltosos, principalmente aqueles que vinham de origem pobre e escrava. João morreria longo tempo quando já éramos República. Há uma estátua em homenagem a ele nas margens do açude velho.

Machado Bittencourt “dando grau” nas ruas de Campina Grande: conclusões de um “bater perna”

Nas cenas finais¹⁹¹ do filme Roma (1972), do diretor Federico Fellini, há um grande desfile de motos pela noite da capital italiana. Provavelmente, esse trecho foi inspiração para o cineasta e fotógrafo Machado Bittencourt¹⁹² produzir cenas de um passeio de moto coletivo no curta “Crônica de Campina Grande” de 1975. Material feito em homenagem ao aniversário da cidade¹⁹³ e tinha como proposta ser guardado em uma urna especial no interior do grande monumento aos Índios Arius, erigido em 1975, e ser aberto cinquenta anos depois. Descrevo aqui de memória parte do curta que tinha esse passeio de moto, já que a segunda parte¹⁹⁴ que tinha a “motociata” de “Crônica de Campina Grande” não está mais pública na internet. Mas me chamava muita atenção e me

191 A cena pode ser vista aqui < <https://www.youtube.com/watch?v=7uEF4tWWg4s>>.

192 Juremir Machado Bittencourt (1942-1999) foi cineasta, fotógrafo, escritor, historiador, memorialista e jornalista. Produziu cerca de 200 filmes, documentários e reportagens cinematográficas. Radicou-se em Campina Grande em 1961. Ver perfil completo, biografia e filmografia no site <<https://paraibacriativa.com.br/artista/machado-bittencourt/>>.

193 Ver < <https://cgretalhos.blogspot.com/2012/01/post-1000-documentarios-sobre-campina.html>>

194 A primeira parte pode ser vista aqui: < https://youtu.be/w_YI6WNs8os?si=Y3Up7CkC1onTWayR>.

recordo bem que os trechos iam de um passeio das estradas conhecidas como “Alça Sudoeste” até o centro da cidade. Essa cena fecha um desfile de imagens cotidianas da cidade – feiras, centro, carnavais, formaturas, encontros de políticos, o trem chegando à Estação Velha, exposições de arte até partidas do Campinense, gloriosa raposa, contra aquele outro time lá, o rival galináceo referido “12 +1”.

Aqui, como me faltam talento e habilidade e recursos, chamo aos amigos e amigas do cinema e audiovisual a reproduzir aos dias de hoje a motociata campinense e romana de Bittencourt/Fellini. Seria bom até para superar, enterrar e destruir a herança hipócrita dos desfilões de motos “patrióticas” – aquelas que debochavam do nosso país enquanto pessoas morriam sem oxigênio e doentes em casas e hospitais na pandemia de 2020-2022. Ao subir numa moto, nosso “bater perna” pelas frestas de Campina Grande se inspira na famosa motocicleta da pamonha que passa todas as tardes, às vezes, escutamos ao longe nos nossos cochilos ou sonolentas horas de trabalho. Também na irreverência dos mototaxistas nesse já “trintão” sistema de transporte da cidade. As motos também estão nos sons da juventude “dando grau” nas periferias. Manobras perigosas, arriscadas, irreverentes, até irresponsáveis e barulhentas. Mas, às vezes, é preciso falar mais alto para que se escute e se veja o que quer ser escondido: isso vale para a memória da oração dos retirantes da seca embaixo do Pé de Tambor, das fofocas nos “becos”, das festas na “Cachoeira”, das laursas e tambores dos carnavais, dos túmulos milagrosos, dos “cachaceiros e cachaceiras” que riem alto e insistem em ir beber nos bares vizinhos às “fruteiras” e suas histórias. Tudo isso são frestas em que é possível respirar a vida e encantamentos de uma cidade.

Referências

A UNIÃO, Memorial Urbano de Campina Grande, Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1996.

ARANHA, G. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba**: tramas político-econômicas e culturais. Tese de doutorado apresentada no Departamento de História no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

da Universidade Estadual de Campinas, 2001.

BETHONICO, M. **De como Mabe Bethônico percorreu a caatinga na Suíça, nos arquivos do autor viajante Edgar Aubert de la Rüe e aprendeu francês, o idioma da obra Brésil Aride (La vie dans la caatinga) no processo de tradução deste relato geológico sobre o Nordeste do Brasil, visitado em missão da Unesco para localização de riquezas minerais em 1953-4, que constitui um mapa das minas, com interesses pela geografia humana e por fotografia, revelando a paisagem, suas ocupações e modos de viver do Polígono das Secas.** Belo Horizonte: Edições Capacete, 2014.

BEZERRA DE SOUSA, F. G. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 23, nº 46, 2003, p. 61-92.

DE LA RÜE; E. A. **Brésil Aride** (La vie dans la caatinga). Paris: Gallimard, 1957.

GAUDÊNCIO, B. **Da Academia ao bar:** círculos intelectuais e cultura impressa em Campina Grande-PB (1913-1953), Campina Grande, Editora Leve, 2019.

LACERDA JUNIOR, J.; AGOSTINHO NUNES; C.; CASTRO, P. T **Retratos de Campina Grande:** um século em imagens urbanas, EDUFPG, Campina Grande, 2012

PAMUK, P. **O Museu da inocência,** Companhia das Letras, São Paulo, 2011.

QUEIROZ, M. V. D. **Quem te vê não te conhece mais:** arquitetura e cidade de Campina Grande em transformação (1930-1950). Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação, Arquitetura e Urbanismo, USP, 2008.

SIMAS, L. A. **O corpo encantado das ruas.** Civilização Brasileira, Rio

de Janeiro, 2019.

SYLVESTRE, J. **Da revolução de 30 à queda do Estado Novo: fatos e personagens da história de Campina Grande e da Paraíba (1930-1945)**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1993.

XAVIER SILVA, H. **Invenção de um lugar: vivências e memórias (n)da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959-2006)** / Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação de História da UFCG, 2013.

SOLUM INTER PLURIMA: CAMPINA GRANDE NA VANGUARDA BRASILEIRA DO DISCURSO “BOLSOLAVISTA”

*Fabiano Raposo Costa*¹⁹⁵

Fiat Lux

O ano de 2022 do Século XXI promete ser difícil e complexo para a nossa democracia – e para o mundo inteiro, que segue no segundo ano de pandemia de Covid-19, além de fragilizações nas estruturas político-democráticas ocasionadas principalmente pelo uso maldoso das redes sociais e dos dados de seus usuários¹⁹⁶ – e para o debate político.

O que se iniciou em São Paulo, nas Jornadas de Junho de 2013, manifestações que começaram com o descontentamento no reajuste da passagem de ônibus da Grande São Paulo (“não são apenas 0,20 centavos”, frase que se tornou símbolo do movimento) perduraram até os eventos esportivos sediados aqui no Brasil ano seguinte, com a Copa do Mundo e as Olimpíadas, porém tornaram-se uma espécie de carro-chefe dos movimentos de Direita em todo o país.

195 Graduado em Arte e Mídia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Especialista em Metodologia do Ensino das Artes pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER; Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, na Linha de Pesquisa “Produção de Sentido”, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É realizador audiovisual, produtor cultural e Conselheiro Municipal de Cultura na área do Audiovisual.

196 Como pode ser visto em “Como a internet está matando a democracia”. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/como-a-internet-esta-matando-a-democracia/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Em 2016, com o Golpe que tirou a presidenta Dilma Rousseff do cargo, estabelece-se um período frágil e complexo na república. O impeachment de Dilma nos mostrou que havia mobilização, contingente e interesses fortes o suficiente para tirá-la do poder e, quem sabe, guinar o país à Direita. E foi isso que aconteceu.

Desde o Orkut, antiga rede social que ficou muito famosa no Brasil, no começo dos anos 2000, que a internet já dava sinais de que o lado nocivo da comunicação globalizada estava em plena constituição. “E foi no Orkut que um nome começou a ganhar muito mais relevância do que seus artigos em jornais lhe proporcionavam: Olavo de Carvalho. Nas comunidades dedicadas ao filósofo, já se liam conceitos que futuramente iriam permear todo o debate da direita nas redes sociais” (Prado, 2021, p. 30).

Já em 2011, quando a paisagem intelectual conservadora era incipiente, surge aqui em Campina Grande uma revista voltada a um público católico, antipetista e de Direita que não tinha interesse na continuidade do Governo Lula e do PT: a revista Vila Nova, editorada pelo mesmo grupo que anos depois criaria o Instituto Borborema, um dos grupos reconhecidos, no Brasil, na “busca da verdadeira pedagogia, da verdadeira educação” e que tenta se ligar “à tradição clássica de educação, especialmente com a sua elevação, quando ela foi, digamos, abarcada e elevada pelo Cristianismo”¹⁹⁷.

O audiovisual nisso tudo

Com a pandemia e as exigências de *lockdowns* para tentar conter a doença, o setor cultural se fragilizou. Não havendo a possibilidade de ocorrer espetáculos com público, diversos grupos, bandas, quadrilhas, circos etc., ficaram sem renda.

Depois de alguns meses com os eventos interrompidos – as medidas de contenção iniciaram-se em meados de março de 2020 – surgiu a demanda de

197 Transcrição de fala do Presidente do Instituto Borborema, Mateus Mota Lima, entre 30s e 01min 20s, no vídeo “Você não é normal”, de 03 de maio de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3NCxnWea_BE. Acesso em: 18 jan. 2022.

socorrer esses agentes culturais que tiveram seus trabalhos interrompidos e sem previsão de retorno. Com a aprovação do Congresso Nacional no mês de junho de 2020, a “Lei Aldir Blanc” começa a ser posta em prática (Costa, 2021, p. 6).

Ao invés de servir como uma lei emergencial, a Lei Aldir Blanc preencheu uma lacuna de produção e exibição cultural em Campina Grande, pois nossa cidade não tem nenhuma lei em execução¹⁹⁸ que contemple a produção cultural na cidade.

Dediquei-me a pensar um projeto e inscrevi uma proposta de fazer um documentário sobre as mobilizações conservadoras aqui em Campina Grande, abarcando desde a mudança de foco da cidade do “Encontro para a Nova Consciência”, evento ecumênico que acontece, há 30 anos, durante a semana do Carnaval e atrai adeptos de todo o país das mais diversas religiões, até a “Consciência Cristã”, evento com idade semelhante, mas que vem conquistando cada vez mais público, atenção midiática e interesse político. A VINACC – Visão Nacional para Consciência Cristã, que organiza tal evento, publiciza o encontro como sendo o maior congresso evangélico da América Latina¹⁹⁹, reunindo milhares de fiéis durante os festejos pagãos do Carnaval.

Campina Grande também carrega a insólita designação de ser uma das únicas cidades do interior do Nordeste a eleger Bolsonaro nos dois turnos²⁰⁰, de ter um atual prefeito que disponibilizou remédios do “kit

198 A Lei “Evandro Barros”, criada na década de 1990, pretendia ser uma das primeiras Leis de Incentivo à Cultura em instância municipal, mas o Edital do FUMIC – Fundo Municipal de Incentivo à Cultura de Campina Grande, só foi executado uma única vez, em 2006. Para maiores informações, ver: COSTA, F. R. “A lei Aldir Blanc em Campina Grande: emergências e demandas do setor cultural antes e durante a pandemia de Covid-19”. Disponível em: https://www.martexp.online/_files/ugd/ea8e08_2b63fi45234740caa041818580a7b3cb.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

199 Segundo “Consciência Cristã reúne evangélicos para discutir fé, ciência, justiça social e educação”. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/consciencia-crista-evangelicos-discutir-fe-ciencia-justica-social-educacao/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

200 Se catalogarmos as cidades do interior do Nordeste, Bolsonaro também obteve

Covid”, com azitromicina, hidroxicloroquina, prednisona e dipirona, sendo que nenhum destes medicamentos seria antiviral nem eram recomendados para tratar a doença – mas tornou-se uma campanha encabeçada pelo Governo Federal, após declarações do presidente americano Donald Trump, alegar que a solução para a pandemia estava nessas drogas – e sem nenhuma comprovação científica da eficácia. O resultado disso – mais as desastrosas tentativas de fechamento, *lockdowns* e atraso na vacinação – ocasionaram a morte de cerca de 620 mil brasileiros²⁰¹.

O documentário pretendia, então, relatar alguns desses pontos acerca da perspectiva conservadora que a cidade agora se propunha a expor nos últimos tempos. Mas me peguei notando uma macabra coincidência: a participação relevante de Campina Grande no Governo Bolsonaro e na manutenção de suas pautas: negacionismo científico; desestruturação das instituições; discurso de ódio e guerra cultural.

Para todos esses pontos havia um personagem da cidade atuando: Bolsonaro menciona inúmeras vezes sua admiração à cidade – não tenho autonomia para afirmar se é sincera – e fala do convívio e amizade com Romero Rodrigues, ex-prefeito do município; a participação de Tércio Arnaud Tomaz, que foi meu colega de sala durante o Ensino Fundamental e hoje é assessor de Bolsonaro, e hoje seria uma das lideranças do Gabinete do Ódio, “termo para designar um grupo dentro do Palácio do Planalto que supostamente dissemina mensagens difamatórias contra adversários de Bolsonaro e cuida de suas redes sociais” (Gagnani, 2020); a campanha à presidência no primeiro turno de 2018 foi coordenada pelo também campinense Lucas Salles, dono da agência de publicidade *gideia*; Dra. Annelise Meneguesso, nascida em Fortaleza, mas é moradora da cidade há mais de vinte anos, e é uma das médicas que participou de uma espécie de gabinete paralelo da saúde, no intuito de disseminar a ideia de se prescrever o “kit Covid”

votação expressiva em Luís Eduardo Magalhães (BA) e São Pedro dos Crentes (MA). Esses dados podem ser conferidos em: Mapa eleitoral de presidente por municípios no 2º turno. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-municipios-2turno/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

201 O número não é preciso, pois desde o final de 2021 há um apagão dos dados do Ministério da Saúde, inviabilizando a contagem dos casos e mortos.

como um tratamento preventivo à Covid – toma-se uma quantidade de comprimidos e pílulas para evitar adoecer ou para que o paciente não alcançasse os estágios mais críticos da doença, causando hospitalização e, não raramente, óbito – e participou das eleições municipais como vice-prefeita de Arthur Bolinha, candidato do PSL; e, não menos importante, alguns representantes da guerra cultural estabelecida por Olavo de Carvalho e que, de certa forma, compõem o imaginário e a intelectualidade do “bolsolavismo” brasileiro: o Instituto Borborema e demais asseclas que se apresentam em seus vídeos defendendo perspectivas católicas, antiabortistas, antipetistas e, como faz parte do leque bolsonarista, anticomunista.

O anticomunismo digital

Os historiadores mencionam três ondas anticomunistas brasileiras: logo após 1917, há um movimento político nacional para solidificar o discurso anticomunista; entre os anos de 1930 e 1937, compreendendo a Intentona Comunista; nos anos finais da democracia pré-Golpe Militar, em 1964, com o Governo de João Goulart; e a quarta onda surgiria agora, com uma atualização do discurso “anti-China”, desenvolvendo uma espécie de Guerra Fria Cultural – ou também uma “Paz Quente”²⁰² – que divide o mundo novamente entre “capitalistas” ou “comunistas”, mesmo que essas nomenclaturas não contemplem mais os devidos referenciais dos espectros políticos, econômicos e sociais.

No Brasil, as manifestações anticomunistas vêm, à tona, logo após a Revolução de 1917, período denominado por Rodrigo Patto Sá Motta como “primórdios do anticomunismo no Brasil”. Segundo o autor, as representações anticomunistas construídas e propaladas no Brasil, a partir de 1917, foram tributárias de modelos estrangeiros, sobretudo da Europa Ocidental entre os anos de 1920 e 1930 (Pereira, 2010,

202 O termo pode ser visto em: “Da Guerra Fria à paz quente: Por que alguns ainda têm saudade da estabilidade da Guerra Fria”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/20/internacional/1405817807_957186.html. Acesso em: 18 jan. 2022.

Faz parte da história da Igreja, no Século XX, defender-se contra os inimigos vermelhos, pois “sob o prisma das lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável e, em última instância, os comunistas representavam um desafio à sobrevivência da religião” (Pereira, 2010, p. 19). Motta defende em seu livro “que o ‘perigo vermelho’ foi utilizado como pretexto-chave para instaurar e legitimar dois períodos de ruptura institucional: O Estado Novo em 1937 e o golpe militar em 1964” (Motta, 2002 apud Pereira, 2010, p. 11).

Já era comum entre as encíclicas católicas pós-Revolução bolchevique e Intentona mencionar os comunistas como seres inferiores, infecciosos, que contaminavam as instituições e as almas. Para Pereira (2010, p. 12), já em 1846, na Encíclica *Qui pluribus*, “editada pelo Papa Pio IX em 9 de novembro de 1846, a sociedade cristã enfrentava tempos difíceis, uma vez que os ‘inimigos da verdade e da luz’ e os ‘artífices de enganos’ estavam aí para demolir os fundamentos da religião católica e da sociedade civil”.

Durante o governo de João Goulart, o audiovisual se tornou um instrumento importantíssimo para a difusão do discurso anticomunista. Como aconteceu na ditadura franquista, com os NO-DO (abreviação para “Noticiários e Documentários”), filmes produzidos durante a ditadura de Franco e serviram de plataforma para o regime, de arquivo documental e criador de um modelo mítico de realidade (Anta Félez, 2018, p. 53, tradução nossa). Conceito semelhante aos filmes do IPES – Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais, “criado em fevereiro de 1962 para desestabilizar o governo João Goulart e preparar a atmosfera que legitimou o golpe militar de 1964” (Rocha, 2020, p. 152)²⁰³.

203 O autor, Prof. João Cezar de Castro Rocha, traça paralelos entre o IPES e *think tanks* de direita, como o Instituto Borborema, atuando como difusores de uma retórica bolsonaristas e olavista para sua audiência.



Figura 1 - Charge da Folha S. Paulo de 1963 que ilustra bem a associação entre as reformas sociais e o comunismo. O uso da imagem e do audiovisual era basilar para alicerçar a ideia anticomunista na mídia e na opinião pública.

Fonte: Disponível em: <https://www.revistacontemporaneos.com.br/wp-content/uploads/2017/07/artigo-a-folha-de-sp-1.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Vivemos uma quarta onda anticomunista, que está relacionada a eventos internacionais e diversas instabilidades social-democráticas.

As transformações globais e nacionais, por exemplo o crescimento da China (político, econômico, tecnológico), bem como o surgimento de grupos políticos (neoconservadores nos EUA, extrema-direita na Europa e conservadores-liberais no Brasil), ou eventos políticos transformadores (golpe de estado na Turquia, Impeachment no Paraguai, *Brexit* na Europa, eleição de Donald Trump nos EUA) (re)significaram um sentimento outrora esquecido no final da Guerra

Essa quarta onda anticomunista se prolifera com o auxílio da internet e das redes sociais. Os discursos são parecidos com as ondas anteriores – há uma repaginação do *Protocolos dos Sábios de Sião*, que mistura antissemitismo e anticomunismo – numa miscelânea de mentiras que resistem a quase um século de desinformação.

Segundo o *United States Holocaust Memorial Museum*, a obra *Os Protocolos dos Sábios de Sião* é a publicação anti-semita (sic) mais famosa e divulgada da época contemporânea. Suas mentiras sobre os judeus, embora repetidamente desmentidas por estudiosos e autoridades, continuam a circular hoje, principalmente na Internet. Os indivíduos e grupos que fazem uso dos *Protocolos* estão unidos por um mesmo propósito: disseminar o ódio contra os judeus.

Qualquer semelhança em relacionar George Soros (empresário e filantropo húngaro-americano judeu que financia ONGs de defesa de direitos humanos, como os institutos *Sou da Paz* e *Igarapé*, e veículos de investigação jornalística, como a *Agência Pública*)²⁰⁴ com teorias de conspiração antiprogressistas e globalistas não é apenas coincidência.

Vanguarda campinense

O espaço das redes sociais, como mencionado anteriormente, possibilitou que os mais diversos e longínquos adeptos aos conservadorismos/reacionarismos/“neonazifascismos” pudessem agora se reunir digitalmente e compartilhar ideias e ideais.

Campina Grande acaba se destacando nesse âmbito, principalmente com o Instituto Borborema, citado anteriormente, e Taiguara Fernandes, advogado, jornalista e palestrante, uma das sumidades do pensamento conservador no país, e foi editor e socioproprietário da Revista Vila Nova, ovo da serpente que reuniu todos esses participantes da filosofia olavista.

A Revista Vila Nova, fundada em 21 de novembro de 2011, tinha como objetivo ser uma alternativa comunicacional para um público

204 Visto em: “Quem é George Soros, o megainvestidor bilionário que virou alvo de militantes brasileiros”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44338827>. Acesso em: 18 jan. 2021.

seleto, interessado em se informar com conteúdo pertinente. Mesmo com a revista fechada, pode-se encontrar na sua página do Facebook que a Revista Vila Nova é uma publicação originária da cidade de Campina Grande-PB, que possui alcance nacional. A revista conta com os mais diversos temas, desenvolvidos por renomados colunistas de todo o país, que escrevem sobre assuntos atuais ou atemporais, sempre prezando por uma linguagem literária e de fácil acesso. Por trazer em suas edições uma diagramação mais artística e um texto leve, a Vila Nova consegue tratar tanto de assuntos simples – como futebol, gastronomia ou moda –, quanto de temas mais elevados – a exemplo de filosofia, política, economia e arte –, alcançando assim todo o público leitor brasileiro que preza por qualidade na informação²⁰⁵.

E, desde essa época, com poucos anos do início da incursão de Olavo de Carvalho no portal *Mídia sem Máscara*, com as aulas do COF – Curso Online de Filosofia e os episódios do *True Outspcak*, a Revista Vila Nova e seus participantes vinham destacando-se no debate intelectual conservador do país. Há edições da revista com artigos de Bruno Garschagen, cientista político e autor dos livros “Direitos Máximos, Deveres Mínimos” e “Pare de Acreditar no Governo”; Carlos Ramalheite, articulista do jornal *Gazeta do Povo*; e Rodrigo Gurgel, professor de literatura e escrita criativa e crítico literário.

205 Disponível em: <https://www.facebook.com/revistavilanova/about/>. Acesso em: 19 jan. 2021.



Figura 2 - “Príncipe” Bertrand com Editores da Revista Vila Nova e membros da sociedade São Bento na Câmara Municipal de Campina Grande, no lançamento da revista. Da esquerda para a direita: Bruno Roberto; Pedro Augusto, Sávio Mota; Bertrand; Diego Aires; Mateus Mota e Taiguara Fernandes.

Fonte: Disponível em:

<https://www.facebook.com/revistavilanova/>

photos/a.468399766545104/468399969878417. Acesso em: 19 jan. 2021.

Logo após o fechamento da revista e a dissociação dos proprietários, surge o Instituto Borborema e o protagonismo nas redes sociais de Pedro Augusto e Taiguara Fernandes. O discurso olavista anticomunista esteve presente nas novas empreitadas.

Foucault (2012) considerava que

[...] não há sociedade onde não existam narrativas maiores que se contam, se repetem e se fazem variar; fórmulas, textos, conjuntos ritualizados de discursos que se narram, conforme circunstâncias bem determinadas; coisas ditas uma vez e que se conservam, porque nelas se imagina haver algo como um segredo, uma riqueza (Foucault, 2012, p. 21).

E mesmo que os discursos sejam proferidos por homens jovens em um espaço tecnológico, as práticas discursivas são sedimentadas na História.

Exemplares anticomunistas

Nos vídeos produzidos por esses personagens, é comum haver um confronto com o comunismo e a esquerda. A questão central é quais argumentos são apresentados e atribuídos à esquerda. Aqui estão alguns exemplos da retórica anticomunista presentes em alguns desses vídeos.

No vídeo *Brasil Comentado 117*, do dia 04 de junho de 2021, do Instituto Borborema, que tinha um dos temas a participação do time brasileiro de futebol na Copa América²⁰⁶, o secretário de administração de Campina Grande, Diogo Lyra, convidado rotineiro nos vídeos do Instituto Borborema, entre os 28 minutos e 34 segundos até 29 minutos e 24 segundos, diz que a decisão do time não participar da competição teria sido de Tite, por ser “lulista, petista, fazendo movimentação política dentro do futebol”, como se a decisão final que se transformou em um impeditivo viesse de alguém de Esquerda.

Acredito que o exemplo mais danoso – e que se baseia numa prática discursiva muito semelhante com as desinformações do século passado – surge em um vídeo com retórica antivacina. O vídeo *A perversão do significado de família*, com o convidado Danilo Gustavo, no canal do Instituto Borborema, com 20 minutos e 57 segundos de metragem, alega que o que as grandes fundações, como Fundação Rockefeller, Bill e Melinda Gates, Fundação Ford, Fundação Carnegie, começaram a desenvolver estudos... Veja que tudo o que a gente está vivendo com relação ao coronavírus, só foi possível porque toda essa plataforma já havia sido montada para a questão do aborto. Por que como é que você convence a humanidade inteira a aceitar vacinas que são tremendamente questionáveis? É muito simples: basta você financiar supostos estudos, supostas autoridades que possam fomentar a eficácia da vacina. E aí todo mundo acredita. De onde isso nasceu? Isso nasceu principalmente

²⁰⁶ Para maiores informações: “Seleção não quer disputar a Copa América. Saída pode ser time B”. Disponível em: <https://esportes.r7.com/prisma/cosme-rimoli/selecao-nao-quer-disputar-a-copa-america-saida-pode-ser-time-b-04062021>. Acesso em: 19 jan. 2022.

na questão do aborto. Porque as grandes fundações, ali na transição entre os anos de 1950 e 1960, elas começaram a investir na questão do controle da natalidade. (transcrição de fala feita pelo autor).

Outros exemplos importantíssimos: uma *live* de Pedro Augusto no canal do Instituto Boreborema sobre as iniciativas científicas durante a pandemia com participação de Bernardo Küster, acusado de propagar desinformação segundo à CPI das *Fake News*; Aluísio Dantas, no vídeo *Destruição da Família: uma agenda antiga*, menciona o “CNPQ, aquela merda”²⁰⁷; que Karl Marx considera a família uma entidade opressora²⁰⁸; diz que Haddad, candidato à presidência em 2018, por ser “frankfurtiano”, e por tabela, como dito por Olavo de Carvalho, liberaria o incesto, pois a Escola de Frankfurt defende a legitimação da prática²⁰⁹.

No canal do YouTube de Taiguara Fernandes, há um vídeo que considero especial ao debate. Em *O passo-a-passo para recuperar a civilização*, Taiguara argumenta que, para nos defendermos de atitudes anticristãs, como os incêndios nas catedrais chilenas em 2020, que nos distanciam da verdade e da civilização, deveríamos nos preparar para uma batalha, como foi a Batalha de Lepanto, em 1571, confronto naval de uma esquadra da Liga Santa contra o Império Otomano. Mesmo em menor número, após as orações de João de Áustria e de uma mudança dos ventos que carregavam as naus, a vitória cristã pôde acontecer.

Essa atitude remete a uma iniciativa católica, no começo do Século XX, de combate ao comunismo:

Luiz Castanho de Almeida afiança que diante da “ameaça comunista” caberia às autoridades eclesásticas uma ação mais enérgica, no sentido de evangelizar, ou seja, levar a fé às classes intelectuais do país, uma vez que “abismos e loucuras arrastaria o coração brasileiro se não fora a religião”. No entender do autor, “não é só nas massas humildes que está o perigo, os católicos deveriam estar atentos à aproximação das chamadas “elites” com a “doutrina comunista”, fato

207 Com 01 hora 22 minutos e 56 segundos de metragem.

208 Com 01 hora 07 minutos e 52 segundos de metragem.

209 Com 01 hora 09 minutos e 20 segundos de metragem.

que poderia levar o país à ruína (Pereira, 2010, p. 51, grifos do autor).

O medo de que o discurso comunista e revolucionário esteja compondo a maior parte dos ideais das instituições gera desconforto aos conservadores. É importante que se tenha em mente que a vitória dos governos do PT entre 2003 e 2016, com o golpe, não transformaram o Brasil em um país comunista, nem tão pouco há nenhum resquício de possibilidade para isso acontecer.

O que ocorreu é que as entidades e instituições, públicas ou privadas, estão contaminadas pelo pensamento anticomunista, como um “Bicho-Papão” à espreita. A liberdade de agir e de se expressar limita-se não no constrangimento, mas sim na dissimulação, na mentira e no desprezo. Esse não é o percurso democrático e republicano “ocidental” defendido por essas pessoas.

Conclusões

Refletir sobre o futuro de nossa cidade e nossa jovem – mas já desgastada – democracia é inevitável. Este período pandêmico enfraqueceu significativamente o governo de Jair Messias Bolsonaro, que, em meio a mentiras, falácias e mortes, corrompeu o discurso público. Ter a pior administração do país no momento de maior crise sanitária de nossa história é uma coincidência macabra, mas que enfatiza a necessidade constante de vigilância.

O que mais me causa desconforto e preocupação é a nossa falta de domínio sobre a linguagem audiovisual e iniciativas de pesquisa científica, mesmo que empíricas. As imagens, estáticas ou em movimento, ocupam grande parte de nossos dias. Passamos horas em frente a computadores ou celulares, recebendo uma infinidade de mensagens sobre diversos temas. No entanto, nem todos possuem o critério ou o tempo necessário para discernir o que é verdadeiro ou enganoso nas informações visuais que recebemos.

Sendo um país que ultimamente tem dado pouco apoio ao estudo e à pesquisa acadêmica, Campina Grande carrega fatores paradoxais: é uma das cidades com maior proporção de votos em Bolsonaro e, ao mesmo tempo, possui uma das maiores concentrações de pessoas

com título de doutor por cem mil habitantes. Esse aparente paradoxo levanta a questão de se esses dados poderiam estar de alguma forma interligados.

Em Campina Grande, há uma falta de referência cultural e social. Cada pessoa a percebe de maneira distinta. Devemos nos esforçar para resgatar as lições negativas do presente, evitando repeti-las no futuro.

Referências

ANTA FÉLEZ, J.-L. El no-do como mal de archivo. De locución propagandística a imaginario social. **Antropología Experimental**, [S. l.], n. 18, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/33cGcnl>. Acesso em: 18 jan. 2022.

BARONE, I. Consciência Cristã reúne evangélicos para discutir fé, ciência, justiça social e educação. **Gazeta do Povo**. Curitiba, 09 fev. 2021. Vida e Cidadania, p. 1-5. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/consciencia-crista-evangelicos-discutir-fe-ciencia-justica-social-educacao/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

COSTA, F. R. A LEI ALDIR BLANC EM CAMPINA GRANDE: emergências e demandas do setor cultural antes e durante a pandemia de Covid-19. Artigos **Acadêmicos Marte Xp**, Campina Grande, p. 5-21, nov. 2021. Anual. Disponível em: https://www.martexp.online/_files/ugd/ea8e08_2b63f145234740caa041818580a7b3cb.pdf. Acesso em: 18 jan. 2022.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRAGNANI, J. Quem é Tercio Arnaud Tomaz, elo mais forte entre Bolsonaro e a rede de páginas derrubadas pelo Facebook sob acusação de espalharem notícias falsas. **BBC News Brasil**. Londres, p. 1-5. 09 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53353594>. Acesso em: 18 jan. 2022.

MAPA eleitoral de presidente por municípios no 2º turno. 2018. Disponível em: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/resultados/mapa-eleitoral-de-presidente-por-municipios-2turno/>. Acesso em: 28 out. 2018.

MOREIRA, D. S. O. Reinvenções do anticomunismo na política externa brasileira. **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos, Niterói**, v. 22, n. 11, p. 187-207, jul-dez. 2019. Semestral. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/199>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PEREIRA, M. A. M. L. “**Guardai-Vos Dos Falsos Profetas**”: Matrizes Do Discurso Anticomunista Católico. 2010. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/2TAPx44>. Acesso em: 18 jan. 2022.

PRADO, M. **Tempestade ideológica**: Bolsonarismo: a alt-right e o populismo iliberal no Brasil. São Paulo, SP: Ed. Lux, 2021.

REVISTA VILA NOVA (Campina Grande). **Informações Adicionais**. Facebook: @revistavilanova. Disponível em: <https://www.facebook.com/revistavilanova/about/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

RIBEIRO, B.; DIÓGENES, J.; FELIX, P. Ação na Cracolândia termina em confronto; dois são feridos. **O Estadão**. São Paulo, p. 1-4. 29 abr. 2015. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,acao-na-cracolandia-termina-em-confronto-dois-sao-feridos,1678369>. Acesso em: 19 jan. 2022.

RÍMOLI, C. Seleção não quer disputar a Copa América. Saída pode ser time B. **R7**. São Paulo, 03 jun. 2021. Seleção Brasileira, p. 1-10. Disponível em: <https://esportes.r7.com/prisma/cosme-rimoli/selecao-nao-quer-disputar-a-copa-america-saida-pode-ser-time-b-04062021>. Acesso em: 19 jan. 2022.

ROCHA, J. C. C. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

QUEM é George Soros, o megainvestidor bilionário que virou alvo de militantes brasileiros. **BBC News Brasil**. São Paulo, p. 1-7. 04 jun. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-44338827>. Acesso em: 18 jan. 2022.

RUDNITZKI, E. Como a internet está matando a democracia. **Exame**. São Paulo, 26 mar. 2019. Tecnologia, p. 1-7. Disponível em: <https://exame.com/tecnologia/como-a-internet-esta-matando-a-democracia/>. Acesso em: 18 jan. 2022.

SCHAMIS, H. E. Da Guerra Fria à paz quente: Por que alguns ainda têm saudade da estabilidade da Guerra Fria. **El País**. Brasil, 22 jul. 2014. Tribuna, p. 1-3. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/07/20/internacional/1405817807_957186.html. Acesso em: 18 jan. 2022.

UNITED States Holocaust Memorial Museum. “Protocolos dos Sábios de Sião.” Holocaust Encyclopedia. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/protocols-of-the-elders-of-zion>. Acesso em: 18 jan. 2022.

Vídeos

A PERVERSÃO do significado de família. Direção de Danilo Gustavo. Campina Grande: Instituto Borborema, 2021. (48 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9MpLmN8ALyA>. Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL Comentado 117. Campina Grande: Instituto Borborema, 2021. (153 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=owO9Zb-rFIQ>. Acesso em: 19 jan. 2022.

DESTRUIÇÃO da Família: uma agenda antiga. Direção de Aluísio

Dantas. Campina Grande: Instituto Borborema, 2021. (111 min.), Digital, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=IP-FX5QDL_pc. Acesso em: 19 jan. 2022.

O PASSO-A-PASSO para recuperar a civilização. Campina Grande: Taiguara Fernandes, 2020. (98 min.), Digital, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lpholgszmZw>. Acesso em: 19 jan. 2022.

VOCÊ não é normal. Direção: Mateus Mota Lima. Campina Grande: Instituto Borborema, 2021. (96 min.), Digital, son., color. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3NCxnWea_BE. Acesso em: 18 jan. 2022.

POR UMA PERSPECTIVA PROGRESSISTA PARA O DESENVOLVIMENTO URBANO DE CAMPINA GRANDE

*Demóstenes Andrade de Moraes*²¹⁰

O COMPROMISSO COM UMA PERSPECTIVA PROGRESSISTA PARA O DESENVOLVIMENTO em Campina Grande acarreta a necessidade de expor e problematizar as desigualdades e injustiças históricas e suas expressões territoriais, desnudando também as relações sistêmicas entre o capitalismo e a urbanização e, verificando, ainda, as possibilidades de reinvenção da vida urbana, a partir de processos desalienantes de apropriação e produção da cidade.

Como não será possível nesse artigo abordar todas as questões históricas e estruturais que contribuem para que o desenvolvimento urbano em Campina Grande seja caracterizado como desigual e injusto, serão destacados dois processos que merecem atenção tanto do ponto de vista histórico, quanto em relação às condições e implicações atuais para as questões urbanas: (i) a contínua expansão da malha urbana, a partir de vários empreendimentos residenciais e de serviços, com impactos negativos nos âmbitos social, urbanístico e ambiental, mesmo considerando que há vários terrenos não ocupados em áreas com disponibilidade de infraestruturas e serviços urbanos; e (ii) o déficit de urbanização, infraestruturas e serviços de vários assentamentos, na sede e nos distritos,

²¹⁰ Professor do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Tem experiência na elaboração, coordenação e implementação de Estudos, Planos Diretores, Planos, Programas e Projetos de Desenvolvimento Urbano e Habitacionais; e na direção e coordenação de Organizações Não Governamentais e Empresas Públicas.

que servem de moradia para os habitantes em situação de pobreza e vulnerabilidade socioeconômica no município.

Antes das considerações específicas sobre os processos mencionados é sempre importante registrar algumas condições históricas e gerais de Campina Grande, principalmente as que têm implicações com o desenvolvimento urbano e regional.

O Município de Campina Grande, segundo maior município do Estado da Paraíba, está situado no Planalto da Borborema, a 128 km da capital João Pessoa. A população do município era de 385.213 habitantes segundo o Censo Demográfico (IBGE, 2010), mas com estimativa recente de 411.807 habitantes (IBGE, 2020). É polo de uma Região Metropolitana, integrada por 19 municípios, mas, pelo estudo Regiões de Influência das Cidades (REGIC), tem forte influência sobre toda a região situada no seu entorno (176 municípios), sendo classificada como Capital Regional. Portanto, qualquer proposta de desenvolvimento para Campina Grande deve considerar a dimensão regional como uma das principais questões.

O desenvolvimento do município esteve, historicamente, atrelado à relação com as atividades agropecuárias e comerciais, mas é preciso destacar a produção do algodão no início do século XX e o processo de industrialização, principalmente a partir dos anos 1950 e 1960, com implicações mais significativas para a urbanização. Vale destacar, também, a ampliação do setor de serviços, e as atividades imobiliárias nas últimas décadas, com rebatimentos importantes no campo do desenvolvimento urbano. O município não se destaca apenas pelas atividades econômicas, mas também por se constituir em polo do Ensino Superior e tecnológico.

Apesar destes vários atributos, Campina Grande enfrenta problemas históricos relativos ao abastecimento d'água e ao fornecimento de energia elétrica e, também, expressa as desigualdades estruturais do país, já que 16,34% da população encontra-se na pobreza e que 40,9% do total de habitações com carência de ao menos um serviço de infraestrutura (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2012). Em relação ao desenvolvimento urbano de Campina Grande, este sempre se caracterizou pelas desigualdades socioespaciais e por movimentos de expansão de seu tecido urbano de modo fragmentado e disperso.

A partir do processo de industrialização e do êxodo rural, foi acentuado o crescimento espraiado da área urbana no sentido centro-periferia da cidade. As áreas centrais mais consolidadas e com adequada oferta de serviço foram, predominantemente, ocupadas por segmentos de rendas superiores e as áreas periféricas, com déficits infraestruturais e de serviços expressivos, foram ocupadas pelos segmentos em situação de pobreza, a partir de ocupações e loteamentos irregulares. Esses processos integram um padrão de urbanização desigual que predominou na maioria das cidades brasileiras no século XX.

Nos últimos 20 anos, os empreendimentos privados de loteamentos e condomínios voltados a segmentos de média e alta renda e os habitacionais destinados à população de baixa renda promovidos com recursos públicos contribuíram para a expansão urbana. Além disso, houve um transbordamento das dinâmicas urbanas de Campina Grande para os municípios vizinhos, como Puxinanã a Oeste, Lagoa Seca ao Norte, e Queimadas, ao Sul. Os processos de expansão urbana têm requerido investimentos públicos, principalmente em infraestruturas, serviços e equipamentos públicos para viabilizar todos estes empreendimentos. Esses aportes ocorrem em detrimento dos necessários investimentos em assentamentos precários integrantes da malha urbana que, há décadas, têm significativos déficits de infraestruturas.

Além dos contínuos investimentos públicos para a expansão urbana, não há qualquer iniciativa municipal para a regulamentação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no próprio Plano Diretor (Lei nº 03/2006) com vista a coibir a retenção especulativa de terras em áreas infraestruturadas e com disponibilidade de serviços urbanos. Pelo contrário, o que se observa é o alinhamento dos governos municipais aos interesses privados, o que é perceptível nas flexibilizações das leis e instrumentos urbanísticos de controle do uso e ocupação do solo. Recentemente, o Decreto Municipal Nº 4088/2014 promoveu a ampliação do perímetro urbano em 15,56%, principalmente na Zona de Ocupação Dirigida ao Norte, nas partes Leste e Sudeste do município.

É possível destacar ainda os empreendimentos realizados recentemente com recursos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), alguns deles em áreas periféricas, desconectados da malha urbana, com menor disponibilidade de equipamentos e serviços, incluindo as linhas

de transporte. A população de baixa renda, moradora dos conjuntos do PMCMV periféricos, tem dificuldades para acessar serviços diversos e oportunidades de trabalho e renda.

Enquanto há uma permissividade e amplo apoio às iniciativas empresariais na produção do espaço da cidade, a população em situação de pobreza em Campina Grande ainda tem nas ocupações irregulares e no mercado informal as principais alternativas para moradia e de inserção na cidade. Se até os anos 1970, as respostas estatais predominantes para essas formas de ocupação foram a omissão ou as remoções de moradores, a partir dos anos 1980, os assentamentos passaram a ser urbanizados mediante intervenções com variados alcances e impactos, a maioria financiada por programas federais.

Nos anos 2000, as perspectivas de promoção de urbanizações mais abrangentes destes assentamentos foram ampliadas e parte deles foi reconhecida como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) pela Lei n. 4.806/2009. Entre as intervenções mais abrangentes em Campina Grande, destacam-se as realizadas no Pedregal pelo programa federal Habitar Brasil / BID e as implementadas a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), modalidade Urbanização de Assentamentos Precários (UAP), desde 2007. O PAC-UAP em Campina Grande foi uma oportunidade para melhorar, significativamente, as condições urbanísticas e ambientais das áreas sob intervenção e, por consequência, a qualidade de vida de seus moradores. Porém, a não incorporação da urbanização de assentamentos precários como prioridade na agenda urbana municipal e o desmonte das políticas urbanas federais não permitem antever perspectivas otimistas nesse campo.

Os processos de expansão urbana e a precariedade dos assentamentos populares expressam alguns dos desafios para os que estão comprometidos com a construção de uma Campina Grande justa, inclusiva, democrática e sustentável. Uma, entre várias referências passíveis a considerar é a Carta da Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande, elaborada em 2018. Essa Frente, formada neste mesmo ano e constituída por pessoas de vários segmentos, movimentos e instituições e comprometidas com um projeto para uma nova urbanização, radicalmente democrática e transformadora, lançou essa Carta como forma de mobilização social e de debate sobre os rumos do desenvolvimento

urbano em Campina Grande.

Entre as pautas e propostas contidas na Carta da Frente pelo Direito à Cidade é possível destacar:

- políticas de desenvolvimento urbano para a inclusão social e efetivação dos direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais e à cidade, priorizando o enfrentamento das desigualdades e discriminações de gênero, raça e etnia;
- o fortalecimento de instâncias de gestão democrática e participativa e do controle social das políticas de desenvolvimento urbano por meio de conferências, conselhos e audiências públicas;
- a prioridade à oferta de infraestrutura básica para construção de uma cidade segura, especialmente para mulheres, jovens, população LGBT, crianças, pessoas idosas e outras populações vulneráveis; à implementação de instrumentos que garantam as funções sociais da cidade e da propriedade urbana em conformidade com o Estatuto da Cidade; e
- a contenção da expansão urbana visando à reocupação do centro e propiciando a ocupação dos espaços vazios que não cumprem função social, com vistas a evitar o espraiamento, a esterilização de áreas rurais produtivas nas bordas urbanas e isolamento geográfico, especialmente das populações vulneráveis.

Essas propostas, entre outras que integram a Carta, partem das pessoas e segmentos, em suas condições e identidades, buscando articular a democracia participativa, direitos humanos e o direito à cidade. As questões da expansão urbana e da precariedade também foram observadas.

Em 2020, junto com o Fórum Pró-Campina, articulação de forças democráticas e progressistas de Campina Grande, a Frente pelo Direito à Cidade lançou uma consulta aberta por meio de formulário *on line* e divulgado por redes sociais para coletar contribuições para construir um programa no campo do desenvolvimento urbano para as eleições de 2020. As questões do formulário abrangeram temas como: acessibilidade e mobilidade urbana; espaços e equipamentos urbanos; meio ambiente; saneamento ambiental; moradia adequada; participação na gestão territorial; segurança pública; patrimônio histórico e cultural; Gênero, Raça e LGBTQI+.

Entre as propostas coletadas, é importante mencionar algumas:

- promover transportes públicos gratuitos, integrados, seguros e de qualidade;
- implementar condições adequadas para deslocamento a pé e a modos de transporte não motorizados em toda a cidade;
- priorizar a oferta de espaços e equipamentos públicos com infraestrutura adequada em áreas com maior déficit, principalmente nos assentamentos populares urbanos e rurais;
 - retomar o debate sobre projetos de interesse público e social como o da Feira Central e do Cine Capitólio;
 - controlar, recuperar e preservar APPs, corpos e cursos d'água superficiais e subterrâneos e as Zonas Especiais de Preservação;
 - promover a universalização dos serviços públicos de saneamento ambiental, priorizando os assentamentos precários;
 - promover o reconhecimento como Zonas Especiais de Interesse Social e a urbanização e regularização nos assentamentos precários;
 - garantir assistência técnica pública gratuita à população de baixa renda;
 - promover a democratização das decisões sobre o desenvolvimento urbano por meio de processos de participação direta;
 - reestruturar as instâncias/canais de participação, ampliando atribuições e poderes de controle social e deliberação sobre as questões referentes ao desenvolvimento urbano;
 - promover a conservação integrada do patrimônio cultural-histórico;
 - assegurar que as políticas, programas e ações de desenvolvimento urbano considerem as necessidades, interesses e práticas de grupos vulnerabilizados, tendo em conta as desigualdades e discriminações de Gênero, Raça e Sexualidade.

Foram várias propostas similares àquelas contidas na Carta da Frente, mas com o respaldo de um grupo maior e, também, abrangendo mais temas e questões específicas relativas a políticas setoriais de desenvolvimento urbano, como as de mobilidade urbana, habitação, saneamento ambiental e algumas que abrangem outras políticas como as relativas à questão ambiental e a de patrimônio histórico-cultural. Houve, também, nestas propostas, uma prioridade aos assentamentos populares em condições de precariedade.

A partir de dados e informações, estudos e pesquisas sobre Campina Grande e desses conjuntos de propostas mencionados, algumas questões se evidenciam como estruturantes à promoção de um desenvolvimento urbano em uma perspectiva progressista para Campina Grande.

Uma das prioridades é a democratização do processo decisório sobre os rumos da urbanização e sobre os investimentos públicos. Nesse sentido, seria necessário reestruturar os canais de participação como o Orçamento Participativo, o Conselho Municipal da Cidade (CONCIDADE) entre outros, ampliando a abrangência das atribuições, atuações e dos recursos que são discutidos. Além disso, é necessário articular as questões que integram as pautas e deliberações destas instâncias e promover fóruns de integração das instâncias. É muito importante ainda levar tais canais de participação a todos territórios populares e, também, criar formas institucionais novas para que os diversos segmentos possam participar das discussões sobre o desenvolvimento urbano de Campina Grande. Com as tecnologias de informação disponíveis, será possível estruturar amplos sistemas de monitoramento das políticas urbanas e os investimentos públicos.

Como outra prioridade, tem-se a revisão participativa e integrada dos planos e instrumentos das políticas de desenvolvimento urbano. Assim, estes planos poderão servir como norteadores aos investimentos públicos, desde que sejam monitorados em sua implementação. Entre os planos, é importante destacar o Plano Diretor e os planos municipais de Habitação de Interesse Social (Lei Nº 4.787/2009), de Saneamento Básico (Lei Nº 7.199/2019), de Mobilidade (Lei Complementar Nº 095/2015) e de Resíduos Sólidos.

Após a revisão do Plano Diretor, é imprescindível que os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade (Lei Nº 10.257/2001) sejam regulamentados, com vistas a coibir a retenção especulativa de imóveis nas áreas que têm disponibilidade de infraestruturas e serviços urbanos. Além disso, será necessário criar leis de parcelamento e uso e ocupação do solo, já que esses temas são tratados de maneira inadequada pelo Código de Obras, considerando a insuficiência de parâmetros urbanísticos. Outra questão relevante é a necessidade da construção de uma abordagem multidimensional integrada dos planos e políticas setoriais,

evitando projetos e investimentos desarticulados e parciais.

Entre os planos que tiveram menor efetividade em sua implementação, destaca-se o Plano de Saneamento Básico. Entre as prioridades a serem estabelecidas nesse campo em uma perspectiva progressista é possível citar: a necessidade de conclusão de todos os projetos de saneamento ambiental em execução, alguns com recursos federais que tiveram problemas na execução como os da Urbanização da Região do Bodocongó e o da Região Sudoeste; a importância de revisão das metas e avaliação crítica dos serviços de saneamento básico prestados pela concessionária, a Companhia de Água e Esgotos da Paraíba (CAGEPA), considerando a importância de ampliação e regularidade destes serviços nos assentamentos populares e distritos; e a erradicação dos lixões clandestinos.

Um tema fundamental a ser abordado refere-se à mobilidade no município. Das diretrizes e propostas do Plano de Mobilidade, foram implementadas apenas algumas medidas relativas ao tráfego de veículos e implantadas algumas ciclofaixas. Uma questão de grande relevância é a dificuldade das pessoas que moram nos distritos e na periferia urbana têm de acessar transportes públicos com a frequência necessária para se deslocarem para áreas onde estão localizados serviços, comércio, equipamentos públicos, em especial os de saúde e educação, oportunidades de trabalho e de lazer e cultura etc.

Outros temas a serem estudados e debatidos no âmbito da mobilidade referem-se ao modelo de integração destes transportes e às tarifas, considerando as dificuldades para deslocamentos dos grupos vulnerabilizados. Todavia, a prevalência dos interesses dos empresários proprietários das empresas de ônibus tem bloqueado discussões mais amplas sobre o sistema de transporte público. Além dessas várias questões estruturais, é necessário avançar em relação a outros temas: a articulação de modos de transporte; a ampliação de ciclofaixas; a implementação de bicicletários; e a acessibilidade integral nas áreas centrais e nos entornos dos equipamentos públicos. Todo esse debate sobre a mobilidade deve estar articulado à questão do uso e ocupação do solo, tendo em vista que muitos deslocamentos ocorrem em função da insuficiência de equipamentos e serviços em determinadas áreas, principalmente nas áreas periféricas e nos distritos, penalizando aqueles que dependem de

transporte públicos. Tais questões estão relacionadas diretamente aos processos de expansão urbana, especulação imobiliária e de déficit de serviços em assentamentos populares.

Como colocado anteriormente, mesmo com os investimentos para a urbanização e regularização de assentamentos populares desde os anos 1980, estes foram em sua maioria parciais, acarretando déficits de infraestruturas, equipamentos e serviços. Portanto, os investimentos públicos devem priorizar as áreas ocupadas em condições de precariedade na sede e nos distritos. A urbanização, regularização e melhoria destes assentamentos devem ter prioridade também em relação à provisão habitacional, mas quando for necessário realizar empreendimentos de habitação de interesse social para atender ao déficit habitacional, que estes sejam localizados em áreas com infraestruturas e serviços públicos, preferencialmente próximos aos assentamentos de origem dos futuros moradores. Desse modo, será possível evitar que as pessoas reassentadas fiquem desconectadas da vida urbana e de suas relações de vizinhança, como ocorre nos empreendimentos periféricos.

É imprescindível, ainda, transformar estes assentamentos em Zonas Especiais de Interesse Social, para que não fiquem vulneráveis aos empreendimentos do setor imobiliário voltados para segmentos de renda superior.

A vulnerabilidade social, entretanto, não está relacionada apenas à precariedade dos assentamentos populares, mas, também, às condições de vidas dos grupos historicamente oprimidos, discriminados e vulnerabilizados por gênero, raça, geração e sexualidade. Nesse sentido, são necessárias políticas específicas construídas com estes grupos, a partir de suas necessidades, interesses e desejos, considerando as barreiras impostas a eles para desfrute equitativo da vida urbana.

Outros temas fundamentais referem-se às áreas de interesse ambiental, histórico e cultural de Campina Grande. Além da necessidade de investimentos para ampliação das infraestruturas e serviços de saneamento ambiental, priorizar a recuperação de áreas de interesse ambiental (Riacho das Piabas, Mata do Louzeiro entre outras) e criar sistemas para a conexão de todos os espaços livres contribuiriam para qualificar as condições socioambientais do município. Seria de grande relevância a elaboração de um Plano de Conservação Integrada para preservar o

patrimônio cultural-histórico de Campina Grande de forma articulada a políticas culturais, sociais e econômicas e a retomada do debate público sobre equipamentos e espaços públicos de grande significância pública e social como a Feira Central e o Cine Capitólio.

É óbvio que parte expressiva destas propostas não é de interesse de agentes políticos e econômicos que dominam a agenda pública do desenvolvimento urbano em Campina Grande, o que torna a tarefa de construção de uma cidade justa, inclusiva, democrática e sustentável ainda mais difícil. Mas, é fundamental a aglutinação das forças progressistas para a construção de projetos societários amplos, para a disputa de narrativas e para a realização de iniciativas transformadoras que articulem as esferas da reprodução e da produção, que combinem ações diretas e institucionais, que sejam construídas a partir da dos vulnerabilizados (como protagonistas), que priorizem os territórios populares e que promovam a reinvenção da vida urbana, tendo o direito à cidade como horizonte de concepção e ação.

Sobre o livro

Projeto gráfico, capa e ilustração da capa Erick Ferreira Cabral
Revisão Linguística e normatização Elizete Amaral de Medeiros

Mancha Gráfica 10,5 x 16,7 cm
Tipologias utilizadas Adobe Garamond Pro 11/13,2 pt

É com grande satisfação que entregamos ao público campinense esta coletânea de ensaios, artigos, perfis, relatos e crônicas intitulada “Entre lutas e resistências: histórias, memórias e perspectivas da esquerda em Campina Grande”, constituída por vinte e seis diferentes textos, fruto de extensa pesquisa e dedicação de diversos estudiosos, entre pesquisadores acadêmicos, jornalistas, memorialistas, militantes sociais, todos comprometidos com a história progressista e política da cidade de Campina Grande.



ISBN: 978-65-5221-049-4



9 786552 210494